



**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC
2015/2016**

**18^a JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
ANAIS ELETRÔNICOS**

Ano 18 - nº 01

1. Iniciação Científica 2. Ciências e Tecnologia 3. Pesquisa Científica 4.
Iniciação Científica - UNICAP, 2014.

Recife-PE, 19 a 21 de outubro de 2016

FASA GRÁFICA
Rua do Príncipe, 526
Boa Vista – Recife – PE
CEP 50050-900
Fone: (81) 2119 4160 FAX (81) 2119 4259

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Presidente Honorário

Prof. Dr. Pe. Pedro Rubens Ferreira Oliveira, S.J. (Reitor UNICAP)

Pró-reitoria Acadêmica

Profa. Dra. Aline Maria Grego

Pró-reitoria Administrativa

Prof. Dr. Luciano José Pinheiro Barros

Pró-reitoria Comunitária

Prof. Dr. Pe. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne

Coordenação Geral da Pesquisa

Coordenação do PIBIC

Profª Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto

Assessoria da Coordenação

Geral da Pesquisa e PIBIC

Prof MSc. Dario Brito Rocha Júnior

Secretaria Coordenação Geral da Pesquisa

Sarah Andréa da Silva

Secretaria do PIBIC

Elianete Ferreira dos Santos

Roberto José da Silva

Correção Ortográfica

Prof. MSc. Fernando Castim

Coordenação de Eventos Acadêmicos

Profª. MSc. Elisa de Araújo Barreto Neta

Universidade Católica de Pernambuco
Rua do Príncipe, 526 – Boa Vista
Recife – PE – CEP 50050-900
PABX: 81 21194000 – FAX: 81 21194222



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

APRESENTAÇÃO

Recife, 2016

À Comunidade Acadêmica e à Sociedade em geral

A Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP – proporciona aos seus alunos a oportunidade de, dentro do exercício profissional inerente ao curso de graduação que escolheram, se descobrirem também docentes e/ou pesquisadores. Monitoria contempla a docência e a Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação, a pesquisa.

Assim sendo, a UNICAP, com satisfação, torna disponível, em meio eletrônico, no sítio da instituição, este documento: os Anais da 18ª Jornada de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação, realizada em suas dependências, de 19 a 21 de outubro de 2016.

Nesse evento havia bolsistas financiados pela UNICAP, pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além dos voluntários que são regidos pelas mesmas normas dos bolsistas, mas que, por alguma razão específica, estão impossibilitados de perceberem remuneração.

Das áreas do conhecimento reconhecidas pelo CNPq, apenas na de Ciências Agrárias a UNICAP não desenvolve pesquisa; nas demais, sim. São elas: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. Durante a Jornada, foram realizadas 208 comunicações orais, públicas, julgadas por bancas formadas por professores(as).

Em cada uma das áreas do conhecimento, houve a premiação dos três trabalhos com as médias aritméticas resultantes das notas obtidas nos relatórios finais e nas apresentações orais. O critério de desempate, quando necessário, foi verificado a partir do coeficiente de rendimento (CR) dos alunos.

A premiação dos agraciados ocorreu na sessão de encerramento da Jornada e foi precedida por uma mesa redonda intitulada "A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DO PESQUISADOR" com a participação dos professores da UNICAP Galba Maria de Campos Takaki, do curso de Química, e Marília Montenegro Pessoa de Mello, do curso de Direito.

São os seguintes os(as) agraciados(as).

PREMIADOS 18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
1º Lugar - Bruno Galdino de Freitas (aluno) [Leonie Asfora Sarubbo (orientadora)]	1º Lugar - Thaís de Albuquerque Ostendorf (aluna) [Carlos Alberto Alves da Silva (orientador)]
2º Lugar - Viviann Ribeiro do Nascimento (aluna) [Leonie Asfora Sarubbo (orientadora)]	2º Lugar - Gisele da Silva (aluna) [Aline Elesbão do Nascimento (orientadora)]
3º Lugar - Lucas Rodolfo Celestino de Farias (aluno) [Clarissa Daisy da Costa Albuquerque (orientadora)]	3º Lugar - Thais Cavalcante de Souza (aluna) [Carlos Alberto Alves da Silva (orientador)]
ENGENHARIAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE
1º Lugar - Romildo Alves Berenguer (aluno) [Eliana Cristina Barreto Monteiro (orientadora)]	1º Lugar - Vanessa Maria da Silva Alves Gomes (aluna) [Shalom Pôrto de Oliveira Assis (orientadora)]
2º Lugar - Alfredo Nunes da Silva Neto (aluno) [Joaquim Teodoro Romão de Oliveira (orientador)]	2º Lugar - Matheus Gustavo Silva Magalhães (aluno) [Silvana Maria de Macedo Uchoa (orientadora)]
3º Lugar - Thais Marques da Silva (aluna) [Eliana Cristina Barreto Monteiro (orientadora)]	3º Lugar - Adryelle Fernandes Duarte (aluna) [Cláudia FONSECA de Lima (orientadora)]
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIAS HUMANAS
1º Lugar - Mateus Siqueira Pacheco (aluno) [Stefano Gonçalves Toscano (orientador)]	1º Lugar - José Vila Nova Brainer Segundo (aluno) [Cláudio Vianney Malzoni (orientador)]
2º Lugar - Ana Caroline Alves Leitão (aluna) [Virginia Colares S. Figueiredo Alves (orientadora)]	2º Lugar - Anderson Flávio Paiva Alves (aluno) [Flavio José Gomes Cabral (orientador)]
3º Lugar - Gessica Priscila Arcanjo da Silva (aluna) [Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt (orientadora)]	3º Lugar - Karla Aparecida Vasconcelos Ribeiro (aluna) [Zuleica Dantas Pereira Campos (orientadora)]
LINGUÍSTICA-LETRAS E ARTES	REALIZAÇÃO
1º Lugar - Marcela Gomes Barbosa (aluna) [Wanilda Maria Alves Cavalcanti (orientadora)]	
2º Lugar - Fernanda de Farias Martins (aluna) [Nadia Pereira S. Gonçalves de Azevedo (orientadora)]	
3º Lugar - Mannix de Azevedo Ferreira (aluno) [Wanilda Maria Alves Cavalcanti (orientadora)]	

Profª Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto

Coordenação Geral da Pesquisa

Coordenação do PIBIC



Ficha Catalográfica

J82a Jornada de Iniciação Científica (18: 2016: Recife)
Anais eletrônicos [da] XVIII Jornada de Iniciação
Científica [recurso eletrônico] / [organização Prof.^a Dra. Carmem
Lúcia Brito Tavares Barreto e Prof. MSc. Dario Brito Rocha Júnior
Universidade Católica de Pernambuco, 2016.

237 p.

1. Ciência e tecnologia - Congressos e convenções.
2. Pesquisa - Congressos e convenções.

ISBN: 978 . 85 . 7084 . 312 - 8

CDU 5/6

REALIZAÇÃO:





18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SUMÁRIO

Recife, 2016

SUMÁRIO

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

ESTUDO DOS PARÂMETROS CINÉTICOS DOS PICOS DE INTENSIDADE TERMOLUMINESCENTE DO QUARTZO NATURAL SENSIBILIZADO

Alisson Silva de Albuquerque

Leonardo Bruno Ferreira de Souza.....30

APLICAÇÃO DO BIOSURFACTANTE PRODUZIDO POR *CANDIDA BOMBICOLA* NA REMEDIAÇÃO DE CONTAMINANTES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS EM SOLO E ÁGUA

Bruno Galdino de Freitas

Leonie Asfora Sarubbo.....31

OTIMIZAÇÃO BASEADA EM ALGORITMOS GENÉTICOS PARA BIODEGRADAÇÃO DE ÓLEO DIESEL POR *CANDIDA LIPOLYTICA* UCP 0988 EM ÁGUA DO MAR

Lucas Rodolfo Celestino de Farias

Clarissa Daisy da Costa Albuquerque.....32

ESTABILIDADE DO SINAL LUMINESCENTE DO QUARTZO NATURAL SENSIBILIZADO

Matheus Fernando dos Santos

Leonardo Bruno Ferreira de Souza.....33

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

INVESTIGAÇÃO DAS PROPRIEDADES SURFACTANTES DOS EXTRATOS VEGETAIS DA *EICHHORNIA CRASSIPES*

Alexandre Augusto Paredes Filho

Leonie Asfora Sarubbo.....35

PRODUÇÃO DE TANASE UTILIZANDO DIFERENTES MEIOS ATRAVÉS DE FERMENTAÇÃO SUBMERSA POR *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA*

Ana Carolina Albuquerque Barbosa

Carlos Alberto Alves da Silva.....36

APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS PARA PRODUÇÃO DE QUITINA E QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA*

Eduardo da Silva França

Kaoru Okada.....37

APROVEITAMENTO DO FARELO DE MILHO EM CULTIVO SUBMERSO DE *ASPERGILLUS SPP* COMO NUTRIENTE PARA A PRODUÇÃO DE BIOMASSA E BIOATIVOS

Gilderlaine Souza de Lima

Aline Elesbão do Nascimento.....38

CULTIVO SUBMERSO DE *PENICILLIUM SPP* UTILIZANDO FARELO DE MILHO COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE ENZIMAS EXTRACELULARES E POLIFOSFATO

Gisele da Silva

Aline Elesbão do Nascimento.....39

TRATAMENTO DE POLUENTES AMBIENTAIS UTILIZANDO BIODISSURFACTANTE EM SISTEMA DE FLOTAÇÃO

Iverson Amaro da Silva

Leonie Asfora Sarubbo.....40

OBTENÇÃO DE QUITOSANA MICROBIOLÓGICA E AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA

Laryssa Alves de Farias

Galba Maria de Campos-Takaki.....41

OTIMIZAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO COM AMINOÁCIDOS NA PRODUÇÃO DE QUITINA E QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA PHAEOSPHORA*

Natália Figueirôa de Lima Santiago

Galba Maria de Campos-Takaki.....42

PRODUÇÃO DE PROTEASE ATRAVÉS DE FERMENTAÇÃO SUBMERSA POR *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA* (SIS 40) UTILIZANDO MEIOS CONTENDO RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS

Thais Cavalcante de Souza

Carlos Alberto Alves da Silva.....43

PRODUÇÃO DE LIPASE POR UMA AMOSTRA DE *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA* (SIS 37) POR FERMENTAÇÃO SUBMERSA EM MEIOS CONTENDO RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS

Thais de Albuquerque Ostendorf

Carlos Alberto Alves da Silva.....44

APLICAÇÃO DO BIODISSURFACTANTE DE *CANDIDA LIPOLYTICA* NA REMEDIAÇÃO DE SOLOS E ÁGUAS CONTAMINADOS COM ÓLEO E METAIS PESADOS

Víviann Ribeiro do Nascimento

Leonie Asfora Sarubbo.....45

ENGENHARIAS

PARÂMETROS GEOTÉCNICOS DOS SOLOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - BANCO DE DADOS

Alfredo Nunes da Silva Neto

Joaquim Teodoro Romão de Oliveira.....47

POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DO SAIBRO COMO MATÉRIA-PRIMA PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTO CERÂMICO

Aline Hadassa Gouveia Gomes

Joaquim Teodoro Romão de Oliveira.....48

COMPORTAMENTO TENSÃO-DEFORMAÇÃO DE SOLOS MOLES DA ZONA OESTE DO RECIFE Ariela Rocha Cavalcanti Joaquim Teodoro Romão de Oliveira.....	49
AVALIAÇÃO DA ABSORÇÃO DE ÁGUA POR CAPILARIDADE E IMERSÃO DO CONCRETO COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO POR CINZA DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR. Camila Barrêto Rique de Barros Eliana Cristina Barreto Monteiro.....	50
COMPORTAMENTO DO CONCRETO SOB AÇÃO DE CARGAS DE IMPACTO: ENSAIOS EXPERIMENTAIS, MODELAGENS NUMÉRICAS E ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS DE ULTRASSOM Edmilson Raimundo de Oliveira Júnior Fernando Artur Nogueira Silva.....	51
ESTUDO DE CASO DE ADENSAMENTO COM DRENAGEM VERTICAL E RADIAL EM UMA ARGILA MOLE Gabriela Bezerra Ferreira e Silva Silvio Romero de Melo Ferreira.....	52
ENSAIO ACELERADO PARA ANÁLISE DA REAÇÃO ÁLCALI-AGREGADO NO CONCRETO Jéssica Ferreira Marins Fernando Artur Nogueira Silva.....	53
ESTUDO DA ESTABILIDADE DE UMA ENCOSTA EM CAMARAGIBE-PE José Luís Júnior Cecília Maria Mota Silva Lins.....	54
ESTUDO DO MELHORAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS GEOTÉCNICAS DO SOLO COM ADIÇÃO DE CAL HIDRATADA Luiz Fernando Anchar Lopes Cecilia Maria Mota Silva Lins.....	55
COMPORTAMENTO DO CONCRETO SUBMETIDO A TEMPERATURAS ELEVADAS – COMPARAÇÃO DE ENSAIOS EXPERIMENTAIS, MODELAGENS NUMÉRICAS E ANÁLISES COM END Klayne Kattiley dos Santos Silva Fernando Artur Nogueira.....	56
SOLOS NATURAIS E MELHORADOS APLICADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DA RELAÇÃO DAS FASES SÓLIDA, LÍQUIDA E AR NOS SOLOS Maria Gabriella Vilaca Padilha Pinto Silvio Romero de Melo Ferreira.....	57
PRODUÇÃO DE QUITINA E QUITOSANA POR <i>CUNNINGHAMELLA PHAEOSPORA</i> UTILIZANDO SUBSTRATOS AGROINDUSTRIAIS Paula Kamylla dos Santos Lima Galba Maria de Campos-Takaki.....	58

MELHORAMENTO DO SOLO EXPANSIVO DE PAULISTA UTILIZANDO CAL COMO ESTABILIZADOR

Rafael Bazilio Viana

Sílvio Romero de Melo Ferreira.....59

AVALIAÇÃO DO USO DE GEL IMPERMEABILIZANTE NAS ENCOSTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Rafael Pires Galvão

Cecília Maria Mota Silva Lins.....60

ANÁLISE DOS EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO PORTLAND PELA CINZA DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA RESISTÊNCIA MECÂNICA DA ARGAMASSA

Romildo Alves Berenguer

Eliana Cristina Barreto Monteiro.....61

INFLUÊNCIA DO USO DE MICROSSÍLICA NO CONCRETO ARMADO E NA SUA VIDA ÚTIL.

Tarcísio Costa de Souza Neto

Romilde Almeida de Oliveira.....62

ESTUDO DA DURABILIDADE DO CONCRETO FRENTE A ÍONS CLORETO E PROFUNDIDADE DE CARBONATAÇÃO, SUBSTITUINDO PARCIALMENTE O CIMENTO PORTLAND POR CBC.

Thaís Marques da Silva

Eliana Cristina Barreto Monteiro.....63

ANÁLISE DA VIDA ÚTIL E DO COMPORTAMENTO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO COM ADIÇÃO DE METACAULIM

Tiago Mourão Barros

Romilde Almeida de Oliveira.....64

BASES CONCEITUAIS PARA PROJETOS DE EDIFÍCIOS ALTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Victor Soares Marques Ferreira

Romilde Almeida de Oliveira.....65

ANÁLISE DA CORROSÃO DE BARRAS NO CONCRETO ARMADO E PREVISÃO DE VIDA ÚTIL POR MEIO DE MODELO COMPUTACIONAL.

Wanessa Souza de Lima

Romilde Almeida de Oliveira.....66

CIÊNCIAS DA SAÚDE

PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E AUTOCONCEITO RELACIONADO À APARÊNCIA E ATRIBUTOS FÍSICOS DE ADOLESCENTES QUEIMADOS EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Adryelle Fernandes Duarte

Cláudia Fonsêca de Lima.....68

REDUÇÃO DE DANOS: O QUE DIZEM GESTORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DESTA POLÍTICA

Amanda Ximenes

Marcus Túlio Caldas.....69

PERCEPÇÕES DAS MUDANÇAS NA VIDA SOCIAL E PSÍQUICA DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM OLINDA, PERNAMBUCO

Amanda Lucas Freire

Moab Duarte Acioli.....70

EFEITOS DA REABILITAÇÃO VIRTUAL NO CONTROLE DE TRONCO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL

Ariana Alves dos Santos

Ana Karolina Pontes de Lima.....71

PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE AS MUDANÇAS, IMPACTOS E RELAÇÕES ENTRE O ESTILO DE VIDA E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Bárbara Azevedo Neves Cavalcanti

Moab Duarte Acioli.....72

EXPERIÊNCIA DE GRAVIDEZ ENTRE ADOLESCENTES SUSPEITAS DE TRANSTORNO MENTAL ATENDIDOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB- PEIXINHOS EM OLINDA, PERNAMBUCO

Bianca Victorino Santos de Moraes

Moab Duarte Acioli.....73

EFEITOS AGUDOS DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA MUSCULAR E O EXERCÍCIO FÍSICO PASSIVO SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO DE PACIENTES CRÍTICOS

Brunna Jullyana Correia de Melo

Eduardo Ériko Tenório de França.....74

AVALIAÇÃO DO EQUÍBRIO E DA MARCHA PRÉ E PÓS-INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM INDIVÍDUOS COM NEUROPATIA DIABÉTICA DE MEMBROS INFERIORES

Brunna Stefanny de Góis Silva

Silvana Maria de Macêdo Uchôa.....75

PRODUÇÃO DE QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA ELEGANS* UCP 0542 UTILIZANDO RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA

Danielly Melo Brasil

Galba Maria de Campos Takaki.....76

EFEITOS DOS MANUSEIOS BASEADOS NO CONCEITO BOBATH NO CONTROLE DE TRONCO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL

Débora Maria Marques Camêlo

Ana Karolina Pontes de Lima.....77

PREVALÊNCIA DAS PRINCIPAIS DISFUNÇÕES EM PARTURIENTES DE PARTO NORMAL EM UMA UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA NA CIDADE DO RECIFE/PE

Eduarda Isabella Moura Castro

Valéria Conceição Passos de Carvalho.....78

PREVALÊNCIA DAS PRINCIPAIS DISFUNÇÕES EM PARTURIENTES DE PARTO CESARIANO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA NA CIDADE DE RECIFE/PE

Elizabete de Souza Pereira

Valéria Conceição Passos de Carvalho.....79

SÍNTESE E AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DOS COMPOSTOS N-(AMIDAFENIL)FTALIMIDA E N-(METILTIOFENIL)FTALIMIDA

Erika Manuella Figueiroa Barretto

Shalom Pôrto de Oliveira Assis.....80

DESCOMPRESSÃO DO NERVO PUDENDO ATRAVÉS DA TERAPIA MANUAL EM PACIENTES COM DOR PÉLVICA: RELATOS DE CASO

Fernando Antônio de Moraes Melo Filho

Valéria Conceição Passos de Carvalho.....81

COMPORTAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL CENTRAL EM HIPERTENSOS PORTADORES DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO

Gabriel Arthur Gomes Cavalcante

Flávio Maciel Dias de Andrade.....82

CORRELAÇÃO DO NÍVEL DE OSTEOARTROSE DE JOELHO COM A ALTERAÇÃO DO EQUILÍBRIO E A QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES IDOSOS

Gabriella Ângela Barbosa da Silva

Érica Patrícia Borba Lira Uchôa.....83

RISCO DE TRANSTORNO MENTAL ENTRE ADOLESCENTES GRÁVIDAS E NÃO GRÁVIDAS ATENDIDAS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Gabrielle Lins Serra

Moab Duarte Acioli.....84

REDUÇÃO DE DANOS: ASPECTOS ÉTICOS E CONCEITUAIS

Geysel Marinho Falcão

Sergio Grigoletto.....85

EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO COM MOVIMENTO (MWM) NA DOR LOMBAR INESPECÍFICA

Jéssica Malena Pedro da Silva

Paulo Henrique Altran Veiga.....86

AUMENTO DA MOBILIDADE LOMBAR ATRAVÉS DE MANIPULAÇÕES DO ÚTERO E DA BEXIGA

Joyce Pereira da Silva

Paulo Henrique Altran Veiga.....87

SÍNTESE E AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DOS COMPOSTOS N-(BROMOFENIL)FTALIMIDA E N-(CLOROFENIL)FTALIMIDA

Júlia Borges de Jesus
Shalom Pôrto de Oliveira Assis.....88

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E DE COMPORTAMENTO SEXUAL ENTRE ADOLESCENTES GRÁVIDAS ATENDIDAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM OLINDA, PERNAMBUCO

Lêda Maria de Albuquerque Gondim
Moab Duarte Acioli.....89

PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E AUTOCONCEITO RELACIONADO À APARÊNCIA E TRIBUTOS FÍSICOS DE CRIANÇAS QUEIMADAS EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Líbni Micaely de Santana Santos
Cláudia Fonsêca de Lima.....90

REDUÇÃO DE DANOS: O QUE DIZ A CLIENTELA SUBMETIDA A ESSA POLÍTICA

Maria Eduarda Calado Macêdo
Marcus Túlio Caldas.....91

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM PORTADORES DE APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO

Maria Helena Alves Gerônimo
Flávio Maciel Dias de Andrade.....92

EFEITOS DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA FUNCIONAL SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO E PARÂMETROS BIOQUÍMICOS EM PACIENTES CRÍTICOS

Marthley José Correia Costa
Eduardo Eriko Tenório de França.....93

EFICÁCIA DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA FUNCIONAL (EEF) NO MÚSCULO TIBIAL ANTERIOR EM PACIENTES COM NEUROPATIA DIABÉTICA DE MEMBROS INFERIORES

Matheus Gustavo Silva Magalhães
Silvana Maria de Macêdo Uchôa.....94

A AÇÃO ARENDTIANA NO PLANTÃO PSICOLÓGICO

Rafaela dos Santos Silva
Simone Dalla Barba Walckoff.....95

AVALIAÇÃO DO QUADRO ÁLGICO EM PACIENTES COM ISQUEMIA CRÔNICA PRÉ E PÓS INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Raissa Chiara Freire Coimbra
Silvana Maria de Macedo Uchôa.....96

OBTENÇÃO DE QUITOSANA MICROBIOLÓGICA E AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA ATIVIDADE ANTIFÚNGICA

Raphaella von Sohsten Calabria Lima
Galba Maria de Campos-Takaki.....97

EFEITO CRÔNICO DA MOBILIZAÇÃO DE MAITLAND NA PELVE, EM INDIVÍDUOS ADULTO-JOVENS SEDENTÁRIOS.

Roberto Barros Amorim Alvares
Uchôa, Érica Patrícia Borba Lira.....98

UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DE ALISMANTO NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM ISQUEMIA CRÔNICA

Stella Araújo Fonzar Hernandez
Silvana Maria de Macêdo Uchôa.....99

DISFUNÇÕES URINÁRIAS EM CRIANÇAS DE IDADE ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADO EM OLINDA/PE

Tatyane Gomes de Oliveira
Valéria Conceição Passos de Carvalho.....100

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA SOBRE O NÍVEL DE SOBRECARGA EM FAMILIARES CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA.

Tayná Mayara Souza de Luna
Cristiana Maria Macedo de Brito.....101

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO DE FISIOTERAPIA SOBRE O NÍVEL DE SOBRECARGA E QUALIDADE DE VIDA EM FAMILIARES CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA

Thaís Fernanda Peres de Santana
Cristiana Maria Macedo de Brito.....102

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA SOBRE O NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA EM FAMILIARES CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA

Thaís Mickaelly S. dos Santos
Cristiana Maria Macedo de Brito.....103

SÍNTESE E AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DOS COMPOSTOS N-FENILFTALIMIDA, N-(FLUORFENIL)FTALIMIDA E N-(NITROFENIL)FTALIMIDA

Vanessa Maria da Silva Alves Gomes
Shalom Pôrto de Oliveira Assis.....104

REDUÇÃO DE DANOS: O QUE DIZEM PROFISSIONAIS QUE EXERCEM SUA PRÁTICA ORIENTADA POR ESSA POLÍTICA

Vivian Letícia Rudnick Ueta
Marcus Túlio Caldas.....105

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

AS CENTRAIS SINDICAIS E A MITIGAÇÃO DA AUTONOMIA APÓS A LEI 11.648/08

Alexia Paula da Silva Mendonça
Fábio Túlio Barroso.....107

OS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA NO DISCURSO DE FUNFAMENTAÇÃO DA ADPF 186 DO STF SOBRE OS DIREITOS DOS NEGROS

Ana Caroline Alves Leitão

Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves.....108

SISTEMA INTERAMERICANO E PROTEÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA

Andressa de Oliveira Pletsch

Gustavo Ferreira Santos.....109

TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ELEMENTOS SUSPEITOS: UM ESTUDO SOBRE PRISÃO PREVENTIVA DE PESSOAS DO SEXO FEMININO NA CIDADE DO RECIFE

Andrielly Stephany Gutierrez Silva

Érica Babini Lapa do Amaral Machado.....110

ANÁLISE DO CONTROLE DAS OMISSÕES LEGISLATIVAS PELO STF NOS MANDADOS DE INJUNÇÃO 670, 708 E 712 E 721.

Arthur de Arruda Carvalho

Flávia Danielle Santiago Lima.....111

A GARANTIA DA LIBERDADE DE RELIGIÃO NO SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Bianca Cabral Ventura

Gustavo Ferreira Santos.....112

A FACE URBANA DOS PAVIMENTOS TÉRREOS: ESTUDO DA NORMATIVA DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RECIFE E A CONFIGURAÇÃO URBANA.

Byanca Monalisa de Sousa Oliveira

Andrea do Nascimento Dornelas Câmara.....113

ANÁLISE COMPARATIVA DO DIREITO AO PROTESTO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E NO SISTEMA EUROPEU

Caio Lins de Albuquerque

Gustavo Ferreira Santos.....114

OS EFEITOS DA MODULAÇÃO TEMPORAL NAS DECISÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO LOCAL PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Caio Mário Mello Costa Oliveira Sobrinho

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo.....115

CRIMES CONTRA A HONRA E OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Carlos Alberto de Souza Lima Junior

Gustavo Ferreira Santos.....116

O DIREITO À SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO FUNDAMENTO DA SAÚDE PSÍQUICA

Carlos Henrique Felix Dantas

Carolina Valença Ferraz.....117

IPTU VERDE: O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Daniely Tavares Mello

Hélio Sílvio Ourem Campos.....118

A LEI DE DROGAS E SEU VERDADEIRO IMPACTO NO ENCARCERAMENTO FEMININO NA CIDADE DO RECIFE

Danyelle do Nascimento Rolim Medeiros Lopes

Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt.....119

DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Dyego José Holanda Pessoa

Glauco Salomão Leite.....120

A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO LONGO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Edilisse Maria de Almeida Rodrigues

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo.....121

SUPREMACIA PARLAMENTAR X SUPREMACIA JUDICIAL: A “ÚLTIMA PALAVRA” SOBRE A CONSTITUIÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Eduarda Peixoto da Cunha França

Flávia Danielle Santiago Lima.....122

A PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DO TRABALHADOR ANTE O PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS

Felipe Uchôa de Albuquerque Oliveira

Fábio Túlio Barroso.....123

A ATIVIDADE DE CRIMINALIZAÇÃO DE MULHERES POR TRÁFICO DE DROGAS: DA VERIFICAÇÃO DO ELEMENTO SUSPEITO AO IMPACTO NO ENCARCERAMENTO FEMININO NO RECIFE

Fernanda Thaynã Magalhães de Moraes

Manuela Abath Valença.....124

AUTONOMIA DA VONTADE E CONSENTIMENTO INFORMADO: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO TJRJ EM 2011 E 2012

Filipi Luis da Costa Araújo

Vinícius de Negreiros Calado.....125

CONSTRUÇÃO DE DADOS PARA O FORTALECIMENTO E TRANSPARÊNCIA TERCEIRO SETOR

Gabriel Filipe Avelino Soares

Maria Cristina Guimarães Oliveira.....126

MULHERES NO TRÁFICO: UM ESTUDO SÓCIOCRIMINOLÓGICO DA SUA ESTEREOTIPAÇÃO Gabriela Parisi de Amorim Erica Babini Lapa do Amaral Machado.....	127
UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INCORPORAÇÃO DE MECANISMOS RESTAURATIVOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA Géssica Priscila Arcanjo da Silva Fernanda Cruz Fonseca Rosenblatt.....	128
A JUDICIALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DAS MINORIAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ATIVISMO JUDICIAL E REAÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL Guilherme Lima de Carvalho Flávia Danielle Santiago Lima.....	129
TRÁFICO DE DROGAS E ENCARCERAMENTO FEMININO: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE PODER QUE ULTRAPASSAM A ESFERA SOCIAL ALTERANDO A LÓGICA DA CRIMINALIZAÇÃO Iricherlly Dayane da Costa Barbosa Marília Montenegro Pessoa de Mello.....	130
RESPONSABILIDADE MÉDICA E CONSENTIMENTO INFORMADO: UM ESTUDO DE PRECEDENTES DO TJSC ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015 Ítalo Roberto de Deus Negreiros Vinicius de Negreiros Calado.....	131
UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS EM PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRAACIONAL ANÁLOGO AO TRÁFICO DE DROGAS Jessé de Oliveira Neto Manuela Abath Valença.....	132
OS TRÊS PROJETOS PILOTO BRASILEIROS E A PROBLEMÁTICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO BRASIL João André da Silva Neto Fernanda Fonseca da Cruz Rosenblatt.....	133
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ATIVISMO CONTRAMAJORITÁRIO José Raimundo e Silva Neto Glauco Salomão Leite.....	134
ANÁLISE DO ESTUDO DA RELAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO COM AS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Kamilla Michiko Yazawa Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega.....	135
O CONSENTIMENTO INFORMADO NAS RELAÇÕES MÉDICO PACIENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA Keunny Raniere Carvalho de Macêdo Filho Vinicius de Negreiros Calado.....	136

INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E A LEI DE TRÁFICO: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Laís Emanuella da Silva Lima

Manuela Abath Valença.....137

A PROTEÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS NO NOVO CPC E O IMPACTO NO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHISTA.

Laís Mattoso Sombra Lopes

Sérgio Torres Teixeira.....138

O DISCURSO SOBRE SEXUALIDADE/PROSTITUIÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Larissa Brasileiro Malheiro

Vanessa Alexsandra de Melo Pedroso.....139

DA PROSTITUIÇÃO AO TRÁFICO

Larissa Gabrielle Silva de Andrade

Vanessa Alexsandra de Melo Pedroso.....140

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO ANÔNIMO À LUZ DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE

Luiz Henrique da Cunha Viana Chagas

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira.....141

A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO

Luize Ivila Santos da Rocha

Vanessa de Melo Pedroso.....142

A PARENTALIDADE NA DEFICIÊNCIA: O DIREITO À REPRODUÇÃO E A SUA RELEVÂNCIA NA BUSCA PELA DIGNIDADE

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto

Carolina Valença Ferraz.....143

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA, À LUZ DO NOVO CPC, APLICADA AO SISTEMA RECURSAL

Manuella Cristina Costa Rodrigues

Lúcio Grassi de Gouveia.....144

A ELUSÃO FISCAL E A CULTURA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: POR UM SISTEMA TRIBUTÁRIO PROGRESSIVO E ISONÔMICO

Marcelo Ferraz Pinheiro

Hélio Silvío Ourém Campos.....145

A REFERENCIAÇÃO NO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO NAS DECISÕES DO STF SOBRE OS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS

Marcos Filipe Gonçalves Capella

Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves.....146

A PREVISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS: ANÁLISE COMPARATIVA DA NORMATIZAÇÃO ENTRE OS ESTADOS FEDERADOS.

Maria Clara Moreira Carvalho

Marcelo Labanca Correa de Araújo.....147

O IMPACTO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO NA REGULAÇÃO DO ESTADO COM O TERCEIRO SETOR EM PERNAMBUCO

Maria Eduarda Carvalho Harten Velho Barretto

Theresa Christine De Albuquerque Nóbrega.....148

A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NA ADOÇÃO À BRASILEIRA: ENTRE A EFETIVAÇÃO DE PRECEITOS FUNDAMENTAIS E AS RESTRIÇÕES DAS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS

Maria Helena Leiro Bancillon de Aragão

Maria Rita de Holanda Silva Oliveira.....149

O DESAFIO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS EM TERRAS BRASILEIRAS: A BUSCA POR UM MODELO REPARATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Maria Júlia Poletine Advincula

Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt.....150

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EFETIVA NO ENTORNO DA UNICAP

Mariana Oliveira Felipe

Arthur Henrique Neves Baptista.....151

O PARADIGMA BIOPOLÍTICO DE FOUCAULT COMO FORMA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE JURÍDICO-POLÍTICA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA PORTARIA NORMATIVA 3.461/MD

Mateus Siqueira Pacheco

Stefano Gonçalves Regis Toscano.....152

ATIVIDADE POLICIAL E LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DOS AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE POR TRÁFICO DE DROGAS EM RECIFE.

Matheus Ribeiro de Oliveira

Marilia Montenegro Pessoa de Melo.....153

O JULGAMENTO DAS AÇÕES PARA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Milena Torres de Melo Silva

Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva.....154

ATIVISMO JUDICIAL E OMISSÕES NORMATIVAS: LEGITIMIDADE DO STF FACE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS EM CONTRIBUIÇÃO À REALIDADE DEMOCRÁTICA

Mirella Luiza Monteiro Coimbra

Glauco Salomão Leite.....155

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: COMO AS CARACTERÍSTICAS DOS MINISTROS RELATORES PODEM INFLUENCIAR NA INCLUSÃO DAS ADINS EM PAUTA DE JULGAMENTO?

Moacir Ferreira Dos Santos Filho

José Mário Wanderley Gomes Neto.....156

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: QUAIS OS TEMAS CONSTITUCIONAIS ESQUECIDOS PELO TRIBUNAL PELA NÃO INCLUSÃO DE SEUS PROCESSOS EM PAUTA DE JULGAMENTO?

Natália Maria Grassano Caldas Pacífico

José Mário Wanderley Gomes Neto.....157

A IMPORTÂNCIA DAS REVERBERAÇÕES DA SINTOMATOLOGIA DE NIETZSCHE NA FILOSOFIA DE ROBERTO ESPOSITO: A IMUNIZAÇÃO COMO DIAGNÓSTICO DA SOBERANIA MODERNA

Natália Santos Lima Buenos Aires

Stéfano Gonçalves Régis Toscano.....158

EMENDAS CONSTITUCIONAIS, COMPOSIÇÃO E PROCESSO DE NOMEAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE INTERFERÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Natanael Café Teixeira Ferreira

Flávia Danielle Santiago Lima.....159

ATIVISMO JUDICIAL E A CRIAÇÃO DAS REGRAS DO JOGO DEMOCRÁTICO

Pablo Diego Veras Medeiros

Glauco Salomão Leite.....160

A FIGURA DA MULHER USUÁRIA DE ENTORPECENTES E SEUS ESTEREÓTIPOS DE CRIMINALIZAÇÃO SOB A ÓPTICA DA ATUAÇÃO POLICIAL

Paloma dos Santos Silva

Erica Babini Lapa do Amaral Machado.....161

A GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO DO TRABALHO

Pâmela Dayane Lima de Paula

Fábio Túlio Barroso.....162

TRIBUNAL DE CONTAS E TERCEIRO SETOR: ESTUDO COMPARADO DO MODELO DE REGULAÇÃO DO TERCEIRO SETOR ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E PRINCIPAIS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS DO PAÍS E UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DESSA ATUAÇÃO NO CONTROLE DAS ENTIDADES CONTRATADAS

Paula Virgínia da Rocha Moreira

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega.....163

VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E INEFICÁCIA DOS MEIOS DE PROTEÇÃO LABORAL À LUZ DA CONVENÇÃO DA ONU SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES

Pedro Henrique Bione Barbosa Pinheiro

Rosa Maria Freitas do Nascimento.....164

EM BUSCA DA “BRASILIDADE RESTAURATIVA”: UM ESTUDO SOBRE AS CONSTRUÇÕES TEÓRICAS NACIONAIS SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Pedro Henrique Ramos Coutinho dos Santos

Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt.....165

PROIBIÇÃO DA DECISÃO SURPRESA À LUZ DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO INTERSUBJETIVA

Rafaela Soares Ramos Falcão

Lúcio Grassi de Gouveia.....166

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: A VISIBILIDADE E O COMBATE AO ABUSO SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Raissa Lustosa Coelho Ramos

Carolina Valença Ferraz.....167

JUDICIALISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL: PROBLEMATIZANDO O ATIVISMO JUDICIAL

Raphael Crespo Forne

Glauco Salomão Leite.....168

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DOS DESCASOS DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS PERANTE A CORTE INTERNACIONAL NOS CASOS MARIA DA PENHA E GUERRILHA DO ARAGUAIA?

Rebecca Barbosa Alves de Araújo

João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira.....169

IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS SOBRE PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES MIGRANTES NO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO E DISCUSSÃO SOBRE PROCESSO MIGRATÓRIO ATUAL

Renata Amado Bahrampour

Rosa Maria Freitas do Nascimento.....170

AS IMUNIDADES FORMAIS DOS CONGRESSISTAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS RESPOSTAS DO LEGISLATIVO FEDERAL: ATIVISMO JUDICIAL OU DIÁLOGO INSTITUCIONAL?

Roberta Maria Guedes Alcoforado Caldas Bahia

Flávia Danielle Santiago Lima.....171

TUTELA JURISDICIONAL DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À MANIFESTAÇÃO PÚBLICA: HÁ LIMITES?

Roberto Lemos Dantas

Marcelo Labanca Correa de Araujo.....172

ELUSÃO FISCAL ATRAVÉS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: O “SEXTO MÉTODO” NA TRIBUTAÇÃO DE “COMMODITIES”

Sérgio Souza Costa Floro

Hélio Silvio Ourém Campos.....173

O PATRIMÔNIO CULTURAL (DES)CONHECIDO DO BAIRRO DE SANTO AMARO

Tatiane Barbosa Lima Silva

Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva.....174

ATIVISMO JUDICIAL E PROTEÇÃO DAS MINORIAS

Tatyana Paula Cabral de Melo Marcolino

Glauco Salomão Leite.....175

A APLICAÇÃO DO CONROLE DE CONVENCIONALIDADE NO DIÁLOGO ENTRE AS CORTES INTERNACIONAIS E BRASILEIRA.

Thais Bizarro Guerra

Marcelo Labanca Corrêa de Araújo.....176

COOPERAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Thais Lins de Albuquerque Lima

Lúcio Grassi de Gouveia.....177

UMA "NOVA" SEPARAÇÃO ENTRE OS PODERES? DA CONFIGURAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Thays Regina Oliveira Barbosa de Melo

Flávia Danielle Santiago Lima.....178

TRÁFICO DE DROGAS E ENCARCERAMENTO FEMININO: DO TRANSPORTE DE DROGAS À MALHA SELETIVA DA ATUAÇÃO POLICIAL

Túlio Vinícius Andrade Souza

Marília Montenegro Pessoa de Mello.....179

INVESTIGAÇÃO A CERCA DO “ELEMENTO” SUSPEITO NOS CRIMES DE TRÁFICO E USO DE ENTORPECENTES NA CIDADE DO RECIFE.

Victor de Goes Cavalcanti Pena

Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt.....180

GUERRA FISCAL NO MERCADO ELETRÔNICO EMBASADA NO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

Victoria Tabosa Rocha Pierre

Hélio Silvio Ourém Campos.....181

A DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Walclécia Alves Nunes

Rosa Maria Freitas do Nascimento.....182

CRIME DE TRÁFICO ENTORPECENTE: UM ESTUDO SOBRE PRISÃO PREVENTIVA DE PESSOAS DO SEXO MASCULINO NA CIDADE DO RECIFE

Willams França da Silva

Érica Babini Lapa do Amaral Machado.....183

CIÊNCIAS HUMANAS

O FORTALECIMENTO DA TEORIA DOS PRECEDENTES PELO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

Adriana Barbalho Ramos

Lúcio Grassi de Gouveia.....185

COTIDIANO E PRÁTICAS RELIGIOSAS NA NOVA LUSITÂNIA

Anderson Flávio Paiva Alves

Flávio José Gomes Cabral.....186

REPRESENTAÇÃO E CONSUMO CULTURAIS DAS INDUMENTÁRIAS LITÚRGICAS NA CAMINHADA DE TERREIROS DE PERNAMBUCO

Ariane Ingrid da Silva Botelho

Alfredo Sotero Alves Rodrigues.....187

COMO OS ESTUDANTES PERCEBEM O SUPORTE FAMILIAR?

Bruna de Oliveira Santos Lima

Suely de Melo Santana.....188

COTIDIANO E PODER NA CAPITANIA DA NOVA LUSITÂNIA (1535-1630)

Carla Martins do Nascimento

Flávio José Gomes Cabral.....189

BIOÉTICA E INÍCIO DA VIDA HUMANA: OS RISCOS APRESENTADOS PELAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Carlos Manoel da Silva Junior

Sérgio Grigoletto.....190

OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO SE PERCEBEM AUTOEFICAZES?

Claryssa Lace Freire dos Santos

Suely de Melo Santana.....191

ENSINO DA HISTÓRIA NA ERA DIGITAL: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDOS DIDÁTICOS PARA USO EM JOGOS DIGITAIS

Danilo de Oliveira e Silva

Luiz Carlos Luz Marques.....192

O DISCURSO SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM EM DIFERENTES GÊNEROS NA PÁGINA LÍNGUA PORTUGUESA DO FACEBOOK

Deysiane Damásio da Silva

Benedito Gomes Bezerra.....193

O SISTEMA PENITENCIÁRIO PERNAMBUCANO ATRAVÉS DOS OFÍCIOS E RELATÓRIOS DOS CHEFES DE POLÍCIA (1850-1889)

Eduarda de Albuquerque Ferreira Barbosa

Tiago da Silva Cesar.....194

A REFORMA PENITENCIÁRIA BRASILEIRA ATRAVÉS DOS RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1850-1889)

Eliane Gleyce da Costa

Tiago da Silva Cesar.....195

COLETA DE DADOS: BUSCAR ARTEFATOS, CENÁRIOS E DEFINIÇÃO DE CRONOLOGIA PARA UM JOGO DIGITAL PEDAGÓGICO

Fernando Antônio Pessôa Da Silva Júnior

Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.....196

A FAMÍLIA NO SÉC. XXI: VISÃO TEOLÓGICO-TRADICIONAL NA PASTORAL DA IGREJA.

Francisco Rodrigues de Macêdo

Prof. Dr. Luiz Alencar Libório.....197

EXERCÍCIO OU EXPLORAÇÃO: O PARADOXO DA PROSTITUIÇÃO

Gabrielle Costa Carvalho de Oliveira

Vanessa Alexandra de Melo Pedroso.....198

TRANSPARÊNCIA FISCAL BRASILEIRA: POR UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA.

Géssyca Correia Curvelo Cavalcanti

Maria Cristina Guimarães Oliveira.....199

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RADIODIFUSÃO SOB A ÓTICA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO.

Gessyca Galdino de Souza

Gustavo Ferreira Santos.....200

O FUNDAMENTO MÍSTICO DA AUTORIDADE E O ATO PERFORMATIVO

Henrique Bandeira de Melo Lopes

Manoel Carlos Uchôa de Oliveira.....201

A RAZÃO DO MAIS FORTE: UMA ANÁLISE DA SOBERANIA NA OBRA TARDIA DE JACQUES DERRIDA

Isabela Maria Bezerra Costa

Manoel Carlos Uchôa de Oliveira.....202

JOGOS DIGITAIS COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO: UMA BREVE REFLEXÃO

Isaque de Araújo Oliveira

Luiz Carlos Luz Marques.....203

JUSTIÇA COMO HOSPITALIDADE: A EXPERIÊNCIA DA ALTERIDADE COMO PROBLEMA JURÍDICO POLÍTICO

João Victor de Souza Quintino da Silva

Manoel Carlos Uchôa de Oliveira.....204

ANÁLISE BÍBLICO-TEOLÓGICA DO DIÁLOGO DE JESUS COM A MULHER SIRO-FENÍCIA EM MC 7,24-30

José Cleiton Barbosa

João Luiz Correia Júnior.....205

A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: TENDÊNCIAS TEOLÓGICAS INOVADORAS NA PASTORAL MISERICORDIOSA DA IGREJA

José Fernandes Cândido de Souza

Orientador Luiz Alencar Libório.....206

A TRADUÇÃO DA BÍBLIA DE JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

José Nilson Soares Barbosa

Cláudio Vianney Malzoni.....207

OS PAPIROS DO NOVO TESTAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E CRÍTICA

José Vila Nova Brainer Segundo

Cláudio Vianney Malzoni.....208

POLÍTICAS CARCERÁRIAS E A MONTAGEM DO APARELHO PRISIONAL PERNAMBUCANO (1850-1870)

Juliana Calixto Viana

Tiago da Silva Cesar.....209

SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NA BVS/PSI: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Kaline Jodely Magalhães Lima

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.....210

COSTURANDO OS AXÓS: OS BASTIDORES DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO RECIFE

Karla Aparecida Vasconcelos Ribeiro

Zuleica Dantas Pereira Campos.....211

A ARGUMENTAÇÃO E AS FALÁCIAS JURÍDICAS WARATIANAS NO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO NAS DECISÕES DO STF SOBRE A MULHER

Laís Carneiro da Cunha Silva

Virgínia

Colares.....212

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: ANÁLISE DAS SENTENÇAS CONDEATÓRIAS DE MULHERES POR TRÁFICO DE DROGAS NO ANO DE 2014 EM PERNAMBUCO

Luísa Azevedo de Melo

Marília Montenegro Pessoa de Mello.....213

TRADIÇÕES RELIGIOSAS NO RECIFE: IDENTIDADES E ALTERIDADES

Luisa Farias Silva

Gilbraz de Souza Aragão.....214

O USO DA REALIDADE VIRTUAL COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

Luiz Henrique Gonçalves Silva

Luiz Carlos Luz Marques.....215

O MOBILIÁRIO URBANO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO DA BOA VISTA: PERCEPÇÃO, ESTÉTICA E FUNCIONALIDADE

Marcela Pires Spinelli

Christianne Soares Falcão e Vasconcelos.....216

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO NAS FAMÍLIAS MÚLTIPLAS: Uma abordagem psicanalítica

Mariane Nunes Elihimas

Luiz Alencar Libório.....217

SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO EM TESES E DISSERTAÇÕES EM PSICOLOGIA PUBLICADAS NA PLATAFORMA DA CAPES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

¹Mirela Borba de Lacerda

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.....218

IGREJAS CRISTÃS NO RECIFE: IDENTIDADES E ALTERIDADES

Rayane Marinho Leal

Gilbraz de Souza Aragão.....219

O MERCADO DE INDUMENTÁRIAS LITÚRGICAS AFRO-BRASILEIRAS DO RECIFE

Rebeca Afonso Torres

Zuleica Dantas Pereira Campos.....220

DIREITO, VIOLÊNCIA E DECISÃO: O PROBLEMA DA FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO EM JACQUES DERRIDA

Silvana Pereira de Albuquerque

Manoel Carlos Uchôa de Oliveira.....221

AS ANTIGAS TRADUÇÕES DA BÍBLIA AO LATIM

Simeão Manoel Dantas

Cláudio Vianney Malzoni.....222

A CONSOLIDAÇÃO DA REDE PRISIONAL PERNAMBUCANA (1871-1889)

Valeska Maria Ferreira da Silva

Tiago da Silva Cesar.....223

VIOLÊNCIA E INTERNET: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA NO YOUTUBE A PARTIR DA DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

Vanessa Cristina Araújo Cavalcanti de Albuquerque

João Evangelista Tude de Melo Neto.....224

A REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DE 1817 NAS REPARTIÇÕES DIPLOMÁTICAS

Virgínia Barbosa da Silva

Flávio José Gomes Cabral.....225

LINGUÍSTICA LETRAS E ARTES

RELAÇÃO VERBO-VISUAL EM TEXTOS MULTIMODAIS NO APLICATIVO WHATSAPP: UMA ANÁLISE DA VARIÁVEL GÊNERO/SEXO

Carina Pereira dos Santos

Renata Fonseca Lima da Fonte.....227

O DISCURSO SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM EM DIFERENTES GÊNEROS NA PÁGINA *LÍNGUA PORTUGUESA DO FACEBOOK*

Deysiane Damásio da Silva

Benedito Gomes Bezerra.....228

ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA COM SUJEITOS AFÁSICOS PARTICIPANTES DE GRUPO DE CONVIVÊNCIA

Fernanda de Farias Martins

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo.....229

AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM E MÚSICA

Larissa Pompéia Costa Santos

Glória Maria Monteiro de Carvalho.....230

MAPEAMENTO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PARA SURDOS E SUAS ORIENTAÇÕES TEÓRICAS REALIZADOS NA CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA DA UNICAP: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Mannix de Azevêdo Ferreira

Wanilda Maria Alves Cavalcanti.....231

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE FONOAUDIÓLOGOS PARA A EDUCAÇÃO/CLÍNICA DE SURDOS: AMPLIANDO O ESPAÇO DE OBSERVAÇÃO.

Marcela Gomes Barbosa

Wanilda Maria Alves Cavalcanti.....232

RELAÇÃO VERBO-VISUAL EM TEXTOS MULTIMODAIS: UMA ANÁLISE DA VARIAÇÃO DIAFÁSICA NO APLICATIVO *WHATSAPP*

Márcia Antônia de Souza Carvalho

Renata Fonseca Lima da Fonte.....233

A ARGUMENTAÇÃO NO PROCESSO DE LEITURA PELA PESSOA SURDA

Matheus Lucas de Almeida

Izabelly Correia dos Santos Brayner.....234

COMPARAÇÃO DE PROGRAMAS DE CONVERSÃO TEXTO-FALA

Maviael Vanter de Andrade Filho

Francisco Madeiro Bernardino Junior.....235

TESTE DE CLOZE: TEORIA E APLICATIVOS

Victor Queiroga Crescêncio da Costa

Francisco Madeiro Bernadino Junior.....236



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS ELETRÔNICOS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Recife, 2016

ESTUDO DOS PARÂMETROS CINÉTICOS DOS PICOS DE INTENSIDADE TERMOLUMINESCENTE DO QUARTZO NATURAL SENSIBILIZADO

Alisson Silva de Albuquerque¹; Leonardo Bruno Ferreira de Souza²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia; Bolsista PIBIC. E-mail: albuquerquealisson@hotmail.com

²Professor do Curso de Física do Centro de Ciências e Tecnologia; E-mail: leonardobruno@unicap.br

A termoluminescência (TL) é o fenômeno da emissão de luz devido à estimulação térmica de um material que foi previamente irradiado com radiação ionizante. A quantidade de luz emitida na TL é proporcional à dose de radiação absorvida, o que possibilita a utilização desse fenômeno para estimar a dose de radiação em aplicações como na dosimetria retrospectiva e na datação arqueológica. O mineral mais utilizado nestas aplicações é o quartzo devido à sua abundância, e o pico TL empregado ocorre a 110 °C. Os picos TL a temperaturas mais altas não são muito utilizados devido às suas baixas sensibilidades. Porém, estudos preliminares mostraram que mediante tratamentos térmicos e altas doses de radiação gama, é possível sensibilizar um pico de emissão a ~280 °C, mais estável e dezenas de vezes mais sensível que o pico a 110 °C, e centenas de vezes mais sensível que o pico a 325 °C usado nos protocolos de datação. Para que essas aplicações sejam viáveis, é necessário compreender melhor os processos envolvidos na sensibilização TL, como o efeito do tratamento térmico nos parâmetros cinéticos do pico TL sensibilizado. O objetivo deste trabalho é utilizar o método computacional para esclarecer características da (s) armadilha (s) eletrônica (s) do pico TL sensibilizado. Para a realização deste trabalho foram utilizadas curvas TL de amostras de quartzo oriundo da região de Mina dos Cavalos – MG. A amostra sensibilizada foi dividida em nove lotes, dos quais, oito receberam tratamentos térmicos, a temperaturas de 400 até 600 °C por três horas. O software Origin Pro 8 foi utilizado para inserir a equação que representa a curva TL do modelo de Randall & Wilkins e para determinar a curva de melhor ajuste aos dados experimentais, ou seja, a curva TL simulada. A partir dessas curvas ajustadas aos dados experimentais, determinam-se os parâmetros de energia de ativação e fator de frequência da armadilha do pico TL sensibilizado. A equação foi escrita no Origin Pro 8, entretanto nenhuma simulação dos dados experimentais convergiu. A largura do pico TL sensibilizado sugere a existência de dois ou mais picos componentes. Enquanto a simulação ocorre para apenas um pico TL. Assim, sugere-se que não houve convergência nas simulações pela possível existência de mais de uma armadilha eletrônica. Para confirmar essa hipótese, são necessárias simulações utilizando teorias avançadas de TL com múltiplas armadilhas e/ou armadilhas com distribuições contínuas, degeneradas.

Palavras-chave: termoluminescência; quartzo sensibilizado; parâmetros cinéticos.

Projeto de Pesquisa: Estudo dos sinais luminescentes de cristais naturais de quartzo.

APLICAÇÃO DO BIOSSURFACTANTE PRODUZIDO POR *CANDIDA BOMBICOLA* NA REMEDIAÇÃO DE CONTAMINANTES ORGÂNICOS E INORGÂNICOS EM SOLO E ÁGUA

Bruno Galdino de Freitas¹; Leonie Asfora Sarubbo²

¹Estudante do Curso de Engenharia Química do Centro de Ciências de Tecnologia (PIBIC UNICAP).

E-mail: galdino1039@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Química e Ambiental do Centro de Ciências de Tecnologia; E-

mail: leonie@unicap.br

Com o aumento exponencial da produção industrial, inúmeros produtos são utilizados e depositados inadequadamente no ambiente, contaminando solos e águas. Uma solução para a remedição de solos contaminados por óleos ou metais pesados consiste no uso de biossurfactante, os quais podem ser adicionados em soluções, facilitando a solubilização, dispersão dos contaminantes do solo. Os biossurfactantes são mais eficazes do que os surfactantes químicos e apresentam inúmeras vantagens como biodegradabilidade, ausência de toxicidade e estabilidade frente a condições extremas de temperatura, pH ou salinidade. Nesse sentido, foi realizada a produção de biossurfactante por *Candida bombicola* em meio de baixo custo 5% de melão de cana e 5% de óleo de fritura residual e 5% de milho-cina, durante 120 horas e 200 rpm. Testes de biorremediação foram realizados para analisar a eficácia do biossurfactante isolado e sua espécie microbiana produtora na remoção de óleo em solo contaminado e em água do mar. A condutividade da solução sintética de metais Cádmio (Cd) e Chumbo (Pb) foram avaliadas antes e após a adição do biossurfactante. Os resultados indicaram que a adição do biossurfactante aumentou o percentual de remoção do óleo motor, quando comparados com a condição sem adição de biossurfactante. O biossurfactante apresenta capacidade de complexar cátions metálicos em soluções aquosas. Dessa forma, o biossurfactante produzido de *C. bombicola*, além de ser obtido a partir de substratos de baixo custo, demonstrou eficiência na remoção de óleos e metais pesados, possibilitando a substituição de agentes químicos de tratamento por agentes mais compatíveis com o meio ambiente. Vale ressaltar, ainda, a versatilidade desses agentes no que se refere às suas propriedades anfipáticas, as quais permitem que os biossurfactantes possam ser usados na remoção concomitante de diferentes tipos de poluentes ambientais como os metais pesados e os hidrocarbonetos presentes em derramamentos de petróleo e derivados.

Palavras-chave: Biossurfactante, Petróleo, Metais pesados, Biorremediação.

Projeto de Pesquisa: Núcleo de Pesquisas em Biossurfactantes Industriais (NPB)

OTIMIZAÇÃO BASEADA EM ALGORITMOS GENÉTICOS PARA BIODEGRADAÇÃO DE ÓLEO DIESEL POR *Candida lipolytica* UCP 0988 EM ÁGUA DO MAR

Lucas Rodolfo Celestino de Farias¹; Clarissa Daisy da Costa Albuquerque²

¹Estudante do Curso de Ciência da Computação do Centro de Ciências e Tecnologia; IC Voluntário.
E-mail: fariaslrc@gmail.com

²Professora do Curso de Ciência da Computação do Centro Ciências e Tecnologia; E-mail:
cdaisy@unicap.br

Acidentes durante o transporte marítimo de petróleo e seus derivados têm causado sérios danos ao meio ambiente, demonstrando a importância e a necessidade de pesquisa, desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias de prevenção e remediação de derrames de óleos operacionais ou acidentais. A biodegradação do óleo diesel representa um dos mecanismos primários através dos quais compostos poluentes podem ser eliminados do meio ambiente. Algoritmos genéticos (AG) são métodos de busca e otimização considerados eficazes na resolução de diversos problemas de otimização de componentes de meios para biodegradação. Neste trabalho, uma abordagem híbrida - envolvendo Metodologia de Superfície de Resposta (MSR) e AG - foi utilizada para identificar as concentrações ótimas de sulfato de amônio e fosfato monobásico de potássio, capazes de aumentar a produção de biomassa e reduzir o pH e a tensão superficial, otimizando o processo de biodegradação de óleo diesel por *Candida lipolytica* UCP 0988 em água do mar. Os AG foram implementados usando o toolbox de otimização do ambiente de desenvolvimento técnico-científico Matlab® da Mathworks Inc. (USA). Modelos quadráticos para produção de biomassa, pH e tensão superficial, obtidos através de planejamento composto central associado a MSR foram usados como funções de aptidão. A abordagem híbrida MSR-AG permitiu a localização de concentrações de sulfato de amônio e fosfato monobásico de potássio que resultaram, respectivamente, nos seguintes valores ótimos para produção de biomassa, tensão superficial e pH: 50,6 g/L (máximo); 38,3 mN/m (mínimo) e 5,5 (mínimo). A capacidade de resolver problemas complexos dos AG sugere que eles são ferramentas importantes para otimização de processos de biodegradação de petróleo e derivados, como o óleo diesel, que geralmente são não lineares, multidimensionais e multimodais.

Palavras-chave: Algoritmos genéticos; Biodegradação; Óleo diesel.

Projeto de Pesquisa: Aplicações de Metodologia de Superfície de Resposta e Algoritmos Genéticos a Processo de Biodegradação de Óleo Diesel em Água do Mar.

STABILIDADE DO SINAL LUMINESCENTE DO QUARTZO NATURAL SENSIBILIZADO

Matheus Fernando dos Santos¹; Leonardo Bruno Ferreira de Souza²

¹Estudante do Curso de licenciatura plena em física do Centro de Ciências e Tecnologia; IC Voluntário. E-mail: matheus1995fernando@hotmail.com

²Professor do Curso de Física do Centro de Ciências e Tecnologia;
E-mail: leonardobruno@unicap.br

Com o uso crescente da termoluminescência (TL) e da luminescência opticamente estimulada (LOE) nos protocolos de datação e dosimetria retrospectiva, torna-se cada vez mais necessário um melhor entendimento das propriedades luminescentes do quartzo. Por esse motivo, a comunidade acadêmica tem investigado amplamente a correlação entre os sinais TL e LOE. Por outro lado, estudos mostraram que a resposta TL do quartzo natural é sensibilizada quando submetida a um processo que envolve irradiação de 25 kGy. Posteriormente, observou-se que o mesmo procedimento também sensibilizava a resposta LOE do quartzo natural. O objetivo deste trabalho é correlacionar os sinais TL e LOE do quartzo natural sensibilizado. Para isso, foi analisada em amostras de quartzo naturais e sensibilizadas a TL foto transferida (PTTL) e, em seguida, os efeitos de tratamentos térmicos e exposições a luz no sinal luminescente. As amostras de quartzo utilizadas nesse estudo são procedentes da Mina dos Cavalos (MC) em Solonópole (Ceará) e de Pouso Alegre (PA) em Minas Gerais. Ao final do processo de preparação, os cristais oriundos de MC e PA resultaram em amostras com dimensões de aproximadamente 5x5x1 m. Observou-se que o processo de sensibilização adotado é responsável pela sensibilização das chamadas componentes ultra-rápida da LOE do quartzo. Além do aparecimento desta componente, a alteração na sensibilidade LOE é suportada pela seguinte evidência: a estabilidade térmica da componente ultra-rápida da LOE é semelhante a do pico TL sensibilizado, isto é, ambos os sinais são estáveis até cerca de 260°C e 50% das suas intensidades desaparecem por aquecimento a cerca de 320-340°C.

Palavras-chave: Termoluminescência, Luminescência Opticamente Estimulada, Quartzo natural sensibilizado.



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS ELETRÔNICOS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Recife, 2016

INVESTIGAÇÃO DAS PROPRIEDADES SURFACTANTES DOS EXTRATOS VEGETAIS DA *EICHHORNIA CRASSIPES*

Alexandre Augusto Paredes Filho¹; Leonie Asfora Sarubbo²

¹Estudante do Engenharia Ambiental (PIBIC UNICAP). E-mail: alexandre.p.filho@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Ambiental do Centro de Ciências de Tecnologia; E-mail: leonie@unicap.br

Derramamentos de petróleo no mar impactam negativamente ecossistemas e a qualidade das águas. Uma possível solução consiste no uso de surfactantes, agentes tensoativos capazes de solubilizar manchas de óleo através da redução da tensão superficial e da formação de microemulsões onde os hidrocarbonetos possam se solubilizar em água ou onde a água possa se solubilizar em hidrocarbonetos. Tais propriedades possibilitam a esses agentes uma ampla gama de aplicações industriais incluindo detergência, emulsificação, solubilização e dispersão de fases. Os surfactantes naturais ou biosurfactantes, como são conhecidos cientificamente, representam uma alternativa atrativa em substituição aos surfactantes químicos, especialmente por suas características biodegradáveis e eficiência comprovada. Esses agentes normalmente são produzidos por micro-organismos, embora também possam ser obtidos de extratos vegetais. O aguapé (*Eichhornia crassipes*) é uma macrófita aquática nativa da Amazônia, embora encontre-se em todo o mundo, possuindo intensa capacidade de crescimento em diferentes regiões. Devido a esta intensa reprodução, as aguapés rapidamente atingem uma grande densidade em corpos d'água, provocando obstruções na via fluvial e o aparecimento de insetos. Dessa forma, a utilização do aguapé para a produção de surfactantes naturais representa uma possibilidade de geração de produtos de alto valor agregado a partir do reaproveitamento de resíduos vegetais. Nesse sentido, coletaram-se raízes da planta, as quais foram submetidas a várias etapas de extração. A tensão superficial obtida no extrato foi 27,5 mN/m e as taxas de emulsificação para o óleo motor, óleo diesel, querosene, n-hexadecano, óleo de milho e óleo de soja foram de 65%, 40%, 44%, 47%, 42% e 36%, respectivamente, indicando maior afinidade do extrato vegetal pelo óleo de motor. Os testes de estabilidade do biosurfactante realizados em diferentes valores de pH, temperatura e concentrações crescentes de NaCl demonstraram pouca variação em sua tensão superficial. A concentração micelar crítica do biosurfactante vegetal foi de 1,4 g/L e a tensão superficial nesse ponto foi de 25,84 mN/m. O extrato vegetal também foi capaz de dispersar 100% do óleo de motor em água salgada. As propriedades tensoativas, assim como os resultados dos experimentos de dispersão, demonstram claramente a viabilidade de aplicação desse novo biosurfactante vegetal como aditivo biotecnológico para os processos de remediação ambiental.

Palavras-chave: Biosurfactante, Petróleo, Macrófitas, *Eichhornia crassipes*.

Projeto de Pesquisa: Núcleo de Pesquisas em Biosurfactantes Industriais (NPB).

PRODUÇÃO DE TANASE UTILIZANDO DIFERENTES MEIOS ATRAVÉS DE FERMENTAÇÃO SUBMERSA POR *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA*

Ana Carolina Albuquerque Barbosa¹; Carlos Alberto Alves da Silva²

¹Estudante do Curso de Engenharia Ambiental do Centro de Ciência e Tecnologia; Bolsista de IC da UNICAP. E-mail: anacarolb@outlook.com

²Professor dos Cursos de Engenharias Ambiental e Química do Centro de Ciência e Tecnologia. E-mail: calves@unicap.br

Enzimas são compostos químicos empregados como biocatalisadores em diferentes setores industriais e ambientais, cuja utilização justifica a sua elevada aplicabilidade mundial. Tanases são enzimas extracelulares, produzidas na presença de ácido tânico por diversos micro-organismos, principalmente fungos filamentosos. Diversos estudos descrevem que micro-organismos habitantes de solo e produtores de tanase desempenham um importante papel na decomposição e reciclagem de materiais vegetais ricos em taninos. As tanases apresentam uma vasta gama de aplicações em diversos setores industriais, sendo principalmente utilizada para produção de ácido gálico, chás instantâneos, na estabilização da cor do vinho, refrigerantes à base de café, processo de tratamento de couro, detanificação de alimentos e para tratamento de efluentes na indústria de couros. Foram realizados estudos para seleção de amostras produtoras com amostras de *Cunninghamella echinulata* isoladas da Caatinga de Pernambuco, através de ensaios em meio sólido em diferentes temperaturas (28, 37,45 e 50°C). Em seguida, novos estudos foram feitos no sentido de produzir as enzimas através de fermentação submersa utilizando 4 meios de produção. Os ensaios foram conduzidos a 37 °C, 150 rpm, 144 h, onde foram determinadas a produção da enzima (U/mL) e verificação do pH. Os resultados obtidos na seleção de amostras em meio sólido revelaram que a amostra denominada *C. echinulata* (SIS 40) apresentou a formação do maior halo característico à 37°C (4,6 cm em 96 h de crescimento). Nos ensaios envolvendo a seleção de meios de produção através de fermentação submersa, verifica-se que a maior atividade enzimática detectada foi de 0,254 U/mL no meio 4, após 96 h apresentando um valor de pH = 4,60. Verifica-se que o fungo filamentoso *C. echinulata* foi capaz de hidrolisar os taninos presentes nos meios de seleção, transformando-os na enzima estudada, revelando assim um elevado potencial biotecnológico dos fungos isolados do solo da caatinga do Estado de Pernambuco.

Palavras-chave: produção enzimática, fermentação submersa, *Cunninghamella*.

Projeto de Pesquisa: Produção Biotecnológica de Quitina e Quitosana por amostras de *Cunninghamella* usando Substratos Agroindustriais e desenvolvendo Nanofibras.

APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS PARA PRODUÇÃO DE QUITINA E QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA*

Eduardo da Silva França¹, Kaoru Okada²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CCBS, Bolsista (PIBITI CNPq.) E-mail: eduardo.franca2014@yahoo.com

²Professora do Curso de Ciências Biológicas do CCBS ;E-mail: kao@unicap.br

Biomassa de fungos e outros micro-organismos têm sido objeto de investigação nos últimos anos, considerando sua utilização como fonte de várias biomoléculas como lipídeos, proteínas, bem como quitina e quitosana. Substratos alternativos para o cultivo e produção dessas biomoléculas, como os resíduos agroindustriais, têm sido estudados com o objetivo reaproveitar matéria orgânica que seriam descartados, assim como reduzir custos de produção e agregar valor ao produto final. Neste trabalho o fungo *Cunninghamella echinulata* foi cultivado em meios de cultura elaborado com tomates rejeitados para consumo, acrescido de melaço de cana-de-açúcar (4% v/v) e bagaço de malte (1,4% g/v). O meio para Mucorales foi utilizado como padrão. Foram inoculados 10^7 esporos/ml em frascos de Erlenmeyers, contendo 150 ml de meio de cultura (padrão e alternativos) e incubados a temperaturas 28°C sob agitação orbital de 150 rpm, por 96 horas, sendo que a cada 24 h amostras foram coletadas, a biomassa separada por filtração a vácuo, lavadas, congeladas, liofilizadas e pesadas para determinação da biomassa (g/L), o filtrado foi utilizado para determinação do pH e consumo de glicose. Os ensaios foram realizados em duplicatas. A melhor condição de produção para *C. echinulata* foi estabelecido pela condição de maior produção de quitina e quitosana através da velocidade máxima de crescimento ($\mu\text{Máx}^{(h^{-1})}$), tempo de geração (TG) e produtividade (P). De acordo com os resultados, no meio alternativo constituído de suco de tomate acrescido de 4% de melaço de cana-de-açúcar, *C. echinulata* apresentou melhores resultados para produção de biomassa 50,65g/L em 96h. A produção máxima de quitina e quitosana por *C. echinulata* foi de 1,16g e 0,27g, respectivamente por grama de biomassa em 48 horas de cultivo, com velocidade máxima de crescimento de $\mu\text{Máx}$ 0,620^(h⁻¹) e tempo de geração de 3,9 h. Assim, os resultados obtidos sugerem *C. echinulata* como fonte de produção dos copolímeros, como também o suco de tomate acrescido de melaço de cana-de-açúcar, considerando um potencial nutritivo e de baixo custo.

Palavras-chave: Biomoléculas, Mucorales, *Cunninghamella echinulata*.

Projeto de Pesquisa: Produção biotecnológica de quitina e quitosana por amostras *Cunninghamella* usando substratos agroindustriais e desenvolvimento de nanofibras.

APROVEITAMENTO DO FARELO DE MILHO EM CULTIVO SUBMERSO DE *ASPERGILLUS SPP* COMO NUTRIENTE PARA A PRODUÇÃO DE BIOMASSA E BIOATIVOS

Gilderlaine Souza de Lima¹; Aline Elesbão do Nascimento²

¹Estudante do Curso de Engenharia Química, do CCT, Bolsista PIBIC UNICAP, E-mail: gilderlaineq@gmail.com

²Professora dos Cursos Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, do CCBS, E-mail: elesbão@unicap.br

Em diversos processos agroindustriais, existe, como parte da produção principal, a formação de subprodutos de considerável valor agregado. Os resíduos gerados representam perdas econômicas no processo produtivo, e podem proporcionar problemas ambientais. O farelo residual de milho (FRM) ou *Hominy feed*, é um resíduo da agroindústria, que pode apresentar composição química variada, sendo utilizado em diversos processos industriais. Os fungos constituem um dos grupos de microrganismos versáteis, exibindo grande possibilidade de aplicação em diferentes áreas, para a produção de enzimas, polímeros, ácidos orgânicos e biomassa, e na área de remediação de xenobióticos. Neste estudo, a produção de biomassa, polifosfato, quitina e a análise morfológica do fungo *Aspergillus spp.*, isolado do solo da caatinga pernambucana, foram avaliadas em meios de cultura contendo farelo de milho com glicose e farelo nas concentrações de 2%, 4% e 8%. Os dados revelam que a produção de biomassa em meio contendo farelo de milho foi aproximadamente três vezes maior para os meios com 4% e 8% de farelo de milho. O polifosfato foi acumulado em maior proporção na biomassa obtida do meio contendo 8% de farelo de milho, apresentando um pico de 0,77 mg dL⁻¹, sendo maior 63,83% que o meio convencional, que foi de 0,47 mg dL⁻¹. Para a quitina resultado semelhante foi obtido, onde a presença do farelo de milho induziu aumento de 70% no meio contendo 8% do resíduo. O estudo morfológico mostrou variações na espessura, homogeneidade citoplasmática e padrão de ramificação das hifas obtidas de meio contendo farelo de milho em relação ao meio controle. Os dados obtidos neste estudo revelam-se promissores, sendo significativos, estatisticamente, em relação ao uso de estratégias para o desenvolvimento de processos de cultivo que valorizam resíduos para agregar valor aos metabólitos microbianos.

Palavras-chave: agroindústria; resíduos; fungos; quitina; polifosfato.

Projeto de Pesquisa: Potencial Biotecnológico de Bactérias (*Bacillus spp*, *Serratia marcescens* e *Pantoea agglomerans*) e Fungos Filamentosos da Caatinga na Produção de Enzimas, Quitina, Quitosana e Biossurfactante.

CULTIVO SUBMERSO DE *PENICILLIUM SPP* UTILIZANDO FARELO DE MILHO COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE ENZIMAS EXTRACELULARES E POLIFOSFATO

Gisele da Silva¹; Aline Elesbão do Nascimento²

¹Estudante do Curso de Ciências Biológicas do CCBS; Bolsista (PIBIC CNPq). E-mail: giselesilv@yahoo.com.br

²Professor do Curso de Ciências Biológicas do CCBS; E-mail: elesbao@unicap.br

Os fungos representam uma fonte de grande interesse para as áreas industrial e biotecnológica em função de seu potencial para a descoberta e produção de novas substâncias, compostos e polímeros. Os resíduos de agricultura e da agroindústria, como o farelo de milho, representam um recurso alternativo para o crescimento microbiano para a produção de biomassa e metabólitos, diminuindo os custos de produção, aumentando o valor agregado do processo produtivo, e reduzindo o problema de armazenamento e descarte desses resíduos. O trabalho teve por objetivo avaliar os efeitos do farelo de milho na produção de biomassa, polifosfato e enzimas extracelulares: polifenoloxidase e tanase em um isolado de *Penicillium spp* obtido do solo da caatinga pernambucana. O microorganismo foi cultivado em meios contendo glicose-peptona (controle), glicose-farelo de milho (GF) e farelo de milho nas concentrações de 2% (F2%), 4% (F4%) e 8% (F8%). Os resultados indicaram que, ao final do cultivo, a maior produção de biomassa ocorreu no meio contendo 8% de farelo de milho, sendo aproximadamente 2 vezes superior àquela obtida para o controle. Para o polifosfato, o meio contendo farelo de milho a 4% induziu maior percentual de acumulação do polímero. A atividade da tanase foi maior em meio contendo farelo de trigo a 4%. Para a polifenoloxidase, o isolado exibiu maior atividade no meio controle. A análise estatística revela variações significativas na produção de biomassa, polifosfato e tanase na presença de farelo de milho, sendo a concentração do resíduo um fator determinante no processo. Os dados revelam o potencial do isolado para produção de metabólitos de interesse industrial, ambiental e industrial e do reaproveitamento do farelo de milho como substrato no meio de cultura.

Palavras-chave: fungos filamentosos; metabólitos; resíduos industriais.

Projeto de Pesquisa: Potencial Biotecnológico de Bactérias (*Bacillus spp*, *Serratia marcescens* e *Pantoea agglomerans*) e Fungos Filamentosos da Caatinga na Produção de Enzimas, Quitina, Quitosana, Polifosfato e Biossurfactante.

TRATAMENTO DE POLUENTES AMBIENTAIS UTILIZANDO BIOSURFACTANTE EM SISTEMA DE FLOTAÇÃO

Ivison Amaro da Silva¹; Leonie Asfora Sarubbo²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Química (PIBIC UNICAP). E-mail: ivisonsilva1@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Química e Ambiental do Centro de Ciências de Tecnologia; E-mail: leonie@unicap.br

As indústrias petrolíferas são as principais responsáveis pela produção de águas oleosas devido ao processo de perfuração e extração do petróleo, gerando grandes transtornos ambientais. O processo de flotação por ar dissolvido (FAD) tem sido usado com sucesso nas indústrias. A FAD utiliza pequenas quantidades de coagulantes/coletores e ar para promover a separação dos contaminantes e melhorar a eficiência do processo, facilitando a adesão das partículas. Os surfactantes são estrutura anfipática, solubilizam o óleo através da formação de pequenos agregados conhecidos como micelas, as quais se dispersam na água. A grande maioria dos surfactantes disponíveis comercialmente é sintetizada a partir de derivados de petróleo; entretanto, as novas legislações de controle ambiental têm levado à procura por surfactantes naturais como alternativa aos produtos existentes. Os biosurfactantes, moléculas produzidas por micro-organismos, apresentam-se como uma tecnologia sustentável e promissora no aumento de eficiência da flotação por serem biodegradáveis e atóxicas. Observa-se, ainda, entre os biosurfactantes, características que promovem a desestabilização ou estabilização de emulsões do tipo água-óleo, sendo o primeiro o motivo pelo qual algumas espécies podem ser utilizadas como auxiliares do processo de flotação. Nesse sentido, esse trabalho investigou o potencial de separação da água/óleo utilizando-se um protótipo piloto de FAD com a adição de um biosurfactante produzido por *Pseudomonas aeruginosa* cultivada em meio contendo 2,5 % de milhocina e 2,5 % de resíduo de borra de refinaria de óleo vegetal durante 120 horas a 200rpm. De acordo com os resultados obtidos, foi observado que a utilização do biosurfactante elevou a eficiência do processo de FAD. Conclui-se que o uso de biosurfactantes como auxiliares na flotação constitui uma alternativa promissora na redução da poluição provocada pelas águas oleosas geradas no ambiente industrial.

Palavras-chave: Biosurfactante, Petróleo, Flotação por ar dissolvido

Projeto de Pesquisa: Caracterização e Aplicação de Biosurfactante de Baixo Custo na Remoção de óleos e Metais pesados gerados pela indústria do petróleo.

OBTENÇÃO DE QUITOSANA MICROBIOLÓGICA E AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA

Laryssa Alves de Farias¹; Galba Maria de Campos-Takaki²

¹Estudante do Curso de Medicina do - CCBS; IC Voluntário. E-mail: laryssaafarias@gmail.com

²Professor do Curso de Medicina do- CCBS.E-mail: galba_takaki@yahoo.com.br

A quitosana é amplamente utilizada nas áreas coméstica, alimentícia, biotecnológica e farmacêutica, considerada como “O polímero do futuro”. Na área da saúde, novas pesquisas comprovaram sua atividade cicatrizante, imunoestimulatória, antitumoral, anticoagulante, hipocolesterolêmica e antimicrobiana. Mundialmente, é obtida do exoesqueleto de crustáceos, porém, esse processo não elimina impurezas e proteínas que podem causar alergias. Dessa forma, como alternativa viável, foi obtida a quitosana a partir da biomassa de *Cunninghamella elegans* (UCP 0542), isolado de sedimentos de mangue, devido o controle do processo de obtenção e ausência de possíveis alérgenos. Além disso, foi avaliada sua eficiência na atividade antibacteriana, considerando o importante fenômeno de resistência bacteriana. O Índice da Velocidade de Crescimento Micelial foi estabelecido a partir da observação diária da colônia na Placa de Petri em *Sabouraud Dextrose Ágar*, mostrando-se adequado ao desenvolvimento do fungo. A biomassa foi produzida na condição ótima do planejamento fatorial (dados previamente obtidos), a partir do meio contendo resíduos agroindustriais (óleo de soja e milho-cina), através de discos do crescimento micelial de *C. elegans*. Os resultados obtidos indicaram 12,5g/L de biomassa, que foi submetida ao processo de extração de quitosana pelo tratamento com álcali (solução de NaOH por autoclavagem a 120⁰C) e com uma solução de ácido acético a 2% (aquecimento com radiação de micro-ondas a 1400W). Após ajustes de pH, lavagens e liofilização, foi obtido rendimento de 5,03mg.g⁻¹ de quitosana. A atividade antibacteriana da quitosana 77,4% desacetilada (determinado por titulometria) foi realizada pelo método de difusão em disco, com as bactérias *Staphylococcus aureus*, *Escherichia coli*, *Salmonella enterica* e *Klebsiella pneumoniae* em diferentes concentrações de quitosana, sendo medidos halos de inibição do crescimento bacteriano e comparados com o disco-controle Vancomicina. Os resultados obtidos indicaram excelente atividade da quitosana para a bactéria Gram positiva (*S. aureus*), com maior halo de inibição, e as Gram negativas (*S. enterica* e *K. pneumoniae*), sendo a Concentração Inibitória Mínima de 120µg.

Palavras-chave: Antibacteriano; Quitosana microbiológica; *Cunninghamella elegans*.

Projeto de Pesquisa: Produção Biotecnológica de Quitina e Quitosana por Amostras de *Cunninghamella* Usando Substratos Agroindustriais e Desenvolvimento de nanofibras.

OTIMIZAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO COM AMINOÁCIDOS NA PRODUÇÃO DE QUITINA E QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA PHAEOSPORA*

Natália Figueirôa de Lima Santiago¹; Galba Maria de Campos-Takaki²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: nataliaafigueiroals@gmail.com

²Professora do Curso de Medicina do CCBS; E-mail: galba_takaki@yahoo.com.br

Os Zygomycetes são fungos que apresentam considerável adaptação às diferentes condições de estresse elevando seu potencial metabólico, podendo ser empregados na decomposição de diversos compostos recalcitrantes e/ou cancerígenos. A quitosana é um polímero encontrado nos exoesqueletos de crustáceos, insetos e na parede celular de fungos, sendo um produto biodegradável, de baixo custo e de alta importância econômica e ambiental, com ampla aplicação como materiais funcionais nas áreas médica e farmacêutica. Nesse estudo, foi utilizado o fungo filamentosos da ordem Mucorales, *Cunninghamella phaeospora* (UCP 1303), para produção de quitina e quitosana, seguido de caracterização físico-química e atividade antimicrobiana. O fungo foi mantido em meio Sabouraud dextrose ágar e cultivado em frascos de Erlenmeyers contendo 100 mL do meio de produção [glicose, extrato de levedura e ácido glutâmico], adicionado de base de sais, de acordo com um planejamento fatorial de 2³. Os frascos foram inoculados com 40 discos de 7 mm de diâmetro de uma cultura jovem do fungo, incubados sob agitação orbital a 150 rpm, 28°C, 120 h. A biomassa obtida foi submetida ao processo de extração da quitosana pelo tratamento álcali-ácido. Os resultados obtidos mais elevados foram 16,5 g.L⁻¹ de biomassa no ensaio 12 e 1,74 g.L⁻¹ de quitosana no ensaio 8 (40g.L⁻¹ de glicose, 1g.L⁻¹ de extrato de levedura e 1g.L⁻¹ de ácido glutâmico), obtendo. A caracterização físico-química foi feita através do grau de desacetilação de 83,8%, por de titulação. A eficiência da quitosana foi avaliada através da atividade antimicrobiana para *Salmonella enterica* e *Klebsiella pneumoniae*. Os resultados demonstram que a quitosana produzida apresenta excelente potencial biotecnológico, sugerindo uma aplicação em setores industriais das áreas médica e farmacêutica.

Palavras-chave: *Cunninghamella phaeospora*, quitosana, grau de desacetilação

Projeto de Pesquisa: Produção Biotecnológica de Quitina e Quitosana por *Cunninghamella phaeospora* usando Substratos Agroindustriais e Desenvolvimento de Nanofibras.

PRODUÇÃO DE PROTEASE ATRAVÉS DE FERMENTAÇÃO SUBMERSA POR *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA* (SIS 40) UTILIZANDO MEIOS CONTENDO RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS

Thais Cavalcante de Souza¹; Carlos Alberto Alves da Silva²

¹Estudante do Curso de Engenharia Química do Centro CCT; Bolsista do PIBITI CNPq. E-mail: thsouza221@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharias Ambiental/Química do Centro CCT; E-mail: calves@unicap.br

As enzimas proteolíticas constituem um dos mais importantes grupos de enzimas produzidas comercialmente, devido a sua elevada aplicabilidade em diversas áreas industrial e ambiental. As proteases (E.C. 3.4) são enzimas degradativas que hidrolisam proteínas em peptídeos e aminoácidos, constituindo assim uma classe de enzimas com importantes papéis fisiológicos denominadas de hidrolases. A *Cunninghamella echinulata* é um fungo filamentosos que apresenta elevado potencial biotecnológico. A utilização de resíduos agroindustriais na elaboração de meios de produção de substâncias de interesse biotecnológico, devido a sua composição química apresentar substâncias com elevado poder nutricional, podendo assim reduzir os custos referentes à produção enzimática. Foi realizado um planejamento fatorial completo 2³ utilizando três variáveis respostas: pH, extrato de levedura e gelatina, constando de 12 ensaios, com 4 repetições para obtenção da melhor condição de produção da enzima. Os experimentos ocorreram durante 144 horas, 150 rpm, 28°C, onde foram determinados o pH e a produção enzimática. Em seguida, foram feitos novos ensaios com as melhores condições selecionadas no planejamento fatorial para avaliação da influência da presença ou ausência do indutor (gelatina) nos meios alternativos contendo resíduos agroindustriais: resíduos de sorvete e de milho e soro de leite, onde foram mantidas as mesmas condições anteriormente descritas. Os resultados obtidos para o planejamento fatorial indicaram que a melhor condição obtida foi a denominada de 7, em que a concentração de gelatina é máxima e a de extrato de levedura é mínima, e o pH máximo. Os ensaios envolvendo as formulações de meios alternativos demonstraram que a maior produção de protease com a presença de indutor enzimático, foi obtida no ensaio contendo resíduo de milho com 120 horas de produção, obtendo um valor de 19,96 U/mL, enquanto que, nos ensaios realizados sem a presença do indutor enzimático, foi observada durante 96 horas de produção, no meio contendo soro de leite, obtendo um valor de 10,42 U/mL. Verifica-se que a presença do indutor na composição dos meios alternativos influencia fortemente a produção da protease em meios alternativos, confirmando que a utilização de meios contendo resíduos agroindustriais tem se tornado uma opção viável na produção de compostos bioativos de alto peso molecular.

Palavras-chave: enzimas microbianas; atividade lipolítica; detecção enzimática; formulação de meios de produção.

Projeto de Pesquisa: Produção Biotecnológica de Quitina e Quitosana por amostras de *Cunninghamella* usando Substratos Agroindustriais e desenvolvendo Nanofibras.

PRODUÇÃO DE LIPASE POR UMA AMOSTRA DE *CUNNINGHAMELLA ECHINULATA* (SIS 37) POR FERMENTAÇÃO SUBMERSA EM MEIOS CONTENDO RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS

Thais de Albuquerque Ostendorf¹; Carlos Alberto Alves da Silva²

¹Estudante do Curso de Engenharia Química do CCT; Bolsista do CNPq. E-mail: t.osterdorf@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharias Ambiental/Química do CCT; E-mail: calves@unicap.br

As lipases verdadeiras (triacilglicerol acilhidrolases E.C.3.1.1.3), são enzimas que catalizam a hidrólise total ou parcial de triacilgliceróis (TAG) fornecendo diacilglicerol (DAG), monoacilglicerol (MAG), glicerol e ácidos graxos livres. Essa classe enzimática apresenta uma elevada especificidade por atuar apenas na interface óleo/água. As lipases produzidas por micro-organismos constituem um grupo de enzimas com uma alta aplicação biotecnológica, pois catalisam a hidrólise de gorduras e óleos, liberando ácidos graxos, diacilgliceróis, monoacilgliceróis e glicerol. Apresentam diversas aplicações industriais na produção de alimentos, detergentes (hidrólise de gorduras), cosméticos (remoção de lipídeos), tratamento de efluentes (decomposição e remoção de substâncias oleosas), entre outras especificidades. A *Cunninghamella echinulata* é um fungo filamentososo que apresenta elevado potencial biotecnológico para produção de diversas substâncias bioativas. Foram realizados ensaios de produção de lipase através de um planejamento fatorial completo 2³ utilizando três variáveis respostas: pH, azeite de oliva e dextrose, com 12 ensaios, com 4 repetições. Os ensaios foram conduzidos durante 144 horas, 150 rpm, 37 °C, onde foram determinados o pH e a produção enzimática. Em seguida, após a obtenção da melhor condição de produção enzimática, foram preparados meios alternativos contendo soro de leite, óleo de fritura e resíduo de sorvete, sendo realizados nas mesmas condições descritas anteriormente no planejamento fatorial. Foram realizados dois tipos de ensaios com os meios alternativos: com adição do indutor e sem adição do indutor. Os resultados obtidos demonstraram que a utilização de meios alternativos contendo o indutor (óleo de oliva) obteve melhores resultados, quando foi adicionado ao meio controle o soro de leite (12,8 U/mL em 72 h de fermentação), quando os ensaios foram feitos sem o indutor, os meios alternativos sem a adição do indutor obtiveram para o soro de leite uma atividade maior enzimática (16,4 U/mL em 96 h de fermentação). A ausência da presença de indutor nos meios alternativos contendo resíduos agroindustriais favorece a produção da lipase, tornando-se uma alternativa viável para produção de metabólitos secundários nas indústrias biotecnológicas.

Palavras-chave: produção enzimas microbianas; atividade lipolítica; formulação de meios de produção.

Projeto de Pesquisa: Produção Biotecnológica de Quitina e Quitosana por amostras de *Cunninghamella* usando Substratos Agroindustriais e desenvolvendo Nanofibras.

APLICAÇÃO DO BIOSSURFACTANTE DE *CANDIDA LIPOLYTICA* NA REMEDIAÇÃO DE SOLOS E ÁGUAS CONTAMINADOS COM ÓLEO E METAIS PESADOS

Víviann Ribeiro do Nascimento¹; Leonie Asfora Sarubbo²

¹Estudante do Curso de Engenharia Ambiental do CCT; (PIBIC UNICAP-CNPq). E-mail: viviannribeiro@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Química e Ambiental do CCT; E-mail: leonie@unicap.br

Os surfactantes são agentes anfipáticos capazes de reduzir a tensão superficial e interfacial de líquidos. A maioria dos surfactantes disponível comercialmente é sintetizada a partir de derivados de petróleo. Nesse sentido, vários micro-organismos têm sido utilizados na produção de surfactantes naturais, os chamados biossurfactantes. Os biossurfactantes são mais eficazes do que seus similares sintéticos e apresentam inúmeras vantagens como biodegradabilidade, ausência de toxicidade e estabilidade frente a condições extremas de temperatura, pH ou salinidade, características ausentes nos surfactantes químicos. O sucesso da produção de biossurfactantes em escala industrial, entretanto, depende de várias estratégias, que envolvem o desenvolvimento de processos mais econômicos e com altos rendimentos, a escolha dos compostos e das condições de cultivo e a utilização de matérias-primas de baixo custo, que, geralmente, contribuem com 10-30% do custo do produto final. A produção em biorreator do biossurfactante da *Candida lipolytica*, utilizando resíduos da indústria, permite o controle das condições de cultivo, tais como: aeração, rotação, temperatura, agitação, além de ser um método que reduz os impactos ao meio, pois as condições de isolamento e emissão de gases também são controladas. Os resultados obtidos demonstraram redução da tensão superficial do meio de cultivo de 54 mN/m para 26,33 mN/m, com uma Concentração Micelar Crítica (CMC) de 0,03%. Após obtenção do biossurfactante isolado, foram realizados testes de remoção de óleo e metais pesados em solo e água do mar, através de ensaios cinéticos e estáticos, visando avaliar o potencial do biossurfactante atuar na remoção compostos tóxicos, obtendo-se resultados extremamente promissores. Nos ensaios cinéticos para remoção de óleo em areia em frascos, os percentuais de remoção foram de 70% utilizando-se apenas o líquido metabólico, passando para 90% quando foi utilizado o biossurfactante. Para ensaios estáticos (colunas empacotadas), os percentuais de remoção foram superiores a 70% quando foi utilizado o biossurfactante na CMC. Nos ensaios de avaliação de remoção de óleo em água do mar, percentuais de remoção acima de 90% foram alcançados nos primeiros 10 dias de ensaio utilizando-se apenas o líquido metabólico (biossurfactante bruto). Adicionando-se o biossurfactante isolado, os níveis de remoção aproximam-se de 100%. Os resultados obtidos demonstram que o biossurfactante de *Candida lipolytica* produzido em meio de cultura composto de resíduos industriais possui eficácia na remoção de compostos tóxicos, como metais e derivados de petróleo, além de não apresentar toxicidade para o meio ambiente.

Palavras-chave: Biossurfactante, Petróleo, Biorreator, Remoção.

Projeto de Pesquisa: Caracterização e aplicação de biossurfactantes de baixo custo na remoção de óleos e metais pesados gerados pela indústria do petróleo.



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS ELETRÔNICOS ENGENHARIAS

Recife, 2016

PARÂMETROS GEOTÉCNICOS DOS SOLOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - BANCO DE DADOS

Alfredo Nunes da Silva Neto¹; Joaquim Teodoro Romão de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia; IC CNPq. E-mail: alfredonunes91@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do Centro de Ciências e Tecnologia; E-mail: jtrdo@uol.com.br

Para enfrentar os problemas do semiárido Nordeste, foi idealizada a integração do Rio São Francisco, que oferece infraestrutura hídrica para região. Como as áreas contempladas são afastadas dos centros urbanos e com poucas obras de grande porte, não há, em quantidade relevante, dados de classificação e caracterização dos solos da região que sirvam de parâmetro para a comunidade geotécnica. O Projeto de Integração do Rio São Francisco é um empreendimento de grande porte, composto por 2 grandes eixos de canais (Norte e Leste), que passam por várias barragens e estações elevatórias em toda sua extensão, abrangendo quatro estados do nordeste brasileiro: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O projeto atravessa localidades com ocorrência de solos colapsíveis e expansivos, além de solos com granulometria aberta e conglomerados. Alguns desses solos não foram estudados de forma sistemática, daí vem a importância de se realizar um cadastramento dos ensaios realizados, para criação de um banco de dados desses solos e avaliação dos seus parâmetros geotécnicos. O estudo se fundamenta em compilar resultados de ensaios dos solos, com o objetivo de caracterizá-los e classificá-los, possibilitando elaborar correlações estatísticas entre os índices físicos e parâmetros. A metodologia utilizada para se chegar aos objetivos prevê algumas atividades a serem desenvolvidas, tais como: Revisão bibliográfica; Coleta de dados; Elaboração de uma planilha eletrônica no software Excel; Cadastramento e compilação dos dados na planilha; Caracterização e classificação dos solos; Desenvolvimento de correlações estatísticas entre os parâmetros geotécnicos e índices físicos; Análise estatística dos resultados; Comparação dos dados com os da literatura. Portanto, é apresentado na pesquisa a compilação e organização dos índices físicos e parâmetros geotécnicos dos solos, assim como classificação, caracterização e análise de correlações estatísticas dos mesmos, que possam fornecer subsídios à comunidade geotécnica, em futuros investimentos nas regiões. Conclui-se que, no eixo Norte, a maior parte dos solos foi classificada como CL ou SM. Já no eixo Leste a maior parte dos solos foi classificada como SC.

Palavras-chave: Ensaio de laboratório; Banco de dados; Parâmetros geotécnicos.

Projeto de Pesquisa: Comportamento Mecânico de Materiais de Construção Utilizados em Geotecnia.

POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DO SAIBRO COMO MATÉRIA-PRIMA PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTO CERÂMICO

Aline Hadassa Gouveia Gomes¹; Joaquim Teodoro Romão de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista(PIBIC UNICAP). E-mail: aline.gouveia12@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: jtrdo@uol.com.br

Tendo em vista a grande variedade de materiais disponíveis para uso na construção civil, mais especificamente na parte geotécnica, faz-se necessário um estudo detalhado das características de cada um, a fim de que os fatores de segurança sejam satisfatórios e que haja uma boa escolha no tipo de material a ser utilizado na obra. Nesta pesquisa, é avaliada a potencialidade da utilização do saibro (material que é comumente utilizado na fabricação de argamassa para emboço por ser material de característica plastificante) como matéria-prima para fabricação de produto cerâmico. Este artigo tem como objetivo avaliar se a granulometria das amostras se enquadra na faixa adequada no Diagrama de Winkler, e comparar os resultados obtidos com os resultados propostos pela literatura e normas internacionais. As escolhas e ensaios das amostras de saibro foram feitas através da pesquisa de RÊGO (2008), FERREIRA (2010) e NOTARO (2012). Os autores citados realizaram os ensaios de granulometria, limite de liquidez e plasticidade de acordo com as normas da ABNT. A partir dos resultados nota-se que dentre as nove amostras, apresentadas pelas pesquisas citadas anteriormente, três estão na faixa adequada do diagrama de Winkler, sendo uma amostra com boa qualidade, mas de difícil produção, e duas outras amostras com qualidade para fabricação de telhas e capas. Deste modo conclui-se que o saibro, dependendo de sua caracterização física, tem potencial para ser utilizado como matéria-prima para fabricação de produto cerâmico.

Palavras-chave: Saibro; Limite de liquidez; Limite de plasticidade; Granulometria; Diagrama de Winkler.

COMPORTAMENTO TENSÃO-DEFORMAÇÃO DE SOLOS MOLES DA ZONA OESTE DO RECIFE

Ariela Rocha Cavalcanti¹; Joaquim Teodoro Romão de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; IC Voluntário. E-mail: ariela-rocha@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: jtrdo@uol.com.br

A área metropolitana da cidade do Recife é constituída, em mais de 50% da sua área, por depósitos de argilas moles. Devido à sua alta compressibilidade e baixa resistência, a presença desses depósitos é sempre um motivo de preocupação nas obras de engenharia. A rápida expansão da cidade tem provocado escassez de locais com melhor capacidade de suporte, resultando assim na frequente execução de obras de engenharia sobre espessos depósitos de argilas moles. O presente trabalho tem por objetivo a análise dos parâmetros geotécnicos, obtidos através de ensaios de laboratório, das amostras retiradas do local onde está prevista a construção de um conjunto habitacional. Esse empreendimento imobiliário foi projetado para ser construído no bairro do Jiquiá, localizado na Zona Oeste do Recife. Para tanto, a pesquisa utilizou-se de dezoito amostras coletadas em profundidades entre 8 e 15 metros, entre abril e junho de 2013. Nessas amostras, foram realizados ensaios de adensamento plotando-se curvas odométricas experimentais para cada furo e, a partir dessas curvas, tornou-se possível a obtenção de parâmetros como tensão de pré-adensamento, índice de compressão, razão de pré-adensamento e o índice de qualidade da amostra ($\Delta e/e_0$). Calculando o índice de qualidade de cada amostra e tomando como base o critério de avaliação de amostras de Lunne *et al.* (1997) e de Oliveira (2002), conclui-se que as amostras coletadas foram classificadas como pobres ou muito pobres, com $\Delta e/e_0$ variando de 0,12 a 0,30 para os corpos de prova estudados. Por fim, foram estimadas curvas odométricas de melhor qualidade que possam servir como alternativa de projeto utilizando o ábaco proposto por Oliveira (2002), sendo observada uma grande diferença entre as curvas odométricas experimentais e propostas pelo ábaco quanto à facilidade na identificação da mudança dos trechos de recompressão e compressão virgem, o que já era esperado devido ao fato de que as amostras eram de má qualidade, indicando um alto percentual de amolgamento.

Palavras-chave: Argilas moles; Parâmetros geotécnicos; Qualidade das amostras.

Projeto de Pesquisa: Comportamento mecânico de materiais de construção utilizados em geotecnia.

AVALIAÇÃO DA ABSORÇÃO DE ÁGUA POR CAPILARIDADE E IMERSÃO DO CONCRETO COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO POR CINZA DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR.

Camila Barrêto Rique de Barros¹; Eliana Cristina Barreto Monteiro²

¹Estudante do Curso de Engenharia civil do CCT; Bolsista PIBIC UNICAP.E-mail: camilarique@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia civil do CCT; E-mail: eliana@poli.br

A cinza do bagaço da cana-de-açúcar (CBC) possui o dióxido de sílica (SiO_2) como principal composto químico. A sílica em estado amorfo possibilita o emprego desse resíduo, segundo alguns pesquisadores de publicações anteriores, como pozolana, atribuindo inúmeras vantagens ao uso da CBC, como a redução dos impactos ambientais causados pela má disposição desse resíduo no solo e pela produção do cimento. A presente pesquisa tem a proposta de avaliar a utilização da CBC como substituição parcial do cimento Portland na produção do concreto. Para determinação do percentual de CBC utilizado no concreto, foram realizados ensaios em corpos de provas de argamassa com diferentes percentuais de CBC, onde o melhor resultado obtido foi para 15% de substituição. Com a taxa estabelecida, serão confeccionados os corpos de prova de concreto contendo 0% e 15% de CBC, que serão submetidos aos seguintes ensaios de durabilidade: determinação da absorção de água por capilaridade com metodologia baseada na NBR 9779 e determinação da absorção de água por imersão, índice de vazios e massa específica, baseando-se na NBR 9778. A partir desses ensaios, foi verificado que a CBC utilizada nesta pesquisa, no teor de 15% de substituição, ocasionou um aumento na permeabilidade do concreto e por consequência, redução em sua durabilidade.

Palavras-chave: *sustentabilidade, durabilidade, cinza do bagaço da cana-de-açúcar, resíduo.*

Projeto de Pesquisa: Estudo das Manifestações Patológicas Presentes em Pontes na Região Metropolitana do Recife.

COMPORTAMENTO DO CONCRETO SOB AÇÃO DE CARGAS DE IMPACTO: ENSAIOS EXPERIMENTAIS, MODELAGENS NUMÉRICAS E ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS DE ULTRASSOM

Edmilson Raimundo de Oliveira Júnior¹; Fernando Artur Nogueira Silva²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: edmilsonjreng@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: farturnog@gmail.com

Uma estrutura de concreto sob ação de cargas de impacto é submetida a vários estados de tensão. São vários fatores que interferem na resposta do elemento submetido a cargas de impacto, muitas destas de difícil obtenção através de ensaios de laboratórios usuais. Por isso, o estudo do comportamento do concreto sob ação de impacto se constitui num importante campo de investigação científica porque o adequado estudo dos aspectos envolvidos no fenômeno pode oferecer informações de valia para o entendimento de outros casos similares na engenharia civil, tais como: ruptura de estruturas pressurizadas, explosão no interior de edificações e impactos de elementos volantes devido a fenômenos naturais – tornados e furacões. Diante desse cenário, a pesquisa tem como objetivo examinar o comportamento de elementos de concreto submetidos a cargas de impacto. Assim, o presente estudo adota uma linha de investigação que contempla a utilização do software ANSYS, tendo como base o Método dos Elementos Finito, para a realização de simulação numérica do comportamento de elementos de concreto submetido a cargas de impacto. Além disso, foram realizados ensaios não destrutivos (END) de ultrassom em elementos de concreto confeccionados em laboratório, submetidos à ação de cargas de impacto para identificar o grau de dano causado. Com relação a deflexão provocada por carga de impacto, os resultados obtidos revelam uma diferença entre os métodos de cálculo analítico e o Método dos Elementos Finitos, justificada pelas hipóteses simplificadas dos métodos analíticos. Os resultados mostram ainda, que os ensaios de ultrassom constituem uma ferramenta importante para avaliar um elemento estrutural de concreto submetido a uma carga de impacto, e o resultado das velocidades das ondas ultrassônicas podem ser relacionados com o grau do dano causado por esse tipo de carregamento.

Palavras-chave: impacto; concreto; modelagens numéricas; elementos finitos; carga de impacto.

Projeto de Pesquisa: Análise do Comportamento de Pulsos Ultrassônicos Longitudinais e Transversais em Concretos Estruturais de Variadas Resistências Submetidos à Compressão Axial e/ou Temperaturas Elevadas.

ESTUDO DE CASO DE ADENSAMENTO COM DRENAGEM VERTICAL E RADIAL EM UMA ARGILA MOLE

Gabriela Bezerra Ferreira e Silva¹; Silvio Romero de Melo Ferreira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: g.gabrielabezerra@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: sr.mf@hotmail.com

Os solos orgânicos moles apresentam alta compressibilidade e baixa resistência trazendo problemas para engenharia geotécnica. A planície da cidade do Recife, de origem fluviomarinha, tem cerca de 50% do seu território com argilas orgânicas moles. A presente pesquisa tem por objetivo determinar os índices físicos e os parâmetros de compressibilidade da argila orgânica mole coletada às margens do rio Beberibe, no Bairro Chão de Estrelas, no Recife. Para tanto, foram realizadas coletas de amostras, em campo, e ensaios de laboratório. Os ensaios foram realizados em amostras coletadas a 8 e 11 m de profundidade em tubos sherbies de 0,1 m de diâmetro e 0,8 m de comprimento. Os ensaios de caracterização física obedecem às recomendações da ABNT e os de adensamento foram realizados com drenagem vertical e radial. Os acréscimos de tensões aplicados eram iguais as tensões anteriores ($\Delta\sigma/\sigma=1$) iniciando com 10kPa até 1280kPa e no descarregamento ocorreu para as tensões 640, 160, 40 e 10kPa. Verifica-se que a argila é normalmente adensada, tem uma relação entre o índice de expansão e de compressão de 0,15 e os valores dos coeficientes de adensamento radial são superiores ao do vertical.

Palavras-chave: Compressibilidade; Argila Mole; Adensamento Vertical e Radial.

ENSAIO ACELERADO PARA ANÁLISE DA REAÇÃO ÁLCALI- AGREGADO NO CONCRETO

Jéssica Ferreira Marins¹; Fernando Artur Nogueira Silva².

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista do PIBITI CNPq. E-mail: jel.marins@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT. E-mail: farturnog@gmail.com

A Reação Álcali-Agregado (RAA) é uma reação química deletéria que ocorre na presença simultânea de um agregado potencialmente reativo, da umidade e do conteúdo de álcalis. Essa reação causa danos de importância às estruturas de concreto, podendo, nos casos extremos, conduzir a ruínas de elementos estruturais. A determinação do potencial de reatividade dos agregados graúdos utilizados na confecção do concreto estrutural já se encontra normatizado no Brasil e é conduzido através da realização de ensaios acelerados em barras de argamassa, porém não há consenso entre o meio técnico sobre a confiabilidade desta avaliação para se estimar o potencial de reatividade em concretos estruturais. O método de prismas de concreto (CPT) é considerado mais seguro, entretanto o tempo para a sua realização – um ano – tem inviabilizado sua utilização para a prática construtiva de estruturas de concreto. A pesquisa investigou a possibilidade de redução do tempo do ensaio de prismas de concreto para a determinação da reatividade dos agregados graúdos mediante realização de ensaios em corpos-de-prova cilíndricos com temperatura de 80°C. Foram moldados nove corpos-de-prova, com o traço simular ao método CPT; foi utilizado agregado graúdo reativo, agregado miúdo potencialmente inócuo e cimento de alta resistência inicial CP-V-ARI por conta do seu elevado teor de álcalis. Os resultados obtidos indicam que a estratégia de elevar a temperatura para a redução do tempo do ensaio se mostrou eficiente e as expansões medidas num curto intervalo de tempo foram maiores do que aquelas observadas nos ensaios com temperaturas menores. Pesquisas com outros tipos de cimento são necessárias para que a avaliação da metodologia possa ser estendida àqueles que são usualmente empregados em obras de concreto no país.

Palavras-chave: álcali-agregado; método de prismas de concreto; redução do tempo do ensaio.

Projeto de Pesquisa: Comportamento do concreto afetado pela reação álcalis-agregado.

ESTUDO DA ESTABILIDADE DE UMA ENCOSTA EM CAMARAGIBE-PE

José Luís Júnior¹; Cecília Maria Mota Silva Lins²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: juniorbr_20@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: cecilia.lins@gmail.com

A Região Metropolitana do Recife é formada por quatorze municípios que têm parte significativa dos seus territórios caracterizados com área de morros, com declividades médias superiores a 30%. A possibilidade de ocorrência de um acidente nessas áreas de morros depende de um conjunto de fatores geológicos, climáticos e antrópicos. A consequência da ocupação desordenada é o crescimento de acidentes com vítimas causados pelos deslizamentos que ocorrem em áreas urbanas. O estudo da estabilidade das encostas é um tema que vem sendo continuamente desenvolvido, pois grandes acidentes envolvendo perdas econômicas e de vidas humanas estão ligados à instabilidade das encostas. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo avaliar o comportamento geomecânico do solo característico da região metropolitana do Recife e determinar fatores de segurança com o auxílio do Geo-Slope International (2012), GeoStudio - SLOPE/W, simulando diferentes estações climáticas. Para alcançar estes objetivos, esta pesquisa foi dividida em duas etapas: uma em campo e a outra em laboratório. Em campo, foram realizadas coletas de amostras deformadas e indeformadas; Em laboratório, foram realizados ensaios de caracterização física, cisalhamento direto para determinação dos parâmetros de resistência do solo. O ensaio de cisalhamento direto se deu em duas etapas, uma com a umidade natural do solo e outra com a amostra saturada, simulando o inverno intenso. Desse modo, os dados obtidos nos ensaios foram utilizados como dados de entrada no programa computacional Geo-Slope International Ltd (2012), SLOPE/W, onde foi possível fazer uma análise da estabilidade da encosta pelo método de Mongenstern-Price simulando as estações de inverno intenso e verão. O efeito da água nos parâmetros de resistência foi analisado a partir da comparação entre ensaios realizados em amostras na condição natural e saturada, simulando o efeito do verão e inverno intenso. Na condição natural, o fator de segurança obtido foi de 4,898, apresentando um cenário de estabilidade durante o verão. Na condição inundada, o fator de segurança obtido foi de 0,543, apresentando um cenário de instabilidade durante o inverno intenso.

Palavras-chave: acidente; ensaios de caracterização; programa computacional.

Projeto de Pesquisa: Projeto de Pesquisa Integrado: Solos Naturais e Melhorados Aplicados na Construção Civil, Subprojeto: Estudo de Diferentes Processos Para Melhoramento das Características Geotécnicas do Solo.

ESTUDO DO MELHORAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS GEOTÉCNICAS DO SOLO COM ADIÇÃO DE CAL HIDRATADA

Luiz Fernando Anchar Lopes¹; Cecilia Maria Mota Silva Lins²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; IC Voluntário. E-mail: luiz.anchor@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: cecilia.lins@gmail.com

O melhoramento das propriedades geotécnicas do solo pode contribuir para uma maior estabilização do solo e redução dos deslizamentos nas encostas. As técnicas de melhoramento de solos são de crucial importância para a resolução de problemas relacionados às suas características geotécnicas.

Como exemplo de uma técnica para a estabilização de solos tem-se a adição de aditivos como a cal e o cimento. De fato, a estabilização de solos com base nas reações químicas entre as partículas de solo, a água e os materiais adicionados constitui uma alteração permanente do solo natural, na medida em que este tipo de tratamento origina um novo material, com características diferentes. A estabilização de solos com cal produz melhorias significativas na textura e estrutura do solo, reduzindo a plasticidade e originando aumentos na resistência mecânica. Um considerável aumento da resistência a longo prazo é não só possível como provável. Por outro lado, o aumento de resistência desenvolvido na mistura solo-cal está diretamente associado à redução substancial do seu potencial de deformação. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é avaliar eficiência da adição de aditivos como a cal em um solo arenoso e um argiloso, verificando as melhorias nas características geotécnicas dos solos, como sua resistência. Para alcançar tais objetivos, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica através de artigos científicos e acadêmicos sobre as técnicas empregadas para estabilidade de encostas e materiais utilizados para melhoramento dos solos, incluindo a aplicação de cal. Em seguida, foi coletada uma amostra representativa das características geotécnicas do solo das encostas de Recife e realizado ensaios para caracterização e determinação dos parâmetros geotécnicos, antes e após a técnica de melhoramento do solo com cal. A partir dos resultados obtidos no procedimento experimental foi possível analisar os efeitos da estabilização, verificando a melhoria das características geotécnicas do solo, como a resistência a compressão e a deformação dos mesmos.

Palavras-chave: Resistência; Encostas; Estabilização; Compressão; Deformação

Projeto de Pesquisa Integrado: Solos Naturais e Melhorados Aplicados na Construção Civil - Subprojeto: Estudo de diferentes processos para melhoramento das características geotécnicas do solo.

COMPORTAMENTO DO CONCRETO SUBMETIDO A TEMPERATURAS ELEVADAS – COMPARAÇÃO DE ENSAIOS EXPERIMENTAIS, MODELAGENS NUMÉRICAS E ANÁLISES COM END

Klayne Kattiley dos Santos Silva¹; Fernando Artur Nogueira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista (PIBIC CNPq); E-mail:klaynek@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: farturnog@gmail.com

Existem vários impactos causados em estruturas de concreto armado submetido a temperaturas elevadas. O aumento de temperatura resulta na redução das propriedades mecânicas, sendo a principal delas a resistência à compressão. A estrutura fica suscetível ao lascamento explosivo da superfície livre do concreto, fenômeno chamado de *spalling*, e em geral, estrutura perde cerca de 75% de sua resistência original (temperatura ambiente) se exposta à 600°C durante um longo período de tempo. O comportamento de estruturas em concreto armado diante de temperaturas elevadas tem sido estudado extensivamente nos últimos anos, porém, testes experimentais de fogo são caros e tem inúmeras limitações, de modo que é impossível realizar testes de resistência ao fogo para todos os cenários possíveis de incêndio. A partir dessas observações, houve a necessidade de buscar métodos alternativos para análise das estruturas submetidas a elevadas temperaturas. Além de ensaios não destrutivos (END), que são eficientes para esse tipo de avaliação estrutural, existem métodos numéricos capazes de, por meio de simulações computacionais, prever os danos causados pelo fogo. O ANSYS é um software que viabiliza essas simulações térmicas por meio de elementos finitos. Este trabalho tem por objetivo descrever o comportamento do concreto quando submetido a altas temperaturas e os efeitos da ação térmica nas estruturas.

Palavras-chave: incêndio; resistência; ação térmica; métodos não destrutivos; ansys; métodos numéricos;

Projeto de Pesquisa: “Análise Do Comportamento De Pulsos Ultrassônicos Longitudinais e Transversais em Concretos Estruturais de Variadas Resistências Submetidos à Compressão Axial e/ou Temperaturas Elevadas”.

SOLOS NATURAIS E MELHORADOS APLICADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DA RELAÇÃO DAS FASES SÓLIDA, LÍQUIDA E AR NOS SOLOS

Maria Gabriella Vilaca Padilha Pinto¹; Silvio Romero de Melo Ferreira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista(PIBIC CNPQ). E-mail: gabivpp@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: srmferreira@unicap.br

O comportamento *geomecânico* do solo depende do estado de tensão (tensão externa, índice de vazios e sucção). A relação entre a sucção e umidade tem um papel importante no comportamento de variação de volume e resistência ao cisalhamento. A presente pesquisa tem por finalidade analisar a relação das fases sólida, líquida e gasosa dos solos de Cabrobó, Ipojuca e Paulista, a partir das curvas características. Realizaram-se, inicialmente, os ensaios de caracterização Física seguindo as regras da ABNT. Para obtenção da curva característica, utilizou-se o processo de umedecimento a vapor para aumentar a umidade inicial do corpo de prova, e durante a trajetória de secagem, foram feitas medidas de sucção usando o papel filtro Whatman N 42, bem como a determinação da umidade volumétrica correspondente a cada valor de sucção. O solo de Cabrobó é uma argila de baixa compressibilidade; o de Ipojuca, um silte de alta compressibilidade; e Paulista, uma argila de alta compressibilidade, todos têm plasticidade alta e atividade média. À medida que a fase líquida cresce, o solo aumenta de volume, a fase de ar diminui e a fase sólida praticamente fica constante. As sucções do solo de Cabrobó variaram de 4,21 kPa a 1171,54 kPa as de Ipojuca de 8,65 kPa a 10604,92 kPa e Paulista de 3,25 kPa a 1275564,0 kPa.

Palavras-chave: Fases do solo; Curva de retenção; Construção Civil

PRODUÇÃO DE QUITINA E QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA PHAEOSPORA* UTILIZANDO SUBSTRATOS AGROINDUSTRIAIS

Paula Kamylla dos Santos Lima¹, Galba Maria de Campos-Takaki²

¹Estudante do Curso de Engenharia Química do CCT; Bolsista (PIBIC CNPq). E-mail: paulalimaeng17@gmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Química do CCT; E-mail: galba_takaki@yahoo.com.br

Os Zygomycetes são fungos que apresentam considerável adaptação às diferentes condições de estresse elevando seu potencial metabólico, podendo ser empregados na decomposição de diversos compostos recalcitrantes e/ou cancerígenos. Estudos foram realizados com a produção de biomassa fúngica por *Cunninghamella phaeospora* (UCP 1303), isolado do solo da caatinga pernambucana, utilizando resíduos agroindustriais como fontes alternativas de carbono e nitrogênio, na produção de biomassa, quitina e quitosana, além de realizar a caracterização físico-química e atividade antimicrobiana da quitosana. Como resíduos agroindustriais foram utilizados suco da casca de mamão e suco de tomate como substratos, empregando as variáveis na concentração do inóculo do fungo (10 e 20 discos de 7mm de diâmetro). A partir da condição selecionada, foi empregado um planejamento fatorial completo de 2², com duas variáveis independentes (suco do tomate e milhocina), sob as variáveis respostas de produção de biomassa, quitina e quitosana. O cultivo foi realizado em frascos de Erlenmeyers contendo 100 mL do meio de produção (base de minerais, substratos e milhocina), de acordo com o planejamento. Os frascos foram inoculados com 10 discos, em seguida incubados sob agitação orbital de 150 rpm, 28°C por 96h. Após esse período, o líquido metabólico foi separado da biomassa através de filtração e utilizado para avaliar a produção de biossurfactante através dos testes de emulsificação e dispersão. A biomassa foi pesada e submetida ao processo de extração de quitina e quitosana. A condição 1 do planejamento (25% de suco do tomate e 0,5% milhocina) apresentou maiores valores de dispersão (80%) e de emulsificação com o óleo queimado de motor (91,6%), respectivamente. Contudo, na condição 4 (60% de suco de tomate e 4,5% de milhocina) foi obtido o maior rendimento de quitosana (63,31%), com o Grau de Desacetilação igual a 70% por titulação. A eficiência da quitosana foi avaliada através da atividade antimicrobiana para *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli*. Os resultados obtidos demonstram que *C. phaeospora* é uma excelente fonte de produção de biossurfactante e de quitosana, possibilitando aplicação do biopolímero, com baixo custo de produção.

Palavras-chave: Mucorales, Biopolímeros, Resíduos agroindustriais.

Projeto de Pesquisa: Produção Biotecnológica de Quitina e Quitosana por *Cunninghamella phaeospora* usando Substratos Agroindustriais e desenvolvimento de Nanofibras.

MELHORAMENTO DO SOLO EXPANSIVO DE PAULISTA UTILIZANDO CAL COMO ESTABILIZADOR

Rafael Bazilio Viana¹; Sílvio Romero de Melo Ferreira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista (PIBITI CNPq). E-mail: rafaelbazilioviana@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: sr.mf@hotmail.com

Alguns solos não saturados apresentam características de expansão ou colapso, quando há mudança na quantidade de água em seus vazios. Os danos causados por eles, quando não tratados de forma correta, geram grandes prejuízos financeiros, materiais, e até danos à vida. Analisar o comportamento geomecânico desse solo e melhorá-lo são objetivos dessa pesquisa. Para tanto, foram realizados ensaios de caracterizações física, química e mecânica no solo natural de Paulista-PE e misturados com cal nas proporções de 1%, 3%, 5%, 7% em peso. Os ensaios de caracterização física obedeceram às normas da ABNT, química da EMBRAPA e foram realizados ensaios mecânicos de tensão de expansão, expansão “livre” e compressão simples. Os corpos de prova para os ensaios de expansão foram realizados em amostras indeformadas em anéis de aço inoxidável de altura 20,00 mm e diâmetro de 71,3 mm, e os ensaios de compressão simples em corpos de prova com dimensões de 50 mm x 100 mm. O solo é uma argila de alta compressibilidade (CH), com mais de 43% de argila, alta plasticidade, atividade normal, com pH ácido, capacidade de troca de cátions alta (indicando presença de minerais argílicos expansivos), apresenta grau de expansividade alto e tensão de expansão de 252 kPa. O comportamento do solo natural e com adição de 3% de cal foi típico de material plástico e, para adições de 5% e 7% de cal, típico de material friável com ruptura brusca. O plano de fraqueza da ruptura dos corpos de prova foi inclinado. Houve acréscimo de resistência à compressão simples com o aumento do teor de cal.

Palavras-chave: Estabilização; Resistência; Compressão simples.

Projeto de Pesquisa: Solos Naturais e Melhorados Aplicados na Construção Civil.

AVALIAÇÃO DO USO DE GEL IMPERMEABILIZANTE NAS ENCOSTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Rafael Pires Galvão¹; Cecília Maria Mota Silva Lins²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; IC Voluntário. E-mail: rafaagalvao@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: cecilia.lins@gmail.com

Em decorrência dos inúmeros desastres e problemas que vêm ocorrendo nas encostas da Região Metropolitana do Recife, por causa dos deslizamentos de barreiras após fortes chuvas, foram criadas várias técnicas para tentar neutralizar esse problema, destacando-se o uso do gel impermeabilizante por ter um custo baixo, fácil aplicação e não impedir o crescimento da vegetação. Este gel é um copolímero de acrílico que, quando aplicado na superfície do solo, penetra e se expande e, ao secar, aumenta a coesão do solo, criando uma camada impermeabilizante. A presente pesquisa tem a finalidade de analisar a viabilidade do uso do produto para o controle da erosão. Sendo assim, pretende-se examinar a permeabilidade do solo antes e após a aplicação do produto, pois o fator principal para a ocorrência dos deslizamentos das encostas trata-se da erosão superficial causada pela água da chuva que infiltra no solo. Para que a análise represente uma situação fidedigna, foi coletada uma amostra de uma barreira no município de Camaragibe, sendo uma parte da camada mais profunda (argila) e outra parte da camada mais superficial (argila orgânica). Esses dois tipos de solo foram separados para que fossem caracterizados antes da aplicação do gel e comparados em relação à permeabilidade após a aplicação do gel. A fim de se caracterizar o solo, foram realizados os ensaios de teor de umidade, massa específica, análise granulométrica, limite de liquidez, limite de plasticidade e permeabilidade. A metodologia adotada para o ensaio de permeabilidade foi o método do Triflex 2 que é um permeâmetro de carga constante e parede flexível, onde foi aplicada uma tensão confinante, de topo e de base para permitir o fluxo ascendente. Após a análise das amostras dos 2 (dois) tipos de solos antes e após a aplicação do gel, conclui-se que o coeficiente de permeabilidade apresentou uma redução média de aproximadamente 60% depois do gel aplicado.

Palavras-chave: gel impermeabilizante; estabilidade dos taludes; deslizamentos de encostas.

Projeto de Pesquisa: Estudo de diferentes processos para melhoramento das características geotécnicas do solo.

ANÁLISE DOS EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO PORTLAND PELA CINZA DO BAGAÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA RESISTÊNCIA MECÂNICA DA ARGAMASSA

Romildo Alves Berenguer¹; Eliana Cristina Barreto Monteiro²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; IC Voluntário. E-mail: emplarios_pm@hotmail.com

²Professora do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: eliana@unicap.br

Sendo o Brasil o maior produtor de açúcar do mundo, a cana-de-açúcar possui papel importante no cenário econômico do país. O resíduo mais atrativo desta matéria-prima, para indústria sucroalcooleira, é seu bagaço, o qual pode ser utilizado de diversas maneiras. Uma delas é a cogeração de energia elétrica, neste processo o bagaço é queimado, deixando um novo subproduto, a cinza do bagaço da cana. A cinza é gerada também em usinas de açúcar e, apesar de pouco conhecido, também são geradas nas fornalhas de pizzarias, no caso do uso do bagaço da cana em substituição à madeira. Com os avanços das pesquisas, analisou-se que a maior parte da composição da cinza do bagaço da cana era de SiO₂, apresentando assim, potencial para ser utilizada como adição mineral. O objetivo deste trabalho é analisar a resistência mecânica de argamassas com a substituição parcial do cimento portland por cinzas do bagaço da cana de açúcar, obtidas através de uma Usina, na região de Palmares, e de uma pizzaria, na Região Metropolitana do Recife. A partir disso, foi realizada a caracterização das cinzas por meio do ensaio de Difração de Raio X (DRX) e Fluorescência de Raios-X (FRX), objetivando obter a composição mineralógica química e amorfismo da cinza do bagaço da cana de açúcar. Os resultados mostraram que a cinza da pizzaria possuía em torno de 61% de material amorfo e a da usina 62% e as composições químicas das amostras, mais precisamente a quantidade de óxidos, se mostraram satisfatórias. Foram realizados, também, testes para definir a melhor porcentagem de substituição do cimento, chegando ao valor de 15%, com resultados satisfatórios em relação à resistência à compressão. Pesquisas como essas são importantes para enriquecer o leque dos materiais disponíveis à indústria da construção civil, além do melhor aproveitamento de recursos que antes seriam descartados.

Palavras-chave: Cinza do Bagaço de Cana-de-Açúcar; Durabilidade; Sustentabilidade; Cimento Portland.

Projeto de Pesquisa: Estudos das Manifestações Patológicas Presentes em Pontes na Região Metropolitana do Recife.

INFLUÊNCIA DO USO DE MICROSSÍLICA NO CONCRETO ARMADO E NA SUA VIDA ÚTIL.

Tarcísio Costa de Souza Neto¹; Romilde Almeida de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista (PIBITI CNPq). E-mail: tcossouza5@gmail.com

²Professor do Curso de engenharia civil do CCT; E-mail: romildealmeida@gmail.com

No Brasil, em sua grande maioria, existem edificações construídas em concreto armado, utilizando, ainda, mão de obra não qualificada, geralmente com vícios, que, relacionado à falta de fiscalização, resultam em estruturas com elevado potencial de manifestações patológicas e consequente redução da vida útil dessas estruturas. Logo, observar as orientações das normas brasileiras, principalmente a NBR - 6118/2014. (Execução de estruturas de concreto - Procedimento) é primordial para evitar ou minimizar o surgimento dessas manifestações. O objetivo da pesquisa foi de fazer uma revisão bibliográfica acerca da durabilidade do concreto por meio da adição da microssílica e revisão das manifestações patológicas analisando soluções viáveis através do emprego de pozolana para minimizar esses problemas. O uso da sílica ativa como adição, objetiva melhorar o desempenho e a durabilidade. Foi utilizado o software LIFE 365, para estimar a vida útil das peças de concreto a serem estudadas e nos oferecer uma abordagem explícita do custo comparativo durante os anos, entre um concreto sem adição e com adição, e utilizando outros meios para aumentar ainda mais a durabilidade da peça em questão. A microssílica ou sílica ativa se tornou, no ramo da construção civil, um grande atrativo, pois o cimento Portland comum apresenta, em alguns aspectos, a dificuldade e/ou insuficiência, para atender às necessidades que esse meio tende a exigir, principalmente em aspectos de durabilidade. Ao longo da pesquisa, foi visto que as estruturas de concreto sofrem degradação não só por falhas humanas cometidas nas etapas de concepção dos projetos e execução de obra, mas também por causas naturais intrínsecas ao concreto, bem como a agressividade ambiental, ou seja, a interação entre a estrutura/meio ambiente. Ao final, são apresentadas soluções necessárias e práticas para cada tipo específico de patologia analisada.

Palavras-chave: concreto armado; manifestações patológicas; pozolanas; software; vida útil.

Projeto de Pesquisa: Comportamento mecânico, deterioração e vida útil de componentes construtivos

ESTUDO DA DURABILIDADE DO CONCRETO FRENTE A ÍONS CLORETO E PROFUNDIDADE DE CARBONATAÇÃO, SUBSTITUINDO PARCIALMENTE O CIMENTO PORTLAND POR CBC.

Thaís Marques da Silva¹; Eliana Cristina Barreto Monteiro²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista PIBIC UNICAP; E-mail: thaism21@ymail.com

² Prof.^a Dr.^a do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: eliana@poli.br

A cinza do bagaço de cana-de-açúcar (CBC) apresenta como principal composto químico a sílica (SiO_2). A CBC obtida através da queima pode ser usada, segundo alguns pesquisadores em publicações anteriores, como Pozzolana, reduzindo as despesas e o impacto ambiental relativos à sua disposição no meio ambiente. O objetivo deste trabalho é de avaliar a durabilidade de concretos que utilizaram a CBC em substituição parcial ao cimento Portland. Serão confeccionados corpos-de-prova com dosagem de 15% de CBC em substituição ao cimento Portland CPV-ARI, além do traço de referência sem nenhum tipo de adição. Os ensaios realizados serão o de avaliação da carbonatação em concretos, cuja metodologia será regida pela norma internacional RILEM CPC-18, e avaliação da presença de cloretos livres, através da aspersão de nitrato de prata, tomando como base a UNI 7928. Através desses ensaios, foi observado que o concreto com CBC apresentou uma resistência equivalente ao concreto de referência quanto à profundidade de carbonatação. Entretanto, em relação à presença de cloretos livres, os resultados mostraram a necessidade de uma análise mais criteriosa para retificação e obtenção de melhores resultados.

Palavras-chave: cinza do bagaço de cana-de-açúcar, sustentabilidade, resistência do concreto.

Projeto de Pesquisa: Estudos das Manifestações Patológicas na Ponte Princesa Isabel.

ANÁLISE DA VIDA ÚTIL E DO COMPORTAMENTO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO COM ADIÇÃO DE METACAULIM

Tiago Mourão Barros; Romilde Almeida de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: tiagomourao18@hotmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: romildealmeida@gmail.com

A busca por uma maior durabilidade e incremento na vida útil é algo primordial a ser atingido para obtenção de componentes estruturais de concreto mais duráveis. A utilização de pozolanas nessas estruturas vem-se tornando cada vez mais comum e traz consigo uma melhoria nas características destas, podendo-se destacar como principais o comportamento mecânico e a durabilidade. Um tipo de pozolana comum e bastante estudado é a metacaulim, que atua a mais de 45 anos no mercado de construção civil. Trata-se de um material extremamente fino contendo sílica e alumina na sua composição e que reage à temperatura ambiente, com o hidróxido de cálcio presente no cimento produzindo silicatos de cálcio hidratado (C-S-H). Com isso proporciona diversas contribuições ao desempenho do concreto, dentre elas, melhorias relacionadas às propriedades mecânicas, desempenho e durabilidade. Outro fator que deve ser levado em consideração no que se refere à durabilidade e vida útil de estruturas são as manifestações patológicas, que podem vir a causar danos significativos às estruturas de concreto, ocasionando perdas de suas características. Tem-se como manifestações patológicas comuns nas estruturas de concreto a corrosão de armaduras por ataques de cloreto, carbonatação, ataque de sulfatos e reação álcali-agregado. A metacaulim, utilizada na dosagem correta, tem importante influência no aumento da compactidade e redução da porosidade do concreto e, conseqüentemente, no combate às ações destes agentes patológicos que são bastante prejudiciais a tais estruturas. Este trabalho tem como objetivo analisar o quão eficiente é o uso da metacaulim com o propósito de incrementar a vida útil nas estruturas de concreto armado, através de uma ampla revisão bibliográfica acerca do material aplicado nessas estruturas e seu comportamento, com a utilização de métodos simples de estimação de vida útil, possibilitando uma maior eficiência do uso da metacaulim nos componentes estruturais de concreto.

Palavras-chave: Vida útil; metacaulim; concreto; durabilidade.

Projeto de Pesquisa: Influência do uso de metacaulim no concreto armado e na sua vida útil.

BASES CONCEITUAIS PARA PROJETOS DE EDIFÍCIOS ALTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Victor Soares Marques Ferreira^s; Romilde Almeida de Oliveira¹

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista (Unicap). Email: victor81.familia@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: romildealmeida@gmail.com

A região metropolitana do Recife tem experimentado, nessas últimas décadas, um crescimento de edificações que atingem grandes alturas. Edifícios, que até 30 e 40 anos atrás possuíam projetos que não passavam dos 20 pavimentos, têm perdido espaço para projetos que alcançam facilmente a marca dos 40 pavimentos, já aparecendo alguns que ousam chegar a 50. Por conta disso, um grande desafio surge para o engenheiro estrutural, pois, com o acréscimo de altura, a preocupação somente com as forças gravitacionais ou verticais já não é o suficiente. Isso ocorre, pois, à medida que se cresce a altura da edificação, aumenta-se também o carregamento horizontal causado pelo vento. Para se ter uma ideia, em termos de ordem de grandeza, sob a carga de vento, o momento de tombamento na base de um edifício varia com a quarta potência da altura da construção e o deslocamento dele cresce ao quadrado. Isso posto, até para um engenheiro estrutural experiente, não se configura uma tarefa fácil definir um esquema estrutural para edifícios altos, pois, além dos requisitos de resistência, de serviço e estabilidade, é necessária a solução que otimize o projeto.

Este trabalho de iniciação científica busca justamente oferecer uma fonte de conhecimento na qual o engenheiro estrutural poderá vislumbrar as soluções estruturais que mundialmente se tem tomado quando o assunto são edifícios altos, elucidando suas dúvidas, iluminando seu conhecimento e facilitando suas decisões.

Palavras-chave: Edifícios altos, Esbeltez, Concreto Armado

Projeto de Pesquisa: Bases Conceituais para Projetos de Edifícios Altos na Região Metropolitana do Recife.

ANÁLISE DA CORROSÃO DE BARRAS NO CONCRETO ARMADO E PREVISÃO DE VIDA ÚTIL POR MEIO DE MODELO COMPUTACIONAL.

Wanessa Souza de Lima¹; Romilde Almeida de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Engenharia Civil do CCT; Bolsista (PIBITI CNPq). E-mail: wanessasouzadelima@gmail.com

²Professor do Curso de Engenharia Civil do CCT; E-mail: romildealmeida@gmail.com

O número de incertezas relacionadas a fatores como propriedades dos materiais, mecanismos de deterioração, carga ambiental, entre outros, torna a previsão de vida útil de estruturas de concreto um problema complexo. Diante de todos os problemas de degradação que têm surgido, a corrosão de armaduras aparece como um dos mais significantes, visto que afeta diretamente sua segurança, capacidade de serviço e vida útil, sendo um dos mais comuns e frequentes relacionados à durabilidade. Uma das consequências deste cenário se mostra no desenvolvimento e atualização de normas técnicas, como a norma de desempenho - NBR 15575-1:2013 e a norma de projeto de estruturas concreto – NBR 6118:2014 objetivando definir exigências técnicas e responsabilidades em relação à durabilidade das estruturas de concreto. Este trabalho tem como objetivo analisar as medidas de potencial de corrosão obtidas na inspeção de dois pilares da Torre de Salvamento do CBMPE – Corpo de Bombeiros Militares de Pernambuco e estimar a vida útil de estruturas em concreto armado similares, em conformidade com as NBR 6118:2014 e NBR 15575:2013, por meio do modelo computacional de previsão Life-365. Para isso, foram inspecionados dois pilares da Torre de Salvamento, empregando o sistema Canin+, onde se verificou que os potenciais de corrosão nos dois elementos investigados encontram-se majoritariamente na condição de concreto seco carbonatado, apresentando contaminação por cloretos na base do pilar P2, segundo os dois critérios adotados neste estudo. Com a da previsão de vida útil através do software Life-365, foi possível estabelecer uma relação entre a utilização combinada de concreto com maior f_{ck} e adições minerais com o retardamento da propagação de cloretos em estruturas de concreto.

Palavras-chave: corrosão; durabilidade; vida útil; concreto; adições minerais.

Projeto de Pesquisa: Comportamento Mecânico, Deterioração E Vida Útil De Componentes Construtivos.



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**ANAIS ELETRÔNICOS
CIÊNCIAS DA SAÚDE**

Recife, 2016

PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E AUTOCONCEITO RELACIONADO À APARÊNCIA E ATRIBUTOS FÍSICOS DE ADOLESCENTES QUEIMADOS EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Adryelle Fernandes Duarte¹; Cláudia Fonsêca de Lima²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do CCBS; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: adryelle.fernandes@hotmail.com.

²Professor do Curso de Fisioterapia do CCBS; E-mail: claudinhaflima@hotmail.com.

A queimadura é uma lesão tecidual grave que traz danos consideráveis para a integridade da pele, podendo levar à cicatriz patológica, que, além de alterar a aparência, prejudica a função motora das vítimas. Esses fatores podem influenciar a imagem corporal e o autoconceito do adolescente queimado. Verificar a percepção da imagem corporal e o autoconceito relacionado à aparência e atributos físicos de adolescentes com queimaduras em processo de reabilitação física em um hospital público de referência da cidade do Recife, PE. Desenvolveu-se um estudo de corte longitudinal, descritivo, no Ambulatório de Reabilitação de um hospital público do Recife, entre outubro de 2015 e abril de 2016. Após a assinatura do termo de consentimento pelo responsável e do termo de assentimento pelo adolescente, foi realizada a coleta de dados pessoais, clínicos e sócio-demográficos, através de entrevista com os pais e leitura de prontuários. Em seguida, foi realizado exame físico para detectar alterações estéticas e osteomioarticulares. Finalmente, foi avaliada a imagem corporal, através da Escala de Avaliação da Satisfação com a Imagem Corporal e o autoconceito através do KIDSCREEN-52. Cada indivíduo foi avaliado 2 vezes, sendo a primeira avaliação nos primeiros 3 meses de tratamento fisioterapêutico ambulatorial e a segunda 3 meses após a primeira. Participaram do estudo 15 pacientes com idade entre 12 e 18 anos, no entanto, apenas 8 compareceram às 2 avaliações. A maioria dos adolescentes que compareceram às 2 avaliações (50% na primeira e 75% na segunda avaliação) referiu estar “Às vezes satisfeitos, às vezes insatisfeitos” com a imagem corporal. 62% dos adolescentes nas 2 avaliações apresentaram autoconceito “Positivo”, no entanto o nível de insatisfação parece diminuir ao longo de 3 meses. A queimadura parece não ter grande influência na satisfação com a imagem corporal e no autoconceito dos adolescentes do presente estudo. Porém, a presença de cicatrizes patológicas parece diminuir o nível de satisfação dos adolescentes com sua própria imagem corporal.

Palavras-chave: adolescente; queimadura; cicatriz.

Projeto de Pesquisa: Atenção Fisioterapêutica No Sistema Tegumentar – Avaliação E Intervenção.

REDUÇÃO DE DANOS: O QUE DIZEM GESTORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DESTA POLÍTICA

Amanda Ximenes¹; Marcus Túlio Caldas²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: amandafximenes@gmail.com

²Professor do Curso de Medicina do CCBS; E-mail: marcus_tulio@uol.com.br

A redução de danos caracteriza-se como uma política de saúde que atua na perspectiva transdisciplinar, propondo reduzir os prejuízos de naturezas biológica, social e econômica do uso de drogas. No Brasil, a redução de danos teve a primeira experiência em 1989, na cidade de Santos, com a distribuição de seringas estéreis entre usuários de drogas injetáveis. Desde então, muitos estados brasileiros têm desenvolvido ações que visam a promover a aderência tanto da sociedade, quanto dos usuários e profissionais da saúde à política de Redução de Danos. Assim, o projeto consistiu em pesquisar a política de Redução de Danos, investigando os aspectos históricos, seus conceitos e formulações e compreendendo as ações dessa política a partir da experiência de usuários envolvidos nessa prática. O método, em uma primeira etapa, utilizou a pesquisa bibliográfica buscando investigar os fundamentos históricos e conceituar a política de Redução de Danos. Em seguida, tendo como instrumentos a entrevista narrativa e o diário de campo, pesquisamos a experiência de 05 gestores que ajudaram a implementar esta política no Brasil. A análise dos resultados se deu a partir das Unidades de Significado propostas por Amedeo Giorgi. Visando a facilitar a apresentação dos resultados, agrupamos as unidades de sentido que se assemelhavam, caracterizando cada uma delas com recortes das falas dos entrevistados e, posteriormente, elaboramos uma síntese dos resultados. A Redução de Danos é vista pelos gestores responsáveis pela sua implementação como questão de valores, tais como cuidado, liberdade, respeito, qualidade de vida e reinserção social. Além disso, ficou claro que consiste em uma política multifacetada, com a possibilidade de formular e executar diversas estratégias a fim de proporcionar o melhor tratamento para cada pessoa, de forma singular. Ainda há conceitos a serem esclarecidos acerca da Redução de Danos, mas, a partir das entrevistas com os gestores, pude perceber que a tendência desta política é a expansão, visto que ela é tida como questão de direitos humanos. Quanto à pergunta do título do nosso projeto, todos os gestores colocaram a Redução de Danos principalmente como humanismo. Por fim, ressaltamos que a redução de danos ainda é pouco conhecida e entendida pela sociedade como um todo, assim, é essencial que haja uma maior divulgação e promoção ao conhecimento sobre tal política, não só para os usuários do serviço e profissionais de saúde, mas sim para toda a população.

Palavras-chave: políticas públicas, redução de danos, experiência, fenomenologia, gestores, unidade de sentido.

Projeto de Pesquisa: Redução De Danos: O Que Dizem Gestores Responsáveis Pela Implementação Desta Política.

PERCEPÇÕES DAS MUDANÇAS NA VIDA SOCIAL E PSÍQUICA DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM OLINDA, PERNAMBUCO

Amanda Lucas Freire¹; Moab Duarte Acioli²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS; IC Voluntário. E-mail: amanda_freire_21@hotmail.com

²ProfessorDoutor do Curso de Medicinado CCBS; E-mail: mbacioli@uol.com.br

Adolescência é o período de transição marcado pela imaturidade e transformações biológicas, psicológicas e do respectivo papel social. A experiência de gravidez na adolescência pode se caracterizar em fator desencadeante ou agravante de sofrimento psíquico. Estudar o discurso de adolescentes grávidas sobre aspectos subjetivos da experiência de transtorno mental e gravidez. Foram entrevistadas sete adolescentes grávidas atendidas na Unidade Básica de Saúde de Salgadinho – Sítio Novo, em Olinda, Pernambuco, aplicando individualmente um roteiro de entrevista semidirética. A análise dos discursos foi baseada na Análise de Conteúdo. Resultados: Os resultados foram divididos em três tópicos. O primeiro deles, “percepção das adolescentes sobre a experiência de gravidez”, obteve os seguintes temas: esperança de ser um bom acontecimento (2UR), preocupação com a microcefalia (2UR) e satisfação porque chegou ao momento desejado (1UR). No segundo tópico, “mudanças no modo de vida com a gravidez”, os temas mais frequentes foram: mudança na relação com a família e amigos (3UR), mais tempo em casa (3UR), mudanças no cotidiano (3UR), ausência de mudança de rotina (1UR), preocupação financeira (1UR) e satisfação com o estado de saúde durante a gravidez (1UR). No terceiro tópico “impactos da gravidez no estado psíquico”, se obteve apoio e cuidado familiar (3UR), momentos de agressividade e tristeza (2UR), sensibilidade aguçada (1UR), medo da mãe (1UR) e pouca percepção de mudança sentimental (1UR). Conclusão: A experiência de gravidez na adolescência é um fenômeno ambíguo e complexo que requer um cuidado integral, entre eles, a prevenção através de uma adequada e aberta proposta de educação em saúde. As percepções sobre a gravidez, de forma geral, são influenciadas por fatores culturais, socioeconômicos e afetivos. As mudanças observadas abrangem a rotina e a vida psíquica das adolescentes, interferindo principalmente nas relações interpessoais.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; transtorno mental; discurso; programa de saúde da família.

Projeto de Pesquisa: Transtornos mentais em adolescentes grávidas atendidas em unidades de saúde da família em Olinda, Pernambuco: Um estudo epidemiológico e discursivo.

EFEITOS DA REABILITAÇÃO VIRTUAL NO CONTROLE DE TRONCO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL

Ariana Alves dos Santos¹; Ana Karolina Pontes de Lima²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do CCBS; IC Bolsista Unicap. E-mail: arianaalves_santos@hotmail.com

²Professora do curso de Fisioterapia do CCBS. E-mail: ana.karolina.pontes@gmail.com

O termo Paralisia Cerebral (PC) refere-se a um grupo de desordens posturais e dos movimentos decorrente de uma lesão cerebral não progressiva e permanente que ocorre durante o desenvolvimento de um cérebro imaturo, e que causa limitações na vida cotidiana do indivíduo. Espasticidade, deformidades articulares, encurtamentos e desequilíbrio muscular são as principais alterações no sistema musculoesquelético capazes de interferir no controle postural e, conseqüentemente, no equilíbrio de indivíduos com PC, bem como as alterações sensoriais observadas neles, como déficit visual e dos sistemas auditivo e vestibular. Na tentativa de superar as limitações das intervenções tradicionais, a tecnologia de Reabilitação Virtual (RV) tem sido aplicada de forma crescente à reabilitação. O objetivo da presente pesquisa foi avaliar os efeitos da reabilitação virtual no controle de tronco de crianças e adolescentes com PC. Tratou-se de um estudo de caso realizado nos Laboratórios da Universidade Católica de Pernambuco com dois pacientes que apresentaram o diagnóstico clínico de PC, os quais foram submetidos a uma avaliação postural e intervenção através da utilização da RV usando o aparelho Nintendo Wii, com frequência semanal de duas vezes, totalizando 10 sessões de 30 minutos. Através dos registros fotográficos realizados, foi possível analisar a postura dos pacientes antes e após a intervenção. De maneira geral, observou-se melhora do alinhamento postural e estabilização do tronco dos pacientes, os resultados obtidos foram mais visíveis na paciente 1. De forma específica, na vista posterior observou-se melhora do alinhamento cervical e do ajuste escapular, bem como a redução da base de sustentação. Na lateral direita e na esquerda, foi possível observar redução da hipercifose em ambos os pacientes. Já na anterior, notou-se redução da elevação dos ombros e do genu varo do joelho da paciente 1 e, no paciente 2, redução da abertura do membro superior direito com redução da rotação interna no mesmo membro e redução do ângulo de Talles dos dois membros. Houve ainda estreitamento da base de apoio. Os resultados obtidos mostram que houve contribuição da RV para a melhora do ajuste postural dos pacientes participantes do estudo. Esse fato fortalece a importância de dar continuidade aos estudos sobre o tema proposto, uma vez que há escassez de registros sobre o assunto na literatura.

Palavras-chaves: fisioterapia; independência, controle de tronco

Projeto de Pesquisa: Intervenção fisioterapêutica nas alterações do desenvolvimento neuropsicomotor.

PERCEPÇÃO DE FAMILIARES SOBRE AS MUDANÇAS, IMPACTOS E RELAÇÕES ENTRE O ESTILO DE VIDA E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Bárbara Azevedo Neves Cavalcanti¹; Moab Duarte Acioli²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e Saúde - UNICAP; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: leda_gondim@hotmail.com

²Professor do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e Saúde – UNICAP; E-mail: mbacioli@uol.com.br

A percepção familiar da gravidez de parente adolescente apresenta relevante papel no processo para que haja um cuidado integral em termos saúde da família. Estudar a percepção dos familiares sobre as mudanças, impactos e relações entre o estilo de vida e a gravidez da adolescente. É uma pesquisa qualitativa, analítica e transversal. O campo foi a Unidade Básica de Saúde COHAB-Peixinhos, em Olinda, Pernambuco. Os sujeitos foram sete parentes de adolescentes que realizavam pré-natal na unidade. Foi aplicada entrevista individual semidiretiva e realizada uma análise temática de conteúdo. Em se tratando da percepção das mudanças na vida das adolescentes com a gravidez, o discurso dos familiares apresentou os seguintes temas: está havendo uma mudança para melhor, a adolescente continua usando drogas, há esperança de que a adolescente amadureça e que a jovem se mudou de casa. Ao ser abordada a percepção familiar dos impactos da gravidez na vida psíquica da adolescente, detecta-se impacto negativo, desconhecimento por conta da falta de comunicação, outra por desconhecimento da adolescente sobre a realidade da gravidez e, por fim, ter havido mudanças no comportamento agressivo da jovem. Finalmente, a percepção da relação entre o estilo de vida e a gravidez aponta para o fato de que a adolescente costumava sair muito, a adolescente usa ou não usa drogas lícitas e ilícitas, há falta de informação e excesso de liberdade e a adolescente engravidou porque quis. O fenômeno da gravidez na adolescência é complexo tanto pelos aspectos positivos, quanto negativos. O conhecimento da percepção familiar tem importância crucial para o cuidado de promoção de saúde e de prevenção dos agravos na atenção básica.

Palavras-chave: adolescentes; transtornos mentais; gestação na adolescência.

Projeto de Pesquisa: Transtornos Mentais em Adolescentes Grávidas Atendidas em Unidades de Saúde da Família em Olinda, Pernambuco: um Estudo Epidemiológico e Discursivo.

EXPERIÊNCIA DE GRAVIDEZ ENTRE ADOLESCENTES SUSPEITAS DE TRANSTORNO MENTAL ATENDIDOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB- PEIXINHOS EM OLINDA, PERNAMBUCO

Bianca Victorino Santos de Moraes¹; Moab Duarte Acioli²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS; Bolsista CNPq. E-mail: biancavsmoraes@gmail.com

²Professor Doutor do Curso de Medicina do CCBS e da Pós-graduação em Ciências da Linguagem. E-mail: mbacioli@uol.com.br

A adolescência é conceituada como um período de vida situado entre os 10 e 19 anos, marcado por alterações somáticas, psíquicas, sexuais e socioculturais englobando 20,8% da população brasileira. O presente projeto tem como objetivo analisar o discurso de adolescentes grávidas sobre a experiência de apresentar sofrimento psíquico. A pesquisa é do tipo qualitativa, analítica e transversal e foi realizada no território da Unidade Básica de Saúde COHAB-Peixinhos em Olinda, Pernambuco. A amostragem obedeceu aos critérios de saturação em pesquisa qualitativa, na qual foi aplicado individualmente um roteiro de entrevista semidiretiva em uma amostra composta por 9 adolescentes. Os temas presentes nos resultados estão relacionados aos sentimentos, ao planejamento e à percepção de mudanças na vida com a gravidez. No discurso das adolescentes entrevistadas, existe uma preponderância de sentimentos negativos (9UR), três vezes maior do que os chamados sentimentos positivos (3UR). Quanto ao planejamento da gravidez, houve predomínio da gravidez indesejada com 5UR seguida da gravidez inesperada com 3UR e da negligência com 1UR. Em relação à percepção das mudanças de vida com a gravidez, houve predomínio da impossibilidade de sair (4UR), seguido da mudança na vida com a gravidez e com o marido e da relação com os amigos (2 UR) igualmente, seguido de inexistência de mudança de vida e decisão própria de mudança com a gravidez com 1UR igualmente. Os discursos das adolescentes com suspeita de transtorno mental permite concluir que, em relação aos sentimentos diante da gravidez, são narradas dificuldades na aceitação da gravidez, enfatizados sentimentos como tristeza e baixo humor. Quanto ao segundo tema, planejamento da gravidez, torna-se preocupante o início precoce da atividade sexual e, entre outros, a crença da adolescente de que não irá engravidar, mesmo tendo a experiência de uma ou duas gravidezes anteriores. Por fim, em termos de mudança na vida existe um abrupto impacto na experiência da adolescente que se encontra privada da escola e das relações de lazer entre os amigos.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; análise de conteúdo; programa de saúde da família.

Projeto de Pesquisa: Transtornos Mentais em Adolescentes Grávidas Atendidas em Unidades de Saúde da Família em Olinda, Pernambuco: um Estudo Epidemiológico e Discursivo.

EFEITOS AGUDOS DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA MUSCULAR E O EXERCÍCIO FÍSICO PASSIVO SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO DE PACIENTES CRÍTICOS

Brunna Jullyana Correia de Melo¹; Eduardo Ériko Tenório de França²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC). E-mail: brunnajullyanacorreia@hotmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Email:edueriko@ig.com.br

A imobilização do paciente crítico implica diversos transtornos à saúde do indivíduo, aumenta as chances de complicações respiratórias, além das incapacidades funcionais que atingem o sistema Osteomioarticular. Uma das alterações decorrentes da inatividade é o possível aumento da liberação de Espécies Reativas de Oxigênio (ERO), que irá favorecer alterações estruturais das fibras musculares. Visando à melhora funcional e à prevenção da sarcopenia, a reabilitação utilizando o exercício físico e a aplicação da estimulação elétrica neuromuscular (EENM) tem crescido, porém seus efeitos sobre o estresse oxidativo dessa população não são bem definidos. O objetivo é observar os efeitos do exercício físico passivo e da EENM sobre o estresse oxidativo de pacientes críticos. Trata-se de um ensaio clínico, controlado e randomizado, com uma amostra de 35 pacientes, internados na UTI do Hospital Agamenon Magalhães (HAM) em VM. Os pacientes foram divididos em quatro grupos: grupo controle (n=10); pacientes que não realizavam nenhum tipo de intervenção terapêutica, grupo EENM (n=9); pacientes submetidos à EENM do músculo quadríceps, grupo exercício (n=9); pacientes que só realizavam a cicloergometria passiva (CP) de membros inferiores e, por último, grupo EENM e exercício (n=7); pacientes submetidos à EENM e a CP de membros inferiores, uma seguida da outra. Foram coletados 20 mL de sangue, para avaliar os níveis de óxido nítrico (ON) no monócito antes e depois do protocolo do estudo. Foi observada redução significativa da contagem do ON nas células estimuladas e não estimuladas, comparando o antes e depois no grupo submetido à EENM ($p < 0,05$) e no grupo submetido ao exercício passivo ($p < 0,01$). Percebeu-se também uma redução significativa nesta variação da produção do ON, comparando-se o grupo que fez apenas exercício, com o grupo que fez EENM e exercício ($p < 0,001$). Conclui-se que, isoladamente, tanto a EENM, como o exercício passivo, mostraram-se eficazes na diminuição da liberação da ERO, porém, quando estas técnicas são utilizadas em associação, não demonstram efeitos benéficos na redução do estresse oxidativo celular.

Palavras-chave: eletroestimulação; exercício; oxidativo; musculoesquelético.

Projeto de Pesquisa: Intervenções Terapêuticas Aplicadas ao Tratamento das Afecções Cardiorrespiratórias.

AVALIAÇÃO DO EQUÍBRIO E DA MARCHA PRÉ E PÓS-INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM INDIVÍDUOS COM NEUROPATIA DIABÉTICA DE MEMBROS INFERIORES

Brunna Stefanny de Góis Silva¹; Silvana Maria de Macêdo Uchôa²

¹Estudante do Curso de fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: brunnagois@gmail.com

²Professor do Curso de fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: silvanammu@gmail.com

A neuropatia leva a alterações sensoriais, motoras e autonômicas, podendo interferir diretamente no equilíbrio e na marcha uma vez que promove alterações na estrutura osteomioarticular e biomecânica dos pés, além de aumentar o risco de queda e reduzir a qualidade de vida nessa população. O objetivo da presente pesquisa foi avaliar o equilíbrio e a marcha de pacientes com neuropatia diabética de membros inferiores após uma intervenção fisioterapêutica por meio da Estimulação Elétrica Funcional. O estudo é do tipo quase experimental, de corte transversal, antes e depois. Após a assinatura do TCLE, a pesquisa foi iniciada por meio da avaliação pré-intervenção que contou com recursos como a goniometria e a Escala de Tinetti, que visam a avaliar, respectivamente, a amplitude de movimento e o equilíbrio/marcha. A intervenção se deu através do aparelho FESVIF 995 dual clínico da marca Quarck[®] nos pontos motores do músculo tibial anterior. Após dezesseis sessões, foi realizada uma reavaliação, em que os dados coletados foram analisados em uma planilha do Microsoft Excel 2013. A amostra foi composta de três voluntários do sexo feminino e dois do sexo masculino, com média de idade de 63 anos. Na goniometria da articulação do tornozelo direito e esquerdo pré-intervenção, foi verificou-se redução na flexão dorsal e plantar realizadas de forma passiva e ativa. A avaliação realizada através da Escala de Tinetti demonstrou que, na população estudada, o equilíbrio e a marcha não estavam gravemente comprometidos, mas apresentavam uma redução. Após a intervenção fisioterapêutica, foi possível verificar um aumento nos movimentos de flexão dorsal e plantar em ambos os tornozelos de forma passiva e ativa, sendo o aumento mais significativo na flexão dorsal de forma ativa. A pontuação final da Escala de Tinetti aumentou, tendo na marcha o aumento de maior significância. O presente estudo sugere que a utilização da Estimulação Elétrica Funcional, nos pontos motores do músculo tibial anterior, leva a um aumento da amplitude articular do tornozelo e melhora o equilíbrio e a marcha de neuropatas diabéticos. Devido à escassez de protocolos fisioterapêuticos nesta área e o tamanho da amostra ter sido pequeno, fazem-se necessários novos estudos para que os resultados sejam mais expressivos.

Palavras-chave: Articulação do Tornozelo; Equilíbrio; Neuropatia Diabética.

Projeto de Pesquisa: Intervenção fisioterapêutica em indivíduos com alterações motoras e/ou sensitivas.

PRODUÇÃO DE QUITOSANA POR *CUNNINGHAMELLA ELEGANS* UCP 0542 UTILIZANDO RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA

Danielly Melo Brasil¹; Galba Maria de Campos Takaki²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); Bolsista (FACEPE). E-mail: brasildanielly@gmail.com

²Professor do Curso de Medicina do Centro Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); E-mail: galba_takaki@yahoo.com.br

O polímero quitosana vem ganhando destaque devido às propriedades de biodegradabilidade, biocompatibilidade, analgésica antimicrobiana, anticoagulante, na agregação de células leucêmicas, anticolesterolêmico e antioxidante, tendo sido eleita no Japão como uma biomolécula promissora do século XXI. A quitosana é um polímero constituído predominantemente por unidades de D-glicosamina, obtida pela desacetilação da quitina. O processo de conversão da quitina em quitosana a partir de crustáceos, leva à formação de impurezas que acarretam alergia. Neste projeto, foi realizada a produção da quitosana a partir da biomassa de *Cunninghamella elegans* UCP0542, isolada de sedimento de mangue do Rio Formoso, PE, pertence à Coleção de Culturas UCP (Universidade Católica de Pernambuco), registrada no World Culture for Collection – WFCC. O Índice da Velocidade de Crescimento Micelial (IVCM) foi estabelecido a partir do crescimento radial de *C. elegans* no meio Sabouraud Dextrose Ágar, com avaliação diária do diâmetro da colônia do fungo. A produção da biomassa foi realizada utilizando um planejamento fatorial de 2² com 40 discos do crescimento micelial de *C. elegans* em diferentes concentrações de Milhocina e Soro de Leite. Os resultados obtidos indicaram produção de 23,35g/L de biomassa e uma maior influência da Milhocina corroborados pelo Pareto, com 95% de confiabilidade. Em seguida, a biomassa foi submetida a um processo de extração pelo tratamento álcali-ácido insolúvel, do qual foram extraídos 40mg de quitina e 9,78mg de quitosana., por grama de biomassa. A caracterização da quitosana mostrou um grau de desacetilação de 84%, determinado por titulometria, e a massa molecular, determinada por GC-MS, ainda está em andamento. A atividade antibacteriana foi verificada pelo método de difusão em disco com as bactérias *Staphylococcus aureus*, *Salmonella enterica*, *Klebsiella pneumoniae* e *Escherichia coli*, utilizando a Vancomicina como controle. Os resultados obtidos mostraram um amplo espectro de atuação, causando inibição no crescimento de bactérias Gram-positivas (*S. aureus*) e Gram-negativas (*S. enterica* e *K. pneumoniae*).

Palavras-chave: quitosana microbiológica; quitina; *Cunninghamella elegans*.

Projeto de Pesquisa: Produção biotecnológica de quitina e quitosana por amostras de *Cunninghamella elegans* usando substratos agroindustriais e desenvolvimento de nanofibras.

EFEITOS DOS MANUSEIOS BASEADOS NO CONCEITO BOBATH NO CONTROLE DE TRONCO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL

Débora Maria Marques Camêlo¹; Ana Karolina Pontes de Lima²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; IC Bolsista. E-mail: deboracamelo@outlook.com

²Professora do curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde. E-mail: ana.karolina.pontes@gmail.com

A paralisia cerebral (PC) é definida como um distúrbio neurológico, decorrente de uma lesão cerebral que afeta diretamente o Sistema Nervoso Central (SNC) em fase de maturação. Crianças portadoras de PC apresentam o comprometimento motor como principal característica, decorrente de uma alteração no tônus muscular, dificultando a realização de atividades funcionais. Dentre os métodos utilizados no tratamento fisioterapêutico, o conceito Bobath encontra-se como um dos recursos mais aplicados na prática clínica para o tratamento de lesões do SNC. O conceito parte do princípio de que o movimento modula os tônus, conseqüentemente proporciona uma facilitação na execução de atividades funcionais. O objetivo da presente pesquisa foi verificar a efetividade dos manuseios de tronco baseados no conceito Bobath em uma criança com PC. Tratou-se de um estudo de caso realizado nos Laboratórios da Universidade Católica de Pernambuco, no período de 30 de março a 06 de maio de 2016, no qual uma criança com PC diparesia espástica foi submetida a uma avaliação do controle tronco e intervenção através dos manuseios de tronco baseados no conceito Bobath, com frequência semanal de duas vezes, totalizando 10 sessões de 40 minutos. De acordo com a ficha de avaliação preenchida com as informações fornecidas pela mãe, a gestação foi conturbada, com uso de tabagismo e etilismo, com complicações durante o parto normal, apresentando idade gestacional de 27 semanas, pré-termo. Através dos registros fotográficos realizados, foi possível analisar o controle de tronco do paciente antes e após a intervenção. De maneira geral, observou-se melhora do controle de tronco e alinhamento postural do paciente no plano frontal e sagital. Os resultados obtidos mostram que houve contribuição do Conceito Bobath para a melhora do controle de tronco do paciente participante do estudo. Esse fato fortalece a importância de dar continuidade aos estudos sobre o tema proposto, uma vez que há escassez de registros sobre o assunto na literatura.

Palavras-chaves: fisioterapia; criança; tônus

Projeto de Pesquisa: Intervenção fisioterapêutica nas alterações do desenvolvimento neuropsicomotor.

PREVALÊNCIA DAS PRINCIPAIS DISFUNÇÕES EM PARTURIENTES DE PARTO NORMAL EM UMA UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA NA CIDADE DO RECIFE/PE

Eduarda Isabella Moura Castro¹; Valéria Conceição Passos de Carvalho²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; IC Voluntário. E-mail: isabellamouracastro@gmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: valeriapassos@gmail.com

A gestação é um período de relativa imunossupressão, afetando tanto o sistema fisiológico quanto o emocional, seguida, no puerpério, de uma maior atividade imunológica. O corpo da mulher passa por transformações durante o ciclo gravídico-puerperal indispensáveis para que o embrião possa desenvolver-se e ser concebido. A fase puerperal é uma etapa dinâmica de desafio para a mãe, principalmente durante a primeira semana, na qual o corpo sofre diversas e rápidas mudanças. O impacto dessas mudanças é variável de mulher para mulher, e comumente é relatado com dor ou desconforto em distintas regiões. O objetivo desse estudo foi descrever a prevalência das principais disfunções em parturientes de parto normal e analisar a influência das mesmas na qualidade de vida das puérperas. É um estudo do tipo corte transversal e observacional, com uma amostra de 74 puérperas. Foram aplicados 2 questionários: um do perfil sóciobio-demográfico das mulheres e o segundo para avaliar a qualidade de vida, o WHOQOL-bref. Para análise das variáveis, foi aplicado o Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov e para comparação dos grupos foi utilizado o Teste t Student (Distribuição Normal). Todas as conclusões foram baseadas em um intervalo de confiança de 95% e $p < 0,05$. Das 74 mulheres entrevistadas, 44,6% (n=33) referiram queixas, sendo as principais a dor no baixo ventre e/ou disúria em 31,1% (n=23), constipação em 20,3% (n=15) e cefaleia em 12,2% (n=9). Além disso, observou-se uma associação estatisticamente significativa entre as queixas apresentadas e a qualidade de vida dessas mulheres. Os resultados revelam a fundamental importância da fisioterapia, uma vez que os benefícios são proporcionados não só no puerpério imediato como também no pré-parto, prevenindo e minimizando desconfortos gerados pelo período gestacional, melhorando assim a qualidade de vida dessas mulheres para que possam se dedicar inteiramente ao prazer de ser mãe.

Palavras-chave: puerpério; parto normal; perfil epidemiológico.

Projeto de Pesquisa: Recursos de Avaliação e Intervenção Fisioterapêuticas nas Disfunções do Assolho Pélvico.

PREVALÊNCIA DAS PRINCIPAIS DISFUNÇÕES EM PARTURIENTES DE PARTO CESARIANO EM UMA UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA NA CIDADE DE RECIFE/PE

Elizabete de Souza Pereira¹; Valéria Conceição Passos de Carvalho²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; IC Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: bethpereira451@gmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: valeriapassos@gmail.com

Puerpério é o nome dado ao período pós-parto, no qual as diversas modificações no período gestacional no organismo da gestante retornam ao seu estado pré-gravídico. Apesar de ser um período de ocorrências fisiológicas, pode ser caracterizado por diversos desconfortos. Algumas disfunções ocorridas nessa fase são inerentes ao processo de parturição e estão entre as principais queixas relatadas por mulheres durante o período puerperal, e podem repercutir não só na qualidade de vida das mesmas, como dos seus familiares. O objetivo desse estudo foi descrever a prevalência das principais disfunções em parturientes de parto cesariano e analisar a influência delas na qualidade de vida das puérperas. É um estudo do tipo corte transversal e observacional, com uma amostra de 76 puérperas. Foram aplicados 2 questionários: um do perfil sócio-bio-demográfico das mulheres e o segundo para avaliar a qualidade de vida, o WHOQOL-bref. Para análise das variáveis, foi aplicado o Teste de Normalidade de Kolmogorov-Smirnov e para comparação dos grupos foi utilizado o Teste t Student (Distribuição Normal) e Mann-Whitney (Não normal). Todas as conclusões foram baseadas em um intervalo de confiança de 95% e $p < 0,05$. Das 74 mulheres entrevistadas, 85,5% (n=65) referiram queixas, sendo as principais a dor no baixo ventre e/ou disúria em 55,3% (n=42), constipação em 39,5% (n=30), cefaleia em 25% (n=19) e fadiga em 18,4% (n=14). Além disso, observou-se uma associação entre as queixas apresentadas e a qualidade de vida dessas mulheres. Os resultados desta pesquisa revelam a importância do fisioterapeuta na enfermagem puerperal, visto que a sua atuação possibilita prevenir e minimizar os desconfortos inerentes a gestação e ao parto, amenizando as queixas e melhorando a qualidade de vida das puérperas, garantindo um retorno mais rápido às suas funções.

Palavras-chave: puerpério; parto cesariano; perfil epidemiológico.

Projeto de Pesquisa: Recursos de Avaliação e Intervenção Fisioterapêuticas nas Disfunções do Assolho Pélvico.

SÍNTESE E AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DOS COMPOSTOS *N*- (AMIDAFENIL)FTALIMIDA E *N*-(METILTIOFENIL)FTALIMIDA

Erika Manuella Figueiroa Barretto¹; Shalom Pôrto de Oliveira Assis²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; IC Voluntário. E-mail: erika_barretto@hotmail.com

²Professora do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: shalomporto@yahoo.com.br

A necessidade do desenvolvimento de novos fármacos, que sejam efetivos contra algumas patologias ainda sem tratamento adequado, e que possam substituir os existentes, porém a custos menores e dotados de menores efeitos adversos, tem impulsionado a comunidade científica a novas e incessantes pesquisas nesta área. Nesse contexto de inovação, as imidas cíclicas, como as ftalimidas e seus derivados, aparecem como prováveis líderes para o desenvolvimento de novos e eficientes fármacos. O presente estudo teve como objetivo central sintetizar e avaliar a atividade antimicrobiana dos compostos *N*-(amidafenil)ftalimida (**4a-c**) e *N*-(metiltiofenil)ftalimida (**4d-f**), avaliando a sua ação farmacológica a partir da variação do posicionamento dos substituintes amida e metiltio para as posições *orto*, *meta* e *para* do anel fenil da ftalimida. A metodologia do presente trabalho é formada por duas etapas. Na primeira etapa, foi feita a síntese orgânica dos compostos, através do método utilizando aquecimento à 200°C de quantidades equimolares de anidrido ftálico com aminas aromáticas, enquanto que a segunda etapa, foi realizada a análise da atividade antimicrobiana. Para avaliação da atividade antimicrobiana foram utilizadas bactérias Gram-positivas, Gram-negativas e leveduras, utilizando-se o meio de cultura apropriado para o seu semeio e testes de difusão em discos. A partir dos resultados pequenas alterações estruturais nas ftalimidas podem acarretar numa drástica mudança na atividade, pois variando as substituições nas posições *orto*, *meta* e *para* houve um aumento, diminuição ou ausência da atividade antimicrobiana nas concentrações estudadas. Sendo assim, os compostos **4a**, **4b**, **4d** e **4e** apresentaram resultados comparáveis a droga comercial vancomicina (antimicrobiano de amplo espectro). Enquanto, os mesmos compostos apresentaram resultados superiores para a *Candida albicans*, quando comparados a droga comercial miconazol. Dentre esses compostos, os que se destacaram devido a sua ação antimicrobiana tanto para bactérias quanto para fungos foram **4b** e **4e**, sugerindo que tais compostos sejam promissores candidatos a futuros fármacos.

Palavras-chave: *N*-arilftalimidas; *N*-(amidafenil)ftalimida; *N*-(metiltiofenil)ftalimida; antimicrobianos

Projeto de Pesquisa: Síntese e Avaliação Antimicrobiana de *N*-Arilftalimidas.

DESCOMPRESSÃO DO NERVO PUDENDO ATRAVÉS DA TERAPIA MANUAL EM PACIENTES COM DOR PÉLVICA: RELATOS DE CASO

Fernando Antônio de Moraes Melo Filho¹; Valéria Conceição Passos de Carvalho²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de ciências biológicas e saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP) . E-mail: fernandoammf@outlook.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de ciências biológicas e saúde; E-mail: valeriapassos@gmail.com

A síndrome do nervo pudendo é uma patologia considerada rara, que tende a desenvolver um quadro algíco importante, podendo tornar-se em alguns casos, insuportáveis, como em qualquer outra neuralgia. A terapia manual tem como seu principal objetivo mobilizar os tecidos muscular, ósseo, conjuntivo e nervoso, visando a reequilibrar e, de certa forma, normalizar a estrutura que apresenta alguma alteração. Avaliar a eficácia das técnicas da terapia manual no alívio da dor em pacientes com dor pélvica. Relato de casos, com 4 voluntárias, que foram tratadas com terapia manual, no período de fevereiro a maio de 2016, e avaliadas através da Escala Visual Analógica (EVA) para dor e o escore de Mc Gill para avaliar qualidade de vida, antes e após a intervenção. Foi realizada uma análise descritiva dos achados. Mais da metade da amostra apresentava inicialmente um valor de EVA acima de 6 e após a intervenção, abaixo de 3. Já no escore, mais de 75% relataram melhora na qualidade de vida após a intervenção. Em síntese, verificou-se que a intervenção por terapia manual foi eficaz no alívio da dor através do desbloqueio do nervo pudendo e no aumento do limiar de dor na relação sexual dos indivíduos observados, evidenciando também uma melhora na qualidade de vida das pacientes. Sugere-se um estudo com uma amostra maior, controlado e randomizado para que se produzam maiores evidências científicas sobre o custo e benefício da utilização da terapia manual como recurso no tratamento de pacientes com dor pélvica.

Palavras-Chave: Nervo pudendo, Descompressão, dor pélvica.

Projeto de Pesquisa: Recursos de Avaliação e Intervenção Fisioterapêuticas nas Disfunções do Assoalho Pélvico

COMPORTAMENTO DA PRESSÃO ARTERIAL CENTRAL EM HIPERTENSOS PORTADORES DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO

Gabriel Arthur Gomes Cavalcante¹; Flávio Maciel Dias de Andrade²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Voluntário (PIBIC UNICAP). E-mail: gabrielcrrmal@hotmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: ftflaviomaciel@yahoo.com.br

A apneia obstrutiva do sono (AOS) é caracterizada pela obstrução da via aérea superior durante o sono, com duração de 10 segundos ou mais, decorrente da oclusão da laringe, causando hipoxemia e hipercapnia. Na AOS, os sintomas mais comuns são o cansaço ao acordar, sonolência diurna, mudança de humor, roncos, engasgos e movimentos frequentes que interrompem o sono. A AOS deteriora a qualidade de vida, aumentando os riscos de acidentes automobilísticos e predispondo ao desenvolvimento de hipertensão arterial sistêmica (HAS), elevando o risco cardiovascular. Estima-se que 50% dos pacientes com AOS são hipertensos e que 30% dos pacientes com HAS possuem apneia obstrutiva não diagnosticada. Portadores de HAS podem apresentar aumento da pressão arterial central, relacionada ao excesso de sódio, aumento da atividade simpática, alteração do barorreflexo e disfunção endotelial. O aumento da pressão arterial central está associada ao aumento da incidência de lesões de órgãos alvo, com conseqüente elevação da mortalidade cardiovascular. O objetivo do presente estudo foi verificar o comportamento da pressão arterial central de pacientes com HAS secundária à AOS. Tratou-se de um estudo observacional de corte transversal, realizado no Pronto-Socorro Cardiológico de Pernambuco (PROCAPE), no período de agosto/2015 a julho/2016. A amostra foi composta por 13 indivíduos, sendo 8 mulheres (61,5%) com diagnóstico de AOS leve e moderada. O presente estudo observou valores de PA central elevados, sem diferença significativa entre os indivíduos com AOS leve e moderada e ausência de associação entre o aumento do IAH e os valores de PA central. Uma importante limitação deste estudo piloto encontra-se no fato de ter sido avaliada uma pequena amostra e impossibilidade de triar pacientes portadores de AOS grave, os quais, possivelmente, apresentam maiores valores de PA central. A realização de novos estudos com a mesma temática e amostras maiores são necessários para identificar a possível correlação entre a piora da AOS e a piora do prognóstico cardiovascular, avaliado através da PA central.

Palavras-chave: apneia do sono; pressão arterial; hipertensão.

Projeto de Pesquisa: Papel do Exercício Físico Aplicado aos Portadores de Doenças Cardiovasculares e Apneia do Sono.

CORRELAÇÃO DO NÍVEL DE OSTEOARTROSE DE JOELHO COM A ALTERAÇÃO DO EQUILÍBRIO E A QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES IDOSOS

Gabriella Ângela Barbosa da Silva; Érica Patrícia Borba Lira Uchôa²

¹ Acadêmica de Fisioterapia da. Email: gabriella-angela@hotmail.com

² Professora do Curso de Fisioterapia da. Email: ericauchoa@gmail.com

O envelhecimento é um processo contínuo, o qual resulta em uma série de alterações fisiológicas e bioquímicas. É nesta fase, também, que começam a surgir às múltiplas patologias recorrentes e comuns a esse período. Devido às mudanças demográficas na estrutura da população brasileira caracterizada pelo aumento da população idosa e conseqüentemente aumento na incidência de doenças reumáticas crônicas, como a osteoartrose (OA). A OA é considerada na atualidade como uma das doenças reumáticas degenerativas mais comuns, que afeta principalmente as articulações sinoviais, ocasionando degradação da marcha, equilíbrio e da qualidade de vida nesses indivíduos. Este estudo teve como objetivo correlacionar os níveis de osteoartrose de joelho com a alteração do equilíbrio e a qualidade de vida em pacientes idosos. Este projeto está vinculado à Universidade Católica de Pernambuco ao Centro de Ciências Biológicas e Saúde e ao curso de Fisioterapia. É um estudo do tipo observacional, descritivo de corte transversal e foi realizado na Clínica Escola *Corpore Sano* da referida instituição. Fizeram parte da amostra 19 idosos, de 60 a 70 anos, portadores de OA de joelho, de ambos os sexos e foram excluídos pacientes com comprometimento cognitivo, perda de visão, além de patologias prévias. A avaliação foi composta por vários questionários, entre eles, o questionário socio-demográfico, a Escala Visual Analógica (EVA), a Escala de Berg Balance, o Teste de Tinetti, o Time Up Go Teste (TUGT), a Escala Algorfuncional de Lequesne, o SF-36 e o WHOQOL-Bref. Os dados foram submetidos a uma análise estatística para a qual foi utilizado software R versão 3.2.4 revisado (2016), com valores de significância ($p < 0,05$). Os resultados encontrados 88,88% eram do sexo feminino, com média de idade de 66,78 anos, a média do índice de massa corpórea dos pacientes foi 29,32kg/m², faziam uso de medicamentos 66,67% e apresentavam o diagnóstico de OA em média de 4,06 anos. A média do escore da EVA referido pelos pacientes foi de 5,11, considerada como dor moderada. O teste de Tinetti apresentou como resultado um escore médio de 19, indicando risco moderado a alto de queda, na escala de BERG obteve-se uma média de 40,95 indicando ausência de déficit de equilíbrio, a média de tempo durante o TUG Test foi de 22,56 indicando redução da capacidade funcional e no Lequesne obteve-se como resultado 12,53, que é considerado como muito grave. O SF-36 apresentou a menor pontuação no domínio de Dor (46,17); já no WHOQOL-Bref, o domínio com a menor pontuação foi de Meio Ambiente (12,53). Entre os domínios do SF-36 e a EVA, obteve-se que apenas o domínio Dor foi estatisticamente significativa ($p = 0,027$), porém não houve significância ao se relacionar à EVA com nenhum dos outros aspectos avaliados. Entre a escala Lequesne e a escala Berg houve correlação negativa significativa ($p = 0,022$), entre a escala Lequesne e o Teste Timed up and go houve correlação positiva significativa ($p = 0,011$), porém não houve correlação entre as escalas Lequesne, Teste Tinetti, SF-36 e WHOQOL-Bref. Conclui-se que os achados encontrados no presente estudo dão indícios que a OA de joelho é uma condição significativamente limitante, a qual interfere de forma substancial na qualidade de vida, assim como no comprometimento do equilíbrio, da marcha e da capacidade funcional.

Palavras-Chave: osteoartrose; equilíbrio; qualidade de vida; idosos

Projeto de Pesquisa: Recursos de Avaliação e Intervenção Fisioterapêuticos em Alterações Osteomioarticulares na Saúde de Indivíduos Adultos e Idosos.

RISCO DE TRANSTORNO MENTAL ENTRE ADOLESCENTES GRÁVIDAS E NÃO GRÁVIDAS ATENDIDAS NA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.

Gabrielle Lins Serra¹; Moab Duarte Acioli²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS - UNICAP; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: leda_gondim@hotmail.com

²Professor Doutor do Curso de Medicina do CCBS e da Pós-graduação em Ciências da Linguagem – UNICAP; E-mail: mbacioli@uol.com.br

Existem diferenças no risco de desenvolver transtorno mental entre adolescentes grávidas e não grávidas? Pesquisar a suspeição de transtorno mental, o risco relativo e correlacionar os principais grupos sintomatológicos entre grávidas e não grávidas. É uma pesquisa quantitativa e de caso-controle, desenvolvida na Unidade Básica de Saúde COHAB-Peixinhos em Olinda, Pernambuco. A amostra foi de conveniência e dividida entre 22 adolescentes grávidas e 22 adolescentes não grávidas, perfazendo um total de 44 indivíduos. Foi aplicado um “screening”, o QMPA, e realizada uma análise estatística descritiva em torno dos corpus de dados. Tanto as grávidas como as não grávidas, apresentaram uma suspeição de transtornos mentais igualmente em torno de 64%, não havendo risco relativo posto ele caracterizar-se por 1:1. Esses dados encontram respaldo na literatura científica. Por fim, a análise dos grupos sintomatológicos do QMPA entre grávidas e não grávidas mostra que, entre as 14 grávidas suspeitas, existem predominantemente sintomas de álcool e drogas em 8 indivíduos, havendo entre essas 6 referências conjuntas ansiedade e, depressão e entre as não grávidas, um predomínio do binômio ansiedade e depressão entre 10 de 14 indivíduos. Em se tratando da Relação de Prevalência (RP), existe para álcool e drogas uma RP de 1,49 grávidas: 1 não grávida e no caso de ansiedade/depressão uma RP de 1,66 não grávida: 1 grávida. Não existe um risco geral para o desenvolvimento de transtorno mental entre as adolescentes grávidas e não grávidas estudadas, porém um risco específico relacionado primordialmente a álcool e drogas entre as grávidas, e entre as não grávidas, ansiedade e depressão.

Palavras-chave: adolescentes; transtornos mentais; gestação na adolescência.

Projeto de Pesquisa: Transtornos Mentais em Adolescentes Grávidas Atendidas em Unidades de Saúde da Família em Olinda, Pernambuco: um Estudo Epidemiológico e Discursivo.

REDUÇÃO DE DANOS: ASPECTOS ÉTICOS E CONCEITUAIS

Geyse Marinho Falcão¹; Sergio Grigoletto²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: eyse_marinho@hotmail.com

²Professor do Programa de Mestrado e do Curso de Teologia do CCBS E-mail: ergiogrigoleto@gmail.com

A primeira medida enquadrada como Redução de Danos (RD) é datada de 1920 na Inglaterra, onde usuários de heroína injetável passaram por uma experiência sem sucesso dessa nova política. Posteriormente houve outras tentativas de implementá-la, sendo, a partir delas, aprimorada até que em 1989 na cidade de Santos, em São Paulo, foram criadas estratégias baseadas na RD a fim de combater o crescente número de transmissão de doenças infectocontagiosas. Ao contrário do modelo anterior de “Guerra às Drogas”, a RD afasta-se de julgamentos morais e visa diminuir as consequências negativas associadas ao uso de drogas aceitando o indivíduo “em seus próprios termos” e com respeito a sua individualidade. A falta de conceitos claros acerca da RD é uma barreira para a construção de estratégias mais eficazes que beneficiem os usuários. O objetivo geral do trabalho consiste em pesquisar a política de Redução de Danos a partir de suas formas e conceitos. Quanto aos objetivos específicos, esses consistem em conhecer as formulações e conceitos e a importância da RD na saúde pública. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, tendo sido, a princípio, realizada uma revisão bibliográfica e análise documental. Em seguida foram analisados dados históricos acerca da RD. Logo após, foram seguidos determinados passos: exposição do método, construção do desenho metodológico e escolha dos procedimentos, apresentação do percurso da pesquisa, análise explicativa das soluções e, por fim, síntese integradora das soluções. Foram analisados projetos, planos e normativas relativas ao tema elaborados pelo Governo Federal, dentre eles: Política Integral de Atendimento a Usuário de Álcool e Drogas (2003) e Plano Nacional de atendimento a Usuário de Drogas (2005). A partir da análise documental, pode-se perceber que a RD vem sendo cada vez mais aceita entre os pesquisadores contemporâneos. A partir das experiências dos locais que adotam essa estratégia, ela vem sendo aprimorada a fim de obter melhores resultados com os usuários de drogas. Entretanto, ainda são percebidos diversos obstáculos acerca dessa política. Destacam-se, por exemplo, a periodicidade governamental em relação à distribuição de verba para o desenvolvimento adequado do trabalho dos profissionais, o preconceito sofrido pelos usuários, além da falta de adesão dos mesmo por não quererem ou não conseguirem desvincular-se do vício. A estratégia de RD trabalha levando em consideração que os usuários são diferentes, portanto, tem necessidades diferentes de tratamento. Por exemplo, a população em situação de rua é um grupo que tem amplo acesso às drogas e fica exposto a diversas situações danosas apresentando altos índices de transmissão de doenças infectocontagiosas a partir de práticas sexuais de risco e, principalmente, através do compartilhamento de materiais – como seringas – no uso das drogas. A partir dessa dificuldade, o programa o Consultório de Rua foi desenvolvido, a fim de atender a demanda dessa população através de prestação de serviços de saúde e, principalmente, pela criação de vínculos com essa população para que se estabeleça um tratamento adequado a esses indivíduos. Percebe-se, portanto a importância da discussão da temática para que possa ser, cada vez mais, aceita entre os profissionais, além do aprimoramento dessas estratégias para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade a fim de que aumente a demanda de usuários que aceitem e se beneficiem da política de Redução de Danos.

Palavras-chave: política; cuidados em saúde; drogas; saúde pública;

Projeto de Pesquisa: Redução de Danos: Humanismo, Pragmatismo ou Ideologia?

EFEITOS DA MOBILIZAÇÃO COM MOVIMENTO (MWM) NA DOR LOMBAR INESPECÍFICA

Jéssica Malena Pedro da Silva¹; Paulo Henrique Altran Veiga²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde. Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: jessicamalena94@hotmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde. E-mail: paulohveiga@gmail.com

A dor lombar ou lombalgia é considerada um problema de saúde pública devido a sua alta incidência. Está entre as principais causas de incapacidades funcionais. O tratamento com a fisioterapia reduz este índice e utiliza como recurso terapêutico as técnicas de terapia manual, como a mobilização com movimento de Mulligan (MWM) que emprega um deslizamento transversal sustentado ao processo espinhoso de uma vértebra quando o movimento restrito da articulação for executado ativamente. Avaliar se a técnica de mobilização com movimento tem influência na dor lombar inespecífica através da análise da amplitude de movimento articular e grau de dor entre os grupos experimental e controle. Esta pesquisa experimental é um Ensaio Clínico Randomizado duplo-cego, de corte transversal e semiquantitativo. Foram entrevistados 188 indivíduos de ambos os sexos, entre 18 a 60 anos de idade que referiam dor lombar, dos quais apenas 19 voluntários compuseram a amostra, sendo randomizados igualmente entre: grupo 1 experimental (submetidos à técnica de MWM mais exercícios orientados) e grupo 2 controle (submetidos apenas aos exercícios orientados). E avaliados quanto à dor através da escala visual analógica (EVA) e teste de Roland-Morris; e a amplitude de movimento (ADM) mensurada pelo goniômetro universal e teste de Schöber; antes e após o tratamento. Os dados coletados foram analisados para inferência estatística utilizando o T de Student com significância em 5% ($p < 0,05$). Observou-se, através da análise estatística pareada, uma diminuição significativa da dor, principalmente do grupo 1 experimental ($p = 0,0001^*$) em relação ao grupo 2 controle ($p = 0,0053^*$). Quanto à amplitude de movimento, houve ganho significativo nos dois grupos para o movimento de flexão lombar, com relevância para o grupo 1 experimental, que teve o $p = 0,0031^*$ na Goniometria e $p = 0,0085^*$ no teste de Schöber. **Conclusão:** A técnica de mobilização com movimento demonstrou efeito positivo para diminuição do quadro algico e limitante de movimento na dor lombar inespecífica. Fato que corrobora para sua associação no plano de tratamento para lombalgia. Os autores acreditam que a falta de significância estatística não-pareada da pesquisa, seja devido à quantidade de participantes, sugerindo estudos sobre o assunto com maiores amostras.

Palavras-chave: terapia manual; Mulligan; lombalgia.

Projeto de Pesquisa: Análise Dos Efeitos Da Manipulação Visceral Na Mobilidade Da Região Lombossacra.

AUMENTO DA MOBILIDADE LOMBAR ATRAVÉS DE MANIPULAÇÕES DO ÚTERO E DA BEXIGA

Joyce Pereira da Silva¹; Paulo Henrique Altran Veiga²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: jpereiras_s2@hotmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: paulohveiga@gmail.com

O útero e a bexiga possuem uma íntima relação com a coluna lombar através do peritônio. No sistema ligamentar de suporte desses órgãos, podem-se encontrar tensões que poderão causar várias disfunções, como: ovário policístico, dismenorreia, endometriose, incontinência urinária, entre outras, que podem modificar a postura das mulheres e interferir diretamente na coluna lombo-sacra. Diante disso, o presente estudo visa a verificar a influência do tensionamento dos ligamentos do útero e da bexiga sobre a hipomobilidade da coluna lombar. Então, entende-se como hipótese que, avaliando, identificando e tratando as tensões dos ligamentos, podemos obter melhoras nas restrições de movimento na coluna lombar. Identificar se existe relação entre disfunções do útero e da bexiga e a mobilidade da coluna lombar. Tivemos a participação de 30 mulheres sem afecções na coluna lombar que passaram por uma avaliação da amplitude de movimento (ADM) executada com a flexão da coluna lombar através do teste de Shober e ainda uma avaliação dos órgãos estudados. Após essas avaliações, todas as participantes foram submetidas a mobilizações das vísceras (útero e bexiga) e, por fim, submetidas novamente à avaliação da ADM lombar utilizando o mesmo teste. Nos grupos pré e pós-manipulações, foram encontrados aumentos estatisticamente significantes na mobilidade da coluna lombar. Em relação ao ligamento de *Cleyet*, presente em 60% das mulheres, foi constatada a não relação com a hipomobilidade do útero, da bexiga e da coluna lombar e nem com a dor durante as manipulações. Foi mostrado que a manipulação visceral do útero e da bexiga em mulheres sem dor lombar provocou aumento significativo na amplitude de movimento da coluna lombar.

Palavras-chave: osteopatia visceral; ligamento de *Cleyet*; peritônio.

Projeto de Pesquisa: Análise da manipulação visceral na mobilidade da região lombossacra.

SÍNTESE E AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DOS COMPOSTOS *N*- (BROMOFENIL)FTALIMIDA E *N*-(CLOROFENIL)FTALIMIDA

Júlia Borges de Jesus¹; Shalom Pôrto de Oliveira Assis²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; IC Voluntário. E-mail: borges95@hotmail.com

²Professora do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: shalomporto@yahoo.com.br

Considerando a importância químico-medicinal das imidas cíclicas, como as ftalimidas, e seus derivados (ASSIS *et al.*, 2013), o presente trabalho traz como objetivo central sintetizar e avaliar a atividade antimicrobiana de *N*-arilftalimidas com o intuito de encontrar fármacos cada vez mais eficazes e que sejam menos tóxicos ao indivíduo contra micro-organismos resistentes. A metodologia do trabalho foi formada por duas etapas. Na primeira etapa, foi feita a síntese orgânica dos compostos *N*-(bromofenil)ftalimida (**4a-c**) e *N*-(clorofenil)ftalimida (**4d-f**), enquanto que na segunda etapa, avaliamos a atividade antimicrobiana de tais compostos. Para a realização da síntese das *N*-arilftalimidas foram utilizadas quantidades equimolares de anidrido ftálico com amina aromática, sendo a reação processada sob refluxo de nitrobenzeno ou ácido acético, por 45 a 60 minutos. Depois o ácido acético foi evaporado e os produtos foram cristalizados, utilizando um solvente apropriado para cada composto. A cristalização foi realizada em etanol. Para a análise da atividade antimicrobiana dos compostos, os micro-organismos utilizados foram divididos em três grupos: bactérias Gram-positivas, bactérias Gram-negativas e fungo leveduriforme. Entre as bactérias Gram-positivas estão *Bacillus subtilis*, *Enterococcus faecalis* e *Staphylococcus aureus*. Quanto às bactérias Gram-negativas podemos citar *Escherichia coli*, *Klebsiella pneumoniae* e *Salmonella enterica*. E o único fungo utilizado foi a *Candida albicans*. Quanto a atividade antimicrobiana, o que se pode afirmar é que os derivados das posições *orto* e *meta* das *N*-(bromofenil)ftalimida e *N*-(clorofenil)ftalimida na concentração de 10 mg/mL, mostraram halo de inibição para as bactérias mencionadas acima, enquanto que os da posição *para*, na mesma concentração, não mostraram qualquer tipo de efeito antimicrobiano tanto para as bactérias quanto para o fungo. É importante ressaltar que todas as drogas (**4a-f**) apresentaram ótimos rendimentos e resultados comparáveis às drogas comerciais utilizadas como controle positivo, a vancomicina (bactérias) e o miconazol (fungos). Estudos mais detalhados serão realizados, com tais drogas, com o intuito de validar o uso antimicrobiano dos agentes ftalimídicos sintetizados neste trabalho.

Palavras-chave: *N*-arilftalimidas; ftalimidas; atividade antimicrobiana.

Projeto de Pesquisa: Síntese e Avaliação Antimicrobiana de *N*-Arlftalimidas.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E DE COMPORTAMENTO SEXUAL ENTRE ADOLESCENTES GRÁVIDAS ATENDIDAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM OLINDA, PERNAMBUCO

Lêda Maria de Albuquerque Gondim¹; Moab Duarte Acioli²

¹Estudante do Curso de Medicina do CCBS - UNICAP; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: leda_gondim@hotmail.com

²Professor Doutor do Curso de Medicina do CCBS da UNICAP e da Pós-Graduação em Ciências da Linguagem; E-mail: mbacioli@uol.com.br

A adolescência consiste em um período de aceleradas transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais, desencadeando processos de adaptação e maturação para os sujeitos. Essas adaptações, por sua vez, são interferidas por experiências estressógenas – a gravidez –, podendo acarretar distúrbios no equilíbrio do organismo e em sua condição de bem-estar e de saúde. Estudar comparativamente o perfil das adolescentes grávidas e não grávidas atendidas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Olinda, Pernambuco. Estudo quantitativo, retrospectivo e de caso-controle. A amostra incluiu 44 adolescentes entre 10 e 19 anos, sendo 22 grávidas e 22 não grávidas, acompanhadas pelas UBS de Peixinhos, Salgadinho, Vila Popular e Ilha de Santana, em Olinda. Foram aplicados o Questionário de dados sociodemográficos e de comportamento sexual e o Questionário de Morbidade Psiquiátrica em Adulto (QMPA), que sugere a suspeição de transtornos mentais. As análises estatísticas foram realizadas por teste qui-quadrado pelo Excel 2016. Entre as adolescentes, as grávidas predominam com idade ≥ 17 anos (47,7%) e em união (34,1%), enquanto as não grávidas são < 17 anos (34,1%) e sem união (34,1%). A iniciação sexual está presente em 77,27% das jovens, sendo os métodos contraceptivos nunca e nem sempre utilizados em 45,5% das grávidas e em 11,3% das não grávidas. Por fim, observa-se que há 63,6% das grávidas suspeitas de transtorno mental, sendo maior o não planejamento (45,5%) e a inconveniência (45,5%) da gestação nesse grupo. A gravidez na adolescência interfere na estruturação familiar, socioeconômica e comportamental das jovens, decorrente da atual e precoce liberdade sexual e da inversão de valores referentes ao culto do corpo e da sexualidade, sendo perceptível atualmente o culto ao prazer e o desconhecimento da educação sexual na sociedade, o que deve ser promovido pelos Sistemas de Saúde e de Educação. Assim, previnem-se fatores estressógenos na adolescência e, por sua vez, a redução do risco para transtornos mentais na gestação.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; epidemiologia; programa de saúde da família.

Projeto de Pesquisa: Transtornos Mentais em Adolescentes Grávidas Atendidas em Unidades de Saúde da Família em Olinda, Pernambuco: um Estudo Epidemiológico e Discursivo.

PERCEPÇÃO DA IMAGEM CORPORAL E AUTOCONCEITO RELACIONADO À APARÊNCIA E TRIBUTOS FÍSICOS DE CRIANÇAS QUEIMADAS EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

Líbni Micaely de Santana Santos¹; Cláudia Fonsêca de Lima²

¹Discente do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: libnisantofisioterapia@outlook.com

²Docente do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: claudinhaflima@hotmail.com

A lesão por queimadura pode gerar vários graus de complexidade, levando a comprometimentos no aparelho locomotor e nos aspectos emocionais da criança queimada, afetando sua imagem corporal e o autoconceito. Verificar o impacto da queimadura na percepção da imagem corporal e no autoconceito relacionado à aparência e atributos físicos de crianças queimadas em processo de reabilitação física em um hospital público de referência da cidade do Recife, Pernambuco. O estudo é de corte longitudinal, descritivo, realizado no ambulatório de Fisioterapia de um hospital público de referência ao tratamento de pacientes queimados na cidade do Recife-PE, no período de outubro de 2015 a abril de 2016, onde crianças com queimaduras foram avaliadas e após 3 meses reavaliadas seguindo os mesmos parâmetros iniciais. Após a assinatura dos termos de consentimento pelos responsáveis e assentimento pelas crianças, era realizada uma coleta de dados pessoais, clínicos e sociodemográficos, a partir do preenchimento de um questionário e pela leitura dos prontuários. Logo após, foi realizado um exame físico para verificação de alterações estéticas (Escala de Vancouver) e osteomioarticulares (Escala de triagem articular e muscular). Em seguida, foi realizada a avaliação da imagem corporal e do autoconceito, a partir da Escala de Avaliação da Percepção da Imagem Corporal e dos questionários KIDSCREEN-52, respectivamente. Participaram do estudo 11 crianças com idade entre 8 e 12 anos, no entanto, na segunda avaliação, apenas 10 pacientes participaram. As crianças apresentaram estar 'Mais ou Menos Satisfeita' com a sua imagem corporal, sendo 73% na primeira e 90% na segunda avaliação. A maioria delas apresentou 'Autoconceito Positivo', sendo 73% na primeira e 80% na segunda avaliação. Poucas alterações na satisfação com a imagem corporal ou no autoconceito foram observadas nas duas avaliações, no entanto, na segunda avaliação houve uma tendência à redução da satisfação com a imagem corporal e tal fato parece estar associado à maior incidência de cicatrização patológica observada na amostra.

Palavras-chave: crianças, queimaduras, imagem corporal, cicatriz.

Projeto de Pesquisa: Atenção Fisioterapêutica no Sistema Tegumentar – Avaliação e Intervenção.

REDUÇÃO DE DANOS: O QUE DIZ A CLIENTELA SUBMETIDA A ESSA POLÍTICA

Maria Eduarda Calado Macêdo¹; Marcus Túlio Caldas²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Bolsista PIBIC CNPq.
E-mail: dudacaladoo@hotmail.com

²Professor do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail:
marcus_tulio@uol.com.br

A redução de danos caracteriza-se como uma política de saúde que atua na perspectiva transdisciplinar, propondo reduzir os prejuízos de natureza biológica, social e econômica do uso de drogas. No Brasil, a redução de danos teve a primeira experiência em 1989, na cidade de Santos, com a distribuição de seringas estéreis entre usuários de drogas injetáveis. Desde então, muitos estados brasileiros tem desenvolvido ações que visam a promover a aderência tanto da sociedade, quanto dos usuários e profissionais da saúde à política de Redução de Danos. Assim, o projeto consistiu em pesquisar a política de Redução de Danos, investigando os aspectos históricos, seus conceitos e formulações e compreendendo as ações dessa política a partir da experiência de usuários envolvidos nessa prática. O método, em uma primeira etapa, utilizou a pesquisa bibliográfica buscando investigar os fundamentos históricos e conceituar a política de Redução de Danos. Em seguida, tendo como instrumentos a entrevista narrativa e o diário de campo, pesquisamos a experiência de 10 usuários que foram submetidos à política de redução de danos a partir do ano de 2005. A análise dos resultados se deu a partir das Unidades de Significado propostas por Amedeo Giorgi. Visando a facilitar a apresentação dos resultados agrupamos as unidades de sentido que se assemelhavam, caracterizando cada uma delas com recortes das falas dos entrevistados e, posteriormente, elaboramos uma síntese dos resultados. Acreditamos que a aceitação quase incondicional da redução de danos pelos usuários, se deveu à possibilidade de uma postura mais ativa diante do tratamento. O acolhimento e a compreensão nas dificuldades de manter a abstinência também se mostraram aspectos extremamente relevantes. Quanto à pergunta título do nosso projeto, creio que os usuários veem a redução de danos como uma política humanista, devido aos aspectos positivos que tal política trouxe para sua saúde e convivência social, bem como da restauração de sua autoestima e dignidade, e pragmática pelo desenvolvimento de diversas estratégias que adotadas a fim de minimizar os prejuízos causados pelo uso da droga. Por fim, ressaltamos que a redução de danos ainda é pouco conhecida pela sociedade como um todo, assim, é essencial que haja uma maior divulgação e promoção ao conhecimento sobre tal política, não só para os usuários do serviço e profissionais de saúde, mas sim para toda a sociedade.

Palavras-chave: políticas públicas, redução de danos, experiência, fenomenologia, usuários, unidade de sentido.

Projeto de Pesquisa: Redução de Danos: o que diz a Clientela Submetida a essa Política.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA EM PORTADORES DE APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO

Maria Helena Alves Gerônimo¹; Flávio Maciel Dias de Andrade²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: helenaaag2@gmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: ftflaviomaciel@yahoo.com.br

A apneia obstrutiva do sono (AOS) caracteriza-se pela interrupção periódica da ventilação alveolar, no período de sono, com duração maior ou igual a 10 segundos. Os períodos repetitivos de hipoxemia, hipercapnia e aumento da negatividade da pressão pleural evidenciados na AOS provocam alterações hemodinâmicas, desregulando o controle pressórico durante o sono, contribuindo para instalação de níveis elevados e sustentados de pressão arterial (PA). Logo, a AOS é um fator independente para surgimento da hipertensão arterial sistêmica (HAS). O estudo visou a identificar a prevalência de HAS em portadores de AOS, buscando verificar uma possível associação entre o grau de severidade de ambas as patologias. Tratou-se de um estudo observacional de corte transversal, realizado no Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco (PROCAPE). A amostra foi composta por 34 indivíduos, sendo 22 mulheres, triados a partir do Laboratório do Sono e Coração da referida instituição. Os pacientes foram diagnosticados com HAS através da Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA), apresentando PA \geq 140 x 85 mmHg. A AOS foi identificada através da polissonografia completa, sendo os indivíduos divididos em três grupos de acordo com o índice de apneia e hipopneia (IAH): AOS leve (5 a 14,9 eventos/hora), moderada (15 a 29,9 eventos/hora) e grave (\geq 30 eventos/hora). Através dos estudos de correlação entre IAH e os dados obtidos na MAPA foi possível observar moderadas associações positivas entre a gravidade da AOS (representada pelo aumento do IAH) e os níveis de PAS tanto durante a vigília, quanto durante o sono. Este dado confirma a relação entre o grau de repetibilidade dos eventos patológicos sobre o sistema cardiovascular (hipoxemia, hipercapnia, aumento da negatividade da pressão intratorácica, aumento da atividade simpática, alteração do barorreflexo, aumento da resposta inflamatória vascular, entre outros), ocorridos na AOS e o surgimento e agravamento da HAS. O presente estudo demonstrou um aumento da prevalência de HAS no subgrupo de portadores de AOS, sendo esta mais grave à medida que a AOS progride, notadamente nos pacientes com AOS grave.

Palavras-chave: Apneia do sono; Distúrbios respiratórios do sono; Hipertensão.

Projeto de Pesquisa: Papel do Exercício Físico Aplicado aos Portadores de Doenças Cardiovasculares e Apneia do Sono.

EFEITOS DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA FUNCIONAL SOBRE O ESTRESSE OXIDATIVO E PARÂMETROS BIOQUÍMICOS EM PACIENTES CRÍTICOS

Marthley José Correia Costa¹; Eduardo Eriko Tenório de França²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: marthleycosta@gmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: edueriko@hotmail.com

Pacientes na unidade de terapia intensiva (UTI), frequentemente necessitam de ventilação mecânica (VM) por período prolongado devido a doenças subjacentes. Esses pacientes são vulneráveis ao descondiçãoamento físico, uma vez que também estão sob efeitos adversos de medicamentos e restritos ao leito. A inatividade no leito contribui para que essa população curse com anormalidades neuromusculares e, conseqüentemente, a fraqueza muscular adquirida na UTI. Além disso, resulta na diminuição da sensibilidade à insulina e hiperglicemia. Como forma de prevenção aos efeitos deletérios desta fraqueza destaca-se a estimulação elétrica funcional (FES), que atua como um agente regulador da inflamação e da função muscular, bem como regulador da captação da glicose decorrente ao aumento da atividade contrátil. O objetivo é analisar a repercussão da FES sobre o estresse oxidativo e parâmetros bioquímicos em pacientes críticos. Trata-se de um ensaio clínico, controlado e randomizado, com uma amostra composta por 19 pacientes, de ambos os gêneros, internados na UTI do Hospital Agamenon Magalhães (HAM), em VM por período menor que 48 horas. Os pacientes foram divididos em dois grupos: o grupo intervenção (GI), o paciente realizou uma sessão de FES no ventre muscular do quadríceps, de ambos os membros, durante 20 minutos, e o grupo controle (GC), não realizou nenhum tipo de intervenção terapêutica. Foram utilizados 10 mL de cada coleta de sangue para serem avaliados os parâmetros bioquímicos e a análise do óxido nítrico (ON). Não foi encontrada diferença nas variáveis demográficas entre os dois grupos estudados, mostrando a homogeneidade entre eles. Em relação aos parâmetros bioquímicos não foi encontrada diferença significativa comparando o antes e o após a aplicação da FES. Contudo, houve uma tendência à redução da enzima creatina quinase (CK), que atua como marcador inflamatório, no grupo da eletroestimulação. Com relação ao ON, houve uma redução significativa tanto na relação intragrupo quanto na relação intergrupo, para aquela população que realizou a intervenção. Portanto, a utilização do protocolo de intensidade moderada da eletroestimulação foi suficiente para atenuar o dano muscular, mensurado pelo estresse oxidativo, através do óxido nítrico (NO), bem como demonstrado por intermédio do marcador bioquímico CK.

Palavras-chave: Unidade de terapia intensiva; imobilização; estresse oxidativo.

Projeto de Pesquisa: Intervenções Terapêuticas Aplicadas ao Tratamento das Afecções Cardiorrespiratórias

EFICÁCIA DA ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA FUNCIONAL (EEF) NO MÚSCULO TIBIAL ANTERIOR EM PACIENTES COM NEUROPATIA DIABÉTICA DE MEMBROS INFERIORES

Matheus Gustavo Silva Magalhães¹; Silvana Maria de Macêdo Uchôa²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do CCBS; IC Voluntário. E-mail: matheus_gusttavo94@hotmail.com

²Professora do Curso de Fisioterapia do CCBS; E-mail: silvanammu@gmail.com

A diabetes mellitus é uma doença metabólica de alteração sistêmica decorrente da falência parcial ou total na produção de insulina. A neuropatia diabética compromete alguns nervos periféricos que podem ser lesionados em função de alterações vasculares e/ou metabólicas, gerando complicações sensitivas. Para o tratamento dessas alterações, a fisioterapia é um coadjuvante, a qual pode utilizar técnicas como a Estimulação Elétrica Funcional (EEF). A presente pesquisa visou a analisar a eficácia da EEF no trofismo do músculo tibial anterior e na sensibilidade tátil em neuropatas diabéticos. O estudo foi quasi-experimental de corte transversal e com número de CAAE: 09993313.4.0000.5206. A amostra foi por conveniência e composta por cinco voluntários. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os mesmos foram avaliados quanto à sensibilidade tátil da região plantar dos pés com a utilização do monofilamento Semmes-Weinstein de cor azul (0,2g) e quanto ao trofismo do músculo tibial anterior, através da realização de perimetria com fita métrica. Após isso, foi realizada a intervenção, no período de oito semanas, com a EEF nos pontos motores do músculo tibial anterior. A amostra da atual pesquisa foi composta por cinco voluntários, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idade média de 63 anos. Na avaliação sensitiva realizada com o monofilamento de cor azul (0,2g), foi possível observar que, no pé direito, houve melhora da sensibilidade, principalmente nos pontos de hálux, antepé medial e calcanhar, e no pé esquerdo no ponto referente ao hálux. Na avaliação perimétrica realizada a 5 cm acima do maléolo lateral direito, notou-se aumento de 0,28 cm, enquanto que, nas outras mensurações, houve redução das medidas, sugerindo presença de edema de membros inferiores. É sugerido que a intervenção fisioterapêutica realizada pode ser adequada na melhora da sensibilidade tátil da região plantar dos pés e no ganho de trofismo para o referido músculo, porém devido ao tamanho da amostra e a escassez de estudos na área, faz-se necessário a realização de mais pesquisas para obtenção de resultados mais expressivos.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Pé Diabético; Polineuropatias.

Projeto de Pesquisa: Intervenção fisioterapêutica em indivíduos com alterações motoras e/ou sensitivas.

.A AÇÃO ARENDTIANA NO PLANTÃO PSICOLÓGICO

Rafaela dos Santos Silva¹; Simone Dalla Barba Walckoff²

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde- CCBS; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: s.rafaela.psicologia@gmail.com

²Professor do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: simonewal@ig.com.br

O presente trabalho objetivou compreender a ação, conforme entendida por Hannah Arendt, no plantão psicológico. Levantou-se o caráter histórico do plantão psicológico e suas raízes no aconselhamento psicológico, assim como a tematização do que é a ação em Arendt e sua diferenciação do que tem sido compreendido historicamente pela filosofia. Assim, foi proposto como problema para a pesquisa: “Como a ação aparece no plantão psicológico?” Trata-se de uma pesquisa qualitativa, participativa do tipo interventivo. Os participantes da pesquisa foram pacientes atendidos no plantão psicológico no primeiro semestre do ano de 2016 na Clínica de Psicologia Manoel de Freitas Limeira da Universidade Católica de Pernambuco e que aceitaram participar de três encontros nos quais foi utilizada uma atividade de colagem baseada na técnica “SoulCollage”. A atividade foi proposta com o intuito de favorecer a fala sobre as experiências com o Atendimento do Plantão Psicológico. Os participantes foram convidados a falar sobre como chegaram ao atendimento e o que ocorreu em suas vidas após este momento. Foram realizados três encontros com o grupo, e o material utilizado para este trabalho foi retirado do diário de bordo das duas plantonistas que participaram do grupo (pesquisadora e psicóloga). Para análise dos dados, foi aplicado o método de constelações de significado de Szymanski. A análise dos diários de bordo favoreceram o surgimento de três constelações de significado, intituladas: Como aparece o plantão, que retrata os relatos dos pacientes sobre como veem a figura do plantonista e como o atendimento do plantão psicológico aparece para eles. A segunda constelação traz os motivos para a vinda ao atendimento do plantão psicológico, e a terceira constelação, intitulada o aparecimento da ação arendtiana, trata dos relatos das mudanças percebidas pelos pacientes em suas vidas após os atendimentos. A presente pesquisa concluiu que a ação ocorreu na vida dos participantes como mudança/rompimento, aparecendo em seus relatos e sendo relacionada com o atendimento psicológico. Também foi compreendido que ação, embora presente nesses casos não esteja sujeita ao plantão, não havendo uma direção direta, nem uma via de regra de como fazer para que o novo irrompa.

Palavras-chave: Ação Arendtiana, Plantão Psicológico

Projeto de Pesquisa: A atenção psicológica à ação arendtiana no plantão psicológico.

AVALIAÇÃO DO QUADRO ÁLGICO EM PACIENTES COM ISQUEMIA CRÔNICA PRÉ E PÓS INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Raissa Chiara Freire Coimbra¹; Silvana Maria de Macedo Uchôa²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: Raissa565@gmail.com

²Professora do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: Silvanammu@gmail.com

A Isquemia Crônica é caracterizada como uma patologia que, além de promover diminuição da perfusão nos membros, também apresenta como sintoma dor ao realizar alguma atividade física a qual cessa durante o repouso, caracterizando a claudicação intermitente que é um sinal patognomônico da doença arterial obstrutiva periférica. A dor isquêmica apresenta-se como intensa, difusa e espasmódica e é considerada como uma das piores dores. Além desse processo algico, outros sintomas podem se manifestar, tais como: câimbras musculares, fraquezas nos membros inferiores e parestesias, localizadas na panturrilha, coxas e nádegas. Este trabalho teve como objetivo avaliar o quadro algico em pacientes com isquemia crônica através de escalas e questionários aplicados para verificar os efeitos advindos do tratamento proposto. Para avaliação do quadro algico em pacientes com isquemia crônica, foram utilizadas a Escala Visual Analógica e o Questionário de McGill, realizados antes e após a intervenção. Os pacientes foram submetidos a 10 sessões da técnica de alisamento profundo, procedimento de massagem que visa à melhora na hemodinâmica arterial e venosa no membro com isquemia crônica. Caso 1: alcançou resultados positivos quanto ao quadro algico visto que, na avaliação inicial o escore da escala de E.V.A foi (5 pts.) e final (3 pts.) e no Questionário de McGill foi inicialmente o índice de dor total de (52 pts.) e final (34 pts.). No caso 2: os resultados obtidos na escala de E.V. A foi inicialmente (3 pts.) e final (2 pts.) e, no Questionário de McGill, o escore do índice de dor total inicial foi (52 pts.) e o final (24 pts.). Além da redução da dor, os pacientes relatam também melhora no sono e diminuição das câimbras noturnas, com isso conclui-se que a avaliação da dor através das escalas e questionários demonstram que os efeitos advindos da utilização da técnica de alisamento profundo trouxe benefícios para os pacientes com a patologia, e promoveu um maior conforto e melhora na qualidade de vida.

Palavras-chave: 1. Isquemia Crônica, 2. Dor, 3. Escala.

Projeto de Pesquisa: “Intervenção fisioterapêutica em indivíduos com alterações motoras e/ou sensitivas”.

OBTENÇÃO DE QUITOSANA MICROBIOLÓGICA E AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA NA ATIVIDADE ANTIFÚNGICA

Raphaella von Sohsten Calabria Lima¹; Galba Maria de Campos-Takaki²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro - CCBS; Voluntária. E-mail: raphaella.vonsohsten@outlook.com

²Professora do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas da Saúde CCBS; E-mail: galba_takaki@yahoo.com.br

Recentemente, a quitosana vem despertando bastante interesse devido à sua aplicação em produtos alimentícios farmacêuticos, principalmente devido à atividade antifúngica. Este biopolímero apresenta propriedades interessantes, tais como, solubilidade em meio fisiológico, que leva a formação de filmes, podendo ser utilizado como matrizes para liberação controlada de fármacos ou incorporação de substâncias com propriedades microbianas para melhorar a segurança e a vida útil dos alimentos. Além disso, destaca-se que 8% das infecções hospitalares são causadas por fungos, principalmente, *Candida albicans*. A quitosana é um polímero constituído, em sua maioria, por unidade de D-glicosamina, produto obtido através da desacetilação da quitina. A quitosana pode ser extraída a partir do exoesqueleto de crustáceos como o camarão, e fungos como *Cunninghamella elegans*. A vantagem de se utilizar quitosana microbiológica reside no seu caráter não alergênico. Esse trabalho teve como objetivo obter quitosana a partir da biomassa de *Cunninghamella elegans* e avaliar a sua eficiência na atividade antibiótica contra leveduras. A obtenção da biomassa produzida no meio de cultura contendo resíduo agroindustrial (milhocina, e óleo de soja pós-fritura), na condição selecionada do planejamento fatorial DCCR de 2². A extração da quitosana foi realizada através do tratamento alcali-ácido. A caracterização da quitosana foi realizada investigando a massa molecular (em preparação), grau de desacetilação e a avaliação da atividade antifúngica (CMI), analisada através do método CLSI em microplacas. Como resultado final, foi obtido 12,5g/L de biomassa, sendo extraídos 75,41mg de quitosana com excelente grau de desacetilação de 77,4%, confirmado pela atividade antifúngica contra as leveduras: *Candida albicans*, *Candida pelliculosa*, *Candida tropicalis* e *Candida guilliermondii*.

Palavras-chave: Atividade antimicrobiana, *Cunninghamella elegans*, Efeitos Fungistático e Fungicida

Projeto de Pesquisa: Produção biotecnológica de quitina e quitosana por amostras de *Cunninghamella* usando substratos agroindustriais e desenvolvimento de nanofibras.

EFEITO CRÔNICO DA MOBILIZAÇÃO DE MAITLAND NA PELVE, EM INDIVÍDUOS ADULTO-JOVENS SEDENTÁRIOS.

Roberto Barros Amorim Alvares¹; Uchôa, Érica Patrícia Borba Lira²

¹Acadêmico de Fisioterapia da Universidade Católica de Pernambuco. Email: robertobarros.fisio@gmail.com

²Professora do Curso de Fisioterapia da UNICAP, E-mail: ericauchoa@gmail.com

A pelve é formada por quatro ossos (sacro, cóccix e os dois ilíacos), e tem dentro da sua biomecânica os movimentos de inclinação anterior e posterior. Quando esses movimentos se fixam, transformam-se em lesões e todas as saliências ósseas deslocam-se em relação ao lado oposto, sendo suficiente a comparação para diagnóstico de lesão ilíaca anterior e lesão ilíaca posterior. Para correção dessas lesões na fisioterapia, se faz muito uso da terapia manual; e, dentro dela existe o Conceito Maitland, desenvolvido pelo fisioterapeuta australiano Geoffrey D. Maitland, que se utiliza de técnicas de mobilizações articulares com intuito de diminuir o quadro algíco, melhorar a movimentação e diminuir as disfunções do jogo articular. Avaliar efeito crônico da mobilização articular do tipo volante pélvico pelo método Maitland, em adulto-jovens sedentários com alteração postural da crista ilíaca. É um estudo do tipo observacional, descritivo de corte transversal e fizeram parte da amostra 12 indivíduos, com idade entre 21 e 32 anos, sedentários e com alteração de mobilidade da crista ilíaca. Foram excluídos indivíduos que apresentassem patologias associadas, lombalgia e trauma na região pélvica. A avaliação foi composta pela coleta de dados sócioclínicos, avaliação postural e pelo SAPO®, *Software para Avaliação Postural*. A intervenção foi realizada através da aplicação da mobilização tipo volante pélvico de Maitland. Por fim, os dados foram submetidos a uma análise estatística na qual utilizado o software R revisado (2016) na versão 3.2.4 com grau de significância do estudo ($p < 0,05$). Verificou-se que a média de idade foi de 23,75 anos, com média de peso de 85,83 Kg, altura 1,68m e IMC de 30,04Kg/m². Em 83,33% dos indivíduos foi detectada hipomobilidade ilíaca à esquerda, sendo a maioria em posterioridade. O volante pélvico foi realizado em apenas uma sessão em 10 indivíduos e 5 sessões em 2 indivíduos, em que houve correção logo após a aplicação das sessões, porém a correção não se manteve após um mês da 5ª sessão, quando a hipomobilidade se manteve. A mobilização tipo volante pélvico de Maitland em adulto-jovens sedentários, no presente estudo, não se mostrou eficaz em seu efeito crônico, porém mostrou eficácia de forma aguda.

Palavras-Chave: pelve; mobilização; Maitland

Projeto de Pesquisa: Recursos de Avaliação e Intervenção Fisioterapêuticos em Alterações Osteomioarticulares na Saúde de Indivíduos Adultos e Idosos.

UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DE ALISAMENTO NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM ISQUEMIA CRÔNICA

Stella Araújo Fonzar Hernandez¹; Silvana Maria de Macêdo Uchôa²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do CCBS; Bolsista UNICAP.

E-mail: stellafonzar92@hotmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do CCBS; E-mail: silvanammu@gmail.com

A doença arterial obstrutiva crônica caracteriza-se pela diminuição ou ausência do fluxo arterial levando assim a uma isquemia tecidual. Essas doenças arteriais acometem de 10 a 25% da população acima de 55 anos e aumentando essa probabilidade com o decorrer da idade. Dentre os fatores de risco destacam-se idade avançada, tabagismo, hipertensão arterial, diabetes e dislipidemias. A isquemia crônica é definida por uma obstrução parcial do fluxo arterial, trazendo complicações como claudicação intermitente, dor neuropática isquêmica e edema. A claudicação intermitente é o sinal patognomônico da isquemia crônica e cursa com uma alteração no padrão da marcha caracterizada pela fadiga ou câimbra na musculatura da panturrilha, coxa e glúteo durante a deambulação. Verificar a eficácia do alisamento na melhora da hemodinâmica em pacientes com isquemia crônica. Dessa forma, retarda procedimentos de revascularizações e amputação do membro acometido. A avaliação será realizada com base do Questionário de Claudicação de Edimburg, Teste de marcha, perimetria do membro inferior, local e frequência da dor. A intervenção utilizada é a massoterapia com a técnica de alisamento no sentido centrípeto e centrífugo no membro inferior afetado. Foram realizados 10 intervenções de 40 minutos 2 vezes na semana. Houve uma melhora significativa da perimetria (2,2 cm \pm 1,3), diminuição da frequência de dor (7vez/sem - 1vez/sem) e a diminuição da gravidade da claudicação (de grave para leve) por um voluntário. Não houve mudanças significativas entre o teste de marcha pré e pós-intervenção. Mesmo não havendo melhora estatística do padrão de marcha, clinicamente os voluntários cursaram com diminuição de dor e edema dos membros inferiores isso faz com que melhore a qualidade de vida desses pacientes que, a partir de então, buscarão uma melhora de mobilidade e da dependência funcional. Além de incrementar as técnicas fisioterapêuticas na Isquemia Crônica e a implementação da massoterapia nos atendimentos fisioterapêuticos nas prática clínicas. Pois é um técnica de baixíssimo custo, sem contra indicações significativas que pode ser realizado tanto no ambiente hospitalar quanto ambulatorial. Este estudo vem com um propósito de demonstrar a importância da massoterapia em patologias crônicas, uma vez que é uma técnica subutilizada pelos profissionais da nossa área.

Palavras-chave: Claudicação Intermitente; Edema; Prevenção Secundária.

Projeto de Pesquisa: Intervenções Fisioterapêutica em Indivíduos com Alterações Sensitivo e/ou Motoras.

DISFUNÇÕES URINÁRIAS EM CRIANÇAS DE IDADE ESCOLAR EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADO EM OLINDA/PE

Tatyane Gomes de Oliveira¹; Valéria Conceição Passos de Carvalho²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; IC Voluntário. E-mail: tatyane.gomes@hotmail.com

²Professor do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: valeriapassos@gmail.com

A disfunção miccional pode ocorrer devido a uma incoordenação entre os sistemas nervoso autônomo, periférico e central no trato urinário, provocando uma anormalidade na função normal no ato de urinar. Essa disfunção caracteriza-se pela carência ou ausência da capacidade da bexiga de armazenar, conter e eliminar a urina, de forma adequada. A disfunção urinária pode levar a um impacto negativo na vida das crianças afetadas, pode gerar diversos transtornos influenciando o afastamento do meio social, pois atividades comuns como, passeios escolares, estadia na casa de outras crianças, entre outras atividades que poderiam ser realizadas se tornam impraticáveis. O objetivo desse estudo foi verificar a prevalência das disfunções miccionais em crianças com idade escolar em ambiente escolar de ensino privado. Estudo do tipo corte transversal e observacional, com uma amostra de 270 crianças, foram aplicados dois questionários: um sócioeconômico e o segundo questionário contendo perguntas sobre as principais disfunções miccionais frequentes em crianças, ambos sendo devidamente respondidos pelos pais das crianças. Foi também realizada uma análise descritiva com frequências absoluta e relativa. Para análise das variáveis, foi aplicado o teste Qui-quadrado e o Teste Exato de Fisher para as variáveis categóricas. Todas as conclusões foram baseadas em um intervalo de confiança de 95% e $p < 0,05$. Das 270 crianças pesquisadas, 14% (N= 38) apresentaram sinais e sintomas clínicos de disfunções miccionais, sendo a idade mais predominante de 5 e 8 anos 34% (N= 17), de raça parda e negra 14% (N= 26) e sexo masculino 15% (N=22), ao avaliar a distribuição entre a presença das disfunções urinárias nas crianças com os dados sociobiodemográficos dos seus responsáveis não houve associação significativa verificada. Os resultados revelam uma prevalência de Incontinência Urinária Diurna (IUD) e Incontinência Urinária Noturna (IUN) de 68,2% (N=185) e 44,3% (N=120) respectivamente, foi observado que 39,1% (N=106) dos avaliados tinham sintoma de Manobras de Contenção, 49,4% apresentavam sinal clínico de Incontinência de Urgência. Dessa forma a fisioterapia pode atuar de forma preventiva nas disfunções miccionais na infância, prevenindo e minimizando desconfortos gerados pela autoexclusão social, melhorando a qualidade de vida dessas crianças para que possam dedicar-se e usufruir inteiramente ao prazer de ser criança.

Palavras-chave: Disfunções Miccionais, Idade escolar, Perfil Epidemiológico.

Projeto de Pesquisa: Recursos de Avaliação e Intervenção Fisioterapêuticas nas Disfunções do Assolho Pélvico.

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA SOBRE O NÍVEL DE SOBRECARGA EM FAMILIARES CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA.

Tayná Mayara Souza de Luna¹; Cristiana Maria Macedo de Brito²

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: tayná_mayara@hotmail.com

²Professora Assistente 2 do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: brito.cristiana@gmail.com

A deficiência neuromotora da criança pode ser causada por diversas patologias de origem genética ou neurológica, que podem causar limitações físicas e neuromotoras, levando à incapacidade mental e física. A deficiência da criança pode afetar a família em geral ou o seu cuidador principal, modificando a sua rotina e podendo ocasionar sobrecarga física e emocional, visto que a tarefa de cuidar de uma criança dependente requer uma atenção especial. A utilização de programas de intervenção com o cuidador, no âmbito psicológico, pode ajudá-lo a enfrentar as suas dificuldades, diminuir a sobrecarga e favorecer um maior envolvimento da família. Avaliar as repercussões de uma intervenção de Psicologia sobre o nível de sobrecarga em cuidadores familiares de crianças com deficiência neuromotora. Estudo de intervenção, realizado com 32 familiares cuidadores de crianças com deficiência neuromotora, os quais foram divididos aleatoriamente em dois grupos: experimental (submetido à intervenção de Psicologia) e controle (submetido apenas à avaliação inicial e final da sobrecarga). As crianças foram avaliadas com relação ao nível de comprometimento funcional, através do inventário de incapacidades Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI). Os cuidadores foram investigados quanto aos dados sociobiodemográficos e avaliados com relação ao nível de sobrecarga física e emocional, através da Escala Burden Interview. O grupo experimental foi submetido a uma intervenção psicoeducativa com o objetivo de favorecer a interação entre o grupo, promover bem-estar emocional, discutir estratégias de enfrentamento, através de discussões em grupo, dinâmicas de interação social, troca de experiências entre os participantes, atividades que estimulam a autoestima, valorização pessoal e relações familiares. Foi desenvolvida por um período de três meses, sendo realizado um encontro semanal, o que totalizou 12 encontros ao longo do semestre com duração de 60 minutos com um grupo de 4 a 6 cuidadores. Após o período de intervenção, todos os participantes, tanto do grupo experimental, como controle, foram submetidos ao mesmo instrumento de avaliação inicial. A amostra foi composta por cuidadores com faixa etária predominante de 30-39, sendo a maioria mães e do sexo feminino. Quanto ao nível de comprometimento motor da criança, verificou-se maior déficit nas áreas de mobilidade e autocuidado. Não foi evidenciada associação entre o comprometimento motor da criança e a sobrecarga de seu cuidador. No nível de sobrecarga, constatou-se 65,6% com sobrecarga leve a moderada, seguida de 18,8% com sobrecarga moderada a severa e 15,6% com pouca ou nenhuma carga. Após a intervenção, não foi evidenciada diferença estatisticamente significativa entre os grupos experimental e controle. Foi possível observar a predominância de sobrecarga leve a moderada, mas a intervenção de Psicologia não influenciou o nível de sobrecarga desses cuidadores.

Palavras-chave: Cuidadores; paralisia cerebral; nível de sobrecarga; intervenção de psicologia.

Projeto de Pesquisa: Efeitos de uma intervenção interdisciplinar sobre o nível de sobrecarga e qualidade de vida em familiares

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO DE FISIOTERAPIA SOBRE O NÍVEL DE SOBRECARGA E QUALIDADE DE VIDA EM FAMILIARES CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA

Thaís Fernanda Peres de Santana¹; Cristiana Maria Macedo de Brito²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: thaipedro00@hotmail.com

²Professora Assistente 2 do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: brito.cristiana@gmail.com

O desenvolvimento infantil pode ser afetado por várias patologias de origem neurológica ou genética, que comprometem o tônus muscular, as funções motora e postural, levando à deficiência neuromotora com movimentos descoordenados e limitados. A presença de doenças crônicas na criança pode influenciar múltiplos aspectos da vida de seu cuidador familiar, que normalmente é a mãe, por conta da demanda do cuidado, podendo interferir nas atividades de vida diária, levando a sobrecarga e desgaste físico e emocional, o que pode afetar a sua Qualidade de Vida (QV). Avaliar a eficácia de uma intervenção de Fisioterapia sobre o nível de sobrecarga e QV em familiares cuidadores de crianças com disfunção neuromotora. Trata-se de um estudo de intervenção, realizado com 32 cuidadores de crianças com deficiência neuromotora, acompanhadas pela Fisioterapia nos Laboratórios de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Corpore Sano da UNICAP, divididos em dois grupos, experimental e controle. Para investigar o nível de comprometimento funcional da criança, foi utilizado o inventário de incapacidades Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI). Para analisar o nível de sobrecarga física e emocional do cuidador, foi aplicada a Escala Burden Interview. Foi avaliada a QV dos cuidadores por meio do World Health Organization Questionnaire for Quality of Life – Brief Form (WHOQOL-BREF). A intervenção de Fisioterapia constou de atividades de alongamento, movimentação ativa e relaxamento, ocorrendo durante um período de três meses, sendo quatro encontros mensais, totalizando 12 encontros ao longo do semestre com duração de 60 minutos. Ao término da intervenção, os dois grupos (experimental e controle) foram reavaliados com os mesmos instrumentos do início. Participaram do estudo 32 indivíduos de ambos os sexos com prevalência de idade entre 30-39 anos. Quanto ao nível de comprometimento motor da criança, verificou-se maior déficit nas áreas de mobilidade e autocuidado, tanto nas habilidades funcionais, como na assistência do cuidador. No que diz respeito ao nível de sobrecarga dos cuidadores, constataram-se os níveis de sobrecarga de leve a moderada, seguida de moderada a severa. Na QV, o domínio mais comprometido foi ambiente, seguido de emocional. Após o período de intervenção, não foi evidenciada diferença estatisticamente significativa entre os grupos experimental e controle em relação à sobrecarga dos cuidadores. Na QV, foi observada melhor percepção da QV no grupo experimental com diferença estatisticamente significativa nos domínios físico, emocional e social, na avaliação final. Quando comparado o antes e depois do grupo experimental, observou-se uma queda no domínio físico e aumento ou manutenção dos outros domínios. Já no grupo controle, verificou-se uma redução da percepção de QV em todos os domínios com significância estatística. Na presente amostra, a intervenção não influenciou o nível de sobrecarga dos cuidadores, mas evidenciou uma melhora na percepção da QV dos mesmos, o que ressalta a importância de programas que atendam essa população no sentido de fornecer suporte físico e emocional, o que pode se refletir positivamente no cuidado com a criança.

Palavras-chave: Criança; cuidador; qualidade de vida; sobrecarga.

Projeto de pesquisa: Efeitos de uma Intervenção Interdisciplinar sobre o nível de sobrecarga de qualidade de vida em familiares cuidadores de crianças com deficiência neuromotora.

EFEITOS DE UMA INTERVENÇÃO DE PSICOLOGIA SOBRE O NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA EM FAMILIARES CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA

Thaís Mickaelly S. dos Santos¹; Cristiana Maria Macedo de Brito²

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Voluntária (PIBIC UNICAP). E-mail: mickaelly09@gmail.com

²Professora do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: brito.cristiana@gmail.com

A presença da criança com deficiência pode influenciar a rotina da família, especialmente do seu cuidador principal, que modifica suas atividades de vida diárias para oferecer atenção à criança, o que pode interferir na sua Qualidade de Vida (QV), necessitando, portanto, de uma atenção especial no sentido de melhorar sua saúde física e emocional. Avaliar as repercussões de uma intervenção de Psicologia sobre a QV em cuidadores familiares de crianças com deficiência neuromotora. Estudo de intervenção com 32 cuidadores, que foram divididos em grupo experimental (submetido à intervenção de Psicologia) e controle (submetido apenas à avaliação inicial e final da QV). As crianças foram avaliadas quanto ao nível de comprometimento funcional, através do inventário de incapacidades: Pediatric Evaluation of Disability Inventory (PEDI). Os cuidadores foram investigados quanto aos dados sociobiodemográficos e avaliados com relação à QV por meio do questionário WHOQOL-BREF. O grupo experimental foi submetido a uma intervenção psicoeducativa com o objetivo de favorecer a interação entre o grupo, promover bem-estar emocional, discutir estratégias de enfrentamento, através de discussões, dinâmicas de interação social, troca de experiências. Foi desenvolvida por um período de três meses, sendo um encontro semanal, totalizando 12 encontros com duração de 60 minutos em um grupo de 4 a 6 cuidadores. Após o período de intervenção, todos os participantes, tanto do grupo experimental, como controle, foram submetidos ao mesmo instrumento de avaliação inicial. A amostra foi composta por cuidadores com faixa etária predominante de 30-39, sendo a maioria mães e do sexo feminino. Quanto ao nível de comprometimento motor da criança, verificou-se maior déficit nas áreas de mobilidade e autocuidado. Não foi evidenciada associação entre o comprometimento motor da criança e a QV de seu cuidador. Na QV, o domínio mais comprometido foi ambiente, seguido de emocional. Quando comparado o antes e depois do grupo experimental, observou-se uma queda no domínio físico e aumento ou manutenção dos outros domínios. No grupo controle, verificou-se uma redução da percepção de QV em todos os domínios com significância estatística. A intervenção de Psicologia parece ter produzido uma melhora na percepção da QV dos cuidadores, o que reforça a necessidade de realização de atividades com essa população para favorecer a saúde emocional desses cuidadores.

Palavras-chave: Cuidadores, qualidade de vida, intervenção de psicologia.

Projeto de Pesquisa: Efeitos de uma intervenção interdisciplinar sobre o nível de sobrecarga e qualidade de vida em familiares cuidadores de crianças com deficiência neuromotora.

SÍNTESE E AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DOS COMPOSTOS *N*-FENILFTALIMIDA, *N*-(FLUORFENIL)FTALIMIDA E *N*-(NITROFENIL)FTALIMIDA

Vanessa Maria da Silva Alves Gomes¹; Shalom Pôrto de Oliveira Assis²

¹Estudante do Curso de Fisioterapia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; IC Voluntário. E-mail: vanessa.alvesg@outlook.com

²Professor do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: shalomporto@yahoo.com.br

Devido à necessidade de novos fármacos mais efetivos, porém a custos menores e dotados de menores efeitos adversos para o tratamento das mais variadas patologias, é considerada a importância químico-medicinal das ftalimidas. O objetivo deste trabalho foi sintetizar e avaliar a atividade antimicrobiana dos compostos *N*-fenilftalimida, *N*-(fluorfenil)ftalimida e *N*-(nitrofenil)ftalimida. A metodologia para síntese utilizou dois métodos de obtenção das *N*-arilftalimidas (**4a-4g**), ambos os métodos foram baseados no mecanismo central de reação de condensação entre o anidrido ftálico com uma amina aromática apropriada. Os compostos apresentaram rendimentos excelentes (68,9% a 99%) e os pontos de fusão determinados, como descrito na literatura. As bactérias (Gram-positivas e Gram-negativas) e o fungo leveduriforme utilizados nos ensaios foram inoculados e crescidos no meio *Brain Heart Infusion* (BHI) e *Sabouraud* respectivamente, porém a inoculação foi processada em um meio líquido, enquanto que o crescimento aconteceu em meio sólido. Os microrganismos foram semeados por difusão por toda a superfície das placas de Petri (90 mm). As drogas (**4a-4g**) foram solubilizadas em solventes e condições apropriadas numa concentração de 10mg/mL. Após o semeio, foi realizado o teste de difusão em discos para cada droga. Os ensaios foram realizados em triplicata e a inibição dos halos foi medida após 24h de incubação para as bactérias e 48h para os fungos. Dentre os resultados positivos (halo \geq 10mm) obtidos para as bactérias Gram positivas, podemos destacar a **4e**, que teve halos superiores de 17%, 36% e 9% para *B. subtilis*, *E. faecalis* e *S. aureus*, respectivamente, comparados ao do controle positivo vancomicina. Para as bactérias Gram negativas o melhor resultado foi da **4d** sob a bactéria *E. coli*, na qual foi observado um halo de 45mm. Em relação, a *C. albicans*, além da **4a**, **4b**, **4d** e **4e** apresentarem atividade antimicrobiana, com halos de inibição de 32mm, 39mm, 40mm e 45mm respectivamente, os resultados dos compostos foram considerados melhores do que o miconazol, que teve halo de apenas 10mm. Após a análise dos resultados, os compostos **4d** e **4e** apresentaram-se como promissores agentes antimicrobianos.

Palavras-chave: ftalimidas; *N*-arilftalimidas; antimicrobiano.

REDUÇÃO DE DANOS: O QUE DIZEM PROFISSIONAIS QUE EXERCEM SUA PRÁTICA ORIENTADA POR ESSA POLÍTICA

Vivian Letícia Rudnick Ueta¹; Marcus Túlio Caldas²

¹Estudante do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: viviueta@gmail.com

²Professor do Curso de Medicina do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; E-mail: marcus_tulio@uol.com.br

A utilização de substâncias lícitas ou ilícitas pelas pessoas não é um fenômeno recente e as causas e as finalidades do consumo de drogas foram sendo adquiridos e moldadas de acordo com as características específicas dos grupos, podendo ter fins ritualísticos, religiosos, medicinais, agregadores e, mais atualmente, de contestação. Portanto, a redução de danos caracteriza-se como uma abordagem ao fenômeno das drogas que visa a minimizar danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas. Tal prática busca a socialização dos usuários de drogas, promovendo o autocuidado com a saúde e a busca por direitos. No Brasil, essa política teve a primeira experiência em 1989, na cidade de Santos, com a distribuição de seringas estéreis entre usuários de drogas injetáveis. Desde então, muitos estados brasileiros têm desenvolvido ações que visam a promover a aderência tanto da sociedade, quanto dos usuários e profissionais da saúde, à política de Redução de Danos. Assim, o projeto teve como objetivo geral pesquisar a política de Redução de Danos a partir da experiência de profissionais que exercem sua prática orientada por essa política. O método, em uma primeira etapa, utilizou a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos buscando investigar os fundamentos históricos e conceituar a política de Redução de Danos. Em seguida, tendo como instrumentos a entrevista narrativa e o diário de campo, pesquisou a experiência de 10 profissionais de saúde e implicados com essa política. A análise dos resultados se deu a partir das Unidades de Significado propostas por Amedeo Giorgi. No sentido de facilitar a apresentação dos resultados, agrupamos as unidades de sentido encontradas em 5 principais, que foram: “redução de danos como uma política que requer melhor conceituação”; “relação entre redução de danos e abstinência”; “redução de danos, uma polissemia”; “redução de danos como um processo singular”; “redução de danos e os trabalhos científicos”. A partir das unidades de sentido, foram agrupados os respectivos recortes das entrevistas e, a partir daí, foi possível inferir que a redução de danos tem um caráter amplo e divergente, tanto em seus aspectos teóricos quanto em suas ações práticas. Os entrevistados acreditam que a política por se caracterizar por um acolhimento radical, o respeito aos direitos e a liberdade de escolha apresenta fortes elementos humanistas. Igualmente o pragmatismo estaria presente no aspecto da ação prática, das estratégias desenvolvidas em grande parte a partir da experiência dos profissionais. Poucos profissionais, na maioria críticos, apontaram aspectos ideológicos como fundamentais. Todos consideraram um modelo valioso para a prevenção e tratamento de usuários de álcool e drogas ressaltando a necessidade de pesquisas para melhor delimitar, inclusive em suas indicações, esta importante política.

Palavras-chave: políticas públicas, redução de danos, experiência, fenomenologia, profissionais de saúde.

Projeto de Pesquisa: Redução de danos: o que dizem Profissionais que exercem sua prática orientada por essa política.



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**ANAIS ELETRÔNICOS
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Recife, 2016

AS CENTRAIS SINDICAIS E A MITIGAÇÃO DA AUTONOMIA APÓS A LEI

11.648/08

Alexia Paula da Silva Mendonça¹; Fábio Túlio Barroso².

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas, Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: alexiapaula@live.com

²Professor do Curso de Direito do Trabalho do Centro de Ciências Jurídicas. Email: fabiobarroso@yahoo.com

O surgimento das Centrais Sindicais no Brasil teve como desiderato a oposição ao modelo sindical gerido no período Vargas, com limitações de conteúdo mantidas na carta constitucional de 1988, quando o poder público possuía o controle das associações de classe. Entre as insatisfações estavam: a contribuição Sindical obrigatória; a unicidade sindical e o enquadramento sindical. As Centrais Sindicais possuem origem desde os anos 40. Porém, apenas no início dos anos 80, ambos do século passado, encontram espaço na seara associativa sindical brasileira, com atividade em paralelo à estrutura formal do sindicalismo brasileiro. Apesar disso, o País ainda não ratificou a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata especificamente do direito de liberdade sindical. A Lei nº 11.648/08 introduziu as Centrais Sindicais no ordenamento jurídico brasileiro; antes disso, podemos afirmar que elas existiam institucionalmente, mas não como entidades sindicais reconhecidas legalmente. Antes da promulgação da lei, essas uniões de trabalhadores não sofriam qualquer intervenção estatal. A grande questão é saber se mesmo com o reconhecimento formal das centrais sindicais como entidades com esta natureza, há o respeito à liberdade sindical, mesmo no precário modelo brasileiro, uma vez comparado com a proposta da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Podemos evidenciar o Neocorporativismo e a Concertação Social na Lei 11.648/08, pois esta lei estabeleceu requisitos e funções para as Centrais Sindicais, afrontando o princípio da Liberdade Sindical que assegura a não intervenção do poder público nas entidades sindicais, ao definir o que seria central sindical, as estabelecer requisitos que existiam para as entidades de cúpulas, o Estado está interferindo nelas. Ao instituir que as Centrais participem dos fóruns tripartites (Estado, Representante dos Trabalhadores e Representantes das Empresas), fica evidente a atuação da política Neocorporativista e da Concertação, negando as divergências existentes entre eles entre esses três indivíduos e fomentando um ambiente colaboracionista.

Palavras chaves: 1. Sindicalismo 2. Autonomia Sindical 3. Liberdade Sindical 4. Centrais Sindicais.

Projeto de Pesquisa: Direito trabalhista na pós-modernidade: avanços e retrocessos das normas tutelares e o princípio da dignidade do trabalhador.

OS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA NO DISCURSO DE FUNFAMENTAÇÃO DA ADPF 186 DO STF SOBRE OS DIREITOS DOS NEGROS

Ana Caroline Alves Leitão¹; Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntária; E-mail: carollineleitao@yahoo.com.br

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: virginia.colares@hotmail.com

O projeto consiste em uma análise crítica do voto de Lewandowski na ADPF 186, valendo-se dos modos de operação da ideologia de Thompson, da teoria tridimensional do discurso de Fairglough e do discurso descolonial. A análise foi feita identificando os modos de operação da ideologia, que são: legitimação, dissimulação, unificação, padronização, reificação e seus derivados; as três dimensões do discurso, sendo elas: textual, prática discursiva e prática social e o discurso descolonial, que se trata do estudo do discurso dominante(colonial) e seus contrapontos, propondo uma desconstrução dos conceitos tradicionais que são prejudiciais às minorias. Assim, temos uma importante intersecção entre os estudos de direito e linguística, que objetivam elucidar os métodos que sustentam a construção textual do voto em análise e, ademais, alcançar as ideias de quem constrói o discurso, pois o relator deste voto é presidente da mais alta corte de julgamento do país, e ter acesso às suas posturas ideológicas e mecanismos de discurso é também ter o vislumbre do que pode vir a surgir em novas decisões da Corte. Como resultado deste trabalho, tem-se que o voto de Lewandowski, que responde à ação impetrada pelo partido DEM, interpreta a constituição com o escopo de deslindar se a reserva de vagas a uma minoria étnico-racial feriria os princípios da carta política ou contribuiria para a eficácia desses princípios. O voto, com o uso recorrente do discurso descolonial, fazendo uso de estratégias típicas, como a frequente “intertextualidade”, pode ser considerado como um verdadeiro marco na ainda tímida construção de uma sociedade justa e igualitária, trazendo à tona a discussão acerca do racismo da sociedade brasileira e ratificando as cotas raciais como, neste momento da sociedade brasileira, necessárias para a eficácia do princípio da isonomia, postulado pela Carta Magna.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso Jurídico. Descolonialidade. Minorias Negras.

Projeto de Pesquisa: Direitos das minorias e grupos vulneráveis: uma análise do discurso de fundamentação nas decisões do STF

SISTEMA INTERAMERICANO E PROTEÇÃO DA LIBERDADE RELIGIOSA

Andressa de Oliveira Pletsch¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC CNPQ . E-mail: andressapletsch5@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: gustavosantos@uol.com.br

A proteção dos direitos humanos não está restrita ao espaço do Estado nacional, havendo instituições internacionais especialmente criadas para esta finalidade. O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos - que tem como base normativa principal a Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de San José da Costa Rica - protege, no continente americano, um conjunto de direitos, dentre os quais a liberdade de religião. A liberdade religiosa é um direito com grande importância na história do continente. Ele pode ser desdobrado em vários aspectos: liberdade de ter ou não uma religião, liberdade de mudar de religião, liberdade de expressar e propagar sua religião e liberdade de consciência. Este projeto teve como objetivo entender como o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos atua na garantia do direito à liberdade de religião. Quanto à metodologia, foi realizado um levantamento na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e em documentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, fazendo análise dos casos submetidos a tais instituições. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória. Quanto aos resultados, verificamos um cuidado quanto à positivação da liberdade religiosa, quando a Convenção Americana buscou deixar claro a definição e o limite de tal liberdade, para que não haja equívoco e utilizações desse direito por parte dos Estados Membros do Sistema. No entanto, conflitos que tratam de liberdade de religião não tem sido direcionados ao contencioso do Sistema. Na Corte Interamericana, encontramos apenas um caso que pode ser enquadrado no tema. Mesmo assim, tal decisão não tem a liberdade religiosa como argumento central.

Palavras-chave: religião; sistema interamericano; liberdade religiosa; direitos fundamentais

Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos para Além da Jurisdição Constitucional: Diálogos entre o STF e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ELEMENTOS SUSPEITOS: UM ESTUDO SOBRE PRISÃO PREVENTIVA DE PESSOAS DO SEXO FEMININO NA CIDADE DO RECIFE

Andrielly Stephany Gutierrez Silva¹; Érica Babini Lapa do Amaral Machado²

¹Aluno Direito, CCJ, Bolsista UNICAP, andrielly111@gmail.com;

²Professor Direito, CCJ, ericababini@unicap.br

Trata-se de pesquisa bibliográfica que objetiva compreender se, na atividade de criminalização por tráfico de entorpecentes, atuam estereótipos de raça, classe e, em especial, de gênero, mais especificamente na instância primária de identificação de elementos suspeitos por meio da atividade policial e na instância decisória de manutenção/relaxamento de prisões. Para tanto, foi utilizada como metodologia dedutiva de pesquisa bibliográfica de literaturas que abordam o delineamento da criminalização de entorpecentes, a evolução das teorias atinentes à questão de gênero e a criminologia crítica – marco teórico da presente pesquisa, que possibilitou uma análise do desvio e da criminalidade não como qualidades intrínsecas à conduta, ou seja, não possuindo caráter ontológico pré-constituído à reação social – a fim de encontrar se existem relações entre as variáveis acima apontadas (quando unidas ou isoladamente) que possam demonstrar uma desigualdade da atuação do Sistema de Justiça Criminal (SJC). Concluiu-se, em nível teórico, que, como o SJC está imerso na lógica estigmatizante arquitetada nas relações sociais, este expressará e reproduzirá as mesmas estereotípicas dos processos de etiquetamento. Dessa forma, o SJC funciona como um mecanismo público de punição àquelas mulheres que escapam ao controle informal, reforçando o controle patriarcal ao criminalizar mulheres em situações específicas, notadamente naquelas situações em que transcendem o *ethos* reservado ao papel feminino, o qual, notadamente, não dialoga com a persona da mulher traficante ou usuária de drogas. Unindo à demonização do tipo social traficante o fato de a violência, a agressividade e a transgressão não estarem previstas nos discursos acerca do feminino, compreende-se, com ligeira facilidade, o porquê da contundência do Sistema de Justiça Criminal quando o ser por ele deglutido é do sexo feminino. O fato de as expectativas sociais sobre os papéis desempenhados pelas mulheres legitimarem a posição das mesmas como vítimas, mas não como perpetradoras de violência, lastreia qualquer não tolerância à transgressão de normas promovidas pelas mulheres, apenas servindo as nuances contextuais marcadamente caracterizadas por relações patriarcais de poder, marginalização e vulnerabilidade como lastros fundadores de uma profecia que se autocumpra, evidenciando a seletividade típica, mas não declarada, do Sistema de Justiça Criminal.

Palavras-chave: drogas; gênero; atividade policial, prisão preventiva;

Projeto de Pesquisa: A atividade policial de criminalização de mulheres por tráfico de drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.

ANÁLISE DO CONTROLE DAS OMISSÕES LEGISLATIVAS PELO STF NOS MANDADOS DE INJUNÇÃO 670, 708 E 712 E 721.

Arthur de Arruda Carvalho¹; Flávia Danielle Santiago Lima²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP) E-mail: arthurarruda.carvalho@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: flavia-santiago@uol.com.br

No Brasil, a garantia da supremacia constitucional, em conformidade com a CF/88, está a cargo de diversas instâncias estatais, através de um complexo sistema de controle de constitucionalidade. Neste contexto, têm-se os instrumentos constitucionais de controle das omissões legislativas, tais como o Mandado de Injunção. Em tais situações de omissão, o Parlamento não reúne condições de aprovação de determinadas pautas ou não assume os riscos políticos de uma regulamentação que estariam submetidas ao controle judicial, para assegurar eficácia jurídica ao texto constitucional. Tal ocorreu com a norma do art. 37, VII, da CF-88, que assegura o exercício do direito de greve aos servidores públicos, mas que até hoje não recebeu tratamento legislativo. Embora os ministros do STF, no julgamento do MI 670, 708 e 712, já tenham sinalizado a viabilidade de solução judicial da questão, o marco histórico de reversão do entendimento do tribunal quanto ao instrumento processual foi a decisão proferida no MI 721/DF (Rel. Marco Aurélio Mello), em que se salientou o caráter mandamental e não declaratório da garantia constitucional, de modo que caberia ao Judiciário viabilizar o exercício do direito no caso concreto. A Discussão é a respeito da existência ou não de um avanço do STF sobre a atividade parlamentar, o Ativismo Judicial. Os Métodos empregados são amparados na abordagem metodológica presente no Direito e na Ciência Política, aqui identificadas, respectivamente, como Teoria Normativa e Positiva. Neste contexto, o projeto de pesquisa propõe a busca de dados, para sua apreciação a partir das construções empreendidas pela doutrina constitucional como elemento do presente trabalho, cuja atenção principal é voltada à compreensão das repercussões políticas da atuação de uma instituição judicial específica, o STF, e suas implicações para a legislação vindoura, o que permite afirmar ou rechaçar a ideia de um diálogo entre Judiciário e Legislativo amparado no princípio jurídico-político da separação entre os poderes.

Palavras-chave: ativismo judicial; direitos fundamentais; separação dos poderes.

Projeto de Pesquisa: Da Separação de Poderes ao Diálogo Institucional: o Ativismo Judicial no Controle de Constitucionalidade Concentrado como Instrumento de Interação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

A GARANTIA DA LIBERDADE DE RELIGIÃO NO SISTEMA EUROPEU DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Bianca Cabral Ventura¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: bcventura1994@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: gustavosantos@uol.com.br

A necessidade da tutela de proteção dos direitos humanos fez surgir a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Sistemas Regionais de Proteção com o intuito de abrangê-los e torná-los eficazes. No âmbito europeu, irrompeu um sistema próprio, praticado pelos Estados membros. Dentre os direitos fundamentais, a manifestação religiosa é consagrada em todos os instrumentos internacionais de proteção. O projeto teve por objetivo analisar os dados coletados por meio de pesquisas da jurisprudência da Corte Europeia, averiguando seu posicionamento diante da liberdade de religião e demonstrar o respeito à liberdade religiosa, a fim de evidenciar como esta diversidade existente entre os diversos povos que constituem o Sistema Europeu, produz diferentes formas de relação entre Estado e Igreja. Os métodos utilizados para sua produção foram análise qualitativa e pesquisa exploratória, por meio de vias eletrônicas, reuniões e busca detalhada no site do Sistema Europeu de Proteção aos Direitos Humanos. Os resultados encontrados envolvem os direitos humanos frente às mudanças internacionais e os modelos de estado e igreja e sua repercussão na liberdade religiosa. Destaca-se a associação entre manifestação religiosa e regime democrático, conferindo à Corte Europeia grande margem de discricionariedade nos casos concretos em razão do respeito às religiões próprias de cada país pertencente ao Sistema e à heterogeneidade das tradições nacionais. O Tribunal Europeu se apoia na premissa do quadro institucional interno dos países. As normas existentes de cada Estado membro traduzem sua formação cultural e são impostas pela necessidade de proteção dos direitos dos povos, com o objetivo de manter a ordem pública.

Palavras-chave: liberdade; direitos fundamentais; sistema europeu; religião

Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos para Além da Jurisdição Constitucional: Diálogos entre o STF e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A FACE URBANA DOS PAVIMENTOS TÉRREOS: ESTUDO DA NORMATIVA DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RECIFE E A CONFIGURAÇÃO URBANA.

Byanca Monalisa de Sousa Oliveira¹; Andrea do Nascimento Dornelas Câmara²

¹ Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail byancamonalisaa@hotmail.com

² Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; E-mail: Andrea@unicap.br

As legislações urbanísticas orientam e regulam a construção dos edifícios ao mesmo tempo em que definem o espaço público, e são atualizadas à medida que as cidades vão desenvolvendo-se. Na cidade do Recife, a normativa vigente que regulamenta as construções é o Plano Diretor, Lei Nº 17.511, de 2008, e divide a área urbana em zonas e desse modo define parâmetros urbanísticos que são reguladores da ocupação do solo, buscando configurar a cidade de forma apropriada às suas necessidades. A pesquisa analisa a estrutura fundiária de quadras específicas do Centro Expandido da Cidade do Recife para, assim, investigar como os parâmetros da lei atual se aplicam em tecidos diversos, partindo do princípio de que as edificações são construídas em lotes específicos e, por isso, a particularidade de cada parcelamento fundiário deve ser levada em consideração. Os parâmetros urbanísticos não podem ser os mesmos em lotes de diferentes dimensões, pois existem recuos que devem ser obedecidos e coeficiente de utilização do solo que devem ser respeitados. Obedecer a determinados recuos em lotes estreitos pode resultar em edificações com gabarito alto ou pode gerar lâminas inviáveis, incapazes de abrigar programas arquitetônicos mínimos. Na pesquisa, foi observado que os lotes que, obedecendo aos parâmetros urbanísticos, geraram edificações viáveis, possuem uma relação área/perímetro entre 4,10 e 5,20, com algumas raras exceções que se mostraram viáveis com valores maiores. Sendo assim essa relação poderia ser um fator de observação para legislações futuras, assim como a morfologia dos lotes. Pois levantamos a hipótese de que essa forma de regular as construções, sem considerar as particularidades do lote, interfere na interface arquitetônica, podendo prejudicar a relação entre espaços públicos e privados. Desse modo, a pesquisa pretende identificar em que medida o Plano Diretor da cidade do Recife, de 2008, promove ou não, a relação entre o edifício e a rua, a partir de análises da morfologia do lote. O resultado encontrado demonstra que a legislação atual possui parâmetros urbanísticos que não se aplicam em tecidos diversos e que a estrutura fundiária é um importante fator de desenho urbano podendo interferir na qualidade do espaço público.

Palavras-chave: estrutura fundiária; interface arquitetônica; parâmetros urbanísticos.

Projeto de Pesquisa: Quando o edifício encontra a rua: um estudo das relações entre a normativa da edificação e configuração do espaço público.

ANÁLISE COMPARATIVA DO DIREITO AO PROTESTO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E NO SISTEMA EUROPEU

Caio Lins de Albuquerque¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário; caio_lins12@hotmail.com.

²Professor do Centro de Ciências Jurídicas; gustavosantos@uol.com.br

O presente trabalho objetiva investigar os aspectos do direito ao protesto nos sistemas interamericano e europeu de proteção dos direitos humanos, com foco em uma análise comparativa entre ambos. Pode-se afirmar que o ato de protestar é legítimo face à tutela constitucional das liberdades de reunião e manifestação do pensamento. Para além da esfera estatal, as normas internacionais sobre direitos humanos também reconhecem o direito ao protesto em seus dispositivos e garantem sua proteção através dos sistemas global e regional. A pesquisa bibliográfica nos revela que doutrinadores, a exemplo de Roberto Gargarella, têm alertado da necessidade de proporcionar um adequado tratamento ao direito de manifestar-se publicamente, de forma que o Poder Público o reconheça e tenha total conhecimento dos limites de tal liberdade democrática. Para o referido autor, o direito ao protesto seria o primeiro direito, apto a gerar todos os demais. A tutela constitucional e internacional do direito ao protesto gera para o Estado, em consequência, a responsabilidade pela garantia de seu exercício. Aos sistemas internacionais de proteção cabe apurar qualquer conduta ilícita por parte do Estado que venha a coibir o exercício desse direito em seu território ou impossibilitá-lo através de exigências desarrazoadas. A busca em sites do sistema interamericano nos mostra que a Comissão, por meio de Relatório, já se manifestou sobre o tema, esclarecendo a importância do direito de protestar e das possíveis limitações estatais ao seu exercício. Também a Corte Europeia tem manifestado entendimento acerca da urgência da liberdade de protestar como pressuposto da verdadeira democracia constitucional.

Palavras-chave: manifestação do pensamento; direito de reunião; corte interamericana; corte europeia.

Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos para além da jurisdição constitucional: Diálogos entre STF e Corte Interamericana de Direitos Humanos.

OS EFEITOS DA MODULAÇÃO TEMPORAL NAS DECISÕES DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO LOCAL PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Caio Mário Mello Costa Oliveira Sobrinho¹; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências jurídicas; IC Voluntário. E-mail: caiomariomcos@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: labanca@unicap.br

O presente projeto buscou pesquisar sobre a possibilidade ou a presença da aplicação dos efeitos da modulação temporal nas decisões de controle de constitucionalidade na esfera estadual. Ocorre que é um tema muito estudado e debatido na esfera federal, porém o que foi pesquisado e estudado, buscou-se entender como ocorre o controle de constitucionalidade estadual, fazendo o estudo histórico e verificando a recente história e luta para o tema se estabilizar no ordenamento jurídico brasileiro, como se dá, se existe previsão legal nas próprias constituições estaduais. Para isso, foram analisadas algumas constituições estaduais. Também buscou-se entender as regras de aplicação dos efeitos *ex tunc* e *ex nunc* no âmbito federal, para que fosse possível ter um parâmetro para verificar a presença o princípio da simetria constitucional, que “alinha” as regras da Constituição Federal às constituições estaduais. A partir desses estudos, foi verificada a presença de uma lei federal que regulamenta o controle de constitucionalidade feita pelo Superior Tribunal Federal, a Lei nº 9.868/99. Lei que traz consigo um dispositivo que regulamenta a modulação de efeitos temporais em uma decisão de controle de constitucionalidade federal, no seu art. 27. Com isso, passou-se a pesquisar sobre decisões de controle de constitucionalidade com a aplicação de efeitos *ex nunc* fundamentados no dispositivo anteriormente citado, passando a analisar como o STF aplica a modulação dos efeitos temporais nas suas decisões em controle de constitucionalidade para utilizá-la como parâmetro no âmbito estadual. Assim, foi pesquisado sobre a existência de legislações estaduais como a Lei de nº 9,868/99, leis que regulamentassem o controle de constitucionalidade e aplicação da modulação de efeitos temporais. Além disso, foi feita a pesquisa jurisprudencial, buscando situações em âmbito estadual em que fosse possível verificar decisões de controle de constitucionalidade estadual, onde houvesse a presença de decisões com efeitos *ex nunc* para que assim, fosse possível analisar se é possível a presença de modulação dos efeitos temporais no âmbito estadual, como é aplicado, se há semelhança com a forma utilizada pelo STF, similaridade na fundamentação, além de regulamentação estadual.

Palavras-chave controle de constitucionalidade estadual; modulação dos efeitos temporais;

Projeto de Pesquisa: Tutela Jurisdicional De Direitos Fundamentais: Bases E Fundamentos Para Uma Teoria Constitucional Multinível.

CRIMES CONTRA A HONRA E OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Carlos Alberto de Souza Lima Junior¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista IC Voluntário. E-mail: carloslima.junior@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: gustavosantos@uol.com.br

Compreender a estruturação e os elementos que compõem a jurisdição constitucional diante do sistema interamericano de proteção de direitos humanos requer análise sistemática da evolução e dos mecanismos práticos utilizados que possibilitam a declaração, garantia e concretização desses direitos. Nesse sentido, tomando-se enquanto ponto de partida a problemática dos crimes contra a honra no Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos, importa-nos identificar os principais aspectos que caracterizam a tutela da honra enquanto direito fundamental. Por um lado, é preciso considerar como os países que integram o aludido Sistema Interamericano enfrentam a problemática de violação dos direitos humanos, especialmente dos crimes contra a honra, bem como qual a apreciação jurisdicional que tem sido despendida para a composição dos conflitos dessa natureza. Em que pese o Brasil criminalizar crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), referentes à honra objetiva e subjetiva, a visão da Relatoria apresenta entendimento diverso à medida que compreende que a criminalização dos crimes contra a honra acaba por restringir o debate. Assim, num âmbito mais restrito de análise, importa-nos conceber em que medida a violação de direitos, tais como, liberdade de expressão e a honra (objetiva e subjetiva), têm sido enfrentadas no que para nós compreende a denominada margem de apreciação nacional, isto é, de que modo o Brasil e outros países, embora submetidos ao Sistema Interamericano, tem fundamentado as suas decisões em nível constitucional e infraconstitucional. Por outro lado, considerando o tratamento dispensado pelas Cortes Europeia, Africana e, especialmente, Interamericana, vislumbra-se apontar o grau de influência efetiva que referidos Sistemas têm proporcionado para a tutela global do direito à honra, considerando inclusive os impasses provocados pela própria maneira de determinação dos limites estabelecidos para o exercício regular desse direito, bem como das diferentes concepções que circundam a noção de cada direito na esfera supranacional. Quanto ao modo de obtenção de dados e informações, esse se dará por meio de pesquisas bibliográficas assim como através de consultas à doutrina nacional e internacional.

Palavras-chave: Sistema interamericano, jurisdição constitucional, liberdade de expressão, honra.

Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos para além da Jurisdição Constitucional: diálogos entre o STF e a Corte Interamericana de Direitos.

O DIREITO À SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO FUNDAMENTO DA SAÚDE PSÍQUICA

Carlos Henrique Felix Dantas¹; Carolina Valença Ferraz²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: carloshenriquefd@hotmail.com.

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. E-mail: carolinavferraz@hotmail.com.

O presente trabalho objetiva analisar como se dá a relação de saúde da pessoa com deficiência e a sua sexualidade como pressuposto de direito inalienável. Nesse sentido, preocupa-se em contribuir para mapear a condição do exercício da sexualidade da pessoa com deficiência e os possíveis pressupostos de falta de políticas públicas e cuidado familiar. A partir disso, o enlaçamento de três áreas específicas, como o direito, a filosofia e a psicologia se fazem necessários, a fim de que seja capaz de explicar de que forma a sexualidade funciona como um pressuposto inexcusável para a garantia plena da dignidade da pessoa humana. Além disso, foi ainda necessário utilizar legislação nacional e internacional, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei N 13.146), a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração dos Direitos Sexuais. Nesse sentido, como método de raciocínio, foi utilizado o método analítico dedutivo, a fim de comprovar que a deficiência de qualquer tipo não é uma resposta suficientemente capaz de direcionar a ausência de direitos sexuais, que possam interferir na saúde psíquica da pessoa com deficiência. Em função da desatualização de parte da doutrina, acerca da temática trabalhada nesta pesquisa, foi necessário, também, a utilização do método analítico indutivo, derivado do levantamento bibliográfico. Desse modo, busca-se compreender a deficiência sob uma ótica inclusiva e que não incapacite o indivíduo pela deficiência que este possua. Por isso, a partir da lógica de modelo social, pretende-se ver a deficiência não como um limite ou um entrave para as relações sociais e afetivas, mas sim como um alicerce para um desenvolvimento coletivo que respeite a diferença e a sua pluralidade de formas, bem como aprenda com ela a ver o diferente sob um olhar de respeito. Por fim, ainda há a preocupação de discutir a sexualidade numa perspectiva de direito fundamental, visto que se procura sustentar que a sexualidade nada mais é que um direito à saúde.

Palavras-chave: filosofia, psicologia e direito; exercício da sexualidade; direito inalienável à condição humana;

Projeto de pesquisa: O Direito à Sexualidade e à Reprodução da Pessoa com Deficiência: Novos Parâmetros para a Construção da Família.

IPTU VERDE: O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Daniely Tavares Mello¹; Hélio Sílvio Ourem Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Sociais; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail: danielytm@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Sociais; E-mail: ouremcampos@jfpe.jus.br

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do IPTU Verde e sua aplicabilidade nos municípios brasileiros. Para o entendimento da tributação ambiental, é imprescindível a compreensão do dever de preservar o meio ambiente, conferido pela Carta Magna de 1988, em seu artigo 225. A partir de então, o Estado, legitimado por princípios tributários e ambientais, passa a intervir na economia como forma de tutela ambiental. Surgem, assim, os tributos ambientais, que, através de sua extrafiscalidade, incentivam os contribuintes a práticas sustentáveis. O IPTU verde é uma iniciativa dos municípios, validamente aplicável e previsto em legislações infraconstitucionais, que concedem descontos conforme a prática de ações previstas em lei municipal e promovem o desenvolvimento sustentável das cidades. Na elaboração deste trabalho, estudou-se a legislação que rege o IPTU e como a lei municipal é aplicável para atingir o propósito da preservação do meio ambiente natural e artificial em torno das cidades.

Palavras-chave: tributo ambiental; IPTU verde; tributação; meio ambiente.

Projeto de Pesquisa: Política e Tributação Sobre o Consumo no Brasil: um Sistema Tributário Progressivo, Aspectos Materiais e Processuais.

A LEI DE DROGAS E SEU VERDADEIRO IMPACTO NO ENCARCERAMENTO FEMININO NA CIDADE DO RECIFE

Danyelle do Nascimento Rolim Medeiros Lopes¹; Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. E-mail: danyellerolimlopes@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: fonsecafernanda@hotmail.com

O presente trabalho se debruça sobre a lei de drogas e atuação policial na cidade do Recife, tendo como objetivo geral compreender como as polícias, no Recife, atuam na seleção de traficantes de drogas, investigando, a partir de Autos de Prisão em Flagrante (APF) a quem consideram como “elemento suspeito” e quando se enquadra a pessoa como traficante. No decorrer da pesquisa, foi realizada uma grande revisão bibliográfica e discussão dos textos nas reuniões com os membros do grupo Asa Branca de Criminologia e, posteriormente, houve a coleta e análise dos dados. Esse tema apresenta grande relevância social tendo em vista o quanto o crime de tráfico de drogas é responsável por grande parte do aumento do encarceramento no Brasil, bem como o fato de a nossa lei de drogas abrir uma margem enorme de discricionariedade pelo fato de não haver um dado objetivo que sirva para a diferenciação entre usuário e traficante. Vale salientar que o procedimento utilizado entre essas duas categorias é completamente distinto; o traficante pratica um crime hediondo, já o usuário pode receber reprimendas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Palavras-chave: Tráfico de drogas; encarceramento; mulheres

Projeto de Pesquisa: A Atividade policial de criminalização de mulheres por tráfico de drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.

DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Dyego José Holanda Pessoa¹; Glauco Salomão Leite²

¹Graduando do Curso de Direito pela Universidade Católica de Pernambuco; CCJ – Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: dyego-holanda@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito da UNICAP, do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ. E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a mudança paradigmática de uma jurisdição constitucional baseada na centralidade e primazia das Cortes para um modelo de diálogo que estimule as interações institucionais entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Poder Legislativo. A pesquisa destaca o papel da Constituição Federal de 1988 no processo de judicialização de demandas sociais, políticas, econômicas, morais, juntamente com o modelo de constitucionalismo adotado pelo Brasil, entre outros fatores, que contribuiu para o quadro de agigantamento do STF. Nesse diapasão, o estudo buscou trazer à luz o cenário sobre o qual se consolidou a função institucional do Poder Judiciário, sem perder de vista as análises e críticas apontadas por diferentes correntes de doutrinadores acerca dos perigos e benefícios da supremacia judicial. Ao mesmo tempo, procurou-se apresentar as contribuições trazidas pelos trabalhos de Ronald Dworkin e Jeremy Waldron, dentro da dicotomia entre a supremacia judicial e a deferência ao legislador, além de apontar a importância das teorias dialógicas no sentido de desenvolver uma resposta acerca da questão de quem deve deter a última palavra. A solução desenvolvida pelas teorias dialógicas emerge de um debate caloroso entre críticos e defensores da supremacia judicial, porém sem levantar nenhuma dessas bandeiras, empreendendo uma “terceira via” ao debate. Sua disposição foi de buscar a resposta no diálogo entre os poderes, de equilibrar os espaços para evitar o conflito e a verticalidade na relação entre eles, para, assim, construir um modelo de cooperação. Desse modo, através do exame de alguns julgados e de estatísticas apresentadas acerca das decisões do Supremo, mostrou-se que a abertura ao debate é possível e que depende, em certa medida, da inclinação dos poderes ao diálogo, juntamente com a forma como os atores políticos se dispõem sobre as demandas da sociedade e como cada poder responde às provocações que lhes são apresentadas. Da teoria dos diálogos institucionais não se desprende a existência de uma última palavra, mas, pelo contrário, a proposição de uma atuação cooperativa entre os poderes, de modo a construir um diálogo permanente.

Palavras-Chave: diálogos institucionais; judicialização da política; Supremo Tribunal Federal.

Projeto de pesquisa: “Ativismo Judicial e a Proteção dos Direitos Fundamentais pelo Supremo Tribunal Federal: Superação ou Redefinição da Separação dos Poderes no Brasil?”.

A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS AO LONGO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Edilisse Maria de Almeida Rodrigues¹; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC CNPq; E-mail: lissamariia@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: labanca@unicap.br

A dignidade da pessoa humana é a base para a definição de Direitos do Homem, os quais existem, independentemente de positivação no ordenamento jurídico, que é apenas um mecanismo de reconhecimento, garantia e cobrança desses direitos, não sendo necessária, portanto, para existência deles. Com o intuito de reconhecer e assegurá-los, as Constituições são instituídas e os Direitos do Homem passam a ser, então, classificados como Direitos Fundamentais. Esses são conceituados majoritariamente pela doutrina como resultado de um processo de movimentos sociais francês e estadunidense. Todavia, tal conceito não é fixo e determinado, é algo que sofre variações em razão da cultura, do povo, e da época em que são analisados. Questiona-se a influência dos movimentos sociais ocorridos na América-Latina, enfatizando-se os movimentos brasileiros, na construção de seus catálogos de Direitos Fundamentais. Através de uma metodologia historicista com realização de pesquisas a bibliotecas *on-line* ao acervo histórico do estado foram analisadas as revoluções ocorridas na historiografia brasileira. Há revoluções na história do Brasil desde o período colonial; a princípio, o anseio principal da população estava voltado para a proclamação da independência do Brasil em relação à Coroa Portuguesa; no entanto, alguns movimentos defendiam em conjunto direitos sociais e a instalação de uma República, assim como de um Estado Federativo. Percebe-se que todos os movimentos eram decorrentes da insatisfação do povo devido ao Governo vigente e que apresentavam o ser humano e seu desenvolvimento como direção. Importante salientar que muitos desses movimentos inspiravam-se em movimentos e em Cartas de países vizinhos, como a Colômbia e o Haiti. Vários dos direitos reivindicados nos movimentos foram consagrados na primeira constituição e permanecem na atual. Esta os posiciona no início do texto em um rol para iluminar toda a sua interpretação, assim como os torna invioláveis. É notório, dessarte, que o conceito de direitos fundamentais atual sofreu interferência dos movimentos locais, decorrentes de um processo histórico de luta e busca sempre por melhores aplicações. Ressalta-se, ainda, que, os direitos atuais não são absolutos e devem almejar sempre progresso na construção e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: direitos do homem; revoluções brasileiras; garantias constitucionais.

Projeto de Pesquisa: Tutela Jurisdicional de Direitos Fundamentais: Bases e Fundamentos para uma Teoria Constitucional Multinível.

SUPREMACIA PARLAMENTAR X SUPREMACIA JUDICIAL: A “ÚLTIMA PALAVRA” SOBRE A CONSTITUIÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Eduarda Peixoto da Cunha França¹; Flávia Danielle Santiago Lima²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária (PIBIC UNICAP) E-mail: eduardacunhapf@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: flavia-santiago@uol.com.br

No século XX, o binômio supremacia constitucional e revisão judicial de legislação tornou-se uma fórmula acolhida nos mais distintos ordenamentos, permitindo-se cogitar um novo modelo – a “democracia judicial” ou “juristocracia” (HIRSCHL, 2006, p. 727). A transformação das cortes numa parte crucial do sistema político de diversos países é um objeto de estudos compartilhados por juristas e cientistas políticos. A garantia da supremacia constitucional, em conformidade com a CF/88, está a cargo de diversas instâncias estatais, através de um complexo sistema de controle de constitucionalidade, que pode ser exercido de forma preventiva ou repressiva. Na Teoria da Constituição, contudo, a revisão judicial é alvo de profunda controvérsia. Questiona-se a viabilidade do efetivo exercício desta atividade sob o princípio da separação de poderes, pois é assegurada aos tribunais a possibilidade de interferência na atividade dos executivos e legislativos, possuidores de estruturas administrativas aptas ao desempenho das atividades propostas (ACKERMAN, 2000, p. 634). Há, ainda, um aparente consenso quanto ao caráter contramajoritário da revisão judicial, tida como “uma instituição desviante na democracia”, pois, quando a corte invalida os atos dos poderes sujeitos aos processos eleitorais, este controle é exercido “não em nome da maioria dominante, mas sim contra esta” (BICKEL, 1962), retirando as decisões das mãos dos eleitores (SUNSTEIN, 2005, p. 43). Não por acaso, políticas públicas são convertidas em direito. Assim, segundo Alec Stone Sweet (2002, p. 188), a judicialização da política é um fenômeno verificável, em seus efeitos diretos e indiretos, na observação de como e por que a legislação é alterada em consequência do debate constitucional. Estabelece-se, assim, uma tensão entre legislativo e judiciário para definir qual poder detém o monopólio da “última palavra” sobre a constituição, na contraposição entre supremacia parlamentar x supremacia judicial (WHITTINGTON, 2007). Cogita-se, assim, a “preocupação do tribunal em afirmar sua relevância neste jogo e tem especial repercussão para a doutrina constitucional” (LIMA, 2014, p. 256), mas a análise destes casos permite oferecer um diagnóstico mais preciso da atuação do STF em sua interferência na atividade parlamentar, a esclarecer as efetivas interações entre os dois poderes.

Palavras-chave: judicialização da política; direitos fundamentais; separação dos poderes.

Projeto de Pesquisa: Da Separação de Poderes ao Diálogo Institucional: o Ativismo Judicial no Controle de Constitucionalidade Concentrado como Instrumento de Interação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional

A PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DO TRABALHADOR ANTE O PROCESSO DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS

Felipe Uchôa de Albuquerque Oliveira¹; Fábio Túlio Barroso²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: felipe8220@gmail.com.

²Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: fabiotulioadv@gmail.com.

A presente pesquisa teve como objetivo geral o estudo do fenômeno da flexibilização das relações laborais decorrentes de pressões econômicas neoliberais, ante o princípio da dignidade do trabalhador, e como os impactos de tal fenômeno no mercado de trabalho acarretam diretamente a precarização dos direitos dos trabalhadores, dando enfoque específico no papel de “promotor social” que o Estado deve assumir. Ao final, ficou evidenciado que a diminuição das conquistas dos trabalhadores ocasionadas pelo fenômeno da flexibilização, reflete diretamente na sociedade à medida que se caracteriza pela piora da qualidade de vida dos cidadãos em geral, sobretudo os assalariados, pela disponibilidade de suas normas. Da análise doutrinária realizada se pode compreender que a globalização tem extrema ligação com esta tendência flexibilizacionista, à medida que acaba por permitir a concretização de políticas liberais dos mercados financeiros em um nível mundial, implementando o processo de internacionalização da produção de bens e serviços texto que lhe é característico, com o implementação da concorrência, que não mais se restringe ao âmbito de um mercado interno de um país, mas ao nível global. Os efeitos da globalização no Direito no Trabalho são mais facilmente verificáveis quando se analisam as legislações dos países em desenvolvimento, em que o estado, se ausenta do seu papel de promotor social, e passa a legitimar políticas de flexibilização das normas internas, num processo de desvalorização das políticas sociais nacionais de proteção ao trabalho. Conforme se asseverou nesta pesquisa, o direito do trabalho não pode ceder à pressões neoliberais a ponto de perder a sua função de normatizar as relações de uma sociedade de classes em busca da pacificação social, deixando de lado ao parâmetros de proteção ao trabalhador, se desvinculando do ideal de justiça social que caracteriza este ramo do Direito.

Palavras-chave: Flexibilização; Globalização; Neoliberalismo; Princípios Trabalhistas.

Projeto de Pesquisa: Direito trabalhista na pós-modernidade: avanços e retrocessos das normas tutelares e o princípio da dignidade do trabalhador.

A ATIVIDADE DE CRIMINALIZAÇÃO DE MULHERES POR TRÁFICO DE DROGAS: DA VERIFICAÇÃO DO ELEMENTO SUSPEITO AO IMPACTO NO ENCARCERAMENTO FEMININO NO RECIFE

Fernanda Thaynã Magalhães de Moraes¹; Manuela Abath Valença²

¹Estudante do Curso de Direito - CCJ; Aluno Voluntário. E-mail: fernanda_thayna@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas ; E-mail: manuelaabath@gmail.com

A implantação da lei 11.343/06 trouxe consigo uma ampla margem apreciativa da (in)distinção entre usuário e traficante de drogas para a polícia. O que deveria ajudar trouxe um efeito reverso para os legisladores que apostaram nesse modelo proibicionista, já que, de 2003 a 2013, a população carcerária brasileira triplicou. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a legalização das drogas ou a adoção de penas alternativas para o pequeno traficante poderia liberar até 25% das vagas em presídios para combater a superpopulação carcerária no país, que, atualmente, está em torno de 563 mil pessoas”. Busca insanável por derrotar esse “inimigo” fez crescer na sociedade o sentimento de punição, aflorado com a falta de informação que engloba grande parte da população brasileira. Nas palavras das professoras doutoras Érica Babini e Marília Montenegro: “Há um mito de impunidade. Os adolescentes em conflito com a lei são devidamente responsabilizados por seus atos infracionais e, na maioria das vezes, mais do que os adultos”. A seletividade punitiva perpassa por todo o sistema do Direito Penal, sendo majorada pela busca da “eficiência”, ou “resposta ao crime”, que no fim querem dizer a mesma coisa: prisão. Esse é o entendimento de Raúl Zaffaroni e Nilo Batista, quando concluem que “como a inatividade acarretaria o seu desaparecimento, elas seguem a regra de toda democracia e procedem à seleção”, ressaltando que esse poder de seleção corresponde, fundamentalmente às agências policiais. Essa política de seleção tem início com a ação da polícia que, indiretamente, delimita a faixa de atuação da Magistratura e do Ministério Público, responsáveis pelo processo e julgamento. Quando a vestimenta desse contexto é um adolescente, então a problemática torna-se imensamente delicada, já que “o fluxo do Sistema de Justiça Juvenil – SJJ é composto de uma série de decisões cruciais sobre quem deve permanecer processado, quem merece ser perdoado, quem poderá ser liberado, quem permanecerá custodiado pelo Estado e, por fim, quem é merecedor de medidas socioeducativas mais ou menos gravosas” (ABATH,Manuela). Sendo assim, o trabalho versa especificadamente sobre as apreensões de adolescentes na cidade do Recife e busca discutir acerca da situação das medidas socioeducativas na cidade, além disso, perpassa o olhar sobre a criminalização das mulheres por tráfico de drogas.

Palavras-chave: tráfico de drogas; lei 11/343; jovens infratores.

Projeto de Pesquisa: Política e a Lei de Tráfico: Uma Análise das Apreensões de Adolescentes por uso de Drogas na Cidade do Recife.

AUTONOMIA DA VONTADE E CONSENTIMENTO INFORMADO: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DO TJRJ EM 2011 E 2012

Filipi Luis da Costa Araújo¹; Vinícius de Negreiros Calado²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: filipi-araujo@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: vini.calado@gmail.com.

É certo que cada vez mais a população brasileira se conscientiza acerca dos seus direitos e sempre está em busca de melhorias no atendimento que lhe é oferecido. Atualmente, estamos diante de um aumento no número de demandas judiciais indenizatórias em função da violação do dever de informar por parte do médico. Processos esses que chegam às instâncias superiores, como é o caso dos julgados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ, objeto de estudo da presente pesquisa. O *corpus* do estudo possui como base a investigação das decisões judiciais tomadas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ que envolvam a condenação do profissional médico a partir da negligência nos termos de consentimento informado. A coleta dos dados da pesquisa foi realizada a partir do sistema informatizado de busca jurisprudencial no site do próprio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o qual possibilitou a realização de filtros com precisão. Como resultado, observou-se que, nos anos de 2011 e 2012, houve o total de 31 (trinta e um) achados pertinentes à pesquisa. Em análise aos casos supracitados, ao observar a eficiência e força probatória dos Termos de Consentimento Informado – TCI, constatou-se que se trata de um processo gradual e verbal. Esse dever é um processo de diálogo entre o médico e o paciente, no qual serão esclarecidos os riscos, os benefícios, as prescrições, as possibilidades de tratamento, bem como os cuidados após a intervenção médica. Conclui-se, portanto, que não basta existir Termo de Consentimento Informado para provar que o dever de informar fora adimplido pelo médico, caberá ao profissional procurar novas ferramentas para implementar em sua rotina buscando uma segurança jurídica. Assim, objetiva-se que, a partir de estudos como este, a classe médica se torne mais consciente dos seus deveres jurídicos de prestador de serviço, para que, a partir daí, sejam evitados os erros costumeiros que levam a relação médico-paciente de consultórios para os tribunais.

Palavras-chave: Consentimento informado; responsabilidade civil médica.

Projeto de Pesquisa: Autonomia, informação e consentimento nas relações médico-paciente.

CONSTRUÇÃO DE DADOS PARA O FORTALECIMENTO E TRANSPARÊNCIA TERCEIRO SETOR

Gabriel Filipe Avelino Soares¹; Maria Cristina Guimarães Oliveira²

¹Estudante de Direito na Universidade Católica de Pernambuco, do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ.. E-mail: gabriel.filipe321@gmail.com.

²Professora Doutora do Curso de Letras do Centro de Ciências Sociais – CCS. E-mail: macol55@uol.com.br

Analisa dados fornecidos pelas OSCIPs nas páginas webs, questionando-se informações declaradas nesses sites, já que que a transparência é considerada um dos alicerces básicos do Estado Democrático de Direito e da moderna Administração Pública, concretizando-se pelo acesso à informação e pela participação na gestão da coisa pública. Teve como universo 145 OSCIPs cadastradas no site eletrônico do Ministério da Justiça. Contudo, deste grupo, a amostra é composta por 93 instituições, que apresentaram finalidade, que exercem atividades, entre elas ambiental, assistencial, cidadania, creditícia, cultural, educacional, integração, jurídica, pesquisas, saúde, tecnologias alternativas e voluntariado. Dessas 93 instituições apenas 19 apresentaram website, com informações financeiras e/ou não-financeira. Para padronização dos dados foi constituído um formulário de pesquisa documental, cujas informações se referem às atividades, localização, início da qualificação de OSCIP, se recebeu ou não recursos públicos, valores, relação de trabalho, quantidade de funcionários, se mantêm ou não website, quando mantêm site, se informa o balanço financeiro, se disponibiliza informações de projetos e financiadores, quais tipos de informações foram disponibilizados. Após essa coleta de dados, foram calculados no Programa Excel, logo depois foram colocados no programa SPSS para que fosse possível cruzar algumas variáveis. A fim de facilitar a compreensão dos leitores foram construídas tabelas de frequência com ajuda do aplicativo SPSS e tabela cruzadas de dados. O resultado obtido com o estudo empírico ficou evidenciado. Das amostras pesquisadas 59,1% estão concentradas na cidade do Recife. Das 93 instituições pesquisadas, 13 receberam algum tipo de recurso público, ou seja, 14% receberam algum tipo de beneficiamento público. Das amostras pesquisadas, 27 apresentaram algum tipo de relação de trabalho, isto é, 29% das 93. Contudo, 66 das instituições não apresentaram nenhum tipo de relação empregatícia, ou seja, a grande maioria as OSCIP's do estado de Pernambuco não tem nenhum vínculo de funcionários, mostrando que as mesmas não funcionam. Das 93 OSCIPs pesquisadas 18 (19,4%) oportunizam a possibilidade de comunicação ao público, através de link fale conosco ou contato. Essa possibilidade fortalece a acessibilidade à informação, garantindo, assim, maior controle social. Por fim, temos o resultado mais expressivo da pesquisa, com os resultados das amostras foi possível detectar que apenas 19 (20,4%), das 93 OSCIP's pernambucanas, disponibilizavam website. A grande maioria (74,6%) das instituições não mantêm website, isso mostra a realidade dessas instituições, que, quando se cadastram no site do Ministério da Justiça, não têm garantido uma parceria com o poder público. Por fim, caberia, destacar que o fortalecimento deste debate no âmbito da Universidade Católica de Pernambuco - Unicap, busca solidificar uma linha de pesquisa acadêmica em construção, com alunos e professores interessados na perspectiva de seu crescimento.

Palavras-chave: Direito à informação, Lei de acesso à informação, OSCIP's.

Projeto de Pesquisa: Políticas e compartilhamento de informações econômico-financeiras: em busca de uma governança corporativa.

MULHERES NO TRÁFICO: UM ESTUDO SÓCIOCRIMINOLÓGICO DA SUA ESTEREOTIPAÇÃO

Gabriela Parisi de Amorim¹; Erica Babini Lapa do Amaral Machado²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: gabiparisi@me.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ericababini@hotmail.com

O recente aumento da criminalização, especialmente no âmbito das drogas, com suas consequentes políticas criminais, geram indagações de extrema relevância a respeito da forma como todo esse processo é conduzido. Observa-se que o tráfico é o crime que mais tem encarcerado mulheres no Brasil. Nos últimos cinco anos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais de 15 mil mulheres foram presas no Brasil, um percentual que tem crescido em velocidade superior ao que ocorre com o gênero masculino. A introdução dessas mulheres no mundo do tráfico se dá, em especial, por subordinação à participação dos homens nessas mesmas atividades. Pela imagem social conotada ao gênero feminino de docilidade, submissão e menos suscetível à prática de comportamentos violentos, sua invisibilidade atrai os olhos de traficantes que buscam por vendas rápidas ou introdução de drogas em locais específicos através de mulheres que transportam drogas, conhecidas, geralmente, como “mulas” e traficantes da base da pirâmide do sistema. Nesse sentido, pretendeu-se discorrer e analisar o sistema da justiça criminal, englobando, não somente, as agências formais de controle, mas também, as agências ideológicas, tais como: a dogmática penal e processual penal, a criminologia, a mídia e a opinião pública, com foco no tratamento das mulheres taxadas como traficantes/usuárias. A guerra às drogas, ao disseminar o simbolismo de proteção à saúde e ao bem-estar da sociedade, salvaguardando a humanidade do “mal das drogas”, de certa forma, tende a firmar a criminalização e o estado de violência crescente. Ao passo que, com isso, acarreta mais insegurança, pois não inibe as práticas ditas criminosas. Muito pelo contrário, amplia os índices de criminalidade e segregação social, deixando, muitas vezes, os considerados “inimigos”, à margem da sociedade. Nesse sentido, é de fundamental importância a compreensão do “sistema” e como funcionam as agências de controle formal ao se relacionarem com a temática: drogas. Através deste ponto de vista, buscou-se compreender como esse modelo enxerga a usuária de entorpecente diante do alto nível de seletividade.

Palavras-chave: Mulher; Encarceramento; Política Criminal de Drogas.

Projeto de Pesquisa: A atividade policial de criminalização de mulheres por tráfico de drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INCORPORAÇÃO DE MECANISMOS RESTAURATIVOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Géssica Priscila Arcanjo da Silva¹; Fernanda Cruz Fonseca Rosenblatt²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. E-mail: gessica.arcanjo@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ffrosenblatt@unicap.br

Na perspectiva monolítica de resposta estatal ao crime, o sistema penal confisca o conflito de seus donos, reduzindo-os a uma similitude não condizente com a realidade, dando-se privilégio à apologia da dor em detrimento de uma responsabilização construtiva. A Justiça Restaurativa, por sua vez, é um processo para envolver, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e corrigir o mal praticado, na medida do possível. Procurou-se, com o presente trabalho, através de pesquisa bibliográfica e análise documental, abordar o movimento restaurativo brasileiro, investigando sua incorporação à legislação brasileira, principalmente através da análise do Projeto de Lei 7006/2006, proposto pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, verificando a existência de outros projetos de lei e/ou dispositivos legais em vigor que façam menção ao uso da justiça restaurativa no Brasil e qual relação feita entre “mediação penal” e “justiça restaurativa”. Nos resultados, a pesquisadora observou que as mudanças restaurativas propostas para o ordenamento jurídico brasileiro são limitadas e negociadas, carregando sob sua roupagem de inovação a essência do paradigma tradicional de administração de conflitos, possibilitando a colonização deste pelo sistema penal tradicional estigmatizante e seletivo.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa no Brasil; Movimento Restaurativo Brasileiro; Justiça Restaurativa na Legislação Brasileira;

Projeto de Pesquisa: Uma Perspectiva Crítica Sobre o Movimento Restaurativo Brasileiro: Os Projetos-Piloto e Legislativo no Brasil à Luz da Experiência.

A JUDICIALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DAS MINORIAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ATIVISMO JUDICIAL E REAÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL

Guilherme Lima de Carvalho¹; Flávia Danielle Santiago Lima²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: guilherme9090@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas ; E-mail: flavia-santiago@uol.com.br

No Brasil, percebem-se as consequências do processo de judicialização das relações políticas e sociais, sob a égide da Constituição de 1988. Dentre suas decisões mais polêmicas, em 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram conhecer da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 como Ação Direta de Inconstitucionalidade, e julgá-la em conjunto com a ADI 4.277. No referido julgamento, os ministros reconheceram a união homoafetiva como instituto jurídico. Além disso, “para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva” (DJe 14.10.2011). Tal julgamento, de acordo com a decisão, tem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante. Todavia, tramita na Câmara o Projeto de Lei (PL) 6583/2013, conhecido como Estatuto da Família, de autoria do Deputado Federal Anderson Ferreira (PR/PE). No referido PL, o conceito de entidade família como sendo “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Tal definição de família vai de encontro ao que o STF decidiu em 2011. Levando em consideração o princípio da segurança jurídica, a partir da análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132 e ADI 4.277, há uma grande possibilidade do STF declarar a inconstitucionalidade do Estatuto da família. Todavia, essa “última palavra” pode ser temporária, visto que, para além da dicotomia supremacia do judiciário versus supremacia do Legislativo, existe a “teorias dos diálogos institucionais” (MENDES, 2008).

Palavras-chave: união homoafetiva; controle de constitucionalidade; diálogos institucionais.

Projeto de Pesquisa: Da separação de poderes ao diálogo institucional: o ativismo judicial no controle de constitucionalidade concentrado como instrumento de interação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

TRÁFICO DE DROGAS E ENCARCERAMENTO FEMININO: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE PODER QUE ULTRAPASSAM A ESFERA SOCIAL ALTERANDO A LÓGICA DA CRIMINALIZAÇÃO

Iricherlly Dayane da Costa Barbosa¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista do CNPq; E-mail: iricherlly@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas E-mail: marilia_montenegro@hotmail.com

Em dezembro de 2014, a população carcerária feminina presa por tráfico de drogas ou tráfico internacional de drogas, segundo os dados do DEPEN, equivalia a 63% do total, ao passo que, no caso masculino, equivalia a 25%. Como se percebe, mais da metade das mulheres está presa por tráfico, o que representa uma mudança significativa, tendo em vista que a criminalidade tradicionalmente atribuída à mulher era, até então, de crimes passionais. Daí surge a necessidade de analisar como as relações patriarcais de poder são transferidas para a relação de criminalização, refletindo assim no lugar que a mulher ocupa dentro do tráfico de drogas, investigando as estruturas hierárquicas presentes no mercado de drogas ilícitas como elementos vulnerabilizantes da mulher, assim como a alteração da lógica androcêntrica da criminalização e examinando o impacto que é causado no encarceramento feminino na cidade do Recife. Para tanto a pesquisa foi idealizada em duas etapas: quantitativa e qualitativa. Contudo, a metodologia traçada para o desenvolvimento da pesquisa restou-se prejudicada, tendo em vista que o acesso aos dados necessários só foi permitido pelo Ministério Público a partir do dia 30 de junho de 2016, sendo inviável, a realização da metodologia prevista. Dessa forma, a pesquisadora utilizou-se da técnica da documentação indireta, assim como a análise de dados oficiais do Infopen 2015 (dados de 2014) e o Infopen mulheres publicado em 2014. O que se conferiu foi que, em geral, as mulheres desempenham funções de menos destaque e menor complexidade nas redes do tráfico. Sendo assim, a mulher acaba sendo mão-de-obra vantajosa porque é menos custosa financeiramente, e também pelo motivo de serem socialmente menos suspeitas ao poder repressivo. Por conta dessa designação, as mulheres são mais suscetíveis aos flagrantes e à criminalização sem negociações com os agentes do Estado, porque não ocupam postos consideráveis. Ou seja, mesmo no relacionamento promíscuo que o mercado ilegal cultiva com o Poder Estatal, a mulher está marginalizada pela insignificância política e econômica que representa nessa cadeia, e quando presas, pelo fato de cumprirem obrigações menores, rapidamente são descartadas e facilmente substituídas.

Palavras-chave: tráfico de drogas; encarceramento feminino; relações patriarcais.

Projeto de Pesquisa: A Atividade Policial de Criminalização de Mulheres por Tráfico de Drogas.

RESPONSABILIDADE MÉDICA E CONSENTIMENTO INFORMADO: UM ESTUDO DE PRECEDENTES DO TJSC ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015

Ítalo Roberto de Deus Negreiros¹; Vinicius de Negreiros Calado²

¹Estudante do Curso de Direito do CCJ; IC Voluntário. E-mail: italonegreiros@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: vini.calado@gmail.com

Em virtude das especificidades que gravitam em torno da responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais, em específico àqueles da saúde, é de extrema relevância a acurada análise a despeito da relação entre estes e seus pacientes, no tocante ao dever informacional dos procedimentos intervencionistas a serem adotados, quais sejam os cirúrgicos e/ou de tratamento, esclarecendo de pronto os riscos nos quais estarão submetendo-se com vistas a acolher o seu consentimento ou rejeição. Dessa premissa, foram analisadas as decisões colegiadas do TJSC entre os anos de 2005 e 2015, através da própria ferramenta de buscas do seu sítio eletrônico, comparando-as sob o prisma do CDC e bibliografia específica, perquirindo as nuances da evolução do instituto conforme lapso temporal, através do método da documentação indireta e da análise qualitativa. Seguindo sistemática da pesquisa do ano anterior, foi mantida a região sul como base de pesquisa, escolhendo-se o TJSC pela qualidade da sua ferramenta de buscas e nível dos debates jurisprudenciais sobre os princípios da dignidade da pessoa humana, da autonomia privada e da beneficência. Destarte, o levantamento do *corpus* jurisprudencial pautara-se na busca daquelas mediante a seguinte locução: [(“consentimento informado”)], sendo as demais palavras preenchidas no campo “com todas as palavras” [(“médico informar”) e (“médico informação”)], vedada as decisões monocráticas, totalizando ao final 34 julgados úteis. Gize-se que os grandes embates assentaram-se sob a dialética do respeito à autonomia privada do paciente e da beneficência, ambas desdobramentos da dignidade humana previstas na *Lex Mater*, visto que se considerará primeiramente a urgência do procedimento/tratamento em detrimento da escolha do paciente sobre a sua viabilidade, passando em segundo plano à análise e adequação dos meios empregados a tanto, os danos, a culpabilidade e seu nexos causal com a conduta do profissional, seguramente concluindo que, independente do ano *sub oculi*, o TCI constitui obrigação secundária do médico, pois importa mais as consequências do seu labor que a obediência ao dever informacional. Assim, a validade do TCI não depende apenas da sua clareza sobre o procedimento proposto e riscos, mas das consequências advindas da execução deste.

Palavras-chave: autonomia privada; dever informacional; beneficência.

Projeto de Pesquisa: Autonomia, informação e consentimento nas relações médico paciente.

UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS EM PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO TRÁFICO DE DROGAS

Jessé de Oliveira Neto¹; Manuela Abath Valença²

¹Aluno do curso de Bacharelado em Direito; Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário; jesse.oliveira13@gmail.com;

²Professora do Centro de Ciências Jurídicas; manuelaabath@gmail.com

Trata-se de pesquisa com decisões judiciais de aplicação de medidas socioeducativas para adolescentes condenados por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas nas Varas da Infância da cidade do Recife, com o objetivo de compreender a atuação da magistratura recifense na criminalização secundária de adolescentes por tráfico de drogas, compreendendo que medidas socioeducativas aplicam ao caso e que variáveis são importantes nessa definição. Para tanto, foi utilizada como metodologia a Análise de Conteúdo (AC), a fim de encontrar as relações que existem entre códigos ideológicos do julgador e as fundamentações judiciais. O marco teórico que direciona a presente pesquisa perpassa a proposta da Criminologia Crítica. Tal marco direcionou a uma nova forma de pesquisa que tem como paradigma o olhar para a criminalidade como a atribuição de um status negativo a determinado grupo de pessoas, mediante uma dupla seleção, primeiramente selecionando os bens jurídicos penalmente protegidos e dos comportamentos ofensivos a estes bens, logo após, seleciona os indivíduos estigmatizados entre todos aqueles que praticam tais comportamentos. Assim, antes de analisar as decisões judiciais, essa pesquisa analisou os inquéritos de 1245 adolescentes que foram conduzidos à DPCA no de janeiro a junho de 2015, mapeando quais os principais atos infracionais supostamente cometidos por esses adolescentes, como também, analisando o gênero, raça, entre outras. Em seguida, passou-se a analisar as sentenças para descobrir qual a distribuição das medidas socioeducativas em correspondência com os atos infracionais. Como resultado dessa pesquisa foi possível estabelecer um parâmetro entre os diferentes atos infracionais e as medidas socioeducativas aplicadas, como também traçar o perfil do adolescente que é criminalizado pelo ato infracional de tráfico de drogas.

Palavras-chave: Proteção integral, Recife, DPCA, Vara de infância.

Projeto de Pesquisa: A Atividade Policial de Criminalização de Mulheres por Tráfico de Drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.

OS TRÊS PROJETOS PILOTO BRASILEIROS E A PROBLEMÁTICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO BRASIL

João André da Silva Neto¹; Fernanda Fonseca da Cruz Rosenblatt²

¹Estudante do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. E-mail: joao.law.neto@gmail.com

²Professora do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. E-mail: fonsecafernanda@hotmail.com

O entusiasmo com as possíveis utilizações da Justiça Restaurativa no Brasil passou por um hiato. A implementação dos três projetos piloto trabalhados em diferentes partes do país foram vistos como um início promissor à propagação de tal instituto, tendo ocorrido um esfriamento de tais ideias. O plano de trabalho em voga teve como objetivo buscar informações sobre o andamento de tais projetos colocados em prática por volta de 2005, bem como sobre um adormecido movimento restaurativo brasileiro. Os projetos analisados foram o Projeto Justiça para o Século XXI, em Porto Alegre (RS), Justiça Restaurativa do Núcleo Bandeirantes, em Brasília (DF) e Projeto Justiça, Educação, Comunidade: parcerias para a cidadania, em São Caetano do Sul (SP). O método utilizado para tanto foi o da pesquisa bibliográfica (autores estrangeiros e nacionais) e análise documental, sendo esta a partir de relatórios e pareceres sem tratamento científico. A análise documental foi focada no levantamento situacional dos projetos, enquanto que a pesquisa bibliográfica teve a intenção de saber o estado atual do movimento restaurativo brasileiro. Nos resultados, visualizou-se alguma mudança positiva quando das práticas restaurativas nos conflitos, seja através de um índice de satisfação ou mesmo por mudanças de caráter comunitário, como é o caso do projeto de São Caetano, no qual houve uma preocupação com a tentativa de implementação da justiça restaurativa também no âmbito escolar. Foi possível, ainda, observar forte influência das metodologias e teorias estrangeiras dentro dos projetos, como a adoção da metodologia dos círculos trabalhada por Kay Pranis. Deve ser ressaltado que os projetos estão sendo desenvolvidos há mais de uma década, mas falta ainda, na opinião de alguns dos atores envolvidos, um aporte legislativo para que se possa agir com maior segurança, pois as diferentes aplicações das práticas restaurativas podem tanto servir como uma causa minorante de pena em processo criminal – algo que vem ocorrendo – como acarretar em bis in idem. Ainda, o cuidado com os profissionais para que estes não roubem os conflitos e tentem impor uma solução da forma que age o processo criminal. Em suma, há que se difundirem os resultados, praticar aquilo que surtiu efeitos positivos, mas também, criar regras e definir parâmetros à utilização de tais práticas.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; projetos-piloto; movimento restaurativo brasileiro.

Projeto de Pesquisa: Uma perspectiva crítica sobre o movimento restaurativo brasileiro: os projetos-piloto e legislativo no Brasil à luz da experiência inglesa.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ATIVISMO CONTRAMAJORITÁRIO

José Raimundo e Silva Neto¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; Voluntário PIBIC UNICAP. E-mail: joseraimundoneto@aol.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

O escopo deste trabalho foi analisar a prática de um ativismo judicial contramajoritário no âmbito do STF que, através do exercício do *judicial review*, tem firmado sua autoridade enquanto intérprete privilegiado da Constituição. O referencial teórico a partir do qual a investigação se desenvolve é a crítica da “dificuldade contramajoritária”, elaborada por Alexander Bickel. As análises e discussões iniciais buscaram compreender a expansão do Poder Judiciário e as causas e consequências da crescente judicialização no Brasil, especialmente a judicialização de questões políticas. Após 1988, o Supremo Tribunal Federal, gradativamente, foi sendo provocado a se pronunciar sobre as mais variadas e complexas questões, compreendendo assuntos de elevadas cargas política, moral, econômica e social. De uma mera instância jurisdicional, a Corte se transformou em um espaço público de deliberação, onde importantes e polêmicas controvérsias têm sido decididas. Logo em seguida, foi necessário realizar um aprofundamento no referencial teórico adotado; a crítica da “dificuldade majoritária”, a qual desenvolve a ideia de que a *Judicial Review* é uma força contramajoritária no sistema democrático. Quando a Corte invalida os atos dos poderes sujeitos aos processos eleitorais, este controle é exercido não em nome da maioria dominante, mas sim contra esta, o que atribui à pequena minoria um poder de veto sobre a maioria. Por fim, foi realizado um levantamento dos casos e julgados do STF, selecionados a partir de critérios retirados do referencial teórico adotado. Isso permitiu enxergar que a jurisdição constitucional pode ser uma garantia para a democracia e um risco ao equilíbrio entre os poderes, o STF como intérprete maior da constituição não pode suprimir a política, o governo da maioria, nem o papel dos legisladores. Entretanto, em um estado democrático de direito é comum ocorrerem situações de tensão e de conflitos aparentes entre direitos fundamentais e o governo da maioria, nessas situações a suprema corte deve proteger os valores e os direitos fundamentais, mesmo que contra a vontade circunstancial de quem tem mais votos. Ao final, se pode concluir que a dificuldade contramajoritária se configura no Brasil, tão somente, nas ocasiões em que a suprema corte declarou inconstitucional dispositivos normativos defensáveis, isto é, dispositivos em que a corte fundamentou a inconstitucionalidade com argumentos de natureza política.

Palavras-chave: Ativismo judicial; Controle de Constitucionalidade; Regra da maioria.

Projeto de Pesquisa: ativismo judicial e a proteção dos direitos fundamentais pelo supremo tribunal federal: superação ou redefinição da separação dos poderes no Brasil?

ANÁLISE DO ESTUDO DA RELAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO COM AS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Kamilla Michiko Yazawa¹; Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP; E-mail: kamillamichiko@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: theresanobrega@hotmail.com

Esta pesquisa observou o Tribunal de Contas da União desenvolvendo o papel de controle das entidades com certificado de entidade beneficente de assistência social - CEBAS, diante da dúvida sobre a capacidade da Administração Pública de controlar a aplicação dos recursos destinados ao fomento dessas entidades do Terceiro Setor. Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida através de uma imersão teórica importante para a fundamentação do trabalho, já que houve a necessidade de reunião dos conhecimentos adquiridos por livros, artigos, demais periódicos e fontes de referência, contribuindo para uma análise crítica na averiguação dos fatos compreendidos no contexto das ações de fomento do Terceiro Setor. Posteriormente, investigamos o papel fiscalizatório do Tribunal de Contas da União quanto aos repasses às CEBAS e o cumprimento das obrigações dessas entidades conveniadas à Administração Pública, junto aos órgãos de fomento do poder público. Nessa fase, pesquisamos o volume de repasses dos recursos federais às instituições sem fins lucrativos, num recorte temporal de cinco anos (em média 2,62% do orçamento do Governo Federal destinado a transferências de recursos, o que seria, aproximadamente, R\$ 7.985.048.488,56 ao ano). Outro ponto analisado foi quanto a edição de regulamentos e enunciados por parte do TCU, que funcionariam como diretrizes de controle para a atuação do Poder Executivo. Houve o lançamento de uma cartilha com três edições: 2007, 2009 e 2013, denominada Orientações para Conselhos da Área de Assistência Social, sendo perceptível o avanço na regulação das entidades do Terceiro Setor com CEBAS. Por fim, através do art. 29, inciso VIII da lei do título de CEBAS, foi constatado que o parecer conclusivo sobre o cumprimento dos convênios se estabelece através de demonstrações contábeis e financeiras por meio de auditoria independente (um expediente com maiores chances de fraude), sendo este o instrumento responsável pela renovação do título de CEBAS. Essa postura favorece a evasão de recursos públicos, que poderiam ser destinados a entidades sérias e comprometidas com o interesse público. Como forma de controle da sociedade civil, podemos referir com destaque o acompanhamento dos acórdãos dos relatórios de auditoria dessas entidades, através do endereço eletrônico do Tribunal de Contas da União.

Palavras-chave: CEBAS; Controle; TCU.

Projeto de Pesquisa: Regulação e controle de políticas públicas sociais: a nova agenda pública de Pernambuco e as relações entre Tribunal de Contas, ARPE – Agência Reguladora do Estado de Pernambuco e organizações não-governamentais.

O CONSENTIMENTO INFORMADO NAS RELAÇÕES MÉDICO PACIENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA

Keunny Raniere Carvalho de Macêdo Filho¹; Vinicius de Negreiros Calado²

¹Estudante do Curso de Direito do CCJ; VoluntárioE-mail: keunnyr93@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do CCJ.E-mail: rofessor@viniciuscalado.com.br

Com o advento do Código de Defesa do Consumidor – CDC, o médico enquanto prestador de serviços fora enquadrado no conceito legal de fornecedor, estando, assim, sujeito às normas ali prescritas na forma do art. 3º da Lei 8.078/90. Tendo em vista que o médico lida com um valor de natureza inestimável, a saúde e a vida do ser humano exige-se que o prestador de serviço aja de modo transparente com o consumidor, sob pena de violar o direito à informação. Destarte, enquanto pesquisa situada na esfera da Responsabilidade Civil Médica, objetiva-se analisar a repercussão jurídica da conduta do profissional médico, que, embora se utilize de Termo de Consentimento Informado – TCI, omite informações relevantes ao seu paciente, seja por ato de vontade deliberado ou omissão genérica que resultam em fato não esperado pelo paciente, e não desejado pelo médico, desaguando em demandas judiciais indenizatórias fundamentadas no descumprimento do dever de informar por violação da autonomia do paciente. Para tanto, procedeu-se à construção do *corpus* da pesquisa, cuja escolha recaiu sobre a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, realizando-se a seleção dos julgados a partir de critérios objetivos através do mecanismo de busca informatizado da própria instituição que possibilita realizar filtros com precisão. Isto posto, observou-se que pacientes, sentindo-se lesados, buscam o Poder Judiciário com base na violação do dever informacional do profissional médico, sob o fundamento de não consentimento dos riscos que resultam do procedimento. Desse modo, o TCI é tido como meio de defesa para a suscitada negligência informacional, porém nem sempre admitido em juízo como prova de que o médico cumpriu o seu dever de informar, seja porque o instrumento fora considerado impreciso, ou ainda nas situações em que o processo comunicacional não procedeu corretamente. Nesse contexto, o TCI reflete um processo comunicacional entre o médico e o paciente, de modo que este diante das informações prestadas, compreendendo-as, expressa sua vontade, asseverando seu consentimento.

Palavras-chave: código de defesa do consumidor; responsabilidade civil médica; dever de informar.

Projeto de Pesquisa: Autonomia, Informação e Consentimento nas Relações Médico Paciente.

INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E A LEI DE TRÁFICO: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Laís Emanuella da Silva Lima¹; Manuela Abath Valença²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP).E-mail: lais.lima29@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: manuelaabath@gmail.com

As taxas de prisão preventiva no Brasil são cada vez maiores, o que contraria a adoção em sua legislação do princípio da presunção de inocência. Com os adolescentes que cometem atos infracionais a situação não é diferente, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente fruto da Doutrina da Proteção Integral, consagra tal princípio e, ainda, trata como absolutamente excepcional o uso da internação provisória. O tráfico de drogas ocupa um espaço de destaque nessa problemática, sendo esse fator determinante no recrudescimento legislativo para adultos e adolescentes. É necessário entender quais as justificativas e argumentos que levam o magistrado a aplicar tais medidas. A polícia tem um papel fundamental, pois é a partir do seu olhar sobre quem será recaído a acusação e qual o padrão usado para se identificar um sujeito criminoso ou potencialmente criminoso, e isso terá influência na narrativa inicial que dará o desfecho processual, seja prisão preventiva ou internação provisória. O objetivo do trabalho é analisar esse padrão que será o ponto inicial para abordagem policial e que seguirá também um padrão judicial, utilizando da metodologia de Análise de Conteúdo que permite decompor os elementos das decisões judiciais e das entradas ocorrentes na DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente) situada na cidade do Recife. No caso dos processos da justiça juvenil, no Recife, 70,1% se iniciam com autos de apreensão em flagrante. Boa parte da movimentação da justiça se inicia com uma provocação da Polícia Civil, que, por sua vez, recebe os adolescentes, sobretudo, das mãos de policiais militares. No caso dos adolescentes, os delitos que aparecem com maior frequência são os de tráfico de drogas tanto para meninos quanto para meninas. Segundo os dados fornecidos pela própria FUNASE, 89,3% dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em meio fechado no ano de 2015 eram negros. Verifica-se que a atenção está voltada mais para meninos negros, mascarando uma justiça seletiva e racial.

Palavras-chave: sistema de justiça juvenil; internação provisória; Lei de tráfico de drogas.

Projeto de Pesquisa A atividade policial de criminalização de mulheres por tráfico de drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.

A PROTEÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS NO NOVO CPC E O IMPACTO NO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHISTA.

Laís Mattoso Sombra Lopes¹; Sérgio Torres Teixeira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas IC Voluntário; E-mail: laismattoso@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: sergiotteixeira@uol.com.br.

O Acesso à Justiça, tema que sofreu diferentes modos de compreensão durante os anos, saindo de um direito meramente formal para algo que pode ser alcançado por toda a população, independentemente da condição financeira, é, atualmente, um direito fundamental. Porém, inicialmente, o acesso à justiça era acesso formal, visto que só quem tinha esse poder de acessar a justiça eram aqueles que poderiam arcar com os custos do processo, enquanto aqueles que não tinham esse poder financeiro, não poderiam se escorar no Estado para ajudar na solução de seus conflitos, havendo, portanto, uma igualdade formal, mas não efetiva, já que uma parte da sociedade não exercia esse direito. Porém, esse sistema “laissez-faire” se tornou insuficiente, pois não atendia aos direitos sociais, somente aos individuais. Com essa insatisfação, iniciou-se uma exigência do povo para que o Estado agisse, exercendo uma função positiva. Nessa nova visão de igualdade dos cidadãos e com o Estado Democrático de Direito, o acesso à justiça foi admitido como um direito fundamental, estando, inclusive, no Art. 5º, XXXV da Constituição Federal. Diante do destaque dado ao Novo Código de Processo Civil e a necessidade de conhecê-lo, o ano de 2016 voltou-se ao estudo desta norma que entrava em vigência. No âmbito da tutela dos direitos difusos, o Novo Código trouxe inovações que auxiliaram e realçaram aqueles direitos de mais de um titular, ou seja, coletivos, visto que os mesmos eram aplicados com uma certa dificuldade por não haver uma certeza de quem era ou deveria ser a titularidade do seu exercício. Entretanto, visto que esta Norma prometia visar o coletivo, ao contrário do Código anterior, o qual era individualista, a mesma não atendeu a todas as expectativas. O artigo mais esperado do Código, o qual permitia a conversão de ação individual em ação coletiva quando no conflito houvesse uma nítida essência coletiva, foi vetado pelo Executivo, enfraquecendo a tutela do direito coletivo. Assim, a maior novidade do CPC de 2015 foi o incidente de resolução de demandas repetitivas, o qual permite o Judiciário decida de forma uniforme para todos os casos iguais. Esse instituto se aplica tanto aos processos individuais quanto aos coletivos, suspendendo os da mesma matéria quando o incidente for reconhecido. Portanto, as mudanças do Novo Código foram de suma importância, mesmo que a tutela dos direitos coletivos não fosse abordada da forma esperada pelos profissionais do Direito, houve um avanço no modo de ver e lidar com esses direitos, caminhando para um maior e pleno Acesso à Justiça.

Palavras-chave: Acesso à Justiça, Direito Coletivo, Novo Código de Processo Civil.

Projeto de Pesquisa: ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO: novas dimensões de Acesso à justiça e os instrumentos de aproximação dos órgãos da Justiça do Trabalho com a sociedade como ferramentas para a maior efetividade do sistema processual trabalhista contemporâneo.

O DISCURSO SOBRE SEXUALIDADE/PROSTITUIÇÃO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Larissa Brasileiro Malheiro¹; Vanessa Alexandra de Melo Pedrosa²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: larissabrasileiro@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: vanessampedrosa@gmail.com

Atualmente, felizmente vivemos em tempos de igualdade social, diariamente prega-se que preconceitos e violações aos direitos fundamentais devem ser sempre repugnados. Porém, ainda se insiste em classificar os cidadãos como decentes ou indecentes, dentre as pessoas indecentes e que merecem necessariamente um julgamento independente da vontade que esta possui, encontramos as pessoas prostituídas. A prostituição luta contra os ditames da moral e dos bons costumes, a pessoa prostituta é considerada desprezível aos olhos da sociedade. Não se respeita a vontade dela de usar o seu próprio corpo e isso gera uma visível divisão entre mulheres honestas e boas- leia-se aquelas que são pra casar- e mulheres que só servem para ser usadas e realizar os impulsos sexuais masculinos. Neste talante, pretende-se analisar como o Código penal torna a prostituição um tema de pouca relevância, esquecendo que existe além da prática da prostituição por coação e ameaça, existe também a prática por prazer, por vontade da própria pessoa de vender seus serviços sexuais por gostar desse hábito. Na pesquisa, em análise busca-se entender e estabelecer um paralelo entre o que a visão da sociedade juntamente com o poder estatal enxerga a prostituição e como o comportamento machista da dogmática jurídico penal determina a aceitação e o respeito por tal prática, que ainda não se encontra regulamentada como profissão. Por fim, nota-se uma necessidade de identificar-se as causas da marginalização social da prostituição em tempos atuais. E percebe-se a necessidade da criação de leis que regulamentem o exercício dessa prática, pois essa postura de omissão por parte do Estado, implica um desrespeito à liberdade individual que é um Direito pessoal e inalienável.

Palavras-chave: Exploração, feminismo, código penal, machismo.

Projeto de Pesquisa: Moral sexual, prostituição e tráfico de pessoas como um debate ainda pendente.

DA PROSTITUIÇÃO AO TRÁFICO

Larissa Gabrielle Silva de Andrade¹; Vanessa Alexsandra de Melo Pedroso²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro De Ciências Jurídicas. Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: laragsandrade@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. E-mail: Vanessampedroso@gmail.com

O presente estudo "Da prostituição ao tráfico: Análise política/jurídica do fenômeno da prostituição e suas implicações para o tráfico humano", desenvolvido junto ao programa de iniciação científica da Universidade Católica de Pernambuco, busca compreender como fenômeno jurídico da prostituição pode influir para a concepção do tráfico humano para fins de exploração sexual. É primordial evidenciarmos que existe um linear entre o exercício e a exploração da sexualidade, cujas discussões e estudos sobre o tema são de extrema importância, porém escassos, embora, na atualidade, as sociedades modernas tenham passado, nas últimas décadas, por inúmeras mudanças que auxiliaram na reflexão de seus valores e preceitos morais, o exercício da prostituição ainda é marginalizado por uma visão proibicionista, pré-concebida, que não enxerga esse fenômeno como um livre exercício do direito de liberdade sexual. Foi então em face da falta de estudos coesos que relacionassem os dois fenômenos estudados, que procuramos através do método histórico-analítico, estender a visão da pesquisa e entender esses fenômenos através das questões socioeconômicas, do instituto da propriedade e do instituto do trabalho e da exploração laboral. Chegamos à conclusão de que, a partir do momento que o homem sai da condição de ser selvagem e constitui o que hoje entendemos como sociedade e estado, ele cria a necessidade de possuir direitos, deveres, funções dentro de seu grupo, hierarquia. É em face desses conceitos que os homens precisam escolher e exercer seja por gosto, aptidão ou necessidade uma função laboral, a fim de garantir a manutenção da sociedade. A prostituição segue esta mesma lógica, todos os dias inúmeras mulheres tornam-se prostitutas por inúmeras razões, ocupando uma função social que, mesmo marginalizada, garante os padrões existentes na sociedade. Através dessa análise comparativa, conseguimos entender parte do fenômeno da exploração humana, a exploração surge da submissão econômica de um ser humano a outro, aquele que paga pela propriedade laboral do outro, seja ela corpórea ou não, quer ter a máxima satisfação e o maior proveito pelo menor custo, não se importando com as condições que o outro submeter-se-á para fornecer o pretendido. O mesmo ocorre com a prostituição, àquela que fornece o serviço sexual está exposta a ter sua propriedade laboral. A sexualidade, explorada o máximo possível pelo custo de oferta-procura, ainda que esta exploração comprometa sua dignidade sexual e humana. Neste ponto, o enfoque da pesquisa passa a se concentrar não mais nas semelhanças da análise comparativa, mas sim nas diferenças imediatamente visíveis entre as demais profissões e a prostituição, esta, ainda que de luxo, encontra-se à margem e passa invisível aos olhos da sociedade, retirando do ser humano os direitos fundamentais básicos. Por fim, outra importante problemática encontrada durante o estudo foi a lucratividade. Segundo dados da OIM e da OIT, a prostituição gera cerca de 16 bilhões de dólares por ano só na América Latina, enquanto o tráfico gera 330 bilhões de reais por ano. Essa lucratividade em conjunto com a fácil exploração no âmbito dos serviços sexuais, principalmente feminina, é para nosso estudo uma das principais razões para a concepção do tráfico. Desse modo, torna-se claro a fundamental importância do presente estudo em analisar a fundo a prostituição e o tráfico, abordando as causas, consequências e medidas necessárias a serem tomadas para o combate ao tráfico, compelindo todos esses fenômenos em um estudo científico coeso e de grande interesse social e jurídico.

Palavras-chave: Prostituição - Tráfico - Sexualidade – Exercício – Exploração

Projeto de Pesquisa: Moral sexual, prostituição e tráfico de pessoas como um debate ainda pendente.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO ANÔNIMO À LUZ DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE

Luiz Henrique da Cunha Viana Chagas¹; Maria Rita de Holanda Silva Oliveira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: luizcunha18@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mrholandao@hotmail.com

O trabalho visa a analisar o projeto de lei nº 3.320 de 2008, que trata sobre o instituto do parto anônimo com todos os seus enlaces e a sua pertinência social. Na proposta legal, o instituto autoriza o exercício da autonomia da gestante para a entrega de seu filho aos cuidados do estado, garantindo o sigilo da gestante que não puder ou quiser exercer a maternidade. A sua principal base é principiológica, pois reside na garantia dos direitos fundamentais da criança, que encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, enquanto dever da família, da sociedade e do estado, nos termos estabelecidos no artigo 227 da Carta Magna. Tem como maior objetivo a diminuição do número de abortos e a não prática do abandono de recém-nascidos detectados na realidade típica de uma sociedade que apresenta falhas em sua estruturação, no que diz respeito à educação e à responsabilidade do estado para com o cidadão. Além da base de proteção integral à criança, também respalda-se do direito da gestante de não exercer a maternidade, viabilizando a entrega ao estado, que, por sua vez, assume a responsabilidade de promover o estabelecimento da filiação socioafetiva em favor do cidadão que pretende exercer a paternidade ou maternidade, com o prejuízo de que o menor, posteriormente, no exercício de seu direito de personalidade, não possa buscar o conhecimento de sua origem genética, visto que, o projeto tende a proteger a identidade da mãe, em nome do seu direito a liberdade. Confrontando-se assim com os direitos à afetividade e convivência familiar, resguardados às crianças pelo texto constitucional. No decorrer da pesquisa, foi possível encontrar dois programas desenvolvidos pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, o “Mãe Legal” e o “Acolher”, os quais buscam atender às mães que manifestem a intenção de entrega do seu filho para adoção, investindo na promoção da autonomia da genitora, mas buscando sempre a permanência na criança no seio familiar. Com isso, esses programas se mostram como uma excelente solução para a problemática do aborto e do abandono infantil, porém podem trazer graves problemas no tocante a sua banalização como uma “medida contraceptiva”, tornando-se assim um problema de saúde pública e demográfico, assim como o projeto de lei. Logo, os programas tratam de uma institucionalização do parto anônimo, com todos os seus preceitos e ideais, com a ressalva do anonimato da mãe.

Palavras-chave: Parto anônimo; liberdade; convivência familiar.

Projeto de Pesquisa: Autonomia Existencial no Projeto Parental.

A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO

Luize Ivila Santos da Rocha¹; Vanessa de Melo Pedroso²

¹Estudante do Curso de Direito do CCJ.Voluntária. E-mail:luizeivila@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do CCJ.; E-mail: vanessapedroso@gmail.com

Na atualidade, os Estados considerados centrais têm-se prestado a estabelecer conceitos sobre exercício e exploração da sexualidade, bem como criar leis para disciplinar e/ou regularizar e quiçá proibir a prostituição. Nesse sentido, o projeto de pesquisa detém-se ao cenário brasileiro, e nele destaca-se o projeto de Lei Gabriela Leite de nº 4.211/2012 de iniciativa do Deputado Jean Wyllys, que tem como objetivo regulamentar a prostituição. Já existiram vários outros projetos de lei que tentaram regulamentar o exercício da prostituição, os mais importantes foram o Projeto de Lei 98/2003, do Ex-Deputado Federal Fernando Gabeira, que foi arquivado, e o Projeto de Lei 4244/2004, do Ex-Deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do próprio deputado. É importante ressaltar que a prostituição já é reconhecida como ocupação, entretanto, as pessoas que a exercem ainda continuam à margem da sociedade. Dessa maneira, é importante que se procure alternativas para reduzir os riscos dessa atividade, efetivar a dignidade dos profissionais e garantir direitos básicos, como: acesso à justiça, direito à saúde, garantias trabalhistas. Destaca-se que vários países já regulamentaram a prostituição, reconhecendo-a como uma atividade profissional, a exemplo pode-se citar: a Alemanha, a Bélgica, a Holanda e a França. Nesses países, as pessoas que exercem a prostituição possuem seus direitos e deveres regulamentados em lei. Para as pessoas que apoiam a regulamentação, ela pode ser considerada como uma forma de controlar a clandestinidade, a exploração sexual e o tráfico de pessoas para fins sexuais. Entretanto, algumas ONGs como a AMMAR - Associação das Mulheres Meretrizes da Argentina- consideram que o reconhecimento oficial serviria para empurrar mais mulheres para o comércio sexual seja através do exercício, seja através da exploração, bem como desobrigar o Estado a proporcionar estudo e trabalho para todos. De fato, que a prostituição não é a melhor profissão do mundo, uma mãe prostituta não vai querer que seus filhos sigam a sua profissão, mas isso não justifica a sua marginalização. O debate sobre a prostituição deve ser embasado pelo discurso de preocupação com a garantia dos direitos fundamentais dessas pessoas prostituídas.

Palavras-chave: Prostituição; Lei Gabriela Leite; Regularizar; Direitos fundamentais.

Projeto de Pesquisa: Moral sexual, prostituição e tráfico de pessoas como um debate ainda pendente.

A PARENTALIDADE NA DEFICIÊNCIA: O DIREITO À REPRODUÇÃO E A SUA RELEVÂNCIA NA BUSCA PELA DIGNIDADE

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto¹; Carolina Valença Ferraz²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. E-mail: manuelcamelo2012@hotmail.com

²Professora Doutora do Curso de Direito, o Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: carolinavferraz@hotmail.com

No que tange à efetivação de direitos fundamentais, parece haver ainda uma grande dificuldade no tocante à concretização desse processo para as pessoas integrantes de grupos vulneráveis. Por esse motivo, o presente trabalho pretendeu, por meio de um método analítico-dedutivo, através de uma pesquisa doutrinária e legislativa, analisar o direito fundamental da pessoa com deficiência ao exercício da parentalidade, tendo como base a garantia da autonomia da vontade e do livre exercício da sexualidade dessas pessoas. Para tanto, foi necessário um estudo dos ditames legislativos nacionais e internacionais acerca da deficiência, em especial a virada conceitual trazida pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com a adoção do modelo social de deficiência, e as diretrizes contidas na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15). Além disso, através de um estudo acerca da aplicação do princípio da dignidade humana, previsto na Constituição Federal de 1988, tanto no âmbito da autonomia privada, quanto da garantia de um mínimo existencial por parte do Estado, tentou-se demonstrar a importância do reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos fundamentais necessários à garantia de uma vida digna; não havendo, assim, justificativa plausível para retirar das pessoas com deficiência a autonomia no seu exercício. Por fim, com base nas disposições da Lei de Planejamento Familiar (Lei 9.263/96), da Convenção da ONU e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, defendeu-se a liberdade e a autonomia nas decisões desses indivíduos quanto ao desempenho do seu projeto parental, bem como quanto a possibilidade de exercício do poder familiar.

Palavras-chave: parentalidade na deficiência; pessoa com deficiência; direitos reprodutivos e sexuais.

Projeto de Pesquisa: O Direito à Sexualidade e à Reprodução da Pessoa com Deficiência: Novos Parâmetros para a Construção da Família.

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA, À LUZ DO NOVO CPC, APLICADA AO SISTEMA RECURSAL

Manuella Cristina Costa Rodrigues¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas ; IC Voluntário. E-mail: manuellaacosta@hotmail.com.br

²Professor do Curso de Direito do Centro de ciências Jurídicas ; E-mail: luciograssi13@gmail.com

No presente trabalho, será abordada a ligação direta que existe entre os princípios da Boa-Fé Objetiva e da Cooperação como uma forma de alcançar a tão almejada duração razoável do processo no Brasil. O trabalho visa a demonstrar que as partes litigantes de boa-fé em conjunto com um juiz colaborativo podem atuar com o objetivo de chegar a um denominador comum em um tempo razoável, de modo que sejam evitadas dilações desnecessárias, com o objetivo de que as decisões sejam proferidas dentro de um espaço de tempo saudável à execução da mesma. O tema escolhido para a elaboração deste trabalho é extremamente relevante para o entendimento das práticas abusivas que implicam a mora da entrega da prestação pelo poder judiciário e as implicações econômicas e sociais que o desrespeito à duração razoável do processo pode acarretar na vida daqueles que estão no polo ativo ou passivo da lide. A pesquisa abordará quais seriam as condutas praticadas pelas partes, pelos advogados e juízes, com ênfase no sistema recursal, que contribuiriam para a mora da entrega da prestação jurisdicional e a formação da coisa julgada. O objetivo do estudo da razoável duração do processo através do viés da cooperação do juiz e das práticas pautadas na boa-fé objetiva pelas partes tem o intuito de demonstrar que os próprios interessados na resolução do conflito têm o papel determinante na marcha processual do litígio. O método utilizado na feição da pesquisa foi o dedutivo de abordagem. Foi utilizada pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, tendo como fontes a legislação, doutrina, jurisprudência. Foi necessária a coleta material bibliográfica e leitura de obras nacionais e estrangeiras, contando com pesquisas realizadas em bibliotecas nacionais, consulta a revistas e sites jurídicos confiáveis, além do entendimento recente do STJ e artigos científicos, que auxiliaram ao desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-chave: Tempo. Justiça. Defesa. Execução.

Projeto de Pesquisa: Possibilidades de aplicação dos princípios da boa-fé e da cooperação intersubjetiva visando garantir efetividade ao processo civil brasileiro, considerados o atual Código de Processo Civil e o Projeto do Novo Código de Processo Civil em tramitação no Congresso Nacional.

A ELUSÃO FISCAL E A CULTURA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: POR UM SISTEMA TRIBUTÁRIO PROGRESSIVO E ISONÔMICO

Marcelo Ferraz Pinheiro¹; Hélio Silvio Ourém Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: marceloferraz.p@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@jfpe.jus.br

A presente pesquisa possui o objetivo de analisar as questões e os impactos da elusão fiscal, como prática de planejamento tributário frente à consciência (ou inconsciência) fiscal da sociedade brasileira. Esse tema foi escolhido por ser de grande relevância, visto que o planejamento fiscal ilícito corrobora o nefasto sistema tributário regressivo brasileiro. Para dar início à investigação, foi utilizado o método indutivo, operacionalizando com as técnicas, os conceitos operacionais e o exame bibliográfico do Direito Tributário Brasileiro. O cumprimento das normas tributárias brasileiras, em regra geral, é um grande desafio para os contribuintes, especialmente para os empresários. Com base nos resultados da pesquisa, constatou-se que a dificuldade reside, em suma, pela complexidade do Sistema Tributário Brasileiro e, também, pela descrença gerada na ausência de uma perspectiva de retorno diante da alta carga tributária. Nesse ponto, o contribuinte brasileiro paga tributos altíssimos, em favor – teoricamente – de toda a sociedade, sem usufruir dos benefícios oferecidos pelo Estado. Ou seja, não há um sentimento contraprestacional. Este pensamento, aliado à cultura intrínseca da sonegação fiscal e à realidade econômica atual brasileira, enseja - no caráter regressivo do Direito Tributário - na legalização, de forma abusiva, do planejamento tributário. Por conseguinte, o contribuinte resiste ao pagamento do tributo devido ao Fisco. Conforme observado, o principal problema da elusão fiscal, no Brasil, está na própria cultura tributária dos brasileiros. Assim, para reduzir os impactos negativos do problema apresentado é necessário reformar o sistema tributário brasileiro a fim de coibir, com mais eficácia, as práticas fraudulentas da elusão fiscal. Nesse sentido, deve-se diminuir a complexidade do sistema tributário brasileiro com a elaboração de normas claras e objetivas, sem margem para diversas interpretações. Na reforma tributária, vislumbra-se a necessidade de implementar um sistema tributário progressivo e isonômico. Para tal feito, é primordial estabelecer mecanismos de fiscalização e punição mais eficazes com o intuito de reprimir o contribuinte que pratique a ilegalidade fiscal no planejamento tributário.

Palavras-chave: elusão; planejamento; tributário; cultura.

Projeto de Pesquisa: Política e Tributação Sobre o Consumo no Brasil: um Sistema Tributário Regressivo, Aspectos Materiais e Processuais.

A REFERENCIAÇÃO NO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO NAS DECISÕES DO STF SOBRE OS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS

Marcos Filipe Gonçalves Capella¹; Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário; E-mail: marcosfilipe.gc@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: virginia.colares@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo identificar, através da Análise Crítica do Discurso Jurídico (ACDJ), pistas da atividade linguística de referenciação no discurso dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) frente a questões relativas aos direitos dos homossexuais. Trata-se aqui do Inquérito 3.590 DF do Supremo Tribunal Federal, que foi o caso do não recebimento da denúncia de homofobia contra o Deputado Marco Feliciano, por entendimento de que homofobia não seria crime. Não se objetiva analisar a ocorrência do delito, mas sim analisar os referentes utilizados pelo autor do discurso para a sustentação do seu ponto de vista. Para tanto, a análise recorre principalmente à referenciação, que é o “resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (Koch, 2002, p. 79). Na peça de análise, foram destacadas as formas de expressão referencial usadas pelos autores do relato, voto e ementa e foram categorizados conforme as categorias elaboradas por Mônica Magalhães Cavalcante (2003). Através da análise das expressões referenciais que se pôde identificar articulações dos ministros com a legislação, e como essas leis interagem como referentes intertextuais. É desse modo, identificando as atividades de referenciação, que se vê como observam a lei processual e fazem uso de outras estratégias argumentativas evidenciando os modos de operação da ideologia, os operadores argumentativos e ainda as falácias jurídicas para articulação das ideias. Assim, pode-se enxergar melhor como a suprema corte age em relação aos direitos homoafetivos, sendo na sua defesa ou no seu combate. Queríamos poder, sob a ótica da descolonialidade, ver como os operadores do direito articulam-se nos temas recorrentes às minorias. Extraí-se da análise do caso um intento do Supremo em entender a homofobia como crime, malgrado a má vontade do legislador em criar o devido tipo penal. Por exemplo, o Ministro Luiz Fux reconhece uma ruptura com o entendimento colonial ao julgarem legítima a união homoafetiva, apesar de ter utilizado um referente de caráter colonial (linha 190 da peça fragmentada). Nos fragmentos mais informais dos votos, pode-se evidenciar a reprovabilidade do ato objeto da denúncia, enquanto que ainda entendem que poderiam cair em erro ao tomarem as vezes de legislador e criminalizar algo pelas vias judiciais, sendo isso, uma impossibilidade jurídica.

Palavras-Chave: Análise crítica do discurso jurídico; Referenciação; Decisões judiciais; Descolonialidade.

Projeto de Pesquisa: Direitos Das Minorias E Grupos Vulneráveis: Uma Análise Do Discurso De Fundamentação Nas Decisões Do Stf.

A PREVISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS: ANÁLISE COMPARATIVA DA NORMATIZAÇÃO ENTRE OS ESTADOS FEDERADOS.

Maria Clara Moreira Carvalho¹; Marcelo Labanca Correa de Araújo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. E-mail: clara_clarinha@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: marcelolabanca@outlook.com

Os direitos fundamentais correspondem a direitos que são intrínsecos à vida humana e estão previstos constitucionalmente, num rol taxativo porém não exaustivo. Hoje, são assegurados por carta de direitos nas diversas constituições mundo afora, o que justifica a análise do caráter de “fundamentalidade” também previsto nas constituições estaduais, e como se dá sua normatização complementada nas respectivas leis estaduais. Partindo-se da premissa básica de que por ser o Brasil um federalismo, as constituições estaduais que têm o poder/dever da organização básica, devem prever e tutelar direitos fundamentais, podemos adentrar mais ao fundo no objetivo geral, que é analisar de que forma se densificam tais direitos fundamentais, tanto os previstos nas constituições estaduais como nas leis estaduais de cada Estado brasileiro, identificando se estão dispostos, no primeiro caso, da mesma forma que na Carta Magna, em um título específico, ou ao longo dos artigos do texto. Possibilita-se, assim, um estudo comparativo entre as previsões dos 26 estados e Distrito Federal, facilitando um posicionamento crítico sobre a tutela de algum direito específico que melhor foi abordada em um Estado em detrimento dos outros. Além da revisão bibliográfica, pesquisa constitucional e legislativa, foi imprescindível para a análise comparativa, um tabelamento que tornasse possível a visualização dos direitos fundamentais localizados. Diante do vasto campo de estudo que é o das leis ordinárias que tratam de direitos fundamentais, não é possível indicar se há um estado que normatize sobre mais direitos que outro, somado ao fato que pode um estado ter criado mais normas em uma dimensão que outra, o que não significa ter este aproveitado “mais” ou “menos” a sua competência de legislar. Assim, não é válido afirmar, por exemplo, que um pernambucano tem seus direitos melhores tutelados que um paraibano, por exemplo, porque são inúmeros direitos fundamentais previstos em leis e normatizados, cabendo-nos, então, escolher um em especial, e analisar se há, em alguma constituição estadual, ou lei ordinária de algum Estado, uma norma que, ao seu ver, lhe traga mais benefícios, e lutar assim, pela edição de uma semelhante.

Palavras-chave: tutela de direitos; previsão normativa; constituições subnacionais; leis estaduais.

Projeto de Pesquisa: Tutela Jurisdicional de Direitos Fundamentais: Bases e Fundamentos para uma Teoria Constitucional Multinível.

O IMPACTO DO NOVO MARCO REGULATÓRIO NA REGULAÇÃO DO ESTADO COM O TERCEIRO SETOR EM PERNAMBUCO

Maria Eduarda Carvalho Harten Velho Barretto¹; Theresa Christine De Albuquerque Nóbrega².

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: eduardabarretto@gmail.com.

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: theresanobrega@hotmail.com.

A pesquisa teve como objetivo a Lei 13.019/2014, observando as vicissitudes do seu despontar: “vacatio legis”, discussão inicial, regulamentação, entre outros. A princípio, a análise se apresentou com um estudo teórico do objeto, observando as relações do Estado com o Terceiro Setor, com o objetivo de perceber, no ordenamento jurídico atual, quais eram as relações que implicariam transferências financeiras diretas para o Terceiro Setor. Ademais, foi de extrema importância a leitura de artigos e livros que abordam o tema para o melhor embasamento teórico, no qual, o vínculo entre o Estado e o Terceiro Setor foi observado em parâmetros gerais. Posteriormente, em meados de agosto de 2015, foi verificado que a Lei 13.019/2014 teve sua vigência adiada, provocando uma maior dificuldade em observar o impacto da lei no cenário atual. Outrossim, a Lei do novo marco regulatório do Terceiro Setor entrou em vigor em janeiro de 2016 e, para que isso ocorresse, o texto da lei sofreu diversas alterações através da Lei 13.204/2015, trazendo novidades que aperfeiçoam o marco jurídico das Organizações da Sociedade Civil e mexem em temas que transcendem a discussão dos recursos públicos. A Lei 13.019/2014 visa a indicar novo marco regulatório, buscando modernizar as relações do poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Além do mais, a referida lei implementa mecanismos que buscam combater o desvio dos recursos públicos pelos agentes do Estado ou mesmo pelos agentes sociais. Por fim, o “vacatio legis” da norma aludida prejudicou o estudo acerca do impacto da Lei 13.019/2014 no Estado de Pernambuco, tendo em vista que não há notícias de qualquer ato, por parte do Estado, para implementação do Lei 13.019/2014, bem como não há relato de contratação entre o Estado de Pernambuco e o Terceiro Setor nos tramites da Lei 13.019/2014.

Palavras-chave: Novo Marco Regulatório, Regulação, Impacto

Projeto de Pesquisa: Regulação e controle de políticas públicas sociais: a nova agenda pública de Pernambuco e as relações entre Tribunal de Contas, ARPE – Agência Reguladora do Estado de Pernambuco e organizações não-governamentais.

A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NA ADOÇÃO À BRASILEIRA: ENTRE A EFETIVAÇÃO DE PRECEITOS FUNDAMENTAIS E AS RESTRIÇÕES DAS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS

Maria Helena Leiro Bancillon de Aragão¹; Maria Rita de Holanda Silva Oliveira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: helenabancillon@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mrholandao@hotmail.com

O presente trabalho é voltado para a análise da adoção à brasileira enquanto costume social que, ainda que acidentalmente, constitui filiação socioafetiva, embora se trate de um comportamento ilegal - já que tipificado pelo Código Penal Brasileiro em seu art. 242- e restringido pela Lei de Adoção (Lei n. 12.010/09). Para tanto, teve como objetivo verificar sob a perspectiva principiológica civil-constitucional a possibilidade de admissão da adoção à brasileira, além de identificar as repercussões jurídicas desta prática cultural. Na pesquisa, utilizou-se o método descritivo e exploratório, porquanto seu desenvolvimento se deu através de levantamento de dados por meio de análise jurisprudencial abalizada por um levantamento também bibliográfico, o que permitiu examinar o posicionamento atual do Superior Tribunal de Justiça, identificando quais são os parâmetros legais e doutrinários atuais utilizados nestas decisões judiciais. Resumindo em números as decisões do STJ: das 179 decisões publicadas pela Corte e apresentadas como referentes à adoção à brasileira durante o período de 2001 a 11 de fevereiro de 2016, apenas aproximadamente 22% têm o condão de afirmar o seu entendimento. Por um lado, quando requerida a anulação do registro civil pelo pai registral, o STJ encontra dificuldade em dissolver o vínculo socioafetivo estabelecido, fundamentando nos princípios do maior interesse da criança e da afetividade, bem como na cláusula geral de tutela da personalidade humana que salvaguarda a filiação como elemento fundamental na formação da identidade do ser humano; por outro lado, quando requerido pelo adotado, não encontra dificuldade em anular o registro, justificando que ato inverso caracterizaria violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, além de divagar sobre a verdade jurídica. Verifica-se que o STJ não possui entendimento consolidado acerca do tema, tendo em vista afirmar que se deve tratar a questão de maneira peculiar, havendo que se considerar as nuances de cada caso, o que na prática leva a julgamentos que caminham a uma insegurança jurídica devido às variadas interpretações. Nesse contexto, urge a formulação no ordenamento jurídico brasileiro de critérios concretos para a valoração dos efeitos da adoção à brasileira.

Palavras-chave: Filiação socioafetiva; Adoção à brasileira; Ilegalidade e costume social.

Projeto de Pesquisa: Autonomia Existencial no Projeto Parental.

O DESAFIO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS EM TERRAS BRASILEIRAS: A BUSCA POR UM MODELO REPARATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Maria Júlia Poletine Advincula¹; Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt²

¹Estudante do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: juliapoletine@gmail.com

²Professora do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: fonsecafernanda@hotmail.com

Ao longo de sua história político-jurídica, o Brasil solidificou a cultura da prevenção geral e do punitivismo em suas mais profundas raízes; raízes estas que, através da introdução de um ideal reparativo, a Justiça Restaurativa encontra um de seus mais complexos desafios em solo tupiniquim: romper com o modelo tradicional de justiça. O foco do trabalho, portanto, se dá no âmbito criminal, tendo em vista a superlotação de presídios, o alto nível de reincidência e a ineficácia quase que completa de tal sistema. Partindo da desmistificação do "caráter ressocializador da pena", pesquisadores nacionais buscam importar o modelo restaurativo que deu certo em países como Austrália e Inglaterra, porém sem ignorar o bloqueio cultural existente. Para melhor discutir sobre o tema, os métodos de pesquisa empregados foram: estudos bibliográficos, dentre autores estrangeiros e brasileiros, de modo que a pesquisadora chegasse a um consenso sobre o ritmo do movimento restaurativo brasileiro em relação ao desenvolvimento externo. De acordo com o CNJ, a Justiça Restaurativa está em funcionamento no Brasil há cerca de dez anos, tempo suficiente para mostrar bons resultados em escolas públicas e privadas, no auxílio às medidas socioeducativas e, não obstante, em crimes de pequeno e médio porte. Através da tipificação de diversos textos, observa-se que o ponto em comum entre as obras nacionais e estrangeiras é a necessidade de mudança; o conflito sempre foi visto como negativo, abominável e anômalo, enquanto que, através da Justiça Restaurativa, ele acaba sendo encarado como necessário, comum e presente em todo e qualquer agrupamento social. Apesar da produção científica ainda precária, o Brasil possui terreno fértil para o desenvolvimento das práticas restaurativas que, além de inovadoras, são completamente necessárias.

Palavras-chave: Criminologia crítica; práticas restaurativas; implantação da justiça restaurativa no Brasil; direito ao conflito.

Projeto de Pesquisa: Uma perspectiva crítica sobre o movimento restaurativo brasileiro: os projetos-piloto e legislativo no Brasil à luz da experiência.

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EFETIVA NO ENTORNO DA UNICAP

Mariana Oliveira Felipe¹; Arthur Henrique Neves Baptista²

¹Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologias; IC Voluntário.
E-mail: mariana.ofelipe@gmail.com

²Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologias; E-mail:
arthurbap@gmail.com

A pesquisa aplica procedimentos metodológicos da Teoria da Acessibilidade Efetiva (TAE) para verificação das condições de acessibilidade nas estruturas de circulação de pedestres no entorno da Universidade Católica de Pernambuco, possuindo como objeto de estudo a Rua Afonso Pena, Recife - PE. Os procedimentos relacionam a pessoa, a tarefa, o ambiente e o contexto, para avaliar a acessibilidade do ambiente construído com critérios ergonômicos. Devido à configuração da malha urbana, a localização da Rua Afonso Pena é um fator relevante. Situada no entorno da UNICAP, suas circulações de pedestres possuem grande movimentação cotidiana. Assim, foi vista a necessidade de propostas para uma melhoria da Acessibilidade Efetiva nas superfícies de seu entorno, de modo a garantir direitos iguais de acesso inclusive à educação para todas as pessoas, sem haver segregação. Inicialmente, a Rua Afonso Pena foi fracionada em segmentos contemplando ambos os lados das calçadas e a possibilidade de travessias nas esquinas. Os segmentos foram definidos a cada alteração na configuração da calçada que afetasse o nível de Acessibilidade Efetiva. Desse modo, foi possível avaliar como uma rota e identificar seus pontos críticos. Os níveis de cada segmento das calçadas foram avaliados de acordo com uma planilha e uma tabela de associação de cores, através da análise do conforto e da segurança no acesso de cada segmento. A partir da análise, entende-se que, para uma cidade mais inclusiva, é necessário projetar de acordo com conceitos da Ergonomia e do Desenho Universal, para que, dessa forma, seja possível gerar rotas acessíveis para qualquer pessoa e não apenas para um tipo padrão de homem. Assim, a Teoria da Acessibilidade Efetiva possibilita a análise e verificação dos níveis de acessibilidade e ajuda na concepção de diretrizes urbanísticas. Como base na Teoria, a Rua Afonso Pena demonstrou a necessidade de um projeto urbano subsidiado pela avaliação da Acessibilidade Efetiva, para que suas calçadas passem a ser agregadoras de pedestres, com ou sem deficiência. Assim, foi proposta uma requalificação dos espaços urbanos com qualidade, em alto nível de Acessibilidade Efetiva, fundamental para todos.

Palavras-chave: Acessibilidade, Desenho Universal, Pedestres.

Projeto de Pesquisa: Plano Recife Cidadão, estudos e pesquisas urbanísticas para concepção de diretrizes urbanísticas, plano urbanístico e projeto urbano de parte do centro expandido do Recife.

O PARADIGMA BIOPOLÍTICO DE FOUCAULT COMO FORMA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE JURÍDICO-POLÍTICA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA PORTARIA NORMATIVA 3.461/MD

Mateus Siqueira Pacheco¹; Stefano Gonçalves Regis Toscano²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: mateussiqp@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: stefanotoscano@hotmail.com

Com a edição da Portaria Normativa n.º 3.461/MD, logo após as manifestações político-econômicas de junho de 2013, consolidou-se a oportunidade de utilização das forças armadas como forma de impedir qualquer ameaça da “ordem pública” por meio de operações de garantia da lei e da ordem. Com base no exposto, a investigação procurou, através da pesquisa bibliográfica das obras do filósofo Michel Foucault, em específico seu desenvolvimento sobre a biopolítica, compreender a racionalidade que perpassa o direito moderno e contemporâneo na sua dinâmica com as relações de poder-saber, para possibilitar a análise da Portaria Normativa n.º 3.461/MD e do contexto dos mecanismos de segurança nos quais o ato administrativo foi instituído. Foi constatado, no decorrer da pesquisa, que o direito moderno não pode ser analisado pelas concepções contratualistas e maxistas do Estado, pois, nessas o incorrer no erro do “economicismo” termina por essencializar o direito, não permitindo a constatação de seus reais efeitos. O direito só pode ser compreendido em sua relação com as formas de poder-saber de uma época. Dessa maneira, foi demonstrado que a forma de exercício de poder moderna é a do biopoder, que, ao procurar governar a população, erige uma normalidade a ser alcançada. Entretanto, apesar dos aspectos produtivos e positivos dessa forma de poder, o biopoder precisa gerar constantemente a morte ao adotar o paradigma da exceção e do racismo de estado. É nesse contexto que se encontra a Portaria Normativa n.º 3.461/MD, que, ao adotar uma série de cláusulas abertas, permitiu a utilização dos mecanismos de segurança tanatopolíticos contra aqueles que não se adequarem as exigências do biopoder.

Palavras-chave: Governamentalidade; Análítica do Poder; Razão de Estado.

Projeto de Pesquisa: Biopolítica, lei e exceção: por uma análise da portaria normativa 3.461/md à luz do paradigma biopolítico de Roberto Esposito, Michel Foucault e Giorgio Agamben.

ATIVIDADE POLICIAL E LEI DE DROGAS: UMA ANÁLISE DOS AUTOS DE PRISÃO EM FLAGRANTE POR TRÁFICO DE DROGAS EM RECIFE.

Matheus Ribeiro de Oliveira¹; Marília Montenegro Pessoa de Melo².

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. E-mail: matheusr.oliveira22@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail:

A abordagem policial afeta direitos fundamentais. Desde a presunção e inocência até o direito à intimidade e à vida privada. Portanto, no momento da realização da abordagem, esta deve ser feita respeitando-se estritamente a previsão legal, para que se evitem abusos e arbitrariedades por parte das autoridades. O Art. 244 do código de processo penal preceitua que “A busca pessoal independará de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita [...]”, portanto, o policial pode realizar a abordagem em qualquer um que ele achar que é suspeito de portar objeto ou substâncias ilícitas. A “fundada suspeita”, de que o Art. 244 se refere não pode limitar-se a elementos subjetivos, sendo necessário que haja motivações concretas para que o policial realize a abordagem. No entanto, a realidade se mostra diferente: ao contrário da imparcialidade e da concretude da suspeita exigida pela lei, as pessoas que são escolhidas para a abordagem formam um perfil. Um perfil que sempre se repete: homens, de pele escura, de baixo poder aquisitivo. Estes compõem a “clientela” do direito penal, que são etiquetados como criminosos, fazendo ressurgir o “fantasma Lombrosiano” em pleno século XXI. Assim, a problemática do presente trabalho se fundamenta exatamente em verificar a forma como a polícia age no momento da abordagem policial. Assim, realizou-se revisão bibliográfica procurando verificar quem a polícia considera como “elemento suspeito” e traçou-se, a partir da análise destes autos, um perfil dos que formam o grupo mais vulnerável a essa abordagem policial e de quem é enquadrado como traficante de drogas.

Palavras-chave: Abordagem policial; seletividade; elemento suspeito.

Projeto de Pesquisa: A atividade policial de criminalização de mulheres por tráfico de drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.

O JULGAMENTO DAS AÇÕES PARA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Milena Torres de Melo Silva¹; Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva²

¹Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; IC Voluntário (PIBIC UNICAP). E-mail: mi.torresms@gmail.com.

²Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; E-mail: pmrsarq@gmail.com

A pesquisa teve como objeto a arquitetura moderna e sua verticalização, inseridas no bairro da Boa Vista, na cidade do Recife-PE e buscou analisar os objetos arquitetônicos em seu contexto urbano atual, considerando as possíveis ações de conservação juntamente às possíveis transformações do local. O objetivo geral foi compreender a influência das ações de conservação na integridade e autenticidade do edifício como um bem cultural, a partir da análise de edificações modernistas identificadas na área conhecida como “Conjunto da Boa Vista”. A abordagem considera não apenas o edifício isolado, como o contexto urbano preexistente, pois o edifício é parte do espaço, influenciando e sendo influenciado pelo entorno de onde está inserido. O trabalho começa analisando a relevância histórica da área, em seguida, os exemplares modernistas são identificados e os edifícios que apresentam maior significância para a conservação são escolhidos para maior detalhamento. A posteriori, foi feita a análise relacionada aos materiais e tecnologias destas edificações e suas relações com a integridade e autenticidade dos edifícios. Na pesquisa empírica, o material utilizado foi obtido através da visita em campo, onde foi feito o levantamento fotográfico e a coleta de informações dos lotes lindeiros na Av. Conde da Boa Vista e na Rua da Aurora. As demais informações sobre os lotes foram verificadas através do Esig (Sistema de Informações Geográficas “online” da Prefeitura do Recife). Além da consulta às leis que regem os parâmetros urbanísticos do local. Com os dados obtidos foi possível a organização e formulação dos mapas e simulações que possibilitaram a análise do território. Como resultado, chega-se, primeiramente, a uma compreensão mais completa do sítio onde esses exemplares modernistas estão inseridos e como eles podem vir a ser influenciados por futuras renovações do local. E por último, como os materiais presentes nas fachadas desses edifícios detalhados se comportam em relação à integridade e autenticidade da edificação hoje e como podem vir a influenciar estes mesmos atributos através de possíveis ações de conservação.

Palavras-chave: Autenticidade; Integridade; Paisagem Cultural; Renovação;

Projeto de Pesquisa: Arquitetura Moderna nos Bairros de Santo Antônio e Boa Vista: Salvem-nos Quem Puder.

ATIVISMO JUDICIAL E OMISSÕES NORMATIVAS: LEGITIMIDADE DO STF FACE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS EM CONTRIBUIÇÃO À REALIDADE DEMOCRÁTICA

Mirella Luiza Monteiro Coimbra¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: mirellacoimbra@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

O trabalho objetiva a defesa de que o Supremo Tribunal Federal respeita a divisão dos poderes no caso das Omissões Normativas, através de seus mecanismos de combate: a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção. Observou-se que, no Brasil, o STF decidiu sobre temáticas que antes eram debatidas no parlamento e, por consequência, acarretou uma grande discussão dos limites das decisões da Suprema Corte, trazendo ricos debates sobre Ativismo Judicial, a competência do Congresso Nacional e se o STF estaria tentando usurpá-la. Daí se percebeu que o STF recebeu através da Magna Carta de 1988 a legitimidade para manifestar-se, em caso de ser provocado, se preenchidos os requisitos de cabimento sobre determinadas questões que foram judicializadas, obtendo por resultado a percepção de situações em que os demais poderes foram omissos, sendo legítimo ao STF julgar determinados casos. A pesquisa foi baseada na busca das obras literárias relativas à temática, assim como a análise prática das decisões do STF a respeito da ADO e do Mandado de Injunção. Conclui-se que a Suprema Corte age de maneira ativista, contudo legítima, diante os poderes dados pela Constituição Federal de 1988, não agindo mais somente de acordo com o dogma kelseniano do Legislador Negativo de extirpar do Ordenamento Jurídico só a norma em desconformidade com a Constituição. Toda essa atitude denominada Ativismo Judicial está no limite da sua legitimidade dada pela CF, já que, na prática, foi verificado que, nos últimos anos, o Parlamento encontra-se omissos, induzindo o Tribunal Constitucional a uma atuação mais abrangente de interpretação constitucional.

Palavras-chave: STF; Omissões Normativas; Legitimidade

Projeto de Pesquisa: Omissões Normativas e Ativismo Judicial.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: COMO AS CARACTERÍSTICAS DOS MINISTROS RELATORES PODEM INFLUENCIAR NA INCLUSÃO DAS ADINS EM PAUTA DE JULGAMENTO?

¹Moacir Ferreira Dos Santos Filho; ²José Mário Wanderley Gomes Neto

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista pelo Pibic - UNICAP. E-mail: Ferreiradossantosfilho@hotmail.com

²Professor Doutor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas - UNICAP. E-mail: Josemwgomes@gmail.com.

O comportamento do Supremo Tribunal Federal (STF) na revisão constitucional aponta na direção da autorrestrrição, demonstrando, frequentemente, uma tendência cooperativa como Poder Executivo, seja confirmando a constitucionalidade da legislação, seja ainda deixando de julgar grande número de conflitos. A presente pesquisa buscou analisar empiricamente o comportamento abstensivo do Supremo Tribunal Federal no julgamento de ADINs, verificando quais fatores influenciam diretamente no tempo em que estas permanecem sem ser incluídas em pauta de julgamento. Numa amostra aleatória de 681 ADINs, do universo de mais de 5000, foram colhidas variáveis referentes aos modelos atitudinal (órgão de origem, região de origem e vinculação partidária) de explicação do comportamento judicial, submetidas à análise estatística por regressão logística (*Logit*) binária, para verificar a existência, ou não, de correlação entre tais variáveis e o comportamento abstensivo judicial, replicando análise de Taylor (2008) sobre a concessão de liminares em ADINs. Houve confirmação parcial dos modelos judiciais testados na pesquisa: o perfil partidário (modelo atitudinal), sobretudo acerca do partidos dos trabalhadores, explica o comportamento abstensivo do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: Controle de constitucionalidade, Autorrestrrição, Modelos atitudinal.

Projeto de Pesquisa: Revisitando As Abordagens Sobre O Supremo Tribunal Federal No Campo Da Judicialização Da Política: Do Ativismo À Autorrestrrição

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: QUAIS OS TEMAS CONSTITUCIONAIS ESQUECIDOS PELO TRIBUNAL PELA NÃO INCLUSÃO DE SEUS PROCESSOS EM PAUTA DE JULGAMENTO?

Natália Maria Grassano Caldas Pacífico¹; José Mário Wanderley Gomes Neto²

¹Estudante do curso de Direito do Centro de Ciências jurídicas; Voluntária pelo Pibic - UNICAP. E-mail: na_caldas@hotmail.com

²Orientador professor Doutor do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas - UNICAP. E-mail: Josemwigomes@gmail.com.

O comportamento do Supremo Tribunal Federal (STF) na revisão constitucional aponta na direção da autorrestrrição, demonstrando, frequentemente, uma tendência cooperativa como Poder Executivo, seja confirmando a constitucionalidade da legislação, seja ainda deixando de julgar grande número de conflitos. A presente pesquisa buscou analisar empiricamente o comportamento abstensivo do Supremo Tribunal Federal no julgamento de ADINs, verificando quais fatores influenciam diretamente no tempo em que estas permanecem sem ser incluídas em pauta de julgamento. Numa amostra aleatória de 681 ADINs, do universo de mais de 5000, foram colhidas variáveis referente ao *modelo legalista* (objeto do processo e espécie normativa questionada) de explicação do comportamento judicial, submetidas à análise estatística por regressão logística (*Logit*) binária, para verificar a existência, ou não, de correlação entre tais variáveis e o comportamento abstensivo judicial, replicando análise de Taylor (2008) sobre a concessão de liminares em ADINs. Houve confirmação parcial dos modelos judiciais testados na pesquisa: O tipo do direito envolvido, tal como direitos fundamentais (modelo legalista) explicam a conduta omissiva do STF.

Palavras-Chave: 1. Controle de constitucionalidade, 2. Autorrestrrição, 3. Modelos atitudinal.

Projeto de Pesquisa: Revisitando As Abordagens Sobre O Supremo Tribunal Federal No Campo Da Judicialização Da Política: Do Ativismo À Autorrestrrição.

A IMPORTÂNCIA DAS REVERBERAÇÕES DA SINTOMATOLOGIA DE NIETZSCHE NA FILOSOFIA DE ROBERTO ESPOSITO: A IMUNIZAÇÃO COMO DIAGNÓSTICO DA SOBERANIA MODERNA

Natália Santos Lima Buenos Aires¹; Stéfano Gonçalves Régis Toscano²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Bolsista UNICAP. E-mail: natbuenosaires@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: stefanotoscano@hotmail.com

Levando em conta o marco teórico das filosofias de Nietzsche e Esposito, analisou-se a Portaria Normativa n.º 3.461/MD, surgida num contexto de reivindicações sociais, na qual se pode observar diversas cláusulas abertas que permitem o uso das forças armadas contra as forças oponentes que ameaçam a "ordem pública. Utilizou-se o método hermenêutico para relacionar o caráter sintomatológico da filosofia de Nietzsche (o qual abrange os conceitos de saúde e doença, vontade de potência e corpo) com o paradigma imunitário de Esposito e, a partir disso, tornou-se viável a análise da aludida portaria e uma compreensão do atual cenário jurídico-político brasileiro. Nesse caso, a aplicação da filosofia dos dois autores contribuiu para a produção de uma questão relevante frente a essa Portaria Normativa, qual seja, se seria possível compreender o paradigma imunitário como um diagnóstico cabível da soberania moderna. A pesquisa realizada constatou primeiramente que, para compreender o que é o paradigma imunitário, têm-se que levar em conta as reverberações da filosofia de Nietzsche na construção conceitual de Esposito. Tendo isso em vista, foi possível observar que há a possibilidade de compreender o paradigma imunitário como um diagnóstico cabível à atual conjuntura na qual se insere a citada Portaria Normativa. Tal constatação se torna possível ao se levar em conta que o paradigma imunitário, tal como o sentido de imunidade utilizado na medicina, implica a tentativa de proteção da vida ao impedir o contato com agentes exteriores, mas, ao mesmo tempo, impede a expansão dela. Assim, entende-se como a Portaria Normativa n.º 3.461/MD se enquadra no sentido de paradigma imunitário.

Palavras-chave: Saúde/doença; Corpo; Imunidade

Projeto de Pesquisa: Biopolítica, lei e exceção: por uma análise da portaria normativa 3.461/MD à luz do paradigma biopolítico de Roberto Esposito, Michel Foucault e Giorgio Agamben.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS, COMPOSIÇÃO E PROCESSO DE NOMEAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE INTERFERÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Natanael Café Teixeira Ferreira¹; Flávia Danielle Santiago Lima²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Pesquisador Voluntário do PIBIC UNICAP. E-mail: natan_cafe@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: flavia.lima@agu.gov.br.

A Constituição Federal de 1988 assegura ao Supremo Tribunal Federal (STF) o papel de “guardião” do seu texto e oferece as condições para que as mais diversas demandas sejam encaminhadas à instituição, o que contribui significativamente para uma atuação cada vez mais ativista. Tal atribuição de poder, no entanto, não impede que a Suprema Corte sofra interferências em sua atividade pelos titulares de poderes políticos. Dada a sua importância para a sociedade, as atenções dirigem-se ao processo de escolha de seus membros, bem como às regras de sua composição. O presente trabalho buscou analisar uma possível tentativa de conformação da atuação do órgão de cúpula do Judiciário por parte do Poder Legislativo através das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) em trâmite no Congresso Nacional. Para viabilizar a investigação proposta, foi utilizada a pesquisa documental (normas jurídicas e projetos legislativos em trâmite). A partir da pesquisa realizada bem como da análise das PECs contempladas no levantamento feito, percebe-se que a grande quantidade de Propostas relacionadas ao tema sinaliza uma sensível tentativa de conformação das decisões da Corte Suprema via alterações legislativas concernentes à competência para nomeação dos seus Ministros, à modificação dos critérios de escolha e à sua estrutura. Dentro desse contexto, são apresentadas três alternativas para a composição subjetiva do Tribunal, quais sejam: indicação política, concurso público e ascensão funcional. A reação do Legislativo à concentração de poder do STF sinaliza a existência dos chamados diálogos institucionais, não obstante a Constituição Federal estabelecer a Corte como detentora da última palavra. Sem adentrar no mérito de cada um dos projetos aqui apresentados, mas crendo que tragam consigo novidades positivas e negativas, conclui-se que, não só pelas PECs que ainda estão em trâmite, mas principalmente por aquelas já aprovadas, é possível a interferência do Legislativo no Supremo Tribunal Federal, sendo controversa a noção existente de última palavra.

Palavras-chave: diálogos institucionais; última palavra; interferência.

Projeto de Pesquisa: Da separação de poderes ao diálogo institucional: o ativismo judicial no controle de constitucionalidade concentrado como instrumento de interação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

ATIVISMO JUDICIAL E A CRIAÇÃO DAS REGRAS DO JOGO DEMOCRÁTICO

Pablo Diego Veras Medeiros¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: pablovmedeiros@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

A redemocratização vivenciada no Brasil, durante a década de 1980, foi materializada na Constituição de 1988. O Constituinte Originário entendeu por inserir no texto constitucional diversas matérias que antes eram deixadas para legislação ordinária e, desse modo, colaborou para uma redefinição dos papéis e dos limites na separação dos Poderes. Com isso, o Poder Judiciário passou a integrar o núcleo das deliberações de maior importância no país, ao lado do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Em que pese os múltiplos significados atribuídos ao ativismo judicial, emprega-se esse termo para identificar a participação mais proativa do Poder Judiciário em causas com teor político e na materialização dos direitos individuais, coletivos e difusos, por vezes envolvendo políticas públicas. Por isso, em que pese os debates que arguem a ilegitimidade do Supremo Tribunal Federal para julgar tais casos, não parece haver afronta à separação dos Poderes tendo em vista o desenho institucional brasileiro. Numerosas questões que envolvem temas naturalmente afetos ao Poder Executivo como políticas públicas e, também, ao Poder Legislativo, como o financiamento de campanhas eleitorais, foram decididas pelo Supremo Tribunal Federal. Um fator que muito contribui e inflama a judicialização da política é a flagrante inércia do Poder Legislativo diante dos anseios sociais, o que torna o Poder Judiciário um campo de discussão hábil à resolução dessas contendas. Esse cenário político, social e institucional de descontentamento da sociedade civil com a classe política é o que impulsiona a atuação do Supremo Tribunal Federal, portanto, não merecem prosperar alegações acerca da vontade exclusiva dos Ministros daquela Corte em participar do processo. De sorte, o Supremo Tribunal Federal assumiu a atribuição que lhe foi conferida, atuando cada vez mais confortavelmente na resolução desses casos.

Palavras-chave: Ativismo Judicial; Supremo Tribunal Federal; jogo democrático.

Projeto de Pesquisa: Judicialização da política: para uma demarcação do processo de domesticação do político pela jurisdição constitucional.

A FIGURA DA MULHER USUÁRIA DE ENTORPECENTES E SEUS ESTEREÓTIPOS DE CRIMINALIZAÇÃO SOB A ÓPTICA DA ATUAÇÃO POLICIAL

Paloma dos Santos Silva¹; Erica Babini Lapa do Amaral Machado²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: palomasodsantos@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: ericababini@hotmail.com

O crescimento da criminalização de mulheres no âmbito das drogas tem levado a inúmeras indagações acerca da política criminal que conduz esse processo. A guerra às drogas possui uma grande afinidade eletiva tanto com os interesses do Estado, quanto com os das classes que o sustentam. É o desejo de controlar, vigiar por todos os meios, invadir a esfera individual das pessoas que vivem em territórios mais vulneráveis, onde o comércio de drogas é mais intenso e onde é mais fácil a inserção policial e uso desmedida de violência o que faz a guerra às drogas resultar em um genocídio e prisões em massa no país. Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar como a mulher é vista diante dos policiais nesse modelo de alto nível de seletividade para ser considerada usuária de entorpecente, tendo em vista os vários estereótipos existentes e quais complicações penais são trazidas por essa atitude de identificação do ‘elemento suspeito’, sabendo que, de certo, ao deter alguém com drogas e tratá-la como usuária ou traficante é uma atividade de enorme relevância para o sistema prisional. Para esse desiderato, metodologicamente, em termos hipotéticos dedutivos, a pesquisadora utilizou uma revisão bibliográfica e depois, para concretizar os objetivos apresentados, foi utilizada uma análise quantitativa no sentido de compreender quais variáveis são utilizadas pela polícia no momento da lavratura dos termos circunstanciados de ocorrência (TCO), tendo em vista que ela é a primeira agência de controle social formal a identificar o perfil socioeconômico de mulheres apontadas como usuárias de entorpecentes já que se sabe que quase metade das mulheres encarceradas é por algum motivo relacionado ao tráfico de drogas e à política de repressão. Em face dessas elucidações, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar e compreender como a mulher é vista pela sociedade como sendo usuária de drogas e pela política proibicionista em face que ela é considerada em várias épocas como um ser vulnerável e que hoje, através da óptica da polícia, encontra-se numa linha tênue de elemento suspeito ou não, fazendo com que cada dia mais aumente o número de encarceramento feminino no Recife.

Palavras-chave: feminino; vulnerabilidade; elemento suspeito; polícia

Projeto de Pesquisa: A Atividade Policial de Criminalização de Mulheres por Tráfico de Drogas: da Verificação do Elemento Suspeito ao Impacto no Encarceramento Feminino no Recife

A GLOBALIZAÇÃO E O DIREITO DO TRABALHO

Pâmela Dayane Lima de Paula¹; Fábio Túlio Barroso²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: pamela_dlp@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas; E-mail: fabiotuloadv@gmail.com

A pesquisa sobre os impactos da globalização no direito do trabalho foi realizada com a finalidade de contribuir para o debate sobre as novas perspectivas, estratégias e alternativas a serem levadas em consideração para que se possa melhorar a realidade dos trabalhadores, pois este ramo do direito é bastante suscetível às transformações decorrentes do processo de globalização. A metodologia aplicada foi totalmente bibliográfica. O fenômeno da globalização está relacionado à economia, a relações econômicas internacionais, que formam um “mercado global” de bens e serviços negociáveis, fazendo com que haja mais concorrência entre os países e repercute nas relações trabalhistas a fim de que proporcionem o alcance dos seus objetivos econômicos. Em decorrência desse processo, dá-se uma política flexibilizadora para atender às determinações do fenômeno globalizador que, em seu discurso, promete consequências benéficas e prosperidade, permitindo que os países participem das grandes inovações tecnológicas, abre as fronteiras para os investimentos, para os financiamentos, para o comércio internacional em troca do afastamento do Estado das questões trabalhistas e sociais. Importante destacar que o Direito do Trabalho não se constitui apenas em determinado local ou Estado, é um fenômeno internacional, que sofre diretamente as consequências da globalização, servindo, inclusive, como instrumento para satisfação das finalidades deste. A globalização da economia requer e gera normas que se adequam às suas necessidades, fazendo com que a sociedade esteja subordinada às exigências do mercado global, e as decisões da sociedade na economia são tomadas por instituições supranacionais, que buscam um trabalho com cada vez menos custo, o que, conseqüentemente, diminui os padrões de vida e de trabalho. Apesar dessa realidade, não se pode deixar que a lei do capital interfira na sociedade de modo a mitigar ou suprimir os direitos dos trabalhadores, devendo o Estado assumir uma atitude direcionada a proteger os seus cidadãos, cidadãs e os direitos laborais, sob o risco de erradicar a uma das principais leis do Direito do Trabalho, que é tutelar a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalhador.

Palavras-chave: Acesso à informação; Cerceamento de direito; Direito do Trabalho.

Projeto de Pesquisa: Direito trabalhista na pós-modernidade: avanços e retrocessos das normas tutelares e o princípio da dignidade do trabalhador.

TRIBUNAL DE CONTAS E TERCEIRO SETOR: ESTUDO COMPARADO DO MODELO DE REGULAÇÃO DO TERCEIRO SETOR ENTRE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO E PRINCIPAIS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS DO PAÍS E UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DESSA ATUAÇÃO NO CONTROLE DAS ENTIDADES CONTRATADAS

Paula Virgínia da Rocha Moreira¹; Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária PIBIC UNICAP; E-mail: paulavrocham@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: theresanobrega@hotmail.com

A pesquisa observou o papel dos Tribunais de Contas Estaduais (TCE) no Brasil e verificou o modelo de regulação adotado por eles no que tange à fiscalização de entidades do terceiro setor, listando as diferenças na atuação dos principais tribunais, incluindo o TCE PE. A pesquisa investigou a existência de relação entre modelo fiscalizatório e eficiência dos serviços prestados por organizações privadas sem fins lucrativos. Nessa perspectiva foi realizada uma revisão bibliográfica e documental a fim de definir bases teóricas de conceituais determinando o que é o terceiro setor, os eventos históricos que marcaram a aproximação entre ele e o Estado e, nesse contexto, foi observada a evolução histórica da atuação do Tribunal de Contas. A coleta de dados quantitativos foi necessária para definir quais os TCES pesquisados. Assim, tornou-se viável a observação, através da análise de resoluções, dos distintos modelos relacionados à atuação dos principais Tribunais de Contas Estaduais no controle das organizações do Terceiro Setor. Com base nos elementos encontrados, identificamos a assimetria dos modelos de controle e essa diversidade foi obstáculo para a definição de pontos convergentes que pudessem relacionar aspectos comuns da atuação dos tribunais de contas, e assim, não foi possível a proposição de um modelo de controle voltado à definição de balizadores uniformes de eficiência para o serviço a ser desenvolvido, pelas organizações sociais. Ainda não é possível observar mudanças oriundas da vigência da Lei 13.019/2014 que entrou em vigor em 2016, a qual representa novo marco regulatório do Terceiro Setor.

Palavras-chave: Regulação, Terceiro Setor, Tribunal de Contas Estadual.

Projeto de Pesquisa: Regulação e controle de políticas públicas sociais: a nova agenda pública de Pernambuco e as relações entre Tribunal de Contas, ARPE – Agência Reguladora do Estado de Pernambuco e organizações não-governamentais.

VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E INEFICÁCIA DOS MEIOS DE PROTEÇÃO LABORAL À LUZ DA CONVENÇÃO DA ONU SOBRE TRABALHADORES MIGRANTES

Pedro Henrique Bione Barbosa Pinheiro¹; Rosa Maria Freitas do Nascimento²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: phbione0@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: rosafreitas1@hotmail.com

O presente trabalho trata acerca dos direitos dos trabalhadores clandestinos imigrantes no Brasil, a partir da análise da Lei nº 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, de 18 de Dezembro de 1990. Ocorre que o Estatuto do Estrangeiro possui ainda um ranço ditatorial e contrário aos direitos humanos; além disso, não se vislumbra uma política de fiscalização estatal eficaz que tenha por finalidade impedir o trabalho de imigrantes ilegais no país. Sendo assim, o estrangeiro fica desamparado, o que acaba por favorecer a produção de situações que estão em contradição com a dignidade do trabalhador tutelada pela Constituição Federal em seu art. 1º, III, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Uma possível saída dessa situação é a ratificação da Convenção da ONU supramencionada pelo Brasil, portanto, procurou-se analisar, a partir da ótica da sociologia do trabalho e dos rumos da desregulamentação da proteção trabalhista no Brasil, as dimensões de proteção ao trabalhador presentes no Tratado supracitado a fim de dimensionar seu impacto jurídico. Para alcançar o resultado pretendido, utilizou-se o método dedutivo, através de pesquisa bibliográfica -artigos, livros, monografias, dissertações de mestrado-, e documental, quais sejam, Estatuto do Estrangeiro e Convenção da ONU. Com isso, constatou-se a vagueza da lei brasileira quando comparada com o tratado internacional, já que o ordenamento jurídico nacional conta apenas com um artigo genérico responsável por conceder direitos aos imigrantes, que enseja lacunas. Diferentemente da legislação brasileira, a convenção estipula, de forma bastante clara, os direitos inerentes aos trabalhadores migrantes, proporcionando uma proteção maior ao imigrante trabalhador. Tendo em vista todo cenário descrito, outra solução não há senão a ratificação da Convenção da ONU pelo Brasil.

Palavras-chave: Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes; Sociologia do trabalho; Proteção trabalhista no Brasil.

Projeto de Pesquisa: Convenção das Nações Unidas - ONU sobre trabalhadores migrantes: análise jurídica de incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro e a dimensão da proteção jurídica dos trabalhadores.

EM BUSCA DA “BRASILIDADE RESTAURATIVA”: UM ESTUDO SOBRE AS CONSTRUÇÕES TEÓRICAS NACIONAIS SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Pedro Henrique Ramos Coutinho dos Santos¹; Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt²

¹Estudante do Curso de Direito do CCJ; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: pedrohrcoutinho@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do CCJ; E-mail: ffrosenblatt@unicap.br

Enquanto na literatura internacional criminológica – em especial na anglo-saxã –, a justiça restaurativa é um dos temas mais discutidos, o movimento restaurativo brasileiro ainda é bastante tímido. De um lado, se as metas do CNJ de implementar práticas de justiça restaurativa no ano de 2016 e de fomentar pesquisas sobre a temática demonstram o entusiasmo do Poder Judiciário quanto à questão, de outro, o Projeto de Lei Nº 7006/2006, que prevê a implementação de práticas restaurativas no Brasil e está em trâmite desde o ano de 2006, representa a inércia política. Ademais, as informações e os dados insuficientes sobre os projetos-piloto que envolvem práticas restaurativas, assim como a baixa produção acadêmica sobre o tema demonstram a necessidade de “revelação” do “estado de arte” do movimento restaurativo brasileiro. Com efeito, procurou-se solucionar o problema de pesquisa “qual o ‘estado da arte’ do movimento restaurativo brasileiro?”. O objetivo geral foi o de mapear o “estado da arte” do movimento restaurativo brasileiro, apresentando os avanços teóricos produzidos no país. Dentre os objetivos específicos, os principais foram o de mapear a produção científica brasileira sobre justiça restaurativa e o de verificar se há uma reflexão própria da realidade brasileira. O método de coleta de dados empregado na presente pesquisa foi o da pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam questões como a aplicação da justiça restaurativa para casos de violência doméstica; a aplicação do conceito de regulação responsiva para crimes ambientais, corporativos e de “colarinho branco”; e a possibilidade de participação institucional da polícia nos processos restaurativos não foram objetos de reflexão das produções acadêmicas nacionais – as quais sequer se limitaram a revisar a literatura estrangeira. Por outro lado, podem-se constatar avanços teóricos – que indicam uma relativa reflexão acerca da realidade brasileira – quanto à necessidade de regulamentação legal da Justiça Restaurativa em razão da questão cultural do legalismo; à compatibilidade jurídica do ordenamento jurídico brasileiro com o Projeto de Lei 7006/2006; e à reflexão acerca de conceitos restaurativos “clássicos” como o de vergonha reintegrativa, de regulação responsiva e de comunidade – ainda que por poucos teóricos.

Palavras-chave: justiça restaurativa brasileira; movimento restaurativo nacional; “estado da arte”.

Projeto de Pesquisa: Uma perspectiva crítica sobre o movimento restaurativo brasileiro: os projetos-piloto e legislativo no Brasil à luz da experiência inglesa.

PROIBIÇÃO DA DECISÃO SURPRESA À LUZ DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO INTERSUBJETIVA

Rafaela Soares Ramos Falcão¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. Email: rafaela_soares_@hotmail.com

²Professor do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Email: luciograssi13@gmail.com

Na atual concepção de Estado Democrático de Direito, faz-se necessário notar novas nuances no estudo do direito processual civil. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é tratar da vedação das decisões surpresa no direito processual civil brasileiro sob a análise do CPC/73 e do novo diploma que entrou em vigor em março de 2016, extraindo as possíveis consequências de sua prolação no cenário processual civil. A problemática deste estudo tomará como ponto de partida a transformação do princípio do contraditório, que, durante décadas, foi utilizado sob seu aspecto formal, e, hoje é utilizado sob sua acepção dinâmica. Nesse contexto, portanto, o modelo cooperativo de processo será proposto. Idealizado pelo NCPC, ele busca novas atitudes dentro do processo civil brasileiro. Em seguida, o princípio da cooperação intersubjetiva previsto no NCPC será objeto de estudo, corroborando a nova interpretação dada ao princípio do contraditório. Após o estabelecimento das premissas gerais, sempre com a finalidade de demonstrar que o CPC/73 e o ordenamento jurídico pátrio vigente afastam a possibilidade de prolação de decisões surpresa, adentra-se ao cerne do trabalho. Assim, a decisão surpresa é aquela fundada em premissas que não foram previamente tratadas ao longo do procedimento em que foi proferida. Essas decisões podem ensejar nulidade quando houver comprovado prejuízo. É proposta uma solução a fim de combatê-las, a oposição de embargos de declaração, já que o NCPC não dispôs qual seria o remédio cabível. Logo, a conclusão é no sentido de que a proibição às decisões surpresa é extraída da CRFB/88 que, ao estruturar o processo civil, estabeleceu diretrizes com base nos valores característicos do modelo de Estado atual. Portanto, foi possível chegar a esse resultado através de pesquisa bibliográfica e estudo de decisões pretorianas que possibilitaram a construção da reflexão deste estudo.

Palavras-chave: contraditório dinâmico; cooperação intersubjetiva; dever de diálogo; vedação das decisões surpresa.

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA: A VISIBILIDADE E O COMBATE AO ABUSO SEXUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Raissa Lustosa Coelho Ramos¹; Carolina Valença Ferraz²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail raissa.lustosa@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail carolinavferraz@hotmail.com

A presente pesquisa visa a estudar a violência sexual em contato com a pessoa com deficiência, focando-se especialmente nas formas de visibilidade que podem viabilizar um combate a este mal, e quais barreiras precisam ser superadas, partindo desde a origem e causas do problema. Para a realização desta, foi feita rigorosa pesquisa bibliográfica, tomando como ponto de partida a Constituição Federal, o Código Penal, demais leis e livros didáticos de autores e estudiosos sobre a temática, tratados e Convenções internacionais de Direitos Humanos, artigos científicos e visita a instituições interessadas. O estudo parte da análise de que a pessoa que possui deficiência, seja qual for esta, encontra-se em posição de vulnerabilidade em relação a um agressor que não possui qualquer deficiência, principalmente na temática da violência sexual. Muitos autores determinam que o desequilíbrio de poder entre agressor e vítima agravam a situação de violência. A preocupação relacionada especificamente com a violência sexual surge da característica subjetiva que esta pode ter. Uma agressão física, por exemplo, que deixa marcas no corpo, faz-se clara a intenção de ferir o outro. Já a violência sexual pode ser disfarçada. Por vezes, acontece na forma de gestos discretos, mascarando-se inclusive com afeto, sem alardes, muitas vezes utilizando a própria confiança da vítima para agir. O fato de que as pessoas com deficiências possuem maior dependência de terceiros do que o geral, ou que sua percepção de mundo é diferenciada – especialmente em casos de deficiência mental ou intelectual – acentuam sua vulnerabilidade quando em contato com agressões desse tipo. Durante a pesquisa, foi constatado que os números de denúncia e dados relativos a outros tipos de violência são bem mais abundantes que aqueles referentes à violência sexual. Há um silêncio absurdo sobre o assunto, especialmente porque muitas pessoas com deficiência são vítimas de seus próprios familiares ou cuidadores, especialmente quando são institucionalizadas. Outro fator é a falta de credibilidade da palavra da vítima, e a dificuldade de julgar os casos, visto que ocorre insegurança jurídica no processo de identificar e separar um ato consensual de sexualidade de um estupro de vulnerável, na perspectiva dos operadores do Direito Penal, visto que existem legislações conflitantes quanto ao tema. Sendo assim, a pesquisa demonstrou que a melhor forma de combater o problema é dar maior visibilidade a este próprio. Há necessidade de debate, orientação e discussão sobre este tipo de violência, bem como o debate acerca da sexualidade da pessoa com deficiência, e os limites do consentimento e autonomia desses indivíduos.

Palavras-chave: Deficiência; Violência Sexual; Estupro de Vulnerável; Direitos Humanos.

Projeto de Pesquisa: O Direito à Sexualidade e à Reprodução da Pessoa com Deficiência: Novos Parâmetros para a Construção da Família.

JUDICIALISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL: PROBLEMATIZANDO O ATIVISMO JUDICIAL

Raphael Crespo Forne¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro CCJ; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: raphael.rforne@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

A presente pesquisa analisou as posições doutrinárias acerca do ativismo judicial, no que é relativo às críticas a este fenômeno, considerando, dentre as mais diversas formas de conceituação, a mais adequada a abordagem multidimensional, sendo estudadas dimensões como a da usurpação de competências legislativas e a dimensão contra majoritária. Observa-se que as formas de interpretação do direito, com o passar dos anos, concederam ao Tribunal um maior campo de atuação. Com o relativo abandono da subsunção teórica do positivismo, observou-se que o Tribunal vem interferindo cada dia mais na construção da ordem jurídica atual, deliberando, por exemplo, a respeito de questões políticas, sendo a base para as principais críticas a esse fenômeno, tendo em vista que estaria ferindo ao princípio da separação dos poderes. Tendo como ponto de partida este e tantos outros argumentos foram analisadas diversas posições doutrinárias, objetivando uma visão mais ampla das objeções acerca do ativismo tanto dentro do direito brasileiro, como também dentro da doutrina norte-americana. Outro apontamento importante foi realizado acerca dos diálogos institucionais, e da sua utilização como uma solução às críticas doutrinárias realizadas ao ativismo judicial. Utilizando-se dos diálogos como ponto de partida, a pesquisa buscou uma solução às críticas expostas, fundamentando-se no ponto de que os diálogos promovem uma maior efetivação das finalidades do Estado Democrático de Direito. Após a análise das críticas doutrinárias e de uma proposta de solução a elas, foram analisados alguns casos concretos, objetivando o estudo da manifestação do ativismo dentro das práticas da Suprema Corte do Brasil.

Palavras-chave: dimensões; diálogos institucionais; críticas

Projeto de Pesquisa: Ativismo Judicial e a proteção dos Direitos Fundamentais pelo Supremo Tribunal Federal: Superação ou redefinição da separação dos poderes no Brasil?

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DOS DESCASOS DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS PERANTE A CORTE INTERNACIONAL NOS CASOS MARIA DA PENHA E GUERRILHA DO ARAGUAIA?

Rebecca Barbosa Alves de Araújo¹; João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas ; Bolsista IC Voluntário. E-mail: rebeccaalves17@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: jpallain@hotmail.com

A presente pesquisa consistiu em aprofundar-se no que se refere ao tratamento dos direitos humanos no âmbito internacional, com o Pacto de San José da Costa Rica, e nacional, através da Corte Brasileira. Esse tema soou com bastante importância, em virtude dos inúmeros casos até então não solucionados pela jurisdição nacional, quer seja por sua morosidade, quer seja pela impossibilidade do judiciário em solucionar o problema. Sendo assim, esgotadas as possibilidades de julgamentos definitivos por parte da jurisdição brasileira e dada sua razoabilidade de prazo, os casos Maria da Penha e Guerrilha do Araguaia foram levados à Corte Interamericana de Direitos Humanos para que a mesma ao analisá-los, pudesse acompanhar o cumprimento dos Estado Brasileiro na prevenção, punição e erradicação da violação aos direitos humanos. No que tange o caso Maria da Penha, cristalino foi o descaso do Tribunal de Justiça do Ceará no processo e condenação do agressor Marco Antônio Heredia Viveiros que tentou homicídio contra a mesma e novas agressões que culminaram na paraplegia irreversível e outras enfermidades na vítima. Problema este que constituiu uma grave ameaça ao direito da mulher. Analisando a investigação policial, realizada em 1984, havia no processo elementos probatórios claros e determinantes para concluir o julgamento e, mesmo assim, a atividade processual foi retardada por longos adiamentos das decisões, pela aceitação de recursos extemporâneos por parte da defesa e por demoras injustificadas. No caso estudado, os recursos internos não foram efetivos para reparar as violações dos direitos humanos sofridos por Maria da Penha Maia Fernandes e, para agravar esse fato, a demora da justiça brasileira em chegar a uma decisão definitiva poderia acarretar, em 2002, a prescrição do delito pelo transcurso de 20 anos da sua perpetração, impedindo que o Estado exercesse o jus puniendi, assim como poderia acarretar a incapacidade de reparação civil para a vítima. A Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001, responsabilizou o país por omissão e negligência no que diz respeito à violência doméstica. O Brasil cumpriu efetivamente e fez surgir o que hoje conhecemos por Lei Maria da Penha, Lei 11.340 /2006, como forma de reparar os danos causados à Senhora Maria da Penha Maia Fernandes devido à morosidade do Tribunal de Justiça do Ceará que julgou o agressor, a exatos 19 anos e meio após os crimes cometidos por ele. O “Caso Araguaia” foi a mais recente condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Esse caso implicou o reconhecimento, pelo referido Tribunal Internacional, de que o Brasil foi omissor ao não apurar os desaparecimentos forçados durante a “Guerrilha do Araguaia”, condenou o Brasil, por critério de equidade, a indenizar os familiares das vítimas, considerados desaparecidos políticos, reconhecendo a existência de danos morais e de danos materiais, a favor de cada um dos familiares considerados vítimas pela sentença. Além disso, determinou que o Estado prestasse atendimento psicológico aos familiares e a promover medidas de promoção da verdade e da justiça em relação às graves violações aos direitos humanos cometidas por agentes públicos durante o período da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: Jurisdição Brasileira; Direitos Humanos; Corte Interamericana.

Projeto de Pesquisa: Tutela Jurisdicional De Direitos Fundamentais: Bases E Fundamentos Para Uma Teoria Constitucional Multinível.

IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS SOBRE PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES MIGRANTES NO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO E DISCUSSÃO SOBRE PROCESSO MIGRATÓRIO ATUAL

Renata Amado Bahrampour¹; Rosa Maria Freitas do Nascimento²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: renata_amadob@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: rosafreitas1@hotmail.com

Diante do contínuo crescimento, nos últimos anos, do fluxo de migrantes no Brasil, é de grande relevância a discussão acerca da efetividade e eficácia dos meios de proteção jurídica aos trabalhadores migrantes em condições de vulnerabilidade. Desse modo, a pesquisa apresenta alguns aspectos da Convenção da ONU sobre os Trabalhadores Migrantes e membros de suas famílias, demonstrando o caráter humano essencial que lhe é assegurado, expondo a grande relevância que essa convenção pode possuir no contexto do Ordenamento Jurídico Brasileiro. Como objetivos, a pesquisa se propõe, analisar a efetividade que o Estatuto Jurídico do Estrangeiro tem diante da perspectiva de proteção aos trabalhadores migrantes, a importância de papel regulador que a Convenção da ONU sobre a proteção jurídica aos trabalhadores migrantes possui no ordenamento jurídico brasileiro e traçar um paralelo entre o Estatuto Jurídico do Estrangeiro e a Convenção da ONU em tela. Para isso, o referencial metodológico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o dedutivo, além do analítico, tendo em vista a necessidade de análise a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações, estudos monográficos e teses. Como resultados, tem-se que Convenção da ONU para Proteção de Trabalhadores Migrantes e seus Familiares suscita a compreensão de que há necessidade de que uma nova lei possa enxergar a migração como um fator social e o imigrante como cidadão detentor de direitos e garantias trabalhistas pelo direito brasileiro, posto que o Estatuto Jurídico do Estrangeiro, pelo fato de conter resquícios de concepções retrógradas da proteção de Direitos Humanos do período ditatorial no Brasil, deixa a desejar nesse aspecto, a ponto de ser perceptível a existência de vícios de recepção perante a Constituição Federal de 1988. Portanto, a inserção da Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes no ordenamento jurídico brasileiro demonstra ser um fator imprescindível no que tange ao alargamento do alcance dos direitos humanos no Brasil para com uma parcela significativa da população, a qual é submetida a toda sorte de provações.

Palavras-chave: Trabalhadores Migrantes; Direitos Humanos; Estatuto Jurídico do Estrangeiro.

Projeto de Pesquisa: Convenção das Nações Unidas - ONU sobre trabalhadores migrantes: análise jurídica da incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro e a dimensão da proteção jurídica dos trabalhadores.

AS IMUNIDADES FORMAIS DOS CONGRESSISTAS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E AS RESPOSTAS DO LEGISLATIVO FEDERAL: ATIVISMO JUDICIAL OU DIÁLOGO INSTITUCIONAL?

Roberta Maria Guedes Alcoforado Caldas Bahia¹; Flávia Danielle Santiago Lima²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: rmalcoforado@outlook.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: flavia-santiago@uol.com.br.

A Constituição Brasileira alberga o princípio da separação de poderes, sob a fórmula de sua independência e harmonia, em seu art. 2º, mas também num complexo sistema de freios e contrapesos entre judiciário, legislativo e executivo. Este trabalho estuda, sob à luz do princípio da separação de poderes, se há uma efetiva interferência na atividade do Poder Legislativo pelo Supremo Tribunal Federal, enquanto guardião da Constituição, nas decisões proferidas na apreciação de casos concretos que versem sobre as imunidades formais dos parlamentares. Neste amplo espectro de ações, há duas situações representativas das relações entre Supremo e Congresso Nacional: o cancelamento da Súmula 394 pelo STF, que ensejou a aprovação da Lei n.º 10.628/2002 e o julgamento da Ação Penal 396, cujos desdobramentos acarretaram a suspensão da sessão legislativa que apreciou a manutenção do mandato do deputado federal Natan Donadon. Diante desses casos, a presente pesquisa observou a fundamental importância da incidência recíproca entre o controle de constitucionalidade exercido pela Corte e o processo de elaboração de leis, tendo em vista que se propicia o diálogo institucional. Acredita-se que o ambiente democrático brasileiro, tem uma Corte ativista que ao tomar para si a posição de guardião da Constituição, acaba por interferir no exercício do Poder Legislativo através das decisões que profere. Por fim, tal cenário corrobora para a constatação de que mesmo o Supremo Tribunal Federal sendo ativista, é capaz de dialogar institucionalmente com o poder Legislativo, o que promove uma interação constitucional construtiva, em que não há perdedor ou vencedor, mas um propósito maior e comum, a Democracia.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; diálogos institucionais; imunidades formais.

Projeto de Pesquisa: Da separação de poderes ao diálogo institucional: o ativismo judicial no controle de constitucionalidade concentrado como instrumento de interação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

TUTELA JURISDICIONAL DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À MANIFESTAÇÃO PÚBLICA: HÁ LIMITES?

Roberto Lemos Dantas¹; Marcelo Labanca Correa de Araujo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista do PIBIC UNICAP; E-mail: roberto.lemosd@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: marcelolabanca@outlook.com

A análise dos limites do Direito à manifestação e do Direito à liberdade de expressão perpassa vários pontos a serem analisados minuciosamente. O primeiro, ainda extremamente ignorado pelo Direito Brasileiro, já se encontra mais organizado em outros ordenamentos jurídicos, como o argentino, por exemplo. Surge a necessidade de analisar, então, como o Direito brasileiro vem tratando a questão do Direito à manifestação. Na questão do Direito à liberdade de expressão, analisamos as correntes clássicas que abordam o tema – a alemã, com a primazia da dignidade humana sobre a liberdade de expressão, e a americana, com a primazia da liberdade de expressão sobre a dignidade humana. No que concerne à liberdade de manifestação, constatou-se que a tendência do Direito no nosso país é de punir duramente as manifestações de cerne mais social. Constatou-se, também, no que concerne ao Direito à Liberdade de Expressão, que o Brasil não adotou nenhuma das correntes famosas, optando por um sistema misto – misto, porém mais próximo do sistema alemão. Foi utilizada a técnica da documentação indireta, sendo baseada em estudos bibliográficos. Sim, existem limites ao Direito da manifestação e da liberdade de expressão, mas sempre levando em conta o social, o humano. Desta maneira, resta dizer que há a necessidade de mecanismos que protejam o Direito à manifestação, principalmente no cerne social, e, no tocante ao Direito à liberdade de expressão, de mecanismos que protejam a primazia da dignidade humana.

Palavras-chave: liberdade de expressão; discurso de ódio; liberdade de manifestação

Projeto de Pesquisa: Tutela Jurisdicional De Direitos Fundamentais: Bases E Fundamentos Para Uma Teoria Constitucional Multinível.

ELUSÃO FISCAL ATRAVÉS DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA: O “SEXTO MÉTODO” NA TRIBUTAÇÃO DE “COMMODITIES”

Sérgio Souza Costa Floro¹; Hélio Silvío Ourém Campos²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UNICAP; IC Voluntário. E-mail: sergio.souza.costa@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UNICAP. E-mail: ouremcampos@jfpe.jus.br

Os preços de transferência são uma das questões tributárias mais importantes no comércio internacional. Eles são os preços estabelecidos para tributação de operações comerciais ou financeiras realizadas entre pessoas jurídicas relacionadas entre si. Essas transações ocorrem particularmente em empresas transnacionais. Os preços de transferência não são necessariamente ilegais ou abusivos, mas, caso não sejam devidamente auferidos e tributados, podem causar danos às empresas ou aos cofres públicos. Há várias formas de cálculo usadas internacionalmente. O Brasil adaptou várias delas, além de adotar duas formas inovadoras, a “abordagem brasileira” e o “sexto método”, criado na Argentina. Essa pesquisa teve como objetivo analisar a aplicação das normas de cálculo do preço de transferência de “commodities” criadas pela Lei 12.715/12, que inseriu o “sexto método” na legislação brasileira. A pesquisa se baseou em estudo bibliográfico de autores que tratam da elusão fiscal na economia globalizada e, em especial, nos preços de transferência. Buscou abordar as bases do tema, com especial atenção ao princípio do *Arm’s Length* e aos métodos de cálculo utilizados. Além da doutrina jurídica, a pesquisa estudou análises de especialistas com perspectivas práticas, tanto do ponto de vista das corporações, como de grupos que defendem maior controle estatal. A pesquisa concluiu que o sexto método visa a estabelecer procedimentos objetivos e simples. Os países em desenvolvimento estão buscando outras formas de limitar a perda na arrecadação através de preços de transferência abusivos, soluções que se afastam do *Arm’s Length*, mas que mantêm o respeito aos princípios constitucionais. Entretanto, tanto analistas pró-corporações como analistas pró-justiça tributária convergem em suas análises no sentido de que esses métodos possuem vantagens e desvantagens, reconhecendo que podem ser úteis para evitar práticas abusivas, mas que, se aplicados sem os necessários ajustes, podem causar danos às empresas transnacionais ou aos fiscos nacionais.

Palavras-chave: transfer pricing; tax avoidance; elisão fiscal.

Projeto de Pesquisa: Política e Tributação Sobre o Consumo No Brasil: Um Sistema Regressivo, Aspectos Materiais e Processuais.

O PATRIMÔNIO CULTURAL (DES)CONHECIDO DO BAIRRO DE SANTO AMARO

Tatiane Barbosa Lima Silva¹; Paula Maria Wanderley Maciel do Rêgo Silva²

¹Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: tatianebls@hotmail.com

²Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências e Tecnologia; E-mail: paulamaciel@unicap.br

Este trabalho deseja contribuir com a visão do especialista que versa o olhar para o bairro de Santo Amaro, localizado na Região Político-administrativa 01 (RPA 1) da Cidade do Recife. O estudo enfatizou duas áreas de grande importância para o bairro: as Vilas Operárias, resultado de um programa social chamado Liga Social contra os Mocambos, fixadas em quadras próximas à Av. Norte e à Av. Cabugá; e o Setor de Preservação Morfológica (SPM) de Santo Amaro, que abrange o casario eclético existente na Rua Capitão Lima e seu entorno. Foram realizadas visitas em campo com levantamento fotográfico, que permitiu recolher informações referentes à permanência das edificações originais, gabarito, tipologias e uso das edificações existentes, que foram sintetizados em mapas. As duas áreas estudadas revelaram características algumas distintas e outras semelhantes entre si. Apontou-se para um patrimônio (DES)conhecido de Santo Amaro, que são as Vilas Operárias, de difícil reconhecimento uma vez que o valor está presente em atributos menos materiais e não diretamente relacionados a edificações específicas. Outra para um Setor que já possui uma legislação específica, ou seja, trata-se de um patrimônio não tanto (DES)conhecido. Por outro lado, a legislação não deixa claro onde está o valor que se deseja preservar. A existência de um casario eclético aponta um bem material que precisa ser valorizado e preservado. Ambas são exemplos de áreas urbanas nas quais, mais do que edificações a serem preservadas, deseja-se preservar a morfologia do local como elemento constitutivo da paisagem cultural compreendida a partir dos os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíprocas.

Palavras-chave: conservação; paisagem cultural; renovação.

Projeto de Pesquisa: Plano Recife Cidadão. Estudos e Pesquisas Urbanísticas para concepção de Diretrizes Urbanísticas, Plano Urbanístico e Projeto Urbano de Parte do Centro Expandido do Recife.

ATIVISMO JUDICIAL E PROTEÇÃO DAS MINORIAS

Tatyana Paula Cabral de Melo Marcolino¹; Glauco Salomão Leite²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária PIBIC UNICAP. E-mail: tatyana cabral.m@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro CCJ; E-mail: glaucosalomao@uol.com.br

A pesquisa realizada analisou as posições doutrinárias acerca do ativismo judicial em busca de melhor compreensão quando aplicado às decisões da Suprema Corte no âmbito dos direitos das minorias, considerando como mais adequada a visão multidimensional. Observou-se o progressivo amadurecimento do Tribunal, que vem abandonando uma visão puramente positivista do texto constitucional, tendo, muitas vezes, interpretado a Constituição de maneira mais abrangente se lançando a tarefa de construir, expandir ou corrigir a ordem jurídica atual. A partir deste ponto, fora analisada toda trajetória dos direitos homoafetivos nos Tribunais brasileiros, com palavra final editada pelo Supremo na ADI 4.277-DF. Destaca-se a controvérsia interpretativa oriunda desta decisão, que fora apontada por alguns como verdadeira extrapolação dos poderes da Suprema Corte, tendo causado reações legislativas tanto em sentido contrário à decisão, quanto em sentido favorável, a fim de normatizar o entendimento jurisprudencial. Objetivou-se analisar os limites de atuação do Poder Judiciário em contrapartida com a necessidade de amparo a direitos cobrados por parcela significativa da sociedade brasileira, qual seja, o direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Outro apontamento importante foi acerca das consequências jurídicas da decisão, com a edição da Resolução 175/2013 por parte do Conselho Nacional de Justiça, que veda aos cartórios a recusa em habilitação e celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento civil por pessoas do mesmo sexo, efetivando a decisão da Corte e, em sentido divergente, a apresentação do projeto de lei denominado Estatuto da Família, que restringe a conceituação de núcleo familiar, afrontando, de maneira notável, o posicionamento do Supremo. Considerando esta prática como verdadeira tentativa de reversão legislativa dos precedentes da Corte a fim de contornar suas decisões e evitar que profira a palavra final, a relação entre um Poder Legislativo omissivo e um Poder Judiciário ativista é analisada de modo a verificar diálogo institucional entre os poderes e suas possíveis consequências na rede de proteção jurídica das minorias.

Palavras-chave: união homoafetiva; diálogos institucionais; reações legislativas;

Projeto de Pesquisa: Ativismo Judicial e a Proteção dos Direitos Fundamentais pelo Supremo Tribunal Federal: Superação ou Redefinição da Separação dos Poderes no Brasil?

A APLICAÇÃO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO DIÁLOGO ENTRE AS CORTES INTERNACIONAIS E BRASILEIRA.

Thais Bizarro Guerra¹; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: thaisbizarroguerra@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: labanca@unicap.br

O controle de convencionalidade ainda é um tema de pouca notoriedade no sistema brasileiro visto que ainda é uma ferramenta nova no ordenamento jurídico atual. O controle de convencionalidade tem como objetivo ter como parâmetro de normas infralegais os Tratados Internacionais dos quais os países tornaram-se signatários. Há uma necessidade de maiores pesquisas sobre o tema, pois é de extrema importância para o sistema jurídico brasileiro saber que, além de ter uma Constituição Federal como parâmetro para a elaboração de normas, há também os Tratados de que o Brasil faz parte e que devem ser também utilizados como referência. O principal objetivo deste trabalho é estudar sobre o que é o controle de convencionalidade e a sua aplicação no Direito, como é utilizado e em quais casos, além do diálogo entre as cortes brasileiras e internacionais quando há um choque de leis nacionais e dos Tratados. É necessário fazer uma busca minuciosa sobre casos em que os Tribunais do Brasil já se utilizaram dessa ferramenta e quais as consequências disto e, por fim, pesquisar sobre o que a nossa Suprema Corte diz sobre isso, através de jurisprudências. Além disso, é de extrema importância saber como os Tratados passam a ser considerados leis que devem ser obedecidas no Brasil, se a nossa Constituição Federal oferece amparo a esse sistema de Tratados Internacionais, qual a sua hierarquia na pirâmide do ordenamento jurídico brasileiro. Para um melhor aprofundamento sobre o tema, foi feita a leitura de diversas obras a fim de esclarecer alguns pontos específicos do assunto. Foi necessário fazer um estudo aprofundado sobre o melhor meio de obter informações sobre o tema, visto que não é de fácil esclarecimento, já que não existem muitas fontes esclarecedoras sobre o assunto. Portanto, este assunto deve ser de contínuo estudo para que não haja um menosprezo sobre ele por ainda ser um tema de pouca notoriedade em nossa doutrina.

Palavras-chave: controle de convencionalidade; diálogo; Tratados.

Projeto de pesquisa: Tutela Jurisdicional de Direitos Fundamentais: Bases e Fundamentos Para Uma Teoria Constitucional Multinível.

COOPERAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Thais Lins de Albuquerque Lima¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de direito do Centro CCJ; Bolsista (PIBIC UNICAP)

²Professor do Curso de direito do Centro CCJ; E-mail: luciograssi13@gmail.com

A Lei 13.105 gerou um grande avanço legislativo, pois, através dela, o ordenamento processual civil brasileiro passou a adotar claramente a estrutura cooperativa. Um processo estruturado na forma cooperativa faz com que o juiz não só tenha o encargo de velar pelo contraditório entre as partes, como também de submeter-se a ele, o que torna isonômica a relação entre os sujeitos processuais. O processo consagrado pelo novo código de processo civil é um ambiente de cooperação entre os sujeitos processuais, em que o magistrado deve buscar a verdade através da cooperação das partes com ele e destas entre si. Ao valorizar o diálogo, o magistrado deixa de ter uma posição passiva na atividade dialética do processo e passa a ser um sujeito atuante no desenvolvimento da relação processual, auxiliando a melhor solução para o caso concreto. Assim, no modelo cooperativo de processo, o magistrado deverá valorizar o diálogo exercido durante o processo. Não se pode admitir uma postura unicamente autoritária no momento de construção das suas decisões. A partir da valorização do diálogo, estando inserido nele o magistrado, a fundamentação torna-se ainda mais necessária, pois nela deverá conter todos os argumentos discutidos no processo. O dever de fundamentação deveria ser encarado como um prestar contas do Estado, pois diminuiria as margens de discricionariedade do juiz ao decidir, não sendo uma forma de contornar a lei e a constituição, para decidir segundo seu senso de justiça.

Palavras-chave: Código de processo civil; Princípio da cooperação; fundamentação.

Projeto de Pesquisa: Possibilidades de aplicação dos princípios da boa-fé e da cooperação intersubjetiva visando garantir efetividade ao processo civil brasileiro, considerados o atual Código de Processo Civil e o Projeto do Novo Código de Processo Civil em tramitação no Congresso Nacional.

UMA "NOVA" SEPARAÇÃO ENTRE OS PODERES? DA CONFIGURAÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Thays Regina Oliveira Barbosa de Melo¹; Flávia Danielle Santiago Lima²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária PIBIC UNICAP. E-mail: thaysolliveira@hotmail.com

²Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: flavia-santiago@uol.com.br

O princípio da separação de poderes tem origem na antiguidade clássica e fortaleceu-se no Iluminismo com a obra de Charles de Montesquieu, “O Espírito das Leis”. O filósofo pontuava que os poderes deveriam ser distribuídos para evitar o abuso de poder e que os governos deveriam ser moderados e equilibrados para assegurar o exercício dos direitos individuais. Na doutrina liberal, a separação entre Legislativo, Executivo e Judiciário funciona como uma distribuição de competências. Novas teorizações a respeito da separação de poderes surgiram, entre estas pode-se destacar a teoria de Bruce Ackerman chamada de parlamentarismo limitado. A teoria de Ackerman não é uma separação de poderes vinculada exclusivamente as três funções destacadas por Montesquieu. O autor propõe uma ruptura com a ideia de que as interpretações a respeito do princípio se esgotaram com os filósofos liberais, propõe algo novo e faz duras críticas ao presidencialismo. No Brasil, o princípio da separação dos poderes foi recepcionado pela Constituição Federal, que consagra, em seu artigo segundo, a tripartição dos poderes, ou seja, a divisão dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário. O dispositivo afirma que tais poderes devem agir de forma independente e harmônica entre si. Através da análise a respeito da teoria da separação de poderes em sua versão clássico-liberal e suas novas teorizações, buscou-se analisar como o Supremo Tribunal Federal interpreta o princípio ao proferir suas decisões, a fim de verificar se a aplicação da teoria pelo Tribunal constitui-se uma ruptura ou uma nova separação entre os poderes. Para alcançar tal objetivo foi realizada a análise de casos concretos julgados pelo STF e, através destes, foi possível perceber que existem casos em que a Corte toma para si competência dos demais poderes com o intuito de assegurar o que é posto na Constituição Federal. Assim como também ocorrem decisões em que o Supremo opta por não interferir para não violar o princípio. Conclui-se então que o STF deve intervir na aplicação dos direitos fundamentais e das políticas públicas com um caráter fiscalizador, para dar efetividade à aplicação destes, deve apresentar medidas que tornem suas decisões possíveis de serem cumpridas, sem arbitrariedade e desrespeito aos demais poderes. Afinal de contas, se tal interferência se der sem ponderação e sem o respeito à atribuição de competências entre os poderes, a ideia de independência não estaria sendo respeitada, o que resultaria também na desarmonia entre eles. Portanto, o princípio constitucional de separação de poderes, sendo estes independentes e harmônicos entre si, estaria sendo violado pelo Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Constituição; ativismo judicial; distribuição de competências.

Projeto de Pesquisa: Da separação de poderes ao diálogo institucional: o ativismo judicial no controle de constitucionalidade concentrado como instrumento de interação entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional.

TRÁFICO DE DROGAS E ENCARCERAMENTO FEMININO: DO TRANSPORTE DE DROGAS À MALHA SELETIVA DA ATUAÇÃO POLICIAL

Túlio Vinícius Andrade Souza¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail: tulio.andrade09@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: mariliamello@hotmail.com

O Brasil instituiu, desde a década de 1960, uma massiva política internacional de “guerra” às drogas, renunciando o combate ao consumo, através da repressão ao tráfico, como possível solução. No entanto, os clamores punitivos da sociedade implicaram um sistema que opera a partir de estereótipos e máxima intervenção penal, contrariando princípios e garantias constitucionais. Levando em consideração o aumento do uso de entorpecentes e o fortalecimento das redes relacionadas ao tráfico de drogas, questiona-se a eficácia dessa intervenção. A hipótese da pesquisa, então, é que essa guerra tem um inimigo determinado, que corresponde ao estereótipo de raça e de classe perigosas, instituindo a juventude negra e pobre como o perfil dos encarcerados, por exemplo. E, por isso, o objetivo foi analisar, com base teórica e ideológica nos estudos da criminologia crítica, como os estereótipos de gênero, classe social e raça são utilizados pelas polícias na cidade de Recife para a constatação do elemento suspeito no tráfico de drogas. Assim, por razões de aprofundamento teórico, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica e, por conseguinte, discussão dos textos em grupo para apreender as diversidades de percepções. Buscando um olhar técnico, dados de Autos de Prisão em Flagrante (APFs) registrados no Recife foram coletados e analisados. Os resultados, por fim, giraram em torno do eixo de gênero e raça, com reflexões acerca do sistema patriarcal e, ainda, das possíveis implicações de renda, o que vem demonstrando que a atividade criminalizadora na Lei 11.343/06 prioriza a prisão de pequenos traficantes, pouco relevantes no cenário em questão; rotula, preferencialmente, na condição de traficante, pessoas negras e pobres e, ainda, acarreta um crescimento significativo da população prisional, pois se utiliza da prisão preventiva como regra. Diante de todo o cenário apresentado, verifica-se a falência de um sistema carcerário deficitário e um sistema penal em crise de legitimidade. Assim sendo, as violências nas abordagens policiais continuam a reproduzir as relações sociais dos sexos de uma sociedade machista.

Palavras-chave: expansão do sistema criminal; polícia; mulher; drogas; criminologia crítica.

Projeto de Pesquisa: A Atividade Policial de Criminalização de Mulheres por Tráfico de Drogas: Da Verificação do Elemento Suspeito Ao Impacto no Encarceramento Feminino em Recife.

INVESTIGAÇÃO A CERCA DO “ELEMENTO” SUSPEITO NOS CRIMES DE TRÁFICO E USO DE ENTORPECENTES NA CIDADE DO RECIFE.

Victor de Goes Cavalcanti Pena¹; Fernanda Cruz da Fonseca Rosenblatt²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: victor_goess@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: fonsecafernanda@hotmail.com

Devido ao aumento do encarceramento de jovens e adultos por tráfico de drogas, fez-se necessário um estudo que busca explorar a imagem criada como sendo o “elemento” suspeito do crime. Atualmente, podemos observar que grande parte daqueles que são presos pelo tráfico de entorpecentes possuem características em comum, marcando assim a figura do “suspeito” sob os olhares policial e social. A presente pesquisa tem por objetivo compreender como a polícia do Recife atua na seleção de traficantes de drogas, investigando quem considera o “elemento suspeito” e quando enquadram tal pessoa como traficante. Logo, busca entender quem e quantos são os enquadrados nesta figura. Buscando atingir os objetivos, fez-se um estudo literário sobre o tema para solidificar o conhecimento, seguido por reuniões com o grupo Asa Branca de Criminologia, para debate sobre os textos lidos. Com a base didática construída, iniciou-se a análise de dados: primeiro, os dados de prisão em flagrante da DPCA (relativo aos menores de idade) e, logo após, a análise de processos do Juizado Especial Criminal. Tais dados proporcionaram as seguintes informações: os dados do mês de maio da DPCA mostram que 43 jovens entre homens e mulheres foram tipificados no tráfico e 11 no uso. Na central, tivemos 2.887 ocorrências, nas quais 289 foram de mulheres (sendo 260 por tráfico e 34 posse) e 2.593 foram homens. No juizado, de 30 processos analisados, em casos de posse de drogas, 24 foram homens e 12 mulheres, estando duas dessas em concurso com homens. Mediante tais informações, podemos inferir que, a quantidade de homens é relativamente maior que a de mulheres no envolvimento com substâncias ilícitas, mas o número de mulheres é crescente bem como pela análise dos dados observou-se que, mesmo com pequenas quantidades de droga, há o encaixe dos autores no tráfico, já que a lei não estabelece critérios de diferenciação entre tráfico e posse. E quanto à imagem do “elemento” suspeito, há esta construção negativa por parte do policial e social quanto ao traficante, o que se torna claro nas leituras e nas imagens dos presos por tais crimes no estado.

Palavras-chave: posse de drogas; DPCA; seletividade.

Projeto de Pesquisa: A Atividade Policial de Criminalização de Mulheres por Tráfico de Drogas: da Verificação do Elemento Suspeito ao Impacto no Encarceramento Feminino no Recife.

GUERRA FISCAL NO MERCADO ELETRÔNICO EMBASADA NO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

Victoria Tabosa Rocha Pierre¹; Hélio Silvio Ourém Campos²

¹Estudante do Curso de direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: Victoriarpierre@gmail.com.

²Professor do Curso de direito do Centro Ciências Jurídicas; E-mail: ouremcampos@jfpe.jus.br.

O trabalho analisa uma problemática que se desenvolve por meio da chamada “Guerra Fiscal”, no âmbito ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Esse comportamento é derivado de lacunas legais, uma vez que estipulam apenas alíquotas mínimas e máximas, constituindo margem para que Municípios estabeleçam suas alíquotas intrínsecas. Permite, assim, que esses Entes disputem entre si almejando investimentos com o intuito do enriquecimento interno. Esta prática se observa à medida que fazem uso da competência concedida para legislar sobre o ISS e concedem benefícios fiscais de maneira unilateral, com o intuito de atrair investimentos de empresas. A discussão central do presente trabalho é a tributação de serviços que se operam por meio do mercado eletrônico. Em que consumidores utilizam como ferramenta de aquisição de serviços, acarretando uma Guerra fiscal em decorrência dessa prática, já que há divergências quanto ao Ente competente ao recolhimento.

Palavras-chave: Guerra Fiscal; ISS; Alíquota.

Projeto de Pesquisa: Política e tributação sobre o consumo no Brasil: um sistema tributário regressivo, aspectos materiais e processuais.

A DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Walclécia Alves Nunes¹; Rosa Maria Freitas do Nascimento²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista UNICAP. E-mail: walcleciamarcelle@hotmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: rosafreitas1@hotmail.com

A pesquisa tem por objeto a discussão acerca do procedimento de incorporação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos na ordem constitucional brasileira no que tange ao primado da prevalência dos direitos humanos como princípio orientador das relações internacionais fundamentais para a ratificação de importantes instrumentos de proteção dos direitos humanos e sua estruturação sob a ótica do Supremo Tribunal Federal. Para a consecução deste estudo, fora utilizada pesquisa essencialmente bibliográfica, por meio de posicionamentos doutrinários, jurisprudenciais e artigos jurídicos referentes ao tema. Ademais, foi também analisada a Emenda Constitucional (EC) nº 45, de 2004, por meio da qual o legislativo brasileiro alterou o procedimento de incorporação dos tratados internacionais que versem sobre direitos humanos no ordenamento jurídico nacional. Uma nova forma de incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos em sintonia com uma recente necessidade de formar uma nova ordem internacional de proteção dos direitos humanos. Essa mudança de paradigmas insere o Brasil em um sistema internacional de proteção aos direitos humanos, possibilitando, ademais, o fenômeno entendido por controle de convencionalidade. O tema do trabalho é de fundamental importância e revela estigmas presentes na sociedade brasileira do pós-ditadura militar, período marcado por sérias violações aos direitos humanos. Violações que marcaram um tempo e promovem uma constante necessidade de reafirmar o combate contra violações aos direitos humanos. O Estado Democrático e Constitucional de Direito em sintonia com os direitos fundamentais encontra-se em uma condição de reconhecimento de garantias, que é atribuído a cada indivíduo na esfera social. É cada vez mais certo que, no contexto de mundo globalizado, o fenômeno da internacionalização dos direitos acaba gerando uma problemática de direitos fundamentais relacionados aos direitos humanos e, sobretudo, direitos fundamentais convencionados em outras ordens jurídico-constitucionais.

Palavras-chave: Proteção dos Direitos Humanos; Tratados Internacionais; Princípio da Dignidade Humana.

Projeto de Pesquisa: Convenção das Nações Unidas - ONU sobre trabalhadores migrantes: análise jurídica de incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro e a dimensão da proteção jurídica dos trabalhadores.

CRIME DE TRÁFICO ENTORPECENTE: UM ESTUDO SOBRE PRISÃO PREVENTIVA DE PESSOAS DO SEXO MASCULINO NA CIDADE DO RECIFE

Willams França da Silva¹; Érica Babini Lapa do Amaral Machado²

¹Estudante do curso de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ; Voluntário. E-mail: WillamsFranca@yahoo.com.br

²Professora do curso de Bacharel em Direito, do Centro de Ciências Sociais – CCJ; E-mail: ericababini@hotmail.com

O debate em torno do tema das drogas ilícitas, apesar de cada vez mais presente nos espaços acadêmicos e sociais, ainda representa um grande desafio, dada a complexidade que o permeia e os pontos essenciais ainda não analisados com a devida atenção. Se, por outro lado, for levado em consideração o crescimento do número de pessoas presas preventivamente e a especificidade desse aumento ligado aos crimes relacionados às drogas, aí a necessidade de repensar a problemática e aprofundar as análises e estudos adquire conotação premente. A presente pesquisa, pois, objetivou investigar a existência de estereótipos sociais criados capazes de traçar o perfil de homens apontados como traficantes de entorpecentes e, assim, influir nos Autos de Prisões em Flagrante (APF). Para tal, o pesquisador utilizou o método dedutivo de análises de bibliografias que abordam a problemática no seio das relações sociais, no marco da criminologia crítica. A partir daí, concluiu-se que a denominada “guerra às substâncias psicoativas”, ao disseminar o simbolismo de proteção à saúde e ao bem-estar da sociedade, salvaguardando a humanidade do “mal das drogas”, acaba por propagar a criminalização e solapa o Estado Democrático de Direito pelo (re)estabelecimento e superposição permanente do “estado de polícia”. A criação discursiva do traficante – enquanto encarnação da personificação do mal – opera segundo a lógica da inversão: transforma exceção em regra, sujeitos de direitos em “sujeitos sujeitados”, cidadãos em inimigos, estado de liberdade em ordem do controle.

Palavras Chaves: Estereótipo, traficante, polícia, democracia

Projeto de Pesquisa: A atividade policial de criminalização de mulheres por tráfico de drogas: da verificação do elemento suspeito ao impacto no encarceramento feminino em Recife.



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**ANAIS ELETRÔNICOS
CIÊNCIAS HUMANAS**

Recife, 2016

O FORTALECIMENTO DA TEORIA DOS PRECEDENTES PELO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

Adriana Barbalho Ramos¹; Lúcio Grassi de Gouveia²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: adrianabramos1@hotmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: luciograssi13@gmail.com.

A intervenção do Poder Judiciário nunca foi tão requisitada como também criticada como ocorre atualmente no sistema judicial brasileiro. Isso ocorre, pois a atuação deste órgão, antes limitada, tornou-se ativista após a Constituição de 1988 e, assim sendo, precisa ser regulada. O Brasil adota de forma dominante o sistema jurídico denominado civil law, porém percebe-se uma grande influência do modelo processual “common law” onde a jurisprudência também se configura como importante fonte de direito ao lado das leis. Dessa forma, há um grande fortalecimento da Teoria dos Precedentes Judiciais no Brasil, que defende a utilização do núcleo essencial de uma decisão judicial como parâmetro para o julgamento de casos posteriores análogos como ocorre quando se utiliza a jurisprudência para se decidir uma nova causa. Tal teoria se fortalece ainda mais com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, que prevê, de forma expressa em seu Art. 6º, o chamado Princípio da Cooperação. Esse princípio obriga os sujeitos processuais a cooperarem entre si em busca de uma decisão de mérito justa e efetiva em que não apenas as partes processuais possuem obrigações para com o juiz ou tribunal, mas este também possui deveres para com as partes como os de esclarecimento, prevenção, consulta e auxílio. Havendo a cooperação dos sujeitos processuais, serão cumpridos os princípios da segurança jurídica, estabilidade, isonomia e duração razoável do processo, o que facilitará a formação de precedentes. Portanto, esses são os objetivos precípuos deste trabalho. Foi utilizada a investigação bibliográfica que abordasse a temática tanto do Princípio da Cooperação quanto do Sistema de Precedentes Judiciais e chegou-se à conclusão, que o Princípio da Cooperação viabiliza a aplicação de muitos outros princípios fundamentais para a aplicação de um processo civil justo e democrático; que as decisões formadas com a aplicação dele colocarão em prática os precedentes judiciais e que, a partir da valorização do princípio da cooperação, as chamadas decisões-surpresas serão vedadas e será dado às partes processuais o poder de participar e cooperar para formação da decisão, exercendo um poder de influência efetivo.

Palavras-chave: poder judiciário; precedentes judiciais; sujeitos processuais; decisões-surpresas.

Projeto de Pesquisa: Possibilidade de aplicação dos princípios da boa-fé e da cooperação intersubjetiva visando garantir efetividade ao processo civil brasileiro, considerados o atual Código de Processo Civil e o Projeto do Novo Código de Processo Civil em tramitação no Congresso Nacional.

COTIDIANO E PRÁTICAS RELIGIOSAS NA NOVA LUSITÂNIA

Anderson Flávio Paiva Alves¹; Flávio José Gomes Cabral²

¹Estudante do Curso de Licenciatura Plena em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; VOLUNTÁRIO E-mail: anderson_fpalves@hotmail.com

²Professor do Curso de História do Centro e Teologia e Ciências Humanas; E-mail: gomescabral@uol.com.br

A pesquisa procurou observar, através dos relatos do visitador do Santo Ofício Heitor de Mendonça Furtado, o comportamento da sociedade pernambucana no início da fundação da capitania da Nova Lusitânia, posteriormente conhecida como Pernambuco. Durante o tempo em que o visitador esteve instalado em Olinda, principal aglomerado urbano pernambucano entre 1593 e 1595, ele percorreu parte do território da capitania Duarteina como também áreas das capitanias de Itamaracá e da Paraíba. Através do método do paradigma indiciário a pesquisa pôde perceber, através dos relatos do visitador, conhecer vários aspectos do “modus vivendi” da população, principalmente aqueles ligados a cultura e ao cotidiano. A colonização de Pernambuco e a implantação da economia açucareira, que trará largos benefícios à capitania, atraíram muitos elementos da população europeia que se transferiram para os trópicos ora para trabalharem ora para investirem em diversos misteres. Entre esses muitos judeus em suas denominações de cristãos velhos e novos, ali desembarcaram alguns perseguidos pela inquisição ibérica e, longe das autoridades, encontraram liberdade para praticarem a religião de seus antepassados além de atuarem como grandes comerciantes nas atividades de exportação e importação de produtos. Pernambuco quinhentista: sua população era em sua maioria católica, entretanto práticas heterodoxas não deixaram de existir como também desregramentos de comportamentos: homossexualidades, bigamia, apego aos bens materiais, o que chamaram a atenção do visitador. Tais práticas sinalizam que o aparelho repressivo estatal referente ao controle social não funcionava tão bem assim uma vez que, na intimidade, cada um procurava extravasar seus desejos. A heterogeneidade dos costumes gerou um clima de tensão. Se os judeus poderiam ser vistos como elemento nocivo, eles eram o grupo social que melhor atendia aos interesses socioeconômicos da coroa uma vez que impulsionavam o comércio açucareiro e os negócios da colônia com seus vultuosos investimentos. A missão do visitador fora complexa e minuciosa, dada a colisão entre o dever de perseguir e inibir as heresias e o de não atrapalhar os interesses colonizatórios do reino.

Palavras-chave: sociedade; cultura; sociabilidades.

Projeto de Pesquisa: A Capitania da Nova Lusitânia no Contexto do Atlântico Português (1535-1630).

REPRESENTAÇÃO E CONSUMO CULTURAIS DAS INDUMENTÁRIAS LITÚRGICAS NA CAMINHADA DE TERREIROS DE PERNAMBUCO

Ariane Ingrid da Silva Botelho¹; Alfredo Sotero Alves Rodrigues²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: ariane_ingrid@hotmail.com

²Professor do Curso de Relações Públicas do Centro de Ciências Sociais. E-mail: sotero@unicap.br

Buscamos, neste trabalho, compreender o processo de fabricação, comunicação e consumo culturais dos axós, como também de acessórios litúrgicos pelo Povo de Santo na Caminhada de Terreiros de Pernambuco; caracterizar a criação e a representatividade das vestimentas litúrgicas do Povo de Santo; verificar a utilização dos acessórios litúrgicos utilizados pelos pais, mães, filhos e filhas afrorreligiosos e contextualizar as indumentárias litúrgicas do Povo de Santo na Caminhada de Terreiros de Pernambuco. Os pais, mães, filhos e filhas de santo saem aos centros das grandes urbes para mostrar e reivindicar liberdade religiosa, a exemplo do cortejo afro-brasileiro iniciado no Marco Zero; no bairro do Recife (Antigo), a Basílica de Nossa Senhora do Carmo; no bairro de Santo Antônio, na capital do estado. O evento afrorreligioso é o ato do povo de santo fazer valer a liberdade religiosa no estado, professar e divulgar suas práticas religiosas. O ritual em vias públicas pode ser caracterizado como uma pequena revelação das festas, louvações ou toques – também públicas -, que se procedem no decorrer do ano em cada Casa, Terreiro ou denominada por alguns sacerdotes ou sacerdotisas de Barracão. Seja qual for a “festa”, os axós e acessórios litúrgicos - de acordo com resultados das pesquisas de campo -, são investimentos personalizados, muitas vezes produzidos pela “ vaidade pessoal”, para serem vistos e elogiados por ocasiões dos rituais. A indumentária das religiões afro-brasileiras possui, então, não só um caráter litúrgico, mas identitário do ancestral que está em terra ou que está a se prestar homenagens. O axó, a beleza e o encanto dos cultos remetem a religiosidade de uma África mítica. O somatório dos sons, das vestimentas litúrgicas, das ofertas e dos cantos em yorubá reproduzem, nas vias públicas do Recife, o sentimento e a fé dos afrorreligiosos de Pernambuco dos seus antepassados

Palavras-chave: axós; afrorreligiosos; povo de santo; afro-brasileiros.

Projeto de Pesquisa: Comunicação e Representação Cultural dos Axós pelos Fiéis do Povo de Santo da Região Metropolitana do Recife (RMR).

COMO OS ESTUDANTES PERCEBEM O SUPORTE FAMILIAR?

Bruna de Oliveira Santos Lima¹; Suely de Melo Santana²

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro CCBS; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail:bruna.osl@hotmail.com

²Professor do Curso de Psicologia do Centro CCBS; E-mail:suely.santana09@gmail.com

A adolescência é marcada por mudanças que podem favorecer o surgimento de transtornos psicológicos no indivíduo, sendo o suporte familiar bastante importante como amortecedor das situações estressantes que se vivenciam nessa época. O objetivo desta pesquisa foi identificar a percepção de suporte familiar nos estudantes do ensino médio e, mais precisamente, identificar a sua correlação com o sexo e a idade. A amostra foi composta por 170 estudantes do ensino médio, sendo 38% do sexo masculino e 62% do sexo feminino. A média de idade foi de 16,06 (DP = 1,292), variando de 13 aos 19 anos de idade que, em sua maioria (90%), mora apenas com os pais e, por vezes (41%), também com irmãos. Os instrumentos utilizados foram um Questionário Sociodemográfico e o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF), composto por 42 itens ($\alpha=0,93$) agrupados em três fatores: 1) Afetivo-consistente (21 itens, $\alpha=0,91$); 2) Adaptação Familiar (13 itens; $\alpha=0,90$) e 3) Autonomia (8 itens; $\alpha=0,78$). A análise por meio do alpha de Cronbach da escala do IPSF apresentou um bom índice de consistência interna ($\alpha=0,76$), mostrando-se adequada para avaliar a percepção de suporte familiar dos estudantes pesquisados. No geral, o escore médio do IPSF foi de 41,34 (DP=7,92), sendo que os estudantes do sexo masculino obtiveram média maior (44,02; DP=6,52) que do sexo feminino (M=39,72; DP=8,28). A comparação das médias através do teste indicou uma diferença significativa apenas em função do sexo ($t(168)=3,543$, $p=0,01$), indicando que os estudantes do sexo masculino tenderam a apresentar uma percepção de suporte familiar mais elevada que os do sexo feminino. A análise de correlação por meio do coeficiente de Pearson revelou correlações significativas entre o escore total do IPSF, sexo ($r= -0,264$, $p<0,01$) e faixa etária ($r=0,169$, $p<0,05$), o que indica uma tendência dos estudantes do sexo masculino, e também os mais velhos, a apresentarem uma percepção de suporte familiar mais elevada do que as do sexo feminino e mais novos. Os resultados obtidos nos mostram que existe uma maior necessidade de trabalhos de fortalecimento em redes de apoio junto às estudantes do sexo feminino, bem como dos estudantes mais novos, no qual os pais estejam presentes, visando tanto melhorar esse índice quanto favorecer o bem estar psicológico desses adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência; Suporte Familiar; Ensino Médio.

Projeto de Pesquisa: Percepção dos Estudantes sobre Suporte Familiar, Autoeficácia e Consumo de Álcool.

COTIDIANO E PODER NA CAPITANIA DA NOVA LUSITÂNIA (1535-1630)

Carla Martins do Nascimento¹; Flávio José Gomes Cabral²

¹Estudante do Curso de Licenciatura Plena em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: carlasahori@hotmail.com

²Professor do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: gomescabral@uol.com.br

A partir do ano de 1535, teve início a colonização da capitania da Nova Lusitânia, como ficaram conhecidas as terras doadas pelo rei de Portugal a Duarte Coelho. Sua fundação é ainda um estudo em aberto e se confunde com a própria história da fundação do Brasil, por isso sua importância. Objetivando conhecer melhor os mecanismos utilizados pelos donatários nos primeiros anos de ocupação da capitania, iniciou-se um estudo sobre os primeiros anos de conquista do território, enfatizando as redes de poder, o cotidiano e o relacionamento dos portugueses com os povos ameríndios, além das alianças que foram feitas com os mesmos para que a colonização se tornasse possível. Para realizar tal estudo, tomamos por base o modelo de paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1986), o qual nos ajudou a elucidar algumas questões substanciais à colonização no que concerne aos termos administrativos. Analisamos os escritos de Frei Vicente Salvador (1975), um dos primeiros cronistas a relatar a conquista das terras brasileiras fazendo várias referências aos conquistadores, uma vez que o mesmo estava comprometido com as elites colonizadoras. Foram feitos fichamentos e resumos dos textos a fim de melhor compreendê-lo em suas entrelinhas. A pesquisa nos possibilitou um maior conhecimento das práticas administrativas na Nova Lusitânia durante o governo de Duarte Coelho e, posteriormente, do seu filho Duarte Coelho Albuquerque. Verificou-se também o quanto Pernambuco foi importante nas conquistas de territórios tais como Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão antes ocupados por índios e franceses. Podemos perceber que era imprescindível à Nova Lusitânia que essas regiões fossem ocupadas, pois os índios potiguares que lá viviam eram um entrave à expansão da colonização, ou seja, era necessário que as terras fossem conquistadas para a continuação da colonização. Pernambuco enviou homens para os combates, armamentos e provisões para viabilizar as conquistas, sem os quais a mesma não seria possível. Através das análises feitas ao longo da nossa pesquisa pôde-se concluir que Pernambuco foi o grande centro irradiador das conquistas de territórios antes ocupados por ameríndios ou por franceses e, que graças ao seu apoio Portugal conseguiu, de fato, tomar posse do território que lhe cabia no Tratado de Tordesilhas.

Palavras-chave: colonização; política; administração.

Projeto de Pesquisa: A Capitania da Nova Lusitânia no Contexto do Atlântico Português (1535-1630).

BIOÉTICA E INÍCIO DA VIDA HUMANA: OS RISCOS APRESENTADOS PELAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Carlos Manoel da Silva Junior¹; Sérgio Grigoletto².

¹Estudante do Curso de Bacharelado de Teologia do Centro CTCH; Bolsista (PIBIC UNICAP) ou IC Voluntário. E-mail: carlosmanoel277@yahoo.com.br

²Professor do Curso de Bacharelado em Teologia do Centro CTCH; E-mail: sergiogrigoletto@gmail.com

Este trabalho é um estudo de revisão literária qualitativo de cunho descritivo, tem como tema os riscos apresentados pelas técnicas de reprodução assistida. Dessa maneira, tratamos de explicitar as três realidades que configuram a atuação da bioética dentro do processo de paternidade, parentalidade e manuseio de embriões, em vista de melhor compreender a atuação e abrangência do processo negativo de atuação da fertilização em vitro, frente à não explicitação de todos os agravantes físicos e psíquicos às possíveis clientes gestantes das clínicas. Com isso, identificamos o valor de atuação da bioética, a carência de nossas leis diante da problemática do manuseio dos embriões, a importância da afetividade diante das novas formas de conceber a vida, a importância da atuação da FIV mesmo com seus aspectos negativos.

Palavras-chave: parentalidade, fertilização, bioética, afetividade, riscos.

Projeto de pesquisa: Bioética e início da vida humana: os riscos apresentados pelas técnicas de reprodução assistida.

OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO SE PERCEBEM AUTOEFICAZES?

Claryssa Lace Freire dos Santos; Suely de Melo Santana

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail: claryssalace@hotmail.com

²Professor do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.; E-mail: suely.santana09@gmail.com

O sentido de eficácia que o adolescente desenvolve influencia em sua percepção de autoeficácia acadêmica, na capacidade de resistir à pressão dos pares e em sua habilidade para desenvolver sentimentos empáticos em relação aos outros. Esta pesquisa teve por objetivo investigar a percepção de autoeficácia geral dos estudantes do ensino médio. Mais especificamente, além de traçar o perfil sociodemográfico, objetivou identificar a autoeficácia geral percebida e correlacionar os padrões de autoeficácia geral em função do sexo e da escolaridade. Foram coletadas informações de 170 estudantes do ensino médio de uma escola pública, de ambos os sexos. Para a coleta de dados foi aplicado, de modo coletivo, um Questionário Sociodemográfico e a Escala de Autoeficácia Geral Percebida (EAGP). A análise por meio do alpha de Cronbach da EAGP apresentou um bom índice de consistência interna ($\alpha=0,77$), o que indica a adequação da escala para essa finalidade. A amostra foi composta por 38% de estudantes do sexo masculino e 62% do sexo feminino. A média de idade foi de 16,06 (DP = 1,292), variando de 13 aos 19 anos de idade. Os estudantes foram agrupados em três faixas etárias em função da idade. Assim, foram identificados 33,5% dos estudantes na faixa etária 1 (13-15 anos), 51,2% na faixa etária 2 (16-17 anos) e 15,3% na faixa etária 3 (18-19 anos). Quanto à escolaridade, foram pesquisados 39,4% do 1º ano, 31,2% do 2º ano e 29,4% do 3º ano. Em sua maioria moram apenas com os pais (90%) e, por vezes, também com irmãos (41%). No geral, o escore médio da EAGP foi de 30,77 (DP=4,76), sendo que os estudantes do sexo masculino obtiveram média maior (M=31,46; DP=5,59) que do sexo feminino (M=30,36; DP=4,16). No entanto, essas diferenças em função do sexo não chegaram a ser significativas quando comparadas através do teste t ($t(167)=1,461$, $p=0,146$). A Análise de Variância (ANOVA) revelou uma diferença significativa na percepção de autoeficácia apenas em função da escolaridade ($F(2)=3,304$; $p=0,039$). A análise de correlação por meio do coeficiente de Pearson indicou correlações significativas entre o escore total da EAGP, faixa etária ($r=0,168$, $p<0,05$) e escolaridade ($r=0,166$, $p<0,05$). As outras diferenças observadas em função do sexo ou do fato de residirem com os pais, irmãos e outros parentes não foram significativas. Esses resultados nos permitem considerar que apenas as diferenças em termos de faixa etária e escolaridade se mostraram significativas, revelando que a percepção de autoeficácia dos estudantes tende a ser mais elevada quanto maior a idade e a escolaridade.

Palavras-chave: Autoeficácia; Ensino Médio; Estudantes.

Projeto de Pesquisa: Suporte familiar, Autoeficácia e Consumo de Álcool.

ENSINO DA HISTÓRIA NA ERA DIGITAL: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DE CONTEÚDOS DIDÁTICOS PARA USO EM JOGOS DIGITAIS

Daniilo de Oliveira e Silva¹; Luiz Carlos Luz Marques²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História do CTCH; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail: dandeoliveiras@gmail.com

²Professor do Curso de Licenciatura em História do CTCH E-mail: prof.luizmarques@gmail.com

Vivemos a era digital e com ela, diversos avanços vêm tomando corpo a cada dia. Dentro desses avanços, encontramos também uma diferente abordagem a aspectos já existentes na sociedade em todo seu espectro. Buscando sempre otimizar o existente, esses avanços utilizam de seus novos recursos e uma nova demanda da sociedade moderna, que se torna acostumada com as novas tecnologias. A educação não poderia estar de fora, focando na disciplina de história, rotulada como entediante por muitos de seus alunos no ensino médio, o projeto procura encontrar uma solução à falta de estímulo dos estudantes utilizando-se os novos avanços tecnológicos, o *serious games*. Foi então pensado no desenvolvimento de um jogo de realidade virtual em que o aluno esteja imerso em um período histórico no qual terá de utilizar seus conhecimentos prévios das aulas mais o adquirido durante seu progresso nessa realidade para concluir as fases, avançando no jogo e na história. Para dar início ao projeto, foi desenvolvida uma parceria entre os alunos da área de História e de Jogos Digitais, um aprofundamento no modo produção e aplicação no ensino de material digital e atualização acadêmica sobre o assunto abordado, no meu caso, entre o século XX e I a.C. Utilizamos a técnica do *Brainstorm* para definir a temática específica e os elementos visuais, utilizando também de pesquisa em livros e internet para validar o conteúdo de forma histórica e, por último, foi aplicado em teste com alunos de ensino médio para ter o *feedback* necessário utilizado para discussão de como aprimorar o jogo. Foi usado especialmente do site do museu britânico como fonte de imagens e maquetes para moldar o ambiente do jogo e dos livros para a inserção histórica. As duas primeiras fases da Idade da Pedra e da Mesopotâmia antiga, contêm obstáculos a serem superados pelos conhecimentos na área de história e pela lógica. Após finalizado e aplicado com os alunos, ouve uma recepção positiva do jogo, com ressalva a *bugs* presentes, a escolha de gênero do personagem e extensão de sua duração. A princípio, o objetivo de entreter e de ensinar se deu de forma positiva, ressaltando a importância da utilização de multimídias como uma forma de dinamizar o aprendizado.

Palavras-chave: *Serious games*; realidade virtual; multimídias.

Projeto de Pesquisa: Para que a LDB e o PNLCD não se Tornem Letra Morta: pesquisa, desenvolvimento, aplicação e validação de material didático digital no âmbito do PIBID UNICAP.

O DISCURSO SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM EM DIFERENTES GÊNEROS NA PÁGINA LÍNGUA PORTUGUESA DO FACEBOOK

Deysiane Damásio da Silva¹; Benedito Gomes Bezerra².

¹Estudante do curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH); bolsista PIBIC CNPq. damasiodeysiane@gmail.com

²Professor do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH); beneditobezerra@gmail.com

Este resumo objetiva apresentar o desenvolvimento da pesquisa realizada no site de redes sociais Facebook, na página Língua Portuguesa, com o objetivo de analisar a manifestação, defesa e discussões sobre o ideal de correção linguística, além de refletir sobre as implicações pedagógicas mediadas nas redes sociais pelo Facebook. Nelas, podemos identificar a riqueza de concepções sobre a língua e como ela é utilizada nas redes sociais através de comentários que os internautas utilizam, formando seu discurso a partir das postagens que são realizadas pelo site. O método utilizado para a pesquisa foi a seleção de 60 postagens para análise. Como critérios, foram coletadas as postagens que apresentavam a língua portuguesa como temática principal acima de 800 curtidas e mais de 500 compartilhamentos com o ponto de vista das concepções de linguagem, inclusive aquelas subjacentes ao ideal de correção linguística. O conteúdo das postagens e respectivos comentários foram analisados à luz dos autores Bagno (2014), Marcuschi (2008) e Orlandi (2000), considerando, além das concepções de língua e linguagem subjacentes aos textos, também a sua configuração do ponto de vista do gênero textual, o novo acordo ortográfico e a utilização de algumas palavras em nosso cotidiano com explicação do seu uso de acordo com as regras gramaticais. Esse material coletado foi fundamental para a análise da língua, o sujeito da enunciação, a ideologia dos internautas e o conhecimento acerca das regras gramaticais da nossa língua materna, pois é através da língua e conhecimentos prévios que desenvolvemos a nossa comunicação. Como resultado desta pesquisa pode-se observar a defesa das regras gramaticais na perspectiva da norma padrão, como também a defesa da importância da comunicação independente da norma padrão. Foi importante a análise para ver o quanto nossa língua é flexível e como pode adaptar-se para que haja comunicação no grupo social que a utiliza, mostrando a importância em que a mensagem é transmitida nas diversas situações e contextos sociais. Importante também ressaltar a imparcialidade que as postagens são feitas em relação aos comentários deixados, pois a vigência das discussões é oferecida apenas pelos internautas.

Palavras-chave: correções linguísticas; comunicação; internautas.

Projeto de Pesquisa: Gêneros Textuais Digitais e Ensino: A Interação nas redes Sociais Digitais

O SISTEMA PENITENCIÁRIO PERNAMBUCANO ATRAVÉS DOS OFÍCIOS E RELATÓRIOS DOS CHEFES DE POLÍCIA (1850-1889)

Eduarda de Albuquerque Ferreira Barbosa¹; Tiago da Silva Cesar²

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: eduarda.de.albuquerque@hotmail.com

² Professor do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: tiagoceasar@hotmail.com

Entendendo que a prisão desempenhou, ao lado de outras instituições (regime escravagista, exército, polícia, igreja, escolas...), um papel importante na construção de uma sociedade hierarquizada, repressora e desigual como a brasileira, a presente pesquisa fixa como objeto de análise da formação e administração da malha carcerária da província pernambucana, durante as quatro últimas décadas do reinado de D. Pedro II (1850-1889), a partir dos ofícios e relatórios dos Chefes de Polícia. O recorte cronológico explica-se por abarcar um período de consolidação e centralização do poder monárquico que possibilitou ao Estado aprimorar os mecanismos punitivos e seus aparatos repressores. Durante esse período, colocou-se em marcha uma autêntica campanha construtiva e de melhoramento de estabelecimentos penais para atender um déficit de locais disponíveis ante uma demanda de espaços de reclusão que só aumentou ao longo da segunda metade do século XIX. É importante salientar que esta “campanha construtiva” coincidiu cronologicamente com o impacto da reforma penitenciária oitocentista, fortemente embebida pela ideologia correccionalista, a qual também influenciou a formação da rede prisional brasileira, plasmada em pedra e cal não somente nas prisões modelo, mas também na idealização de muitos pequenos cárceres esparramados pelo interior das províncias. O interesse de análise colocado no conjunto desses cárceres em Pernambuco ambiciona compreender melhor seu funcionamento e do sistema prisional da época como um todo, já que, como não cabe nenhuma dúvida, ele não se resumia apenas à *panóptica* Casa de Detenção do Recife. Aprender os problemas, necessidades e reivindicações plasmadas em ofícios e relatórios enviados ou recebidos pelos Chefes de Polícia relativo a questões estruturais, logísticas, de transporte, manutenção e cuidados dos presos, etc., permite radiografar políticas penal-carcerárias próprias ou compartilhadas com outras realidades e administrações penitenciárias provinciais, além de colocar de manifesto as autênticas prioridades acerca do exercício de poder prisional durante a segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Sistema penitenciário, relatórios dos chefes de polícia, história das prisões no Brasil.

Projeto de Pesquisa: A formação da rede prisional pernambucana durante o Império (1850-1889).

A REFORMA PENITENCIÁRIA BRASILEIRA ATRAVÉS DOS RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1850-1889)

Eliane Gleyce da Costa¹; Tiago da Silva Cesar²

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. Eliane Gleyce da Costa

² Professor do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: tiagocaesar@hotmail.com

Nosso aparelho prisional independente nasce sob o signo da continuidade. O rompimento com Portugal não significou ter que começar completamente do zero em termos penal-carcerários, nem muito menos representou um rompimento com o passado. Pelo contrário, as primeiras medidas carcerárias baixadas pelo Imperador, foram apresentadas como um gesto “filantrópico” por parte de sua “Majestade Imperial”. A ação “benfazeja” é anunciada como uma continuação de suas “Virtudes Innatas”, “Herdadas de Seos Augustos Progenitores”. Enquanto as péssimas condições carcerárias e os obscuros procedimentos penais foram tomados como arma política, associados aos “horrores do colonialismo” durante as guerras de independência, em outros países latino-americanos, no Brasil, não houve lugar para questionamentos neste sentido, nem mesmo como se desmarcar cirurgicamente das ações anteriores, relativas à política penal-carcerária do Antigo Regime. Apesar de contas, tinha-se conservado no “trono tropical um ramo do fundador da dinastia bragantina”. As primeiras mostras da influência do pensamento reformista penitenciário se fizeram sentir cedo na maior parte das províncias do Império, mas por conta das guerras e revoltas do período regencial, até a consolidação da ordem a meados do século XIX, muitas construções tiveram que esperar tempos mais propícios para sua execução, tal como ocorreu com o correccional Porto-Alegrense, que teve suas obras suspensas motivado pela Farroupilha (1835-1845), ou, a Casa de Detenção do Recife, construída após o término da Praieira. Nota-se, através dos relatórios ministeriais, a adoção do dispositivo panóptico tanto em seus princípios como na arquitetura prisional. Entre os anos 1830 e 1840 o pensamento de Jeremy Bentham alcançou a preferência dentre os modelos carcerários na maioria dos projetos de prisão por então realizados, o que significa que, no Brasil, não só se acompanhou a irrupção de um novo paradigma carcerário-punitivo, como se levou realmente ao canteiro de obras.

Palavras-chave: Reforma penitenciária, ministério da justiça, história das prisões no Brasil.

Projeto de Pesquisa: A formação da rede prisional pernambucana durante o Império (1850-1889).

COLETA DE DADOS: BUSCAR ARTEFATOS, CENÁRIOS E DEFINIÇÃO DE CRONOLOGIA PARA UM JOGO DIGITAL PEDAGÓGICO

Fernando Antônio Pessôa Da Silva Júnior¹; Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques²

¹Estudante do Curso de licenciatura em História do Centro CTCH; Bolsista (PIBIC CNPq) E-mail: Fernandoapsj@gmail.com.

²Professor do Curso de História do Centro CTCH; E-mail: prof.luizmarques@gmail.com.

O projeto de pesquisa, dentro do qual meu plano de trabalho estava inserido, tem como objetivo elaborar protótipos de jogos digitais para serem usados, como material didático complementar, na disciplina de história em salas de aula do ensino médio, nas escolas estaduais do Recife, com o intuito de trazer um novo meio de transmissão de conhecimentos em sala e quebrar a monotonia da aula, tornando-as mais dinâmicas. Esse tipo de jogo é denominado *serious games*, desde a década de 1970. De maneira específica, meu plano de trabalho tinha a finalidade de buscar e coletar os assuntos utilizados em sala de aula, em relação ao conteúdo de história da chamada Idade Média, para que jogos com ambientação nessa fase histórica não destoassem daquilo que é ensinado em classe. Uma das tarefas foi a de buscar referências de artefatos e cenários, a partir de sites seguros, que ajudassem na ambientação dos jogos, respeitando e seguindo as exigências do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. No processo, ainda não finalizado, a equipe utilizou métodos como *brainstorming*, para facilitar as decisões sobre o rumo de jogo de forma rápida e dinamizada. Os resultados, até o momento, estão publicados no portal do Curso de Jogos Digitais da Universidade. O projeto é bem mais grandioso do que foi pensado originalmente. Criar um jogo digital é complicado quando a equipe é pequena, porém não é impossível. Aprendi durante esse projeto que coletar dados para ajudar na confecção do jogo não é tarefa fácil. O projeto de pesquisa vai entrar na sua fase de teste internos, para que possa ser testado com alunos e outros públicos, para que possa ser jogado nas salas durante as aulas de história, respeitando o tempo limite das aulas estabelecidas por lei. Mesmo com os recentes debates sobre o uso de jogos digitais em sala de aula, vejo que o projeto tem bastante importância para educação. Devemos deixar de pensar que, na sala de aula, não podemos usar tecnologia. A tecnologia é uma forma excelente para melhorar a propagação de conteúdo, além de quebrar a metodologia de escola tradicional.

Palavras chave: Educação, História, Jogo digital, tecnologia, Escola.

Projeto De Pesquisa: Para que a LDB e o PNLD não se tornem letra morta: Pesquisa, Desenvolvimento, Aplicação E Validação De Material Didático Digital No Âmbito Do PIBID UNICAP.

A FAMÍLIA NO SÉC. XXI: VISÃO TEOLÓGICO-TRADICIONAL NA PASTORAL DA IGREJA.

Francisco Rodrigues de Macêdo¹; Prof. Dr. Luiz Alencar Libório²

¹Estudante do curso de Teologia do CTCH; Bolsista da UNICAP. E-mail: franciscorodrigues93@yahoo.com.br

²Professor do departamento de Ciência da Religião; E-mail: laliborio@terra.com.br

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, cuja proposta é estudar as “Causas e consequências da separação/divórcio em famílias múltiplas: abordagem psicanalítica e teológico-pastoral”. Com as mudanças socioculturais das últimas décadas a estrutura familiar tem passado também por mutações em sua constituição, superando a compreensão de uma família nuclear e passando a comportar as mais distintas dinâmicas. Este trabalho tem por justificativa mormente a necessidade de se pensar em mecanismos de melhor aceitação para as famílias que fogem do modelo tradicional (casais de primeira união), tanto em nível social, mas, sobretudo, do ponto de vista pastoral. Embora a conjuntura atual seja caracterizada por um vasto pluralismo, percebem-se ainda algumas posturas discriminatórias dos novos modelos familiares. Dada a percepção desse panorama, esta pesquisa carrega como objetivo geral a identificação das principais percepções das causas (motivações) e consequências da separação/divórcio por parte dos casais e dos filhos (8-18 anos) de famílias tradicionais (nucleares) e a percepção de sua aceitação ou não por parte da sociedade e das Igrejas de pertença ao se tornarem famílias múltiplas. Foi utilizada como método a pesquisa bibliográfica e também análise qualitativa elaborada a partir de pesquisa de campo com 10 famílias de segunda ou mais união, sendo aplicado um questionário misto, de modo a verificar as percepções propostas no objetivo anteriormente descrito. As principais causas da separação/divórcio para os pais são: infidelidade, alcoolismo, saturação relacional, brigas e as principais consequências são: mudança de rotina, desgaste emocional, relacionamentos com os filhos, maior maturidade, mais felicidade, mais paz, entre outras. Para os filhos, as principais consequências são: tristeza, difícil aceitação da separação e do novo cônjuge, uma maior felicidade e paz.

Palavras-chave: família; separação; causas; consequências.

Projeto de Pesquisa: Causas e consequências da separação/divórcio em famílias múltiplas: abordagem psicanalítica e teológico-pastoral.

EXERCÍCIO OU EXPLORAÇÃO: O PARADOXO DA PROSTITUIÇÃO

Gabrielle Costa Carvalho de Oliveira¹; Vanessa Alexsandra de Melo Pedroso²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: gabrielle_costa_29@hotmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: vanessapedroso@gmail.com

É fato que a prostituição é tema complexo no contexto da realidade brasileira, além de ser posto à margem dos debates sociais atuais. A pesquisa apresentada toma por foco apenas as mulheres, maiores de idade e capazes. Nas sociedades pré-históricas, a mulher – a partir da imagem da Grande Deusa – detinha o poder sobre sua sexualidade, posto que a cultura, a religião e a sexualidade estavam interligadas. Desse modo, garantia-se alta posição a essas mulheres prostituídas perante a sociedade. Todavia, depois de determinado tempo, a sociedade patriarcal fora fortalecida, ganhando espaço e permanecendo como realidade nos moldes atuais que conhecemos. Esse sistema social inadmite a mulher como equivalente ao homem, tampouco detentora de liberdade. A subordinação da mulher abrange também a sexualidade, tendo em vista que sua liberdade sexual fora, e é, tolhida: não há domínio sobre o próprio corpo. Ao abordar a prostituição, deve-se esclarecer a importante distinção entre as duas facetas na qual ela pode se encaixar: o exercício e a exploração. Enquanto o exercício da prostituição é ato voluntário, de livre escolha da mulher, a exploração constitui-se pela prática sexual forçada, ultrapassando os limites do querer. Todavia há uma linha tênue entre o exercício e a exploração, pois, ao passo que a prostituição é caracterizada fundamentalmente pelo caráter econômico, pouco há do que se falar sobre o livre exercício da prostituição, tendo em vista que sempre haverá o vínculo à exploração econômica. O sistema político, enquanto poder para o Estado brasileiro, fundamenta-se principalmente na família monogâmica e na economia capitalista, sendo esses elementos fundamentais e essenciais na formação da sociedade. Enquanto a monogamia repudia a prática da prostituição, o capitalismo gera suporte à atividade sexual exploratória, tendo em vista que há a lei da oferta e da procura: enquanto os homens detêm suporte econômico para dominar o corpo das mulheres prostituídas, elas se submetem a tal em detrimento do ganho econômico. Portanto, diante do abordado, a presente pesquisa vincula-se à prostituição e suas distinções entre exercício e exploração, trazendo como resultado, principalmente, a identificação do caráter econômico intrínseco a tal prática, além da tentativa de impulsionar debates relativos a estas questões, buscando suprir as lacunas da sociedade omissa.

Palavras-chave: Corpo; Mulher; Capitalismo.

Projeto de Pesquisa: Moral sexual, prostituição e tráfico de pessoas como um debate ainda pendente.

TRANSPARÊNCIA FISCAL BRASILEIRA: POR UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA.

Géssyca Correia Curvelo Cavalcanti¹; Maria Cristina Guimarães Oliveira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: gessycacurvelo@gmail.com.

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas. E-mail: macol55@uol.com.br.

A sociedade brasileira do século XXI vive a descaracterização de sua política. Isso ocorre através dos mais absurdos e frequentes casos de corrupção que vêm sendo descobertos entre nossos representantes. No entanto, todos nós sabemos que a questão da corrupção no Brasil é bem mais profunda. Acredita-se que apenas uma pequena parte dos casos são descobertos e levados a público, ou seja, grande parcela fica escondida nas entranhas públicas. Temos a corrupção política, a corrupção de servidores e de cidadãos desonestos. Porém, para fazer uma análise adequada sobre esse tema, seria necessário um estudo mais direcionado à corrupção, o que não é o caso. A questão analisada aqui é se ocorre de forma justa e efetiva a transparência no acesso à informação nas organizações e instituições estatais do Brasil e se sua prestação de contas é realizada de forma acessível e clara a todos, construindo uma ferramenta no combate à corrupção e a outras formas de irregularidades públicas. Como exemplo, foi realizada essa pesquisa com base na transparência fiscal das OSCIP'S de Pernambuco, representando o acesso à informação brasileira, que a Constituição Federal coloca como um direito fundamental devendo ser respeitado, o que não ocorre de acordo com os dados e toda a análise feita. A pesquisa também mostra e faz uma análise mais aprofundada da promulgação da Lei de Acesso à Informação de nº 12.527/11, que veio com a intenção de ajudar a transparência fiscal a se efetivar na sociedade. Todo esse estudo foi estimulado pelo caos que vivemos no terceiro setor do sistema público brasileiro: superfaturamento de obras públicas, existência de corrupção dentro das instituições de poder, obras públicas superfaturadas, propinas e corrupção nos jogos de poder político e todos os outros casos que se apresentam cada vez com mais frequência na nossa sociedade. Por tudo isso, escolhemos as OSCIP'S- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, como entidades do terceiro setor para se ter uma melhor visão da regulamentação das relações entre o Estado e o acesso à informação sobre a utilização do dinheiro público.

Palavras-chave: transparência fiscal; acesso à informação; democracia.

Projeto de Pesquisa: Políticas e compartilhamento de informações econômico-financeira: em busca de uma governança corporativa.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E RADIODIFUSÃO SOB A ÓTICA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO.

Gessyca Galdino de Souza¹; Gustavo Ferreira Santos²

¹ Estudante do curso de Bacharelado em Direito; Centro de Ciências Jurídicas; Voluntária; gessyca.ius@gmail.com

² Professor do Centro de Ciências Jurídicas; gustavosantos@uol.com.br

Definir o sentido e alcance da liberdade de expressão de acordo com os parâmetros constitucionais e as garantias previstas nos tratados internacionais é o primeiro passo para um país democrático. No caso brasileiro principalmente, uma vez que a sua constituição garante ao cidadão o direito de pensar e manifestar os seus pensamentos de forma ampla, assim, para além da esfera individual, protege-se o alcance dos espectros de comunicação no âmbito coletivo. Todavia, o exercício da liberdade de expressão para além da esfera individual exige a utilização de instrumentos de comunicação em massa, que garantam o acesso à multiplicidade de vozes na sociedade, contribuindo para a formação da opinião pública plural, diversificada e igualitária e, conseqüentemente, o efetivo controle dos atos Estatais. Dessa forma, o exercício da liberdade de expressão está intrinsecamente relacionado com o estudo da regulamentação da radiodifusão, uma vez que aquela constitui a pedra angular da democracia e esta não existe se não houver pluralidade de vozes. Contudo, não se pode restringir a proteção à órbita nacional, pois o próprio legislador constituinte reconheceu a importância de adotar parâmetros internacionais de proteção, a fim de conceder plena efetividade aos direitos fundamentais. Assim, compreender a necessidade do exercício da liberdade de expressão de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos, adotando como ponto de partida o seu entendimento de uma dupla dimensão - uma individual e uma coletiva - do exercício deste direito fundamental constitucionalmente protegido, leva-nos a desaguar em um segundo posicionamento que, para ser plenamente eficaz, é necessário o amplo acesso a instrumentos de difusão de informação e ideias no meio coletivo. *Pari passu*, ingressamos no estudo da radiodifusão delineando o conceito e a importância de sua regulamentação de acordo com os parâmetros previstos pela ordem constitucional brasileira e os parâmetros previstos no sistema interamericano de proteção. Realizamos um levantamento de jurisprudência e outros documentos das instituições que compõem o sistema, identificando textos que tratam, direta ou indiretamente, de problemas com a radiodifusão. Concluímos a pesquisa firmando o entendimento que regular a comunicação não é estabelecer critérios limitadores de acesso à radiodifusão e, conseqüentemente, restringir a liberdade de expressão a certos grupos, como vem sendo proferido pelos grandes empresários detentores dos principais meios de comunicação no país. A liberdade de expressão não é um direito fundamental absoluto. Regular a radiodifusão é estabelecer critérios legítimos e democráticos que tenham por finalidade a livre e justa difusão de ideias e pensamentos por diversos instrumentos de comunicação, mas de maneira igualitária e democrática, possibilitando o acesso dos diversos setores sociais e, conseqüentemente, a manifestações de diversas de informações e opiniões atendendo aos ditames da Corte e da CIDH.

Palavras-chave: Liberdade de expressão, Radiodifusão, Sistema Interamericano de Proteção.

Projeto de Pesquisa: Direitos Humanos para além da jurisdição constitucional: Diálogos entre STF e Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O FUNDAMENTO MÍSTICO DA AUTORIDADE E O ATO PERFORMATIVO

Henrique Bandeira de Melo Lopes¹; Manoel Carlos Uchôa de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: henriquebandeira@yahoo.com.br

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: manael.cuo@hotmail.com

Todo ordenamento jurídico existente é necessariamente fundamentado em algum misticismo. Sempre que é preciso instaurar uma nova ordem constitucional, invocam-se elementos genéricos como “a vontade divina” ou a “vontade geral”, a fim de consagrar legitimidade ao ato performativo, uma vez que se trata de um golpe de força violento. A experiência constitucionalista moderna solidificou a confortável ideia de que o povo é, ao mesmo tempo, legitimador e garantidor de sua própria ordem constitucional; no entanto, a jusfilosofia põe em xeque esta visão ao buscar desconstruí-la, trazendo à tona a arbitrariedade que reside por trás do ato performativo, afinal, esse ato de fala é sempre enunciado a partir de intencionalidades, por mais que se queira levar este fato ao esquecimento. É de frisar a iterabilidade, a ausência e o esquecimento: conceitos fundamentais para entender a maneira pela qual o ato performativo se renova e reitera no tempo e no espaço.

Palavras-chave: performatividade; constituição; iterabilidade.

Projeto de Pesquisa: Justiça e Alteridade na desconstrução de Jacques Derrida: a questão do outro como crítica à tradição jurídica e política.

A RAZÃO DO MAIS FORTE: UMA ANÁLISE DA SOBERANIA NA OBRA TARDIA DE JACQUES DERRIDA

Isabela Maria Bezerra Costa¹; Manoel Carlos Uchôa de Oliveira²;

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; IC Voluntário. E-mail: costa.bela.bc@gmail.com.

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; E-mail: manoel.cuo@gmail.com

O conceito de Soberania ocupa um lugar basilar nos estudos filosófico, político e jurídico da modernidade. A partir de sua fundamentação teórica, os tratados firmados ao longo do século XVII, estratificaram um ideal da antiguidade até a contemporaneidade de um Estado soberano, que seria o competente e responsável para manter a paz interna em relação aos súditos e promover as relações exteriores com outros Estados soberanos, sobretudo por meio da guerra. A importância do estudo da Soberania é mais que conceitual: uma nova forma de análise (desconstrutivista) da Soberania é imprescindível para o esclarecimento das próprias relações sociais, governamentais e políticas da atualidade. A renovação do projeto visou a aprofundar as características da Soberania em suas consequências sociais. No relatório parcial, foi continuada e radicada a conceituação Soberana de Derrida com foco em sua principal característica, a autoimunidade, e um de seus mais devastadores efeitos: o terrorismo. O escopo da primeira fração do projeto foi analisar como a soberania e o terror, em forma de terrorismo, têm uma relação interna e causal: em sua autoimunidade, a soberania sustenta-se propriamente no terror. A lógica autoimune faz com que ela crie os terroristas que atacam a ela própria, em uma lógica suicida, que estimulará, por consequência puramente intencional, o discurso de legitimação do uso da violência como resposta soberana ao ataque sofrido. Derrida afirma que o terror é a própria condição e possibilidade da soberania. Seguindo o fundamento, a segunda parte do projeto analisou o terror em outra perspectiva. Primeiramente, foi analisada, através de Derrida e Hobbes especialmente, a relação entre Soberano, Deus e Besta. A proposta é perceber, dentro da perspectiva jusnaturalista do Contrato Social, qual o fundamento, a origem do poder soberano. Em seguida, foi explorada a questão do medo em face ao direito de vida e morte abarcada pelo estudo da biopolítica. O presente estudo filosófico, como já definido anteriormente, teve o escopo do estudo do “como da Soberania”, em desvelar seus fundamentos e mecanismos a fim de que a teoria permita entender e perceber onde e como esses mecanismos de governo são diariamente utilizados no cenário político histórico e principalmente atual.

Palavras-chave: Desconstrução; Soberania; Autoimunidade.

Projeto de Pesquisa: Justiça e Alteridade na Desconstrução de Jacques Derrida: A questão do Outro como crítica a tradição jurídica e política.

JOGOS DIGITAIS COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE PERNAMBUCO: UMA BREVE REFLEXÃO

Isaque de Araújo Oliveira¹; Luiz Carlos Luz Marques²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: histo.oliveira@gmail.com

²Professor do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: histo.oliveira@gmail.com

A realidade das ferramentas digitais é corriqueira no cotidiano do nosso alunado, e os jogos digitais não passam distante do olhar dos jovens e adolescentes que frequentam nossas escolas. Esta influenciadireta que os jogos digitais exercem na vida deles é ponto de partida importante para o aproveitamento do ensino de modo geral mas sobretudo do ensino de história, que é responsável por nossa visão crítica e mais ampla sobre a humanidade. Por se tratar de jogo, talvez venha a nossa mente a idéia que é uma coisa meramente lúdica, no entanto, ao se aproximar mais do nosso objetivo de pesquisa percebemos que a verdade é outra. A realidade do jogo é um tanto complexa e transformá-lo em um instrumento de ensino de história também. Antropologicamente falando, o jogo pertence a um âmbito mais profundo da existência humana e também animal que transcende a cultura e permeia diversas atividades da sociedade, mesmo quando não são identificados como jogo. Portanto, identificar os elementos principais do que significa o jogo tais como a competição, a imaginação do faz de conta e sua delimitação espaço-temporal é essencial para que se possa trabalhar com jogos. O ensino de história de Pernambuco lida com conceitos abstratos muitas vezes difícil de encaixar numa estrutura como esta apresentada nos jogos digitais. A transposição didática por si só já é complexa, e tentar formar um jogo para que ele sirva como instrumento pedagógico traz-nos uma maior complexidade. No entanto, não é impossível, pois cabendo uma visão mais acurada do ensino de história e sabendo escolher os recortes históricos de maneira responsável e proveitoso ao aluno é possível construir jogos digitais que sejam capazes de produzir um ensino-aprendizagem satisfatório. Para concretizar nosso objetivo, a história do nosso estado, rico em eventos cruciais para formação do território e cultura nacional, pretende-se abordar pontos chaves de nossa história pernambucana como o período de colonização brasileira, a chegada dos portugueses à costa pernambucana, ou o movimento estudantil no período da ditadura militar, que sofreu bastante represália neste período. Tentar transpor esses recortes históricos ao âmbito de um jogo digital que seja possível para o ensino aprendizagem é, portanto, possibilitar uma educação mais integrada com o contexto tecnológico em que vivemos.

Palavras-chave: Jogos Digitais; História; Ensino.

Projeto de Pesquisa: Ensino da história de Pernambuco na era digital: pesquisa, desenvolvimento, aplicação e validação de conteúdos didáticos para uso em jogos digitais.

JUSTIÇA COMO HOSPITALIDADE: A EXPERIÊNCIA DA ALTERIDADE COMO PROBLEMA JURÍDICO POLÍTICO

João Victor de Souza Quintino da Silva¹; Manoel Carlos Uchôa de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista (PIBIC UNICAP); E-mail: victo.souzaquintino@gmail.com

²Professor do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Ciências Jurídicas; E-mail: manoel.cuo@gmail.com

A chegada do estrangeiro e o encontro com o *outro* é o que se define por hospitalidade. É plausível afirmar também que hospitalidade é intencionalidade ou consciência, e o *outro* é um “ser-em-questão da própria questão”. O *outro* é aquele que diante da questão ou do problema da hospitalidade, coloca-se como um *ser* vinculado a essa questão. No entanto, é mais que mero vínculo. O *outro* é o próprio problema, é ele quem está em questão, ele é o “ser-em-questão da questão”. O *outro* é o ser que provoca a vulnerabilidade do nativo que “abre a porta”, mas é também o sujeito que se expõe quando se dispõe defronte da diferença: “eis-me aqui.” O *outro* é, em primeiro lugar, um refém. Assim, Jacques Derrida se propõe a pensar uma hospitalidade num novo plano internacional, a partir da comunidade. O conceito desta para o filósofo está atrelado à ideia de política. Esta, por sua vez, liga-se a concepção de *polis*, quando se tenta encontrar o seu lugar de atuação ou repouso. Sendo assim, pode-se dizer que hospitalidade é uma interdição que ocorre no espaço da *polis*, na simples disposição dos seres em vizinhança; e que a comunidade está circunscrita nesse espaço, onde incidem as premissas da política, onde também só se consegue estabilidade ou edificação através da tolerância. Para Derrida, o termo tolerância está atrelado às raízes religiosas. É notadamente desenvolvido pela Igreja Católica no que se refere ao convívio cooperativo entre cristãos e pagãos. É a Igreja Católica quem primeiro organiza o discurso de tolerância. Deve-se, sobretudo, atentar para o fato de que o piedoso mantém uma hierarquia. Decide ser benevolente com o desconhecido que lhe traz desconforto, mas reafirma que ele – o nativo – o deixou viver, que ele o deixou coexistir, que ele possui a última palavra e o julgou segundo as suas razões. Além desse imperativo, o hóspede é colocado sob um olhar de vigilância, sob uma desconfiança que faz dele sempre refém, pois se apresenta como uma figura ambígua: não é possível saber se o hóspede é um hostil, antes do acolhimento. Nesses termos, tem-se a problemática da hospitalidade incondicionada e condicionada onde, segundo o filósofo, a primeira é regida por leis incondicionais ao processo legislativo ou leis que não podem ser limitadas pelo jurídico. E a segunda, por sua vez, pode ser revestida de uma antevisão e uma previsão legal de uma estrutura constitucional democrática.

Palavras-chave: Hospitalidade, Justiça, Alteridade.

Projeto de Pesquisa: Justiça e alteridade na desconstrução de Jacques Derrida: a questão do outro como crítica a tradição jurídica e política.

ANÁLISE BÍBLICO-TEOLÓGICA DO DIÁLOGO DE JESUS COM A MULHER SIRO-FENÍCIA EM MC 7,24-30

José Cleiton Barbosa¹; João Luiz Correia Júnior²

¹Estudante do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário; E-mail: sem.cleiton@yahoo.com

²Professor do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.; E-mail: jota@unicap.br

Nos últimos tempos, o aumento do fluxo de pessoas que cruzam as fronteiras das nações deixando toda uma história de vida, para construir um futuro melhor para si, vem causando certo desconforto. Notadamente é um problema de escala mundial que prejudica, além do diálogo entre os países, a convivência pacífica entre as pessoas. Dois grupos, duas motivações, mas uma mesma realidade, a migração. Diante desse quadro mundial, que, em muitas situações, privam os migrantes da preservação mínima de sua dignidade, a prática eclesial é instigada a corresponder à demanda que brota da situação, no mais das vezes, dos empobrecidos, dos marginalizados. Ora, o diálogo de Jesus com a estrangeira siro-fenícia aponta para aquilo que deve ser fomentado na comunidade eclesial: a cultura da acolhida. Mostrar que o outro pede de nós uma tomada de postura e que a prática da abertura ao diálogo é via que favorece o entendimento de ambos indica quão rica e atual é essa perícopes do evangelho segundo Marcos. Como metodologia foi utilizada, essencialmente, a revisão bibliográfica. Também foi utilizada a análise exegético-literária dos textos bíblicos levando-se em conta o contexto no qual aconteceu a redação do relato evangélico abordado. Para tanto, partiu-se de uma abordagem das práticas sociais, políticas e religiosas do judaísmo e cristianismo do primeiro século. Em particular, referente às primeiras comunidades cristãs, destacou-se o ambiente cultural no qual se deu o primeiro anúncio aos não-judeus assim como as dificuldades que esta comunidade enfrentou com a adesão dos gentios à mensagem evangélica. Os resultados da pesquisa encontram-se divididos em três capítulos. No primeiro dá-se a análise exegética do texto de Mc 7, 24-30. No segundo capítulo, apresentam-se as consequências teológicas do diálogo entre Jesus e a siro-fenícia. Por fim, no terceiro capítulo, apresentam-se as implicações pastorais que resultam da análise do texto da perícopes. Ao final do texto as conclusões apontam para a necessidade da fomentação da cultura do diálogo, sendo que a Igreja tem o papel de anunciar e viver a experiência da acolhida. Destaca-se que o texto marcano 7, 24-30 também é indicativo de uma realidade que, visando à boa convivência e à promoção de todas as pessoas, em especial o estrangeiro, deve ser abraçada por todas e todos.

Palavras-chave: estrangeiro; cultura da acolhida; pastoral.

Projeto de Pesquisa: A práxis social do cristianismo das origens e das igrejas cristãs hoje.

A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: TENDÊNCIAS TEOLÓGICAS INOVADORAS NA PASTORAL MISERICORDIOSA DA IGREJA

José Fernandes Cândido de Souza¹; Orientador Luiz Alencar Libório².

¹Estudante do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Bolsista CNPq. E-mail: nades_souza@hotmail.com

²Professor do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: laliborio@terra.com.br

Trabalhamos inicialmente com leitura e discussão dos textos primordiais para o desenvolvimento teórico do projeto, partindo de reuniões semanais com o professor orientador. Pesquisamos e analisamos as questões familiares na sociedade atual, diante dos conceitos de famílias tradicionais e atuais da história. Acorremos ao Catecismo da Igreja Católica e diversos livros e escritos de Teologia e, principalmente, a Sagrada Escritura, fonte de comunicação de Deus à humanidade, para um esclarecimento necessário ao tema proposto desta pesquisa (família). Segundo a tradição cristã, a família tem sua origem naquele mesmo amor com que o Criador abraça o mundo criado, como se afirma no princípio do livro do Gênesis (1,1). Confirmação esta que no Próprio Jesus nos apresenta o Evangelho: “Deus amou de tal maneira o mundo que lhe deu seu Filho único” (Jo 3,16). Esta dinâmica de amor, entrega, e fidelidade à Igreja apresenta o caminho que deve seguir toda família constituída na terra. E, com este tripé, o homem e a mulher são convidados a discernir e firmar na história com os desígnios concretos da sua existência cotidiana nas determinadas e diversas situações sociais e culturais. Seria louvável, se toda união sacramental para a igreja, que é indissolúvel, “o que Deus o uniu, o homem não separe” (Mt 19,6), fosse para sempre. Partindo da situação de incapacidade de sustentar o matrimônio, irrompe a grande problemática do nosso estudo: “as causas e consequências da separação/divórcio”. Diante de todo estudo teórico e prático (campo), percebemos a marca do caos de uma separação. São muitas as realidades que versão a desarmonia de muitos lares. Analisando cada caso, vê-se a necessidade de um olhar mais pastoral e aberto à pedagogia do Reino inaugurado por Jesus. O cardeal Walter Kasper afirmou, no discurso inicial no Sínodo das Famílias, em 2014, que há uma necessidade urgente de abertura nas comunidades cristãs para esse novo conceito de família, pois, ao falar de casais de segunda união no meio das comunidades eclesiais soa por muitas vezes como uma coisa errada, como algo fora do querer de Deus. Contudo, com a atitude de legalismo, alguns membros da Igreja esquecem a fidelidade de Jesus ao amor do Deus misericordioso, que até no último momento de sua vida, Ele perdoou um ladrão na cruz (Lc 23, 39-43). O Papa Francisco, na sua Exortação Apostólica, afirma os valores cristãos diante de uma cultura eclesial marcada pela sombra da exclusão e abandono das práticas evangélicas, apresentada por Jesus: ...“a Igreja tem a missão de anunciar a misericórdia de Deus, coração pulsante do Evangelho, que por meio dela deve chegar ao coração e à mente de cada pessoa. A Esposa de Cristo assume o comportamento do filho de Deus, que vai ao encontro de todos sem excluir ninguém”. Ela bem sabe que o próprio Jesus Se apresenta como Pastor de cem ovelhas, não de noventa e nove; e quer tê-las todas. A partir desta consciência, tornar-se-á possível que “a todos, crentes e afastados, possa chegar o bálsamo da misericórdia como sinal do Reino de Deus já presente no meio de nós” (AL 309). Pois, a pedagogia e dinâmica do Mestre Jesus, era sempre de acolhida e encorajamento e nunca de exclusão: “Coragem, filho, teus pecados estão perdoados!” (Mt 9,2). “Grande é tua fé!” (Mt 15,28). “Levanta-te!” (Mc 5,41). “Vai em paz” (Lc 7,50). “Não tenhais medo!” (Mt 14,27) (AL 100). Portanto, neste sentido categórico bíblico cristão, apoiamos nossa pesquisa e investimos nossos objetivos para um novo alvorecer da Igreja, sobre os cristãos irregulares no seio de nossas comunidades.

Palavras-chave: Família, Misericórdia, Igreja, Crise, Separação, Divórcio.

Projeto de Pesquisa: Causas e Consequências da Separação/ Divórcio em Famílias Múltiplas: abordagem psicanalítica e teológico-pastoral.

A TRADUÇÃO DA BÍBLIA DE JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

José Nilson Soares Barbosa¹; Cláudio Vianney Malzoni²

1. Estudante do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Voluntário. E-mail; <barbosasoares2@gmail.com>

2. Professor do Curso: Cláudio Vianney Malzoni, Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: <cvmalzoni@hotmail.com>

A primeira tradução sistemática e literal da Bíblia em língua portuguesa, de que se tem notícia clara, foi elaborada a partir de meados do século XVII, nos domínios holandeses orientais, pelo calvinista português João Ferreira Annes de Almeida (c. 1628 – 1691). Almeida emigrou para a Holanda entre 1641 e 1642, então com catorze anos de idade, indo estabelecer-se em Malaca, no Sudeste da Malásia, que na época se encontrava sob a dominação holandesa nas Índias Orientais. Converteu-se à religião cristã reformada neste período, quando em viagem de Batávia, atual Jacarta, para Malaca, após a leitura de um folheto, intitulado *Diferença da Chistandade*. Em Malaca, onde permaneceu até 1651, iniciou seu projeto de traduzir as Escrituras Sagradas para a língua portuguesa. Em 1681, viu o primeiro resultado do seu trabalho de tradutor da Bíblia sair à luz, com a publicação do Novo Testamento completo em português, em Batávia, onde permaneceu até o fim de sua vida. No ano que faleceu, em 1691, havia traduzido, além do Novo Testamento, quase a totalidade do Antigo Testamento, até Ezequiel 48,21, concluído em 1694 por Jacobus Opden Akker. No século XIX a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira escolheu a tradução portuguesa da Bíblia de João Ferreira de Almeida para ser divulgada entre os povos do mundo lusófono, onde alcançou popularidade. Na década de trinta do século XIX, a Sociedade Bíblica Americana instala-se no Brasil e passa a divulgar e difundir a Bíblia de Almeida. Ainda no século XIX, atendendo a uma solicitação dos líderes evangélicos brasileiros, as Sociedades Bíblicas fizeram uma revisão no texto, que ficou conhecida como versão de Almeida revista e corrigida. Em meados do século XX, a Sociedade Bíblica do Brasil, fundada em 1948, a Bíblia de Almeida foi revisada e atualizada. Atualmente, no Brasil a Bíblia, de Almeida é publicada em três versões pela Sociedade Bíblica do Brasil: a edição revista e corrigida de 1898; a versão revista e atualizada de 1993; e versão revista e corrigida de 1995. Existe, também, a Bíblia de Almeida, versão corrigida e fiel, publicada desde 1994 pela Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

Palavras-chave: João Ferreira de Almeida, Bíblia, tradução

Projeto de Pesquisa: A tradução da Bíblia de João Ferreira de Almeida – Orientador: Cláudio Vianney Malzoni

OS PAPIROS DO NOVO TESTAMENTO E SUA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E CRÍTICA

José Vila Nova Brainer Segundo¹; Cláudio Vianney Malzoni²

¹Estudante do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: josevnbsegundo@hotmail.com

²Professor do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: cvmalzoni@hotmail.com

Os manuscritos neotestamentários antigos foram confeccionados em vários tipos de materiais (papiro, pergaminho, cerâmica, dentre outros), e escritos de várias formas, o que quase sempre dá indícios do período em que a cópia foi feita, não apenas pela idade do substrato da escrita, mas também pelo estilo e técnicas aplicadas na escrita. Dentre esses manuscritos antigos do Novo Testamento, os papiros, do grego *πάπυρος*, têm uma importância fulcral, quer para a historiografia, quer para a crítica teológica atual. A importância não se deve necessariamente pelo material de confecção de tais documentos, mas, sobretudo, pela evidente proximidade histórica e, conseqüentemente, de conteúdos, deles com os textos neotestamentários originais. Isso porque, muito provavelmente, os originais do Novo Testamento bem como suas primeiras cópias foram escritos em papiros, material preferido na época, que só foi preterido a partir da inviabilização da importação do papiro egípcio a partir do século VII, quando a saída foi utilizar o pergaminho em larga escala. Daí, os papiros podem ser valorados referentes a dois critérios: antiguidade (e conseqüente proximidade com os originais no Novo Testamento); e qualidade do texto (quanto às condições de conservação do texto que trazem). No século XX os papiros neotestamentários passaram a gozar de grande prestígio; pesquisadores como Chester Beatty, Martin Bodmer, Grenfell, Gonis, dentre outros, apresentaram à comunidade científica documentos de grande valor, e que têm servido muito na busca de uma leitura sempre mais limpa dos textos bíblicos. Até hoje são contados 127 manuscritos do Novo Testamento em papiro, 43 desses tendo importância devido à antiguidade. A maioria desses documentos são apenas fragmentos de códices, mas sua importância para a hermenêutica atual rigorosa dos textos do Novo Testamento é imensa. Sabe-se ainda, que outros manuscritos neotestamentários ainda podem vir a ser descobertos, inclusive outros frágeis papiros. De fato, desde o período da ebulição das descobertas dos papiros, o estudo dos textos neotestamentários já progrediu muito e tem sido motivo de grande interesse em vários campos. Todavia, há um ponto de intersecção entre todos esses campos de interesse, o qual se encontra na busca da compreensão cada vez maior de uma Palavra tão forte, iluminadora e cortante, que tem sido capaz de dar sentido, conduzir e mobilizar as vidas de tantas e tantas pessoas por dois milênios sem perder seu vigor e sua novidade.

Palavras-chave: Papiros do Novo Testamento, Crítica Textual do Novo Testamento, Novo Testamento Grego.

Projeto de Pesquisa: O Novo Testamento e suas Traduções Textuais

POLÍTICAS CARCERÁRIAS E A MONTAGEM DO APARELHO PRISIONAL PERNAMBUCANO (1850-1870)

Juliana Calixto Viana¹; Tiago da Silva Cesar²

¹Estudante do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: juli_calixto@hotmail.com

²Professor do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: tiagoceasar@hotmail.com

Antes mesmo da promulgação do primeiro Código Criminal, em 1830, já existiam cárceres nas principais povoações do Império brasileiro, e outros muitos foram levantados posteriormente, com o aumento da demanda de locais para o cumprimento da pena de privação de liberdade. Não obstante, o presente estudo arranca em 1850 por constituir o início de um período de estabilidade política e centralização do poder monárquico, que possibilitou colocar em prática um plano de reformas penal-carcerárias, seguindo, em boa medida, as diretrizes penitenciárias do século XIX. Dada a inexistência de trabalhos similares, o presente estudo analisa as primeiras décadas de formação da rede prisional pernambucana (1850-1870), através dos Relatórios dos Presidentes da Província. A totalidade dos relatórios para o período em questão foi analisado através do site <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. Após o levantamento, fizeram-se capturas digitais das principais informações sobre a implementação da malha carcerária ao longo daqueles anos, acompanhadas de fichas-resumo para o abastecimento de um banco de dados e confecção de planilhas no Excel. Desse material pesquisado e tratado, foi possível chegar a algumas conclusões. Em Pernambuco, igualmente que em outras províncias, como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, por citar apenas algumas, desenvolveu-se, a partir de 1850, uma autêntica campanha construtiva de cárceres que teve, em sua Casa de Detenção, o símbolo máximo da reforma penitenciária oitocentista na província. A diferença primordial da *reforma tupiniquim* em relação à europeia é que aqui muitas cidades careciam completamente de estabelecimentos carcerários, motivo pelo qual a expressão *reforma penitenciária* também passou a significar construção de estabelecimentos penais. Os registros apontam para uma empresa construtiva de grande vulto, abarcando praticamente todo Pernambuco, gerando um mercado de contratos e serviços gerenciados e fiscalizados pelo governo provincial, mas com notáveis interesses locais. O olho do poder voltado para os miseráveis cárceres das mais longínquas povoações levou também à denúncia das péssimas condições de privação de liberdade.

Palavras-chave: Rede prisional; Pernambuco; História das Prisões.

Projeto de Pesquisa: A formação da rede prisional pernambucana durante o Império (1850 – 1889)

SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NA BVS/PSI: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Kaline Jodely Magalhães Lima¹; Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas²

¹Aluna do Curso de Psicologia da UNICAP, bolsista CNPq

²Doutora professora do Curso de Psicologia da UNICAP

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o sentido atribuído à sexualidade e gênero em artigos científicos em Psicologia publicados na base de dados BVS/PSI. Mais especificamente, pretendeu pesquisar na base de dados BVS/PSI utilizando os descritores: “Formação em Psicologia”, “Diversidade Sexual” e “Diversidade de Gênero”, artigos que tratassem da temática Sexualidade e Gênero na perspectiva da Psicologia; Investigar o sentido atribuído à sexualidade e gênero nos artigos encontrados e Investigar possíveis ressonâncias da heteronormatividade nos sentidos atribuídos à Sexualidade e Gênero nos artigos consultados. Os resultados mostram que, apesar de já existir um número razoável de publicações acerca deste tema, ainda é muito forte o preconceito e a falta de preparo dos profissionais de várias áreas, principalmente, professores e psicólogos para lidar no dia a dia com esta temática. Isto reforça a necessidade da realização de pesquisas interventivas, principalmente voltadas para os profissionais de psicologia, uma vez que eles estão cada vez mais inseridos nas políticas públicas e parecem pouco preparados para lidar com a diversidade no que diz respeito à sexualidade e gênero.

Palavras-chave: revisão de literatura; formação em psicologia; diversidade sexual; gênero.

COSTURANDO OS AXÓS: OS BASTIDORES DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO RECIFE

Karla Aparecida Vasconcelos Ribeiro¹; Zuleica Dantas Pereira Campos²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: kvasconcelosr@gmail.com

²Professora do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: zuleica@unicap.br

Este trabalho objetiva verificar a criação e produção dos axós (roupas litúrgicas) das religiões afro-brasileiras do Recife. Todo vestuário do Candomblé tem como referências essenciais a África e a moda europeia do século XVIII. A referência africana é bastante abrangente uma vez que os escravos trazidos para o Brasil vieram de diversos lugares do continente e por um longo período de tempo. Soma-se a essa referência o estilo de vestir feminino europeu do século XVIII, divulgado no Brasil por meio de revistas e por pessoas que vinham de suas estadias no velho continente. Mudanças são efetuadas nas roupas em busca de diferencial e luxo. Portanto, apresentar-se belo para os outros e para o orixá é um dos objetivos dos quais costureiras e costureiros têm que estar preparados para, a cada festa pública, superar as expectativas. Para atingirmos nossos objetivos, realizamos um levantamento bibliográfico e de documentos, e num segundo momento, elaboramos um mapeamento das casas que comercializam os adereços e as roupas litúrgicas afro-brasileiras, no bairro de São José. Em seguida, participamos de duas festas públicas: uma no terreiro do Pai Adão em homenagem a Yemanjá, e outra no terreiro do Xambá em homenagem aos orixás, Ogum e Odé. Nosso objetivo foi observar os comportamentos e acontecimentos durante a prática religiosa e analisar a estrutura e características das indumentárias que constituem parte de seu regimento interno. Em ambas as ocasiões estabelecemos contatos com costureiras e costureiros de axós com os quais agendamos e realizamos entrevistas. Dessa forma percebemos que o mercado de indumentárias litúrgicas e seus acessórios está em expansão no Recife. A procura por roupas cada vez mais luxuosas e criativas tem crescido. Muitos terreiros optam em liberar os filhos de santo para escolherem o modelo de seus axós, permitindo o crescimento do mercado.

Palavras-chave: Candomblé, Cultura, Estética, Espetacularização

Projeto de Pesquisa: Nos Bastidores do Axé: a indumentária litúrgica afro-brasileira na Região Metropolitana do Recife.

A ARGUMENTAÇÃO E AS FALÁCIAS JURÍDICAS WARATIANAS NO DISCURSO DE FUNDAMENTAÇÃO NAS DECISÕES DO STF SOBRE A MULHER

Laís Carneiro da Cunha Silva¹; Virgínia Colares²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Bolsista do CNPq; E-mail: lais.carneiro@gmail.com

²Professora do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas E-mail: virginia.colares@gmail.com

A presente pesquisa concentrou-se em analisar, de forma contra-dogmática, a produção do discurso jurídico a partir da ACDJ - Análise Crítica do Discurso Jurídico, desvelando a impossibilidade da existência de uma neutralidade e imparcialidade judicial, especificamente no que diz respeito às decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos direitos da mulher. Em virtude de seu caráter descolonial, este estudo auxilia na compreensão das possibilidades de se pensar outras formas de caracterização dos direitos humanos, levando-se em conta o Outro e, conseqüentemente, os grupos minoritários e vulneráveis, neste caso, as mulheres, trazendo para o debate as questões que foram invisibilizadas pelo pensamento moderno e pela consolidação do direito positivo. Esta perspectiva confronta a lógica da colonialidade, que se coaduna com a negação dos direitos humanos, perpetuando ranços históricos sobre a concepção do gênero feminino. Para a realização deste estudo, foram de suma importância as ideias difundidas por Luís Roberto Warat sobre a temática da linguagem do Direito, em que se repensam os modos de produção do discurso jurídico. O movimento waratiano subverte certos postulados consagrados pela epistemologia tradicional da ciência jurídica à medida em que retrata a forte presença de um senso comum revestido de cientificidade, conferindo assim credibilidade e aceitação sóciopolítica ao discurso proferido. Juntamente a essa perspectiva, foram entrelaçados estudos das matrizes da lógica colonial e descolonial dos direitos humanos, particularmente no que diz respeito à análise do Inquérito 3.156, em que se pretendeu observar, a partir da linguagem, seja de forma explícita ou implícita, qual a ótica que os ministros do STF imprimem em suas decisões sobre a mulher e seus direitos. Foi possível verificar, pontualmente, traços que denotam aspectos ideológicos que evidenciam contextos políticos e de poder infiltrados no discurso dos operadores do direito, sinalizando assim a inviabilidade do postulado kelseniano do “Direito Puro”.

Palavras-chaves: Discurso judicial. Estratégias argumentativas. Direitos da mulher. Descolonialidade

Projeto de Pesquisa: Direitos das minorias e grupos vulneráveis: Uma análise do discurso de fundamentação nas decisões do STF

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: ANÁLISE DAS SENTENÇAS CONDEATÓRIAS DE MULHERES POR TRÁFICO DE DROGAS NO ANO DE 2014 EM PERNAMBUCO

Luísa Azevedo de Melo¹; Marília Montenegro Pessoa de Mello²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail: luisaazevedo94@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro Ciências Jurídicas E-mail: Marilia_montenegro@hotmail.com

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um estudo quantitativo e qualitativo de sentenças condenatórias de mulheres pelo delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06) no ano de 2014, no Estado de Pernambuco, procurando investigar as representações que sobressaem desses discursos sobre as mulheres e como a atividade decisória e de reprovação é influenciada por perspectivas de estereótipos de gênero. Devido a estereótipos resultantes de um modelo patriarcal nas estruturas de poder e, portanto, no direito penal, o papel reservado à mulher nesse contexto é bem delimitado. Quando enquadrada no modelo idealizado da mulher “honesta”, ela é vista como vítima ou, quando sujeita do delito, a criminalidade tradicionalmente atribuída a elas é de crimes passionais, praticado entre familiares ou relacionados à pobreza. Entretanto, nos últimos anos, em decorrência de uma política internacional de combate ao tráfico de drogas, não obstante outros fatores, o número de presos por tráfico de drogas cresceu substancialmente, não só em relação aos homens, mas, principalmente, às mulheres. A população atual de mulheres egressas no Sistema Carcerário é de 37.380, um aumento de 567% comparando-se os dados do ano 2000 com os de 2014. Enquanto que o aumento percentual da população masculina teve um aumento de 220,20%. Segundo o Infopen 2014, o tráfico de drogas corresponde a 68% do encarceramento feminino, ao passo que o masculino corresponde a 26%. Esse recente crescimento da criminalização feminina, sobretudo a partir da política criminal de combate às drogas, gera questionamentos de como esse processo é conduzido, quais particularidades são encontradas quando das mulheres acusadas, como as agências de controle formal operam etc. A relevância dessa pesquisa se encontra no fato de que as decisões do judiciário são um retrato da ideologia da sociedade, como operadores da criminalização secundária, na qual delimitam o alcance interpretativo que a legislação terá, sendo influenciados e influenciando a prática social.

Palavras-chave: tráfico de drogas; mulher; sentença.

Projeto de Pesquisa: Atividade Policial De Criminalização De Mulheres Por Tráfico De Drogas: Da Verificação Do Elemento Suspeito Ao Impacto No Encarceramento Feminino Em Recife.

TRADIÇÕES RELIGIOSAS NO RECIFE: IDENTIDADES E ALTERIDADES

Luisa Farias Silva¹; Gilbraz de Souza Aragão²

¹Estudante do Curso de Jornalismo do CCS; Bolsista PIBIC CNPq. E-mail luh_farias.94@hotmail.com

²Professor do Curso de Teologia do CTCH; E-mail: gilbraz@unicap.br

As questões de gênero e de intolerância religiosa estão inseridas dentro do universo dos direitos humanos, e permeiam as discussões religiosas no Recife e em todo o mundo. A cada três dias, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República recebe uma denúncia de intolerância religiosa. O Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos feito pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos na categoria de intolerância religiosa revela que, no ano de 2014, foram feitas 149 denúncias, e no ano de 2015, 556 denúncia no disque 100, traduzindo um aumento de 273% de um ano para outro. Os fieis de matrizes africanas são sempre os mais atingidos. Segundo a mesma pesquisa, as denúncias relacionadas a religiões afro-brasileiras estão no topo do “ranking”, com uma parcela de um terço do total de denúncias. (afrobrasileira: 75; evangélica: 58; espírita: 27; católica: 22; ateus: 8; judaica: 6; islâmica: 5; outras: 15). O objetivo geral da pesquisa foi levantar dados sobre os principais grupos religiosos da região, focando as suas (in)disposições culturais e teológicas para o diálogo. Os procedimentos metodológicos foram pesquisas em sites noticiosos, jornais, páginas oficiais de instituições envolvidas no caso representativo da degola da imagem de Iansã na Faculdade de Direito do Recife. Além disso, foram feitas entrevistas semiestruturadas com representantes das religiões de matrizes africanas e do espiritismo. As entrevistas envolviam questões sobre igualdade de gênero, disposição para o diálogo inter-religioso, aborto, homossexualidade e raça. O caso da degola de Iansã faz refletir sobre a verdadeira laicidade dos espaços públicos. Salientando que laicidade não quer dizer ausência de imagens do sagrado, mas a liberdade de manifestação e direito igualitário a todas essas representações, condição que não é respeitada. Há uma relação sutil entre a intolerância religiosa e a exploração, em que a repressão e negação à religiosidade é usada para subverter grupos mais vulneráveis e marginalizados. O movimento fundamentalista crescente é um dos principais fatores para a dificuldade dos grupos religiosos em tratar sobre temas dos direitos humanos emergentes e promover o diálogo e a coexistência entre as religiões.

Palavras-chave: Diálogo Inter-religioso; Religiões e Direitos Humanos; Religiosidade no Recife.

Projeto de Pesquisa: Lógica, diálogo, religiões.

O USO DA REALIDADE VIRTUAL COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

Luiz Henrique Gonçalves Silva¹; Luiz Carlos Luz Marques²

¹Estudante do Curso de Jogos Digitais do Centro de Ciências Sociais; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: luizhenriquegoncalvessilvaa@gmail.com

²Professor do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: prof.luizmarques@gmail.com

A Realidade Virtual vem proporcionando, a cada dia, novas experiências nas mais diversas áreas, inclusive na educação. Segundo Vygotsky, os jogos proporcionam o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. Pesquisadores das mais diversas áreas vêm realizando testes utilizando a Realidade Virtual como ferramenta para auxiliar nos desenvolvimentos cognitivo, educacional e social. Infelizmente, a educação brasileira está passando por diversas dificuldades, como por exemplo, a ausência de equipamentos e ferramentas que auxiliem os professores na sala de aula. A proposta do projeto de pesquisa, como o todo, é desenvolver mais do que um jogo, e sim uma ferramenta educacional de forte impacto e imersiva, que possa auxiliar os alunos do ensino médio da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco incentivando a pesquisa e o aprendizado. A atual equipe de desenvolvimento é composta por dois alunos do curso de Jogos Digitais, um responsável pela programação e o outro pela parte visual, dois professores também do curso de Jogos Digitais, três alunos bolsistas do curso de História, e o orientador também do curso de História. A minha contribuição ao projeto de pesquisa, além de buscar conteúdos através dos meios de comunicação, foi transformar toda essa gama de informação obtida em uma linguagem de máquina, utilizando ferramentas específicas, como o motor de desenvolvimento de jogos, *Unity 3D*, e a linguagem de programação C#(CSHARP Script). Durante o processo de desenvolvimento desse jogo educacional, encontrei algumas dificuldades, que no primeiro momento me deram trabalho, por falta de experiência técnica, mas que foram superadas posteriormente, após estudos e consultas aos orientadores, como por exemplo, equilibrar desempenho da aplicação, para que ela funcionasse perfeitamente nos *tablets* que foram disponibilizados na rede pública de ensino. Um outro ponto que devemos chamar a atenção foi o cuidado em proporcionar imersão ao jogador. Mesmo não utilizando artefatos como óculos de realidade virtual, sensores de gestos etc., todo cuidado é pouco quando se trata de imersão, pois qualquer erro pode afetar totalmente a experiência do jogador, e conseqüentemente o seu aprendizado. A realidade virtual independente de ser imersiva ou não imersiva, nunca irá substituir o papel do docente na sala de aula. Ela tem que ser utilizada pelos mesmos, como uma poderosa ferramenta de ensino, afim proporcionar uma melhor absorção de conhecimento por parte do aluno.

Palavras-chave: *Serious games*, Realidade virtual, Multimídias.

Projeto de Pesquisa: Para que a LDB e PNLD não se tornem letra morta: pesquisa, desenvolvimento, aplicação e validação de material didático digital no âmbito do PIBID.

O MOBILIÁRIO URBANO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO BAIRRO DA BOA VISTA: PERCEPÇÃO, ESTÉTICA E FUNCIONALIDADE

Marcela Pires Spinelli¹; Christianne Soares Falcão e Vasconcelos²

¹Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do CCT.; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: spinellimarcella2@gmail.com

²Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do CCT. Email: christiannevas@hotmail.com

Os espaços livres surgem entre as áreas edificadas e contribuem para a melhoria da qualidade no ambiente urbano, favorecendo a funcionalidade e a melhoria das condições ambientais, como também proporcionam condições de convívio e lazer, além de atributos estéticos ao lugar. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo avaliar a relação do mobiliário urbano e o seu entorno que compõem os espaços públicos no entorno da Universidade Católica de Pernambuco, abrangendo os bairros da Boa Vista, Soledade e Santo Amaro. Para tal, os artefatos identificados foram avaliados quanto aos seus aspectos funcionais e estéticos no uso do espaço urbano e sua influência na paisagem urbana. Para delimitação da área a ser estudada, conforme diretrizes do Plano Centro Cidadão da UNICAP, primeiramente foi realizado um estudo cadastral dos espaços livres públicos a partir de mapas para classificação tipológica desses espaços. Em seguida, foi realizado um levantamento de campo que gerou um registro atualizado dessas áreas para análise da distribuição espacial dos espaços públicos no território e delimitação da área de estudo. Por fim, foi realizada uma análise qualitativa a partir dos dados do levantamento “in locu” e levantamento fotográfico. Como resultado da pesquisa, os tipos de mobiliário urbano encontrados em maior quantidade foram os postes, as paradas de ônibus, lixeiros, orelhões e fiteiros. Percebeu-se que a ocupação desordenada desses tipos de mobiliário influenciam diretamente na vida e qualidade urbana das pessoas. A disposição do mobiliário urbano no ambiente, a quantidade de elementos existentes no espaço, a relação entre o mobiliário e seu entorno, além dos aspectos formais e simbólicos dos objetos, possuem uma grande influência na qualidade da paisagem urbana. A consideração desses aspectos relativos ao mobiliário urbano contribui para intensificar e melhorar as experiências das pessoas. Espera-se por meio desta pesquisa, ampliar os estudos quanto a análise da visão do usuário, assim como contribuir na compreensão do mobiliário urbano como um fator integrante para uma melhor qualidade de vida dos usuários que transitam pelos bairros do Recife.

Palavras-chave: Espaço livre público; Centro expandido do Recife; Equipamentos Urbanos.

Projeto de Pesquisa: Plano Recife Cidadão, estudos e pesquisas urbanísticas para concepção de diretrizes urbanísticas, plano urbanístico e projeto urbano de parte do centro expandido do Recife

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO NAS FAMÍLIAS MÚLTIPLAS: Uma abordagem psicanalítica

Mariane Nunes Elihimas¹; Luiz Alencar Libório²

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro CCBS; Bolsista (PIBIC CNPq). E-mail: mariane.n.e@hotmail.com

²Professor do Curso de Teologia do Centro CTHC; E-mail: laliborio@gmail.com

O conjunto de indivíduos conceituado por “família” é encontrado em todas as sociedades humanas, tornando sua investigação amplamente repercutível. Neste trabalho, está sendo investigado, a partir da psicanálise, quais são as causas que levam os casais à separação e suas consequências (percepções dos cônjuges e filhos). Busca-se explicar de que modo isso ocorre para que uma compreensão mais ampla permita redimensionar o problema, especialmente com fins à readaptação desta realidade dentro das interações sociais. Os parâmetros para manter uma certa estrutura familiar foram alterados enormemente na história recente do Ocidente, mas a busca por um arranjo que proporcione satisfação aos indivíduos de uma família permanece. A questão é que muitos fatores externos influenciam muito - e até constroem - a formação livre desses arranjos, como, por exemplo, a cultura e a religião. Preocupadas com a retaliação da comunidade católica, pessoas que professam suas crenças terão dificuldades em rearranjar sua estrutura familiar em razão da rigidez quanto à questão do divórcio. Este é um caso evidente de como, apesar das alterações na concepção de família, certos fatores podem se mostrar determinantes. A pesquisa foi iniciada com a compreensão dos conceitos e tipos de família. Foi verificado que existem diversos tipos de família e que o modelo tradicional (nuclear: pai, mãe e filhos) é apenas mais um. Pesquisamos como funciona a dinâmica das famílias em diversos países para comprovar que a cultura interfere no modo de se relacionar dos integrantes de uma família. Também analisamos o CENSO 2010 para verificar como funciona a dinâmica familiar no Brasil, chamado de unidades domésticas ao invés de família. Compreendendo a família (tipos, conceitos, dinâmica), pôde-se aprofundar a investigação psicanalítica, abordando as motivações inconscientes que podem levar a separação/divórcio. Inicialmente foi usada a bibliografia específica do assunto e, posteriormente, aliada à pesquisa de campo com questionário misto para os cônjuges de segunda união e seus respectivos filhos. As principais causas detectadas para os pais na pesquisa de campo foram: brigas, infidelidade, saturação relacional, alcoolismo, entre outras. As principais consequências para cônjuges e filhos foram: muito sofrimento pela ruptura da família, possibilidade de reorganização de vida, felicidade reencontrada, readaptação de rotinas, entre outras.

Palavras-chave: Família; Separação; Psicanálise.

Projeto de Pesquisa: Causas e Consequências da Separação/Divórcio nas Famílias Múltiplas: abordagem psicanalítica e teológico-pastoral.

SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SEXUALIDADE E GÊNERO EM TESES E DISSERTAÇÕES EM PSICOLOGIA PUBLICADAS NA PLATAFORMA DA CAPES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Mirela Borba de Lacerda¹; Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas²

¹Estudante do Curso de Psicologia da UNICAP, bolsista CNPq ;

²Doutora professora do Curso de Psicologia da UNICAP

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a produção científica em Psicologia acerca da temática Formação em Psicologia e Diversidade de Gênero e Sexualidades, no âmbito dos Programas de Pós-graduação “Stricto Sensu” a partir das publicações de teses e dissertações na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Mais especificamente, pretendeu pesquisar, nesta base de dados, utilizando os descritores: “Formação em Psicologia”, “Diversidade Sexual” e “Diversidade de Gênero”, o sentido atribuído à sexualidade e gênero nos trabalhos encontrados e possíveis ressonâncias da heteronormatividade nos sentidos atribuídos à Sexualidade e Gênero. Os resultados mostram uma enorme escassez de trabalhos publicados como tese e/ou dissertação. Foi encontrada apenas uma dissertação vinculada ao Programa do Governo Federal, Brasil sem Homofobia, ainda assim, desenvolvida no âmbito de um programa de Educação. Isso demonstra a necessidade da academia se debruçar sobre esta temática, principalmente os Programas de Psicologia, uma vez que esses profissionais estão cada vez mais inseridos nas políticas públicas e parecem pouco preparados para lidar com a diversidade no que diz respeito à sexualidade e gênero.

Palavras-chave: revisão de literatura; formação em psicologia; diversidade sexual; gênero.

IGREJAS CRISTÃS NO RECIFE: IDENTIDADES E ALTERIDADES

Rayane Marinho Leal¹; Gilbraz de Souza Aragão²

¹Estudante do Curso de Jornalismo do CCS; Bolsista PIBIC CNPq; E-mail: rayemarinho@gmail.com

²Professor do Curso de Teologia do CTCH; E-mail: gilbraz@unicap.br

O presente artigo dá ênfase ao tema relacionado aos Direitos Humanos e às questões de gênero. Foi realizado o levantamento dados para mapear como as Igrejas Cristãs do Recife estão debatendo, dentro de suas denominações, assuntos como aborto, homossexualidade e posicionamento da mulher. Para o desenvolvimento deste trabalho foram feitas entrevistas com participantes de grupos que sofreram com o crime de intolerância religiosa e com os líderes religiosos. A realização da pesquisa e as análises de casos simbólicos de crimes de intolerância religiosa pretende mostrar que os casos são crescentes e não são isolados. Buscando então entender as razões para esses fenômenos decorrentes de intolerância. De acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, a categoria de intolerância religiosa revela que no ano de 2014 foram feitas 149 denúncias e no ano de 2015, 556 denúncia no disque 100, traduzindo um aumento de 273% de um ano para outro. Entre as denúncias estão às depredações de imagens de santos e agressões físicas. Analisado como caso notório na cidade do Recife, a degola de Iansã demonstra a luta pela laicidade em espaços públicos, uma vez que defende a democratização do espaço, garantindo assim, a liberdade religiosa como direito humano. Outro caso analisado neste artigo foi o casamento homoafetivo dos arquitetos Zezinho e Turíbio, em 2009. O matrimônio foi realizado pelo pastor da Igreja Cristã Inclusiva, demonstrando O surgimento de novos movimentos religiosos. Os crimes de intolerância a casais homoafetivos no Brasil calculam números alarmantes de assassinatos. Uma vez que estão sujeitos a fortes atos de intolerância por mal entendimento das questões de gênero. Com esta pesquisa, entendemos que o dever das instituições e dos seres humanos é proteger a integridade humana, disponibilizando sempre ajuda ao próximo, ou assim que deveria ser. Ainda salientado que todas as Igrejas Cristãs têm como fundamento bíblico amar uns aos outro.

Palavras-chave: Diálogo Inter-religioso; Religiões e Direitos Humanos; Religiosidade no Recife.

O MERCADO DE INDUMENTÁRIAS LITÚRGICAS AFRO-BRASILEIRAS DO RECIFE

Rebeca Afonso Torres¹; Zuleica Dantas Pereira Campos²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: Rebecaafonso02@gmail.com

²Professora do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail:zuleica@unicap.br

Propomo-nos neste trabalho, investigar o mercado de indumentárias litúrgicas das religiões afro-brasileiras do Recife. Seu universo é bastante complexo. Enquanto a maioria dos terreiros convive com o sincretismo, outros buscam reforçar a identidade própria, evitando mesmo a utilização de imagens católicas em seus domínios. Para atingir nosso objetivo, primeiramente, foi realizado um estudo bibliográfico para embasamento teórico do tema investigado. Num segundo momento, elaboramos um levantamento acerca das casas que comercializam os adereços e as roupas litúrgicas afro-brasileiras, no bairro de São José. Lá elaboramos uma entrevista com uma proprietária de um box especializado na venda de produtos, acessórios e indumentárias litúrgicas afro-brasileiras. Em seguida, visitamos o Terreiro de Xambá, na festa em homenagem ao orixá Oxum, com o objetivo de observar os comportamentos e acontecimentos dentro dessa religião e analisar a estrutura e características das indumentárias que constituem parte de seu regimento interno. O mercado de indumentária possibilitou novas formas de relação e de produção de seus bens simbólicos, e vem-se consolidando desde o processo de urbanização, no séc XX, e contribuiu para a manutenção das características destas religiões neste novo contexto. Percebemos que, no Recife, predominam algumas restrições em relação ao consumo “pronto” das indumentárias litúrgicas pelos adeptos; restrições que são definidas pelo regimento interno dos terreiros. Fora do Mercado de São José, poucas lojas encontram-se localizadas nas ruas do centro. Pelo menos, até o momento, apenas quatro lojas foram mapeadas e, entre elas, duas se apresentam localizadas em ambientes retraídos. No entanto, quanto aos acessórios, existe menos rigidez para aquisição destes no mercado, desde que se sigam os postulados básicos – em especial, de hierarquia – desta religião. O mercado litúrgico afro-brasileiro nesta região ainda é reduzido e “escondido”.

Palavras-chave: Estética, Cultura, Reconversão, Mercado

Projeto de Pesquisa: Nos Bastidores do Axé: a indumentária litúrgica afro-brasileira na Região Metropolitana do Recife.

DIREITO, VIOLÊNCIA E DECISÃO: O PROBLEMA DA FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO EM JACQUES DERRIDA

Silvana Pereira de Albuquerque¹; Manoel Carlos Uchôa de Oliveira²

¹Estudante do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; Voluntário. silvanaalbuquerque225@gmail.com

²Professor do Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas; manael.cuo@gmail.com

É fundamental uma análise acerca do processo constitutivo do direito na sociedade. Para Derrida, o processo de instauração e manutenção do direito se daria mediante o uso de uma força, violenta ou simbólica, uma força performativa. Essa violência não pode ser classificada como justa ou injusta, pois o momento de instauração do direito não estaria escrito no tecido histórico, já que não há um ordenamento jurídico anterior capaz de classificar essa força como legítima ou ilegítima. A autoridade de uma norma não se justificaria em si mesma, mas em uma espécie de fundamento místico, isto é, a repetição de um determinado ato por um grupo, durante um período temporal, promoveria a sua aplicabilidade e o inscreveria no tecido social como lei, passível de transformação. Esta nova legislatura não seria respeitada apenas pelo que representa, ou por ter uma característica autoritária intrínseca a sua natureza, a obediência a lei, por parte do corpo social, seria resultado de um apelo a crença, a tradição, a história. A própria ideia de repetição e conseqüente aceitação da prática de determinado ato consagraria sua autoridade. Derrida separa a justiça do direito, e propõe que este é desconstrutível devido a sua capacidade de transformação, essa desconstrutibilidade do direito torna a desconstrução possível, a justiça, por sua vez, é desconstrução. Tendo por base uma concepção benjaminiana de violência, Derrida analisa a violência mítica, a qual, segundo Walter Benjamin, seria composta de duas dimensões de violência, uma capaz de fundar e outra capaz de manter o direito, ambas se manifestariam ao mesmo na polícia como instituição moderna. Esta violência mítica faria oposição à violência divina, capaz de aniquilar o direito. Ambas, tanto a violência mítica como a violência divina, seriam incapazes de encontrarem um fim em si mesmas, por nascerem apenas de uma recusa do outro, buscando a extinção deste, mas não assumindo a capacidade de autoextinguir-se, para formulação de um novo ordenamento. Para Derrida, a força seria um mecanismo indispensável à imposição e manutenção do direito e à desconstrução, por sua vez, estaria intimamente ligada a crítica dos fundamentos deste.

Palavras-chave: Força; Autoridade; Místico.

Projeto de Pesquisa: Justiça e Alteridade na Desconstrução de Jacques Derrida: A questão do Outro como crítica a tradição jurídica e política.

AS ANTIGAS TRADUÇÕES DA BÍBLIA AO LATIM

Simeão Manoel Dantas¹; Cláudio Vianney Malzoni²

¹Estudante do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário; E-mail: sem.simeaodantas@hotmail.com

²Professor do Curso de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas.; E-mail: cvmalzoni@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a mais antiga tradução da Bíblia ao latim, chamada de Antiga Versão Latina. A tradução da Bíblia ao latim feito por Jerônimo: a Vulgata; e a importância dessas duas versões da Bíblia para todo o cristianismo do Ocidente. Desde seu início, o cristianismo conheceu uma rápida expansão em direção a oeste. Essa expansão foi em muito facilitada pela conjuntura histórica da época, marcada pela presença de um vasto império, que dominava quase todas as terras então conhecidas: o Império Romano. Nascido na Palestina, o cristianismo teve como língua materna o aramaico, língua falada por Jesus e seus primeiros discípulos. Logo, porém, ultrapassou os limites da Palestina em direção, sobretudo, das comunidades judaicas da diáspora, que, em ambiente cultural helenístico, tinham o grego como seu próprio idioma. Por essa época, o judaísmo helenístico já tinha quatro traduções de suas Escrituras ao grego, sendo a tradução dos LXX, a mais importante dentre elas, e aquela que os primeiros cristãos de língua grega passaram a utilizar. O cristianismo, porém, não vai permanecer na sinagoga. Logo, as comunidades cristãs não serão mais formadas de judeus, mas de simpatizantes do judaísmo e, enfim, de gentios, oriundos de diferentes cenários religiosos. É nesse contexto que se dá a formação do Novo Testamento que, juntamente com as Escrituras já utilizadas pelo judaísmo formará a Bíblia dos cristãos. Em latim, duas traduções antigas se destacam. A primeira surgiu inteiramente como uma tradução das Escrituras em grego. Para o Antigo Testamento, foram traduzidos da versão dos LXX, ou seja, era uma tradução de uma tradução. Para o Novo Testamento, escrito originalmente em grego, era uma tradução direta. Essa versão é hoje conhecida como Antiga Versão Latina (*Vetus Latina*). No final do século IV, uma revisão do texto do Novo Testamento da Antiga Versão Latina, feita por Jerônimo, deu origem à *Vulgata Latina*. Para o Novo Testamento, contudo, Jerônimo preferiu fazer uma tradução inteiramente nova, não mais a partir do grego, mas diretamente a partir do hebraico e aramaico. A nova versão feita por Jerônimo acabou suplantando a Antiga Versão em importância e se impondo como a versão mais importante da Bíblia para o Ocidente cristão. Essa versão foi usada oficialmente pela Igreja Católica e tornou-se a base para suas traduções nas línguas vernáculas até pouco tempo. O termo *Vetus Latina* não se refere a uma tradução única e completa da Bíblia, mas para designar o conjunto muito diversificado de textos bíblicos latinos utilizados pelas comunidades cristãs do século II, anteriores à Vulgata de Jerônimo do final do século IV. O termo Vulgata foi designado desde o século XIII à versão latina da tradução feita por Jerônimo a pedido do Papa Dâmaso em 382. A *versão* latina, que se configurou na Vulgata Latina, é a segunda tradução dos textos protocanônicos do Antigo Testamento, feita por Jerônimo no final do século IV, feita diretamente do texto hebraico, com o apoio do aramaico.

Palavras-chave: Vetus Latina; Vulgata; cristianismo.

Projeto de Pesquisa: O Novo Testamento em suas tradições textuais

A CONSOLIDAÇÃO DA REDE PRISIONAL PERNAMBUCANA (1871-1889)

Valeska Maria Ferreira da Silva¹; Tiago da Silva Cesar²

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário. E-mail: valeskafferreira@gmail.com

² Professor do Curso de Licenciatura em História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: tiagocaesar@hotmail.com

O objetivo principal do presente estudo é analisar como se deu a consolidação da montagem do aparelho carcerário pernambucano durante os últimos anos do período imperial (1871-1889), através dos Relatórios dos Presidentes da Província. Essa proposta se justifica, em primeiro lugar, por constituir um enfoque pioneiro ao colocar em evidência a rede prisional de toda uma província e, em segundo lugar, por não se deter unicamente em estabelecimentos assentados na capital ou nas principais cidades da região. O enfoque procura destacar a importância dos pequenos cárceres que, em realidade, constituíam a maior parte do arquipélago penal imperial, ainda que estreitos, velhos e insalubres. O ineditismo e a falta de trabalhos que contemplassem a infraestrutura penitenciária provincial acabaram assim por justificá-lo. Os relatórios presidenciais foram consultados através do site <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>. A partir daí foram levantados todos os relatórios entre 1871 e 1889, sendo, posteriormente, lidas e capturadas digitalmente as informações relativas à malha carcerária. Também se confeccionaram fichas-resumo com a informação coletada para o abastecimento de um banco de dados que geraram planilhas para a análise propriamente dita. Desse material pesquisado e tratado, foi possível chegar a algumas hipóteses e conclusões. Os registros apontam para uma preocupação por parte do governo provincial em relação aos gastos carcerários, crescentes com o aumento do número de encarcerados ao longo do século. A isso se somava a precariedade da infraestrutura que não a acompanhava, fazendo com que as queixas sobre os péssimos serviços, como a alimentação e a atenção médica, por exemplo, fossem vistas como males menores ante a precariedade geral dos cárceres sem a segurança necessária. Quanto à preocupação com as edificações alugadas, os relatórios parecem indicar ao menos três questões: a) uma forma de dotar cidades com arcas depauperadas de uma cadeia pública; b) a necessidade de buscar fundos provinciais para a construção de prédios próprios com o fito de escapar do referido aluguel; e c) evitar as constantes evasões com a construção de estabelecimentos novos e pensados para servir como prisão.

Palavras-chave: Rede prisional, políticas carcerárias, história das prisões no Brasil.

Projeto de Pesquisa: A formação da rede prisional pernambucana durante o Império (1850-1889).

VIOLÊNCIA E INTERNET: UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA NO YOUTUBE A PARTIR DA DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO

Vanessa Cristina Araújo Cavalcanti de Albuquerque¹; João Evangelista Tude de Melo Neto²

¹Estudante do Curso de Jornalismo do Centro de Ciências Sociais; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: vanecristina01@hotmail.com

²Professor do Curso de Filosofia do Centro de Ciências Humanas. E-mail: joaonetofilosofia@gmail.com

O presente estudo tem o intuito de analisar filosoficamente os vídeos de violência física do *YouTube* a partir das reflexões propostas por Adorno e Horkheimer em a *Dialética do Esclarecimento*. Assim, tomamos como referência as noções de *razão instrumental* e *indústria cultural* para examinar tais vídeos. Nesse sentido, para levar a cabo nosso objetivo, debruçamo-nos sobre um dos maiores sites de compartilhamento de vídeos da *Web*, o *YouTube*. Nele, selecionamos três canais voltados à disseminação de conteúdos de teor violento: o *Go Tropa*, *Apoio Policial Oficial* e o *Brigas, Porradas e violência Brasil*. Esses canais foram escolhidos em virtude, principalmente, do material que apresentam, mas também por causa do grau considerável de inscritos e do número de visualizações dos vídeos postados neles. Dessa forma, o que nós propomos nessa pesquisa não é fazer julgamentos ou juízo de valores acerca dos fatos expostos nos vídeos, mas sim, pensar sobre esse instrumento produzido pela razão humana, a Internet, e o uso que os homens fazem dela. Refletindo assim, sobre o caráter destrutivo e obscuro da mesma. Dito isto, os questionamentos que permearam nossa pesquisa foram os seguintes: será que a Internet se configura como mais um elemento desse lado obscuro da razão, ou cumpriria o projeto iluminista do caminhar progressivo da humanidade? A Internet serviria como ferramenta de estímulo e publicização da violência? Ou até mesmo, estimularia a execução da própria violência? Nossos resultados indicam que a Internet, apesar de intensificar a interação e possibilitar de certa forma a manifestação da singularidade de cada indivíduo, também possui uma faceta obscura, uma vez que nela observamos o compartilhamento e a propagação de conteúdos com alto grau de violência, como: linchamentos, brigas e assassinatos.

Palavras-chave: Dialética do esclarecimento; Internet; Violência.

Projeto de Pesquisa: Internet: Ferramenta de emancipação ou controle? (uma reflexão filosófica acerca da internet a partir da *Dialética do esclarecimento*).

A REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DE 1817 NAS REPARTIÇÕES DIPLOMÁTICAS

Virgínia Barbosa da Silva¹; Flávio José Gomes Cabral²

¹Estudante do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; IC Voluntário (PIBIC UNICAP). E-mail: vbsilva.virginia@gmail.com;

²Professor do Curso de História do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: gomescabral@uol.com.br

No Brasil, antes de 1817, nenhum movimento contra o domínio português teve tanto repercussão no âmbito externo como o que aconteceu em Pernambuco no referido ano. A revolução de 1817 deixou de ser um movimento gestado no seio de grupos descontentes com a política de Antigo Regime e ultrapassou as teias conspiratórias para tomar as ruas, expulsar o governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro e organizar um governo republicano inspirado na Revolução Americana. Bastante explorada pela historiografia, a Revolução Pernambucana de 6 de março de 1817 é um campo aberto para novas discussões abrindo janelas para ser estudada por outros ângulos e, entre eles, através dos meios diplomáticos. Durante o calor do movimento, o governo republicano instalado em Pernambuco nomeou o comerciante Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, que, estando de partida para os Estados Unidos, foi nomeado embaixador da República de Pernambuco junto ao governo de Washington com o objetivo não apenas de conseguir apoio para a causa, mas também, formalizar acordos bilaterais importantes e talvez o reconhecimento da república. A passagem do dito emissário pelos Estados Unidos foi motivo de comentário em jornais locais, encontros com pessoas importantes, inclusive com o secretário interino de Estado Richard Rush e embaixadores. Esses encontros geraram documentos cabendo a nossa pesquisa focar a história ocorrida nas *repartições diplomáticas*. A pesquisa procurou se debruçar principalmente sobre as correspondências do embaixador do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em Washington, o português abade José Francisco Correa da Serra e várias autoridades norte-americanas. Nelas há registros da grande preocupação do abade em atrapalhar os planos de Cabugá e de outros rebeldes de 1817 revelando os bastidores da política joanina sobre o movimento pernambucano. Com base em algumas correspondências de Corrêa da Serra – enviadas e recebidas, reproduzidas na obra de Bourdon (1975, p. 252-379) –, outras tantas de/para autoridades americanas e trilhando através das leituras do paradigma indiciário formulado por Ginzbug a pesquisa procurou compreender a revolução principalmente nos Estados Unidos da América, grande interessado pelo desfecho dos acontecimentos e tentar abrir diálogos com as repúblicas que nasciam no continente no princípio do oitocentos.

Palavras-chave: revolução pernambucana de 1817; relações diplomáticas; Abade Correa da Serra.

Projeto de Pesquisa: A Sedição Em Curso: Política, Cultura e Imaginário Napoleônico No Brasil (1800-1817) – Fase II.



18ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS ELETRÔNICOS LINGUÍSTICAS, LETRAS E ARTES

Recife, 2016

RELAÇÃO VERBO-VISUAL EM TEXTOS MULTIMODAIS NO APLICATIVO WHATSAPP: UMA ANÁLISE DA VARIÁVEL GÊNERO/SEXO

Carina Pereira dos Santos¹; Renata Fonseca Lima da Fonte²

¹Estudante do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Bolsista (PIBIC UNICAP).

E-mail: carinaunicap@hotmail.com

²Professora do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail:

renataflfonte@gmail.com

As novas formas tecnológicas usadas como plataformas de comunicação social trazem consigo vários leques de estudos sobre as relações humanas e, principalmente, especulações sobre os aspectos multimodais nas práticas discursivas. A pesquisa científica realizada teve como objetivo principal fazer uma análise comparativa da relação verbo-visual em textos multimodais postados no aplicativo *WhatsApp* com base na variável gênero/sexo; e, como objetivos específicos, verificar a incidência do uso de *emojis* em textos multimodais e identificar a relação verbo-visual desses textos postados no aplicativo *WhatsApp* por sujeitos do sexo feminino e por sujeitos do sexo masculino. A metodologia utilizada foi a análise de textos postados em grupos de conversas de amigos ou familiares de vinte sujeitos, sendo dez do gênero feminino e dez do gênero masculino. Esses sujeitos deveriam utilizar o aplicativo há pelo menos um ano e pertencer à mesma classe socioeconômica. Após a coleta dos fragmentos, foi feita uma análise quantitativa e outra qualitativa da relação entre texto escrito e *emojis*. Para essa análise adotaram-se as categorias semânticas propostas por Santaella (2012): dominância, redundância, complementariedade e discrepância. Por fim, podemos concluir que o uso de *emojis* é mais frequente pelos usuários do sexo feminino; os homens, portanto, usam o texto verbal em situação de superioridade ao texto visual. Constatamos que a variável idade não influenciou no uso dos *emojis*, tanto para homens quanto para mulheres. A categoria semântica mais utilizada pelas mulheres é de complementariedade, 2% a mais que os homens, além de utilizarem o *emoji* de maneira redundante e/ou discrepante em 30% das vezes. Este estudo contribuiu para compreender a influência da variável gênero/sexo no uso de *emojis* e nos arranjos semióticos entre imagens e palavras escritas para a construção de sentido do texto multimodal no meio digital.

Palavras-chave: Linguística. Textos Multimodais. Emojis. Variável gênero/sexo. *Whatsapp*.

Projeto de Pesquisa: Relação Verbo-Visual Em Textos Multimodais No Aplicativo Whatsapp: Uma Análise Da Variável Gênero/Sexo.

O DISCURSO SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM EM DIFERENTES GÊNEROS NA PÁGINA *LÍNGUA PORTUGUESA DO FACEBOOK*

Deysiane Damásio da Silva¹; Benedito Gomes Bezerra².

¹ Estudante do curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH); bolsista PIBIC CNPq. damasiodeysiane@gmail.com

² Professor do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH); beneditobezerra@gmail.com

Este resumo objetiva em apresentar o desenvolvimento da pesquisa realizada no site de redes sociais *Facebook*, na página *Língua Portuguesa*, com o objetivo de analisar a manifestação, defesa e discussões sobre o ideal de correção linguística, além de refletir sobre as implicações pedagógicas mediadas nas redes sociais pelo *Facebook*. Nelas, podemos identificar a riqueza de concepções sobre a língua e como ela é utilizada nas redes sociais através de comentários que os internautas utilizam, formando seu discurso a partir das postagens que são realizadas pelo site. O método utilizado para a pesquisa foi a seleção de 60 postagens para análise. Como critérios, foram coletadas as postagens que apresentavam a língua portuguesa como temática principal acima de 800 curtidas e mais de 500 compartilhamentos com o ponto de vista das concepções de linguagem, inclusive aquelas subjacentes ao ideal de correção linguística. O conteúdo das postagens e respectivos comentários foram analisados à luz dos autores Bagno (2014), Marcuschi (2008) e Orlandi (2000), considerando, além das concepções de língua e linguagem subjacentes aos textos, também a sua configuração do ponto de vista do gênero textual, o novo acordo ortográfico e a utilização de algumas palavras em nosso cotidiano com explicação do seu uso de acordo com as regras gramaticais. Esse material coletado foi fundamental para a análise da língua, o sujeito da enunciação, a ideologia dos internautas e o conhecimento acerca das regras gramaticais da nossa língua materna, pois é através da língua e conhecimentos prévios que desenvolvemos a nossa comunicação. Como resultado desta pesquisa, pode-se observar a defesa das regras gramaticais na perspectiva da norma padrão, como também a defesa da importância da comunicação independente da norma padrão. Foi importante a análise para ver o quanto nossa língua é flexível e como pode adaptar-se para que haja comunicação no grupo social que a utiliza, mostrando a importância em que a mensagem é transmitida nas diversas situações e contextos sociais. Importante também ressaltar a imparcialidade que as postagens são feitas em relação aos comentários deixados, pois a vigência das discussões é oferecida apenas pelos internautas.

Palavras-chave: correções linguísticas; comunicação; internautas.

Projeto de Pesquisa: Gêneros Textuais Digitais E Ensino: A Interação Nas Redes Sociais Digitais.

ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA COM SUJEITOS AFÁSICOS PARTICIPANTES DE GRUPO DE CONVIVÊNCIA

Fernanda de Farias Martins¹; Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo²

¹Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC UNICAP). E-mail: fernanda_farias_martins@hotmail.com

²Professor do Curso de Fonoaudiologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; E-mail: nadiaazevedo@gmail.com

A afasia é uma perturbação de linguagem mais complexa e ocorre devido a lesões cerebrais. Os sujeitos afásicos apresentam problemas no processo linguístico, com possibilidades de alterações em vários níveis de desorganização da linguagem: fonológico, lexical, morfossintático e pragmático, nas diferentes modalidades de entrada: visual, auditiva, de expressão oral e gráfica. Os sujeitos podem apresentar dificuldades motoras, sensoriais e emocionais que refletem no seu meio social, contudo a importância da família é essencial na reabilitação do sujeito afásico, através de atitudes motivadoras e encorajadoras. O presente trabalho se afasta de visões organicistas para priorizar discurso e/ou sujeito e está apoiado na teoria Interacionista em Aquisição de Linguagem e estruturado na Análise do Discurso de linha francesa (AD) fundada por Pêcheux e desenvolvida, no Brasil, por Orlandi. Diante disso, objetivou-se analisar o discurso de sujeitos afásicos participantes de Grupo de Convivência a partir da interação com outros sujeitos do Grupo. Participaram desta pesquisa os afásicos e não afásicos que fazem parte do Grupo de Convivência de Afásicos da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e a coleta dos dados foi realizada através das gravações realizadas nos encontros semanais. Os recortes discursivos dos sujeitos avaliados são fragmentos das transcrições. A análise se concentra no discurso e está focada nos aspectos da linguagem verbal e não-verbal dos participantes. Observou-se que as características discursivas dos afásicos, como sua posição de falante e os momentos de hesitação, silenciamento e repetição no decorrer do discurso, através de atividades, a linguagem estava sempre presente nos debates realizados. Com isso, fica evidente que os problemas linguísticos de sujeitos com afasia, estão relacionados às dificuldades na linguagem associada às condições de produção do discurso, especialmente com relação a diferentes posições ocupadas por eles.

Palavras-chave: linguagem; afasia; discurso.

Projeto de Pesquisa: Análise do discurso: mo(vi)mento de interpretações.

AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM E MÚSICA

Larissa Pompéia Costa Santos¹; Glória Maria Monteiro de Carvalho²

¹Estudante do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS; Bolsista PIBIC-CNPq. E-mail: larasady@hotmail.com

²Professora do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. E-mail: gmmcarvalho@uol.com.br

Assumimos a proposta de que a criança tem uma trajetória a percorrer durante sua aquisição de linguagem, trajetória essa que vai da pura sonoridade até a fala. Isso significa dizer que se trata de uma transformação do som em significante. Em relação ao momento em que predomina a sonoridade/musicalidade para a criança, tomamos como fundamento Porge (2012) que o denomina *estado de eco*. Tal momento é fundamental na constituição do sujeito, sendo concebido por esse autor como estruturante e estando relacionado ao que De Lemos (2002) denomina *espelhamento* em sua proposta de aquisição de linguagem. Em virtude do que foi posto, destaca-se a relevância de se compreender melhor os aspectos sonoros/musicais presentes nas manifestações verbais iniciais da criança, durante o seu percurso de aquisição de linguagem. Por meio da realização desta pesquisa, pretendeu-se investigar o caráter heterogêneo/singular da fala da criança, num momento inicial de seu percurso linguístico, considerando o papel exercido pela música, nesse percurso, assim como, investigar as relações que pudessem existir entre manifestações musicais – particularmente, a canção – e a linguagem na trajetória da aquisição de linguagem da criança e como o lugar ocupado pela música acarretaria uma melhor compreensão dessa trajetória. Os registros analisados, nesta Pesquisa, pertencem a um Banco de Dados, uma vez que dispomos de grande amplitude de registros, em vídeo e em áudio, da fala de crianças na relação com sua mãe, na faixa etária que investigamos. As crianças iniciaram as gravações em torno de 18 meses e frequentavam escolas da rede particular de ensino da cidade. Os resultados que compõem o *corpus* desta pesquisa foram selecionados de um conjunto de registros que foram obtidos através de sessões de gravações semanais em áudio e em vídeo, com duração média de trinta minutos – em situações de diálogo espontâneo com as mães – e se estenderam ao longo de, aproximadamente, um ano e meio. Após uma leitura exaustiva do material, foram feitas seleções de verbalizações, agrupamentos sonoros, análises de falas de uma criança, até chegarmos aos resultados. Como resultados, foram destacados dois pontos importantes. Foi identificado que a fala da criança apresentava grupos vocais insistentes, assim como produzia três tipos diferentes de grupos sonoros, grupos esses que variavam em nível de complexidade e coerência. Com a realização desta pesquisa, pudemos apreender transformações significativas na fala da criança em um momento inicial do seu percurso linguístico. Essas transformações dizem respeito a modificações que ocorrem nos grupos sonoros que constituem as verbalizações infantis. A partir dos grupos sonoros, foram identificados os jogos sonoros em seus diversos níveis de complexidade, mas que se mostraram em caráter não linear, com movimentos de alternância entre verbalizações mais simplificadas e as de maior dificuldade. Por sua vez, alguns grupos sonoros iniciais apresentaram modificações ao longo do percurso linguístico da criança, aparecendo em formato mais complexo. A música se faz presente, mas como sonoridade referida à voz, como constituinte da fala, originada da música da voz maternal.

Palavras-chave: sonoridade/musicalidade; jogos sonoros; estado de eco; espelhamento.

Projeto de Pesquisa: Aquisição de Linguagem, Música e Autismo.

MAPEAMENTO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PARA SURDOS E SUAS ORIENTAÇÕES TEÓRICAS REALIZADOS NA CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA DA UNICAP: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Mannix de Azevêdo Ferreira¹; Wanilda Maria Alves Cavalcanti²

¹Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde; Bolsista (PIBIC CNPq). E-mail: mannixfono@gmail.com

²Professora do Curso de Fonoaudiologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde. E-mail: wanildamaria@yahoo.com.br

O que nos levou à realização deste trabalho foi o interesse em conhecer melhor este tema, que se mostra como polêmico, além de buscar o aprendizado do exercício com a pesquisa. O objetivo desse estudo é mapear os atendimentos para surdos na clínica de Fonoaudiologia de uma Instituição de Ensino Superior nos últimos dez (10) anos. Empregamos a metodologia qualitativa descritiva que possibilita o estudo de valores e crenças. Os fundamentos teóricos que embasaram este trabalho foram Goldfeld, Lacerda, Nakamura, Lima, Fernandes, Quadros e Perlin, Gesser, entre outros. Para atingir o objetivo realizamos uma entrevista com doze (12) perguntas realizadas com a supervisora de estágio, além da análise dos prontuários dos pacientes atendidos na clínica durante a década selecionada. Os dados da entrevista revelaram que a estrutura do atendimento parece mostrar que não está muito definido o trabalho fonoaudiológico com surdos, pela quase inexistência de discussões sobre o tema. O modelo filosófico adotado é o bilinguismo tal como é prioritariamente orientado pelas políticas públicas. Nesse sentido, fica claro que o trabalho é orientado para o aprimoramento da leitura escrita dentro da perspectiva bilíngue, pois os pacientes chegam à clínica tendo passado por um processo de alfabetização, embora algumas dificuldades apareçam e ainda não puderam ser satisfatoriamente contornadas. A orientação teórica da primeira fase da década analisada mostrou a adoção do oralismo, com uma tendência para o emprego de técnicas mais behavioristas (próprias desse modelo teórico), nas quais a repetição, o emprego de listas de palavras sem clara contextualização, eram as mais empregadas. Com a retomada dos atendimentos, a partir do ano de 2014, houve uma mudança de perspectiva pelo emprego do bilinguismo que mostra uma proposta teórica inspirada no interacionismo. Foram identificadas possibilidades que, caso sejam adotadas, facilitarão o avanço da terapia fonoaudiológica junto aos surdos.

Palavras-chave: mapeamento; surdez; base teórica.

Projeto de Pesquisa: Cartografias da Surdez: Comunidades, Língua e Prática.

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE FONOAUDIÓLOGOS PARA A EDUCAÇÃO/CLÍNICA DE SURDOS: AMPLIANDO O ESPAÇO DE OBSERVAÇÃO.

Marcela Gomes Barbosa ¹; Wanilda Maria Alves Cavalcanti ²

¹ Estudante do Curso de Fonoaudiologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Bolsista PIBIC/CNPq; E-mail:marcelaa.mgb@gmail.com

² Professora do Curso de Fonoaudiologia do CCBS do PPGCL da UNICAP-; E-mail:wanildamaria@yahoo.com

Buscando conhecer melhor o perfil das contribuições de fonoaudiólogos sobre a demandas linguísticas de surdos, sentimos a necessidade de ampliar pesquisa realizada anteriormente. Para isso, buscamos informações em outras instituições de ensino superior que possuem o curso de Fonoaudiologia e tratam do tema seja na graduação ou na pós-graduação, na cidade de Recife e Região Metropolitana. O objetivo geral desse trabalho foi analisar as contribuições de fonoaudiólogos para a comunicação de surdos na prática educacional/clínica através de pesquisas realizadas em diversas instituições de ensino superior. A fundamentação teórica teve como orientação os trabalhos de autores tais como Goldfeld, Lacerda, Moura, Pereira, Lodi, Koslowski, Quadros e Cruz, dentre outros. Elegemos como aporte metodológico a pesquisa qualitativa, bibliográfica. Realizamos a coleta de dados através de levantamento de trabalhos do Pibic, TCC, Dissertações de Mestrados em Ciências da Linguagem e Teses. Iniciamos com a análise de dez (10) trabalhos da FUNESO, quarenta e dois (42) trabalhos da UFPE, os quais foram ampliados com a inserção de dados de pesquisa realizada anteriormente na UNICAP, com noventa e nove (99) trabalhos. A análise mostrou que a maioria deles retrata a importância da prática bilíngue no processo terapêutico/educacional do surdo, pois é notória a melhoria do seu aprendizado quando mediado pela língua de sinais. Os trabalhos ressaltaram que o contexto bilíngue auxilia o surdo na aquisição de sua independência. Destacaram ainda outros temas tais como: a aquisição da linguagem, protetização, saúde coletiva, participação da família, escola como elementos facilitadores no processo de aprendizagem e formação cidadã dos surdos. Eles carecem de escolas, professores, fonoaudiólogos, entre outros profissionais, que estejam capacitados para atender a suas demandas. Portanto, essas contribuições mostram uma gradativa mudança no olhar do fonoaudiólogo que parece começar a se descolar da visão médico-clínica da surdez para adotar perspectivas que observem mais as demandas linguísticas desse sujeito.

Palavras-chave: bilíngue; demandas linguísticas; escola; família.

Projeto de Pesquisa: Cartografia da Surdez: comunidades, línguas e práticas.

RELAÇÃO VERBO-VISUAL EM TEXTOS MULTIMODAIS: UMA ANÁLISE DA VARIACÃO DIAFÁSICA NO APLICATIVO *WHATSAPP*

Márcia Antônia de Souza Carvalho¹; Renata Fonseca Lima da Fonte²

¹Estudante do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH); Bolsista (PIBIC CNPQ). E-mail: marcasou41@gmail.com

²Professor do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (CTCH); E-mail: renataflfonte@gmail.com

Este trabalho buscou analisar as relações verbo-visuais dos textos multimodais postados no aplicativo *whatsApp* diante da variação diafásica. Para isso, identificamos essas relações de acordo com o grau de formalidade do contexto interativo, verificando os papéis dos *emojis* presentes nos textos multimodais em diferentes contextos interativos. Aplicamos, neste trabalho, uma metodologia com o propósito de delimitar as etapas deste estudo, que consistiu em estudar a inter-relação entre a linguagem verbal e a visual com natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Selecionamos e recortamos os fragmentos dos textos postados no *whatsApp* por cinco sujeitos participantes em grupos de conversas de famílias, amigos e de atividades profissionais, adotando como critério a presença de texto escrito e *emojis*, quando ocorreram. Em seguida, considerando a variação diafásica, analisamos a relação entre o texto escrito e *emojis* de acordo com as categorias semânticas de: dominância, redundância, complementaridade e discrepância, e os status: superior, igual ou inferior. Além disso, verificamos os papéis dos *emojis* nos contextos interativos, observando seus papéis de: substituir, enfatizar, antecipar, ilustrar ou sintetizar o texto escrito. Dos cinco sujeitos analisados, apenas um não utilizou *emojis* na produção de texto, nesse caso usou texto verbal em contexto informal e formal, sendo que no primeiro contexto pudemos observar uma linguagem mais espontânea e menos monitorada em sua produção textual; os demais usuários do aplicativo *whatsApp* em contexto informal, utilizaram *emojis* em suas mensagens. Nas construções dos diversos textos multimodais verificamos que os *emojis* desempenharam os papéis de substituir ou enfatizar a ideia comunicativa do sujeito. Em um dos sujeitos, os *emojis* também foram empregados de modo equivocado e contraditório quanto a sua função semântica na mensagem. Além disso, observamos nos textos verbo-visuais características semânticas distintas que variaram entre dominante, redundante, discrepante e complementar; e o status dessas relações verbo-visuais variaram entre superior, igual e inferior. No grupo formal houve maior monitoramento estilístico, o que aconteceu de modo moderado no grupo informal, sendo mais frequente neste último o uso dos *emojis*. Este trabalho buscou contribuir de modo relevante para a compreensão das relações verbo-visuais de textos multimodais do aplicativo *whatsApp*. Nos diversos contextos interativos, os sujeitos construíram textos verbo-visuais numa relação coesa e coerente; com as novas tecnologias em especial a dos *smartphones* e seus recursos de multimídia, o texto visual representado pelo *emojis* desempenha cada vez mais papel determinante e carregado de sentido.

Palavras-chave: Relação verbo-visual, *whatsApp*, Variação diafásica.

Projeto de Pesquisa: Diálogos em linguística: do formal ao discursivo

A ARGUMENTAÇÃO NO PROCESSO DE LEITURA PELA PESSOA SURDA

Matheus Lucas de Almeida¹; Izabelly Correia dos Santos Brayner²

¹Estudante do Curso de Licenciatura Plena em Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas; Bolsista PIBIC UNICAP. E-mail: Matheus.luks@hotmail.com

²Professora do Curso de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas; E-mail: izabelly.correias@gmail.com

As diversas dificuldades encontradas por surdos no processo de aquisição de conhecimentos nos âmbitos educacionais nos levaram a uma reflexão de como esse quadro poderia ser revertido tendo como ponto de partida a leitura, pois ela, além de uma prática linguística, é também um ato político, social e mental. Cabe nesse espaço à argumentação como fundamental para possibilitar a criação de uma determinada intuição (defendida pelo argumentador) em torno de um sujeito ativo, participativo e reflexivo. Adotamos aqui um estudo de caráter qualitativo intervencionista, pois ele não somente propõe resoluções para problemas, mas também os resolve de forma efetiva e participativa, mobilizando os participantes e (re)construindo saberes. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi analisar a argumentação no processo de compreensão da leitura em Língua Portuguesa por surdos que se comunicam em Língua de Sinais. Os dados foram coletados em seis oficinas que ocorreram no Grupo de Estudos e Práticas Linguísticas – GEPLIS, sediado no Laboratório de Linguagem, do Doutorado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco. A Teoria dos Topoi Argumentativos proposta por Ducrot (2002) é o principal embasamento teórico que fundamenta o trabalho, mas autores como Koch (2009) Karnopp (2003), Goldfeld (2002) e Aguirre (2009) também contribuem para a solidificação das discussões propostas. Os surdos apresentaram dificuldades na leitura, não correspondendo ao grau de escolaridade que possuem. Percebeu-se que as dificuldades enfrentadas não são com os símbolos gráficos, mas sim com a relação de sentido entre as duas línguas envolvidas no processo de leitura. Em relação ao léxico da Língua Portuguesa, foi evidenciado que as principais dificuldades eram com os verbos em suas conjugações, com itens lexicais de temáticas específicas de cada oficina e com lexemas de mais de três sílabas. Comprovou-se o uso da argumentação no processo de leitura em Língua Portuguesa de maneira satisfatória em todas as oficinas, e nelas foram identificados elementos universais e gerais, porém não foi evidenciado o uso de elementos graduais, um dos pontos propostos na teoria de Ducrot (2002). As estratégias utilizadas na mediação entre a Libras e a Língua Portuguesa foram: leitura do texto em Libras e o uso da datilologia, que são duas estratégias de leitura propostas por Aguirre (2009). Além disso, os sujeitos tinham a sua disposição o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue Da Língua De Sinais Brasileira (CAPOVILLA, 2013) para ser consultado em caso de dúvidas. Entendemos que construir significados em uma segunda língua implica fatores como a experiência com o léxico e a sintaxe da língua, o conhecimento de mundo, e as habilidades argumentativas; elementos com os quais os sujeitos da pesquisa demonstram certas dificuldades. No entanto, apesar das limitações encontradas por eles no momento da leitura em Língua Portuguesa, a presença de elementos universais e gerais propostos pela teoria de Ducrot (2002) possibilitou a construção de sentidos ao que foi lido. E esse dado reforça que esse tipo de atividade de leitura possibilita ao surdo a diminuição do desconhecimento do léxico e um envolvimento maior com a estrutura da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: argumentação; leitura; Libras e Língua Portuguesa.

Projeto de Pesquisa: Construindo Sentido Contextual: Dialogando em Sinais Sobre a Leitura e a Escrita em Língua Portuguesa.

COMPARAÇÃO DE PROGRAMAS DE CONVERSÃO TEXTO-FALA

Maviael Vanter de Andrade Filho¹; Francisco Madeiro Bernardino Junior²

¹Estudante do Curso de Ciências da Computação do Centro de Ciências e Tecnologia; IC Voluntário.

E-mail: maviael.v@gmail.com

²Professor do Curso de Ciências da Computação do Centro de Ciências e Tecnologia; E-mail:

madeiro@dei.unicap.br

Os sistemas conversão texto-fala, comumente conhecidos como sistemas TTS (*text-to-speech*), têm particular importância para deficientes visuais, tendo em vista que eles têm como entrada um texto e como saída um sinal audível. Em outras palavras, permitem, por exemplo, que um computador seja usado para realizar a “leitura” de um texto para um cego. Neste trabalho, foi realizada uma avaliação comparativa de sistemas de conversão texto-fala. Foram selecionados quatro sistemas de conversão texto-fala, a saber: Verbose text to speech, Balabolka, Panopreter, TextAloud. Os sistemas supracitados foram avaliados de acordo com os seguintes aspectos: idiomas, controle da velocidade da leitura, tipos de sistemas (*desktop* e sistemas móveis, como *tablets* e *smartphones*) em que podem ser utilizados custo, requisitos para instalação, tipos de entrada (formatos de arquivos) e desempenho no tocante à presença de símbolos e abreviaturas no texto. Avaliou-se, também, a possibilidade de instalação pelo cego, isto é, sem ajuda de um não-cego. As avaliações realizadas sugerem que o Balabolka constitui-se a melhor dentre as quatro alternativas: trata-se de um sistema gratuito, que pode ter como entrada texto em diversos possíveis idiomas (Português, Inglês, Espanhol); tem menu em vários idiomas (incluindo Árabe, Grego, Chinês, Alemão); permite salvar a saída audível em arquivo (como .mp3 e .wav); existe uma ampla variedade de formatos de texto de entrada que o aplicativo aceita, dentre os quais .doc, .html, .pdf e .rtf; tem um bom desempenho com textos que contêm abreviaturas. Dentre os desafios existentes no âmbito de sistemas TTS, destacam-se: a concepção de técnicas que contribuam para aumentar a “naturalidade” da voz sintetizada (alguns sistemas apresentam um sinal que soa como um pouco “artificial”, “sintético”) e que permitam instalação por cegos, ou seja, sem o auxílio de não-cegos.

Palavras-chave: conversão texto-fala; text-to-speech system; tecnologias assistivas.

TESTE DE CLOZE: TEORIA E APLICATIVOS

Victor Queiroga Crescêncio da Costa¹; Francisco Madeiro Bernadino Junior²

¹Estudante do Curso de Ciências da computação do Centro de ciência e tecnologia; Bolsista (PIBIC CNPq). E-mail: victor.qcc@gmail.com

²Professor do Curso de Ciências da computação do Centro de ciência e tecnologia;
E-mail: madeiro@dei.unicap.br

O teste de cloze é amplamente reconhecido como uma ferramenta de grande auxílio na avaliação de competência leitora tanto de crianças quanto de adultos nos diversos graus de escolaridade. O teste surgiu nas pesquisas de Taylor, em 1953. Consiste em apresentar um texto com palavras suprimidas (precisamente, substituídas por um traço horizontal ou espaço em branco) e solicitar que o sujeito complete o texto com as palavras que faltam. O desempenho do sujeito depende de seu vocabulário e de seu entendimento do contexto no qual o texto está inserido. Conforme se pode observar em artigos obtidos das bases Science direct e Scielo, do surgimento do teste de cloze até a época atual, foram feitos inúmeros trabalhos científicos contemplando o uso do teste para avaliar a competência leitora de determinados tipos de pessoas, tais como jovens do ensino fundamental, médio, superior, sem escolaridade etc. Com o avanço da tecnologia e da computação, surgiram versões digitais do teste de cloze. No presente trabalho, quatro versões digitais do teste foram identificadas e avaliadas, levando em conta aspectos como usabilidade e idiomas contemplados. A avaliação realizada permitiu constatar algumas limitações nas versões digitais consideradas: a maioria delas tem como alvo avaliar a proficiência em inglês do sujeito; em vez de usar um texto na íntegra, algumas versões digitais usam apenas uma frase ou poucas frases; há versões cujos textos se limitam aos existentes no sistema, ou seja, não permitem que a pessoa, a aplicar o teste, utilize um texto por ela escolhido. A análise crítica das versões digitais do teste de cloze culminou com a proposta e a implementação, no presente trabalho, de uma nova versão digital, com funcionalidades não presentes nas versões avaliadas. O aplicativo ora proposto permite o uso de texto digitado em formato txt, suprime uma a cada cinco palavras e apresenta como resultado (a depender das palavras preenchidas pelo sujeito sob avaliação) o nível de competência em leitura.

Palavras-chave: competência leitora; cloze; *softwares* aplicativos; alfabetização

Projeto de Pesquisa: Diálogos em linguística: do formal ao discursivo.



“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

